



Érico Massoli Ticianel Pereira

**Comunidades Epistêmicas da Integração e a Produção de
Conhecimento Sobre o Regionalismo Latino-Americano**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Andrea Ribeiro Hoffmann

Co-Orientador: Prof. Félix Pablo Friggeri

Rio de Janeiro,
setembro de 2022



Érico Massoli Ticianel Pereira

Comunidades Epistêmicas da Integração e a Produção de Conhecimento Sobre o Regionalismo Latino-Americano

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Andrea Ribeiro Hoffmann

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Félix Pablo Friggeri

Co-Orientador

Instituto de Economia, Sociedade e Política – UNILA

Prof. José Ramón Briceño Ruiz

Centro de Investigación sobre América Latina e Caribe – UNAM

Profa. Miriam Gomes Saraiva

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Fábio Borges

Instituto de Economia, Sociedade e Política – UNILA

Profa. Monica Herz

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Érico Massoli Ticianel Pereira

Graduou-se em Administração em 2008 e concluiu o Mestrado em Sociologia em 2013, ambos na UFPR (Universidade Federal do Paraná). Tem interesse nas áreas de América Latina e Caribe, Regionalismo, Integração Regional, Pensamento Social Latino-Americano e Sociologia do Conhecimento. Atua como Administrador na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana).

Ficha Catalográfica

Pereira, Érico Massoli Ticianel

Comunidades epistêmicas da integração e a produção de conhecimento sobre o regionalismo latino-americano / Érico Massoli Ticianel Pereira; orientadora: Andrea Ribeiro Hoffmann; co-orientador: Félix Pablo Friggeri. – 2022.

325 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Regionalismo. 3. Integração regional. 4. Comunidades epistêmicas. 5. Descolonização do conhecimento. 6. América Latina. I. Hoffmann, Andrea Ribeiro. II. Friggeri, Félix Pablo. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

À professora Andrea Ribeiro Hoffmann, pela orientação, sensibilidade, paciência, disponibilidade e críticas construtivas tanto ao desenvolvimento da pesquisa de campo quanto à versão final do trabalho.

Ao professor Félix Pablo Friggeri, pela coorientação precisa e generosa.

À minha esposa, Juliana Motter, que com muito amor e paciência me incentivou em todas as horas, ajudando na transcrição das entrevistas e na revisão do texto. Sem você nada disso seria possível.

Aos meus pais, Marly Aparecida Massoli Pereira e José Antônio Borges Pereira, por todo o suporte na minha formação, pelos valores inabaláveis e apoio incondicional.

Ao meu filho e amigo, Guilherme Claudino Massoli Pereira, pelo amadurecimento, inspiração e curiosidade de um eterno aprendiz.

Aos amigos, Edson Garrido, Fábio Hasegawa e Marco Konopacki pelo apoio e discussões teóricas e metodológicas no desenvolvimento da pesquisa de campo.

Aos amigos de trabalho do ILAESP UNILA, na pessoa de Nardelli Anastacio de Andrade, Mauri Gauer e Romulo Bassi Piconi, pela compreensão, flexibilidade e apoio na reta final da escrita.

Aos amigos da UNILA, Rogério Motta Moreira e Marcelino Teixeira Lisboa, pelas contribuições valiosas na confecção de mapas e uso de softwares de análise de conteúdo.

Aos professores, mestres, do IRI-PUC-Rio e da UNILA, pelos ensinamentos teóricos e práticos dentro e fora de sala de aula e pela lapidação da minha visão internacional, latino-americana e integracionista.

Aos entrevistados, pelas contribuições valiosas e disponibilidade em compartilhar, cada um à sua maneira, conhecimentos, dados e experiências, vos menciono pela ordem de realização das entrevistas: Lucas Kerr Oliveira, André Luis André, Ernesto Vivares, Andrés Malamud, Miriam Saraiva, Daniele Benzi, Valter Pomar, Edgar Javier Vieira Posada, Pia Riggirozzi, Tullo Vigevani, Karina Pasquariello Mariano, Pedro Silva Barros, Maria Silvia Portela de Castro, Tereza Spyer, Karine de Souza Silva, Nahuel Oddone, Haroldo Ramanzini Júnior, Julián Kan, Marcelo de Almeida Medeiros, Amanda Barrenengoa, Michel Levi Coral, Mariana Aparicio, Andrés Larisgoitia, José Briceño-Ruiz, Eduardo Devés-Valdés, Jaime Estay, Ingrid Sarti, Marcus Maurer de Salles, Roberto Goulart Menezes, Andrés Serbin, Celso Amorim e Marina Vitelli.

À UNILA, pelo apoio institucional prestado à pesquisa via licença parcial para cursar o doutorado, que facilitou a realização dos créditos, pesquisa de campo e estágio de docência no Rio de Janeiro.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Pereira, Érico Massoli Ticianel; Hoffmann, Andrea Ribeiro; Friggeri, Félix Pablo (co-orientador). **Comunidades epistêmicas da integração e a produção de conhecimento sobre o regionalismo latino-americano**. Rio de Janeiro, 2022. 325p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712825/CA

A América Latina tem uma larga tradição no debate do regionalismo, mobilizando reflexões originais no processo de produção de conhecimentos e saberes sobre a integração regional latino-americana. Ao considerar esse rico acervo, o presente trabalho busca analisar conjugadamente os conceitos de integração regional, autonomia e desenvolvimento que atravessam tanto o campo de estudos do regionalismo quanto a atuação de comunidades epistêmicas – formal ou informalmente – reconhecidas por aglutinar atores (intelectuais, acadêmicos, diplomáticos, atores sociais e políticos) e instituições (universidades, redes, think tanks, órgãos governamentais e organismos regionais) responsáveis por formular, implementar e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre a integração regional e que reúnam capacidade de influenciar a política e os tomadores de decisão na região. O trabalho fez uso da pesquisa qualitativa sendo guiado pela abordagem multidisciplinar, promovendo o debate na área de relações internacionais, sociologia e geopolítica. Visando alcançar os objetivos delineados, foi realizada a revisão bibliográfica dos processos de integração e regionalismo conectada ao marco conceitual das comunidades epistêmicas no contexto latino-americano e caribenho. Nesse sentido, a discussão foi potencializada pela pesquisa de campo que alcançou 32 entrevistas semiestruturadas com atores de perfil acadêmico, político, sindical e diplomático de oito nacionalidades que se disponibilizaram a responder as questões sobre o sentido da integração latino-americana, o histórico do regionalismo, o cenário atual e o futuro da agenda regional no continente. Por fim, a pesquisa buscou ilustrar um breve panorama da governança regional, bem como indicar tendências e capacidades de influenciar políticas públicas e tomadores de decisão nos países e blocos regionais além de dar visibilidade à atuação de comunidades epistêmicas potenciais, viáveis e prováveis para orientar, apoiar e articular os processos de integração contemporânea da América Latina.

Palavras-chave

Regionalismo; Integração Regional; Comunidades Epistêmicas; Descolonização do Conhecimento; América Latina.

Abstract

Pereira, Érico Massoli Ticianel; Hoffmann, Andrea Ribeiro (Advisor); Friggeri, Félix Pablo (co-supervisor). **Epistemic communities of integration and the production of knowledge about latin american regionalism**. Rio de Janeiro, 2022. 325p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Latin America has a long tradition in the debate on regionalism, mobilizing original reflections in the process of producing knowledge and insight on Latin American regional integration. Considering this rich collection, the present work seeks to jointly analyze the concepts of regional integration, autonomy and development that cross both the field of regionalism studies and the performance of epistemic communities – formally or informally – recognized for bringing together actors (intellectuals, academics, diplomatic, social and political actors) and institutions (universities, networks, think tanks, government agencies and regional institutions) responsible for formulating, implementing and disseminating theoretical and practical knowledge on regional integration and which have the capacity to influence policy and decision-makers in the region. The work made use of qualitative research being guided by the multidisciplinary approach, promoting debate in the area of international relations, sociology and geopolitics. In order to achieve the objectives outlined, a bibliographic review of the processes of integration and regionalism connected to the conceptual framework of epistemic communities in the Latin American and Caribbean context was carried out. In this sense, the discussion was enhanced by the field research that reached 32 semi-structured interviews with academic, political, trade union and diplomatic actors from eight nationalities who made themselves available to answer questions about the meaning of Latin American integration, the history of regionalism, the current scenario and the future of the regional agenda on the continent. Finally, the research sought to illustrate a brief overview of regional governance, as well as to indicate trends and capacities to influence public policies and decision-makers in countries and regional blocks, even as to give visibility to the performance of potential, viable and likely epistemic communities to guide, support and articulate the processes of contemporary integration in Latin America.

Keywords

Regionalism; Regional Integration; Epistemic Communities; Decolonization of Knowledge; Latin America.

Sumário

1. Introdução	16
2. América latina em debate: um breve histórico da integração latino-americana	30
2.1. Aspectos geográficos e culturais da América Latina	35
2.2. A “invenção” da América e a colonialidade do poder	40
2.3. A importância dos libertadores para o ideal da integração latino-americana	48
2.4. O Congresso do Panamá (1826)	54
2.5. O Ciclo de Congressos hispano-americanos e a geração 900	61
2.6. O Pacto do ABC	66
2.7. O projeto Nacional-popular e o Novo ABC	71
2.8. A CEPAL e a integração contemporânea da América Latina	79
2.9. Integração, autonomia e desenvolvimento	90
2.10. Aliança estratégica entre Argentina e Brasil e a integração sul-americana	97
3. Reflexões sobre a ciência, a produção de conhecimento e as comunidades epistêmicas	112
3.1. A função social da ciência	121
3.2. A fronteira tênue entre a verdade científica e a Ideologia	124
3.3. Saber/poder	131
3.4. Epistemologias do Sul	136
3.5. Comunidades epistêmicas: a origem do conceito	140
3.5.1. <i>Think tank</i> ou usina de ideias	152
3.6. Questões metodológicas da pesquisa de campo	158
4. Comunidades epistêmicas da integração: novas perspectivas para a produção de pensamento sobre o regionalismo latino-americano	170
4.1. Comunidades epistêmicas Latino-Americanas sobre a integração?	174
4.1.1. A CEPAL e o estruturalismo latino-americano	181
4.1.2. Produção de conhecimento e institucionalização das ideias	190
4.1.3. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO	198
4.1.4. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO	203
4.1.5. Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe – BID-INTAL	211

4.2. Comunidades epistêmicas e a integração contemporânea na América Latina	214
4.2.1. Limites da integração ideológica: fragmentação e desintegração?	228
4.3. Comunidades epistêmicas sul-americanas da integração?	237
4.3.1. Fluxo de ideias e a capacidade de influência	241
4.3.2. Centro de Formação para a Integração Regional – CEFIR	243
4.3.3. Instituto Social do Mercosul – ISM	244
4.3.4. Coordenadora Regional de Investigações Econômicas e Sociais – CRIES	248
4.3.5. Universidade Andina Simón Bolívar – UASB	252
4.3.6. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP	259
4.3.7. Experiências universitárias na Argentina: Programas de Integração Latino-americana na UNLP e UNTREF	261
4.3.8. A UNILA e as novas universidades de fronteira com vocação integracionista	265
4.3.8.1. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPG-ICAL	274
4.3.9. Fórum Universitário Mercosul – FoMerco	277
4.3.10. Grupo de Reflexão sobre Integração e Desenvolvimento na América Latina e Europa – GRIDALE	278
4.3.11. Observatório do Regionalismo – ODR / REPRI	283
4.3.12. Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia – ISAPE	285
4.4. Do Foro de São Paulo ao Grupo de Puebla	287
4.5. A extrema direita e a desintegração latino-americana	293
4.6. Do Grupo de Lima ao Prosul: ruptura e desarticulação regional?	297
5. Considerações finais	306
6. Referências bibliográficas	314
Anexos	322
Anexo 1: Questionário de Pesquisa	322
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	324

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Lista de pessoas contactadas para as entrevistas	160
Tabela 2 – Cronologia das iniciativas Pan-Americanas	171

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa das entrevistas realizadas	163
Figura 2 - Mapa das iniciativas regionais para a integração	167
Figura 3 - Mapa das instituições da região do prata	168
Figura 4 - Iniciativas do México, América central e andes	169
Figura 5 - Mapa das iniciativas regionais no Brasil	172
Figura 6 - Sistema FLACSO na América Latina e Caribe	199
Figura 7 - CLACSO pelo mundo	209

Lista de abreviaturas e siglas

ABRI - Associação Brasileira de Relações Internacionais

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração

ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología

ALBA-TCP - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América

ALCA - Área de Livre-Comércio das Américas

AUGM - Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAN - Comunidade Andina

CEFIR - Centro de Formação para a integração Regional

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento

CRIES - Coordenadora Regional de Investigações Econômicas e Sociais

CTA - Central de Trabajadores y Trabajadoras de la Argentina

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FoMerco - Fórum Universitário Mercosul

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSM - Fórum Social Mundial

GRIDALE - Grupo de Reflexão sobre Integração e Desenvolvimento na América Latina e Europa

INTAL - Instituto para la Integración de América Latine y el Caribe

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRI/PUC-RIO - Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ISAPE - Instituto Sul-Americano de Política e Estratégica

ISM - Instituto Social do Mercosul

MCCA - Mercado Comum Centro-Americano

MEC - Ministério da Educação

Mercosul - Mercado Comum do Sul

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio

OEA - Organização dos Estados Americanos

ODR - Observatório do Regionalismo

PPG-ICAL - Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina

Prolam - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina

PROSUL - Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

REPRI - Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo

SELA - Sistema Econômico Latino-Americano

SICA - Sistema de Integração Centro-Americana

UASB - Universidade Andina Simón Bolívar

UBA - Universidade de Buenos Aires

UCV - Universidade Central da Venezuela

UDELAR - Universidade da República

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFABC - Universidade Federal do ABC

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFGD - Universidade Federal de Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UnB - Universidade de Brasília

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Unijuí - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UniPampa - Universidade Federal do Pampa

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNLa - Universidad Nacional de Lanús

UNLP - Universidad Nacional de la Plata

UNTREF - Universidad Nacional de Tres de Febrero

USACH - Universidad de Santiago de Chile

USP - Universidade de São Paulo

Confira tudo que respira conspira.
Paulo Leminski

1. Introdução

A América Latina tem uma longa tradição no debate do regionalismo, o que reforça a vocação da região em mobilizar ideias e experiências inovadoras em sua governança regional. É dessa forma que os processos de integração latino-americana vêm sendo desenvolvidos de maneira cíclica, entre avanços e retrocessos, há mais de dois séculos. Segundo Souza (2012), desde a independência e a formação dos estados nacionais latino-americanos e caribenhos, quatro grandes ondas da integração regional se sucederam ao longo da história, a saber: a) a disputa entre EUA e Inglaterra pela divisão da América Latina como obstáculo para a integração regional, b) a consolidação da hegemonia dos EUA como empecilho para a integração regional, c) as crises estruturais do sistema capitalista mundial como catalisador da nova onda de integração, e d) a emergência de governos progressistas e o fracasso da ALCA, que inauguraram uma nova fase de integração da América Latina. Nas duas primeiras etapas a Grã-Bretanha e depois os EUA dificultaram a integração regional. Isto é, o sucesso ou fracasso dos processos integracionistas esteve condicionado, em alguma medida, à capacidade nacional e regional de se contrapor aos interesses hegemônicos estrangeiros. Já nas últimas duas últimas ondas restou evidente que crises estruturais no sistema internacional conjugada com a ascensão de governos nacional desenvolvimentistas com inclinação autonomista poderiam promover a cooperação e integração regional com a propositura de uma agenda positiva no campo da produção de conhecimento, fomentando a criação de instituições que fortaleçam os diferentes projetos de regionalismo na região.

Em vários aspectos, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi um divisor de águas no debate integracionista tendo o mérito de sistematizar e operacionalizar, em termos teóricos e práticos, o acervo latino-americano preexistente sobre a integração como conhecemos na contemporaneidade, além de avançar na sua teorização. Apesar de não ter ocorrido a formulação de uma teoria genuinamente latino-americana sobre a

integração no século XIX e na primeira metade do século XX, existem inúmeras evidências de uma ampla produção de pensamento sobre os preceitos unionistas em torno da “Pátria Grande” e de “Nuestra América” entre outros, tendo forte presença no imaginário regional inclusive com lastro prático, que serviria de inspiração para a formulação de marcos teóricos, programas para o desenvolvimento regional e estudos originais que viabilizassem simultaneamente a industrialização, a integração regional e a constituição de um mercado comum que se viabilizasse “de dentro para fora” como forma inequívoca de combater o subdesenvolvimento e a dependência estrutural da América Latina e do Caribe.

Nesse sentido, portanto, pode-se dizer que foi somente a partir da criação da CEPAL, que surgiria um organismo multilateral e a ideia de um projeto latino-americano com amplo protagonismo na região, cumprindo um papel jamais visto na mobilização de intelectuais, governantes e ideias comprometidos com a transformação da região. Em certa medida, essas primeiras publicações cepalinas do começo da década de 1950 inauguraram o período moderno da integração regional, tornando-se nesse contexto a “principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana. Mais que isso, foi o único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que manteve vigente por meio século” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 15). E a contribuição fundamental para essa virada viria do foco nas particularidades locais e regionais, evitando importar teorias universalizantes que pouco contribuíram com as aspirações e necessidades da América Latina. Inclusive, foi sob a liderança de Raúl Prebisch no comando da instituição, que se consolidaria uma visão crítica do sistema centro-periferia que culminaria na concepção do estruturalismo latino-americano que, em vários aspectos, se oporia à anexação hemisférica liderada pelos EUA.

Assim, entre as décadas de 1950 e 1980 houve poucas mas influentes instituições na região que, como a CEPAL, em seu auge de atuação, alcançaram o status de uma “comunidade epistêmica” latino-americana e caribenha, tendo em vista a capacidade de produzir e difundir o pensamento cepalino e de assessorar os países com os projetos de desenvolvimento e integração regional. Assim, ainda que haja diferentes visões e interpretações entre os grupos e comunidades de

especialistas, a concepção de desenvolvimento é um eixo central para pensar proximidades e distanciamentos na produção de conhecimento sobre a integração regional e o regionalismo latino-americano.

Na década de 1970, no entanto, a instituição enfrentaria um expressivo declínio na capacidade de produzir e difundir ideias, tendo em vista a conjunção de fatores políticos e econômicos. Inclusive, foi a partir dessas intercorrências, que se avaliou a capacidade de negociação dos diferentes grupos de especialistas latino-americanos na coordenação de políticas regionais anticíclicas em um contexto de profundas mudanças e incertezas. No tocante ao fator político, por exemplo, seria determinante o golpe de estado que pôs fim ao Governo Allende no Chile, que culminaria na interdição da sede da instituição. No âmbito econômico, por outro lado, pesaria a emergência de uma nova ortodoxia global que se tornaria preponderante a partir da década de 1980. A crise da dívida e a percepção crescente da “década perdida” ajudaram a sepultar a doutrina desenvolvimentista, que foi paulatinamente marginalizada do debate intelectual à medida que o receituário de austeridade fiscal regidos por bancos credores e pelo FMI assumiram a orientação das combalidas economias periféricas. Logo, a ascensão da doutrina neoliberal colocaria o método histórico estruturalista em segundo plano na virada dos anos 1980 e, além disso, a sua supremacia incontestaria um conjunto de reformas liberalizantes com destaque para a abertura comercial e financeira, com foco na privatização de empresas estatais, cortes em políticas sociais e agressiva flexibilização laboral.

Uma característica adicional das ideias geradas e divulgadas pela CEPAL é o fato de que ela “nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os policy-makers da América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17). Esse contraste chama bastante atenção na atualidade quando analisamos a centralidade do campo acadêmico universitário na produção e difusão de conhecimentos sobre e para a integração regional, sendo, de certa forma, modelos analíticos restritos e de menor impacto na comparação com as ideias pioneiras da CEPAL, formuladas e implementadas nas primeiras décadas de sua fundação. Inclusive, isso reforça que, tanto a formalização institucional quanto o perfil internacional de algumas das organizações regionais latino-americanas, onde o conhecimento produzido

sobre a integração tem natureza própria, caracterizando um perfil híbrido (uma vez que esses atores não são nem acadêmicos e nem governantes), ao mesmo tempo reúnem capacidades relevantes no processo de formulação de pensamento teórico e prático capaz de exercer influência nos tomadores de decisão da região.

Nesse sentido, cabe esclarecer que o conceito de “comunidades epistêmicas” ora utilizado é vinculado à abordagem construtivista das relações internacionais (HAAS, 1992) e tem origem no contexto da intensificação da globalização nas últimas décadas do século XX. Ou seja, o aprofundamento da interdependência global aumentou significativamente as incertezas com a incidência de crises sistêmicas nas áreas econômicas, políticas, sociais e até mesmo ambientais, sendo que o conceito foi amplamente utilizado para analisar o papel desempenhado por grupos de especialistas organizados para combater as mudanças climáticas e mitigar os seus impactos através da coordenação e difusão de novas políticas e recomendações com o potencial de influenciar os processos decisórios nacionais e internacional (HAAS, 1992; ADLER, 1992).

No que concerne ao uso do conceito em estudos sobre os processos regionais latino-americano, ressalta-se que o mesmo já foi utilizado em investigações sobre a política de segurança e defesa na América do Sul, com destaque para as políticas de defesa empregadas por Argentina e Brasil após os processos de redemocratização da década de 1980 (VITELLI, 2015; SOARES e VITELLI, 2016).

No entanto, ao considerar a produção e difusão de conhecimento sobre o regionalismo latino-americano, há que se reforçar a escassez de pesquisas e publicações fazendo uso do conceito de comunidades epistêmicas, tendo sido necessário promover um mapeamento amplo de atores, grupos e instituições que tiveram, em algum momento, um papel de relevância nos processos de cooperação e integração regional na América Latina. A diversificação das iniciativas regionais investigadas, em alguma medida, abriu espaço para compreender as diferenças e potencialidades entre as possíveis comunidades epistêmicas da integração na transição do século XX para o século XXI, que se constituem como importantes centros de formulação de ideias, em contraste com outros espaços de difusão de pensamento e de influência marcadamente políticas ou com caráter mais aplicado.

Além do trabalho ter partido da premissa de que a CEPAL poderia ser considerada um ator central na construção e institucionalização de comunidades epistêmicas, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1980, relacionadas ao pensamento integracionista, a presente pesquisa analisou os atores e instituições regionais com potencial para abarcar e contemplar parcial ou integralmente os quatro elementos definidores do conceito formulado por Peter Haas (1992) na contemporaneidade. Assim, foi analisado como e quando as ideias sobre a integração regional são compartilhadas dentro e fora dos grupos de especialistas, tendo em vista seu desdobramento, segundo a própria acepção do conceito, para as “crenças causais”, “crenças sobre princípios ou normas”, “critérios de validade” e “compartilhamento de metas” no campo de estudos do regionalismo. Nesse sentido, para garantir a distinção entre “a comunidade epistêmica de outro tipo de grupos, como os profissionais, os grupos de interesses e as agências burocráticas, torna-se necessário identificar a totalidade dos quatro elementos” (SOARES e VITELLI, 2016, p.103). Ademais, Adler e Haas (1992) agregam à análise das comunidades epistêmicas a ideia de evolução estrutural de longo prazo, tendo em vista que a abordagem epistêmica tende a garantir mudanças mais consistentes e duradouras através da coordenação e aprimoramento das políticas por meio de quatro etapas complementares: I) inovação das políticas; II) difusão de suas diretrizes; III) a seleção de políticas (criação de agenda); e IV) a persistência – ou institucionalização de ideias e políticas que podem alcançar o status de ortodoxia (ADLER e HAAS, 1992, p.151) na coordenação internacional de políticas doméstica e exterior sobre o regionalismo e a integração regional.

Além disso, a despeito da formulação cepalina e da centralidade da CEPAL na coordenação dos processos de integração regional que culminaria na crescente diversificação da produção de conhecimento sobre e para a “América Latina” desde meados do século XX, foi a partir da redemocratização dos anos 1980, da reorganização do sistema internacional e da ascensão da nova ordem unipolar na transição da Guerra Fria para o Consenso de Washington que se viu avançar os processos de integração regional como nunca visto antes, seja pela criação de novos organismos regionais, seja pela reestruturação de instituições pré-existentes. Inclusive, essa mudança conjuntural promoveu uma ligeira

substituição dos blocos de perfil ideológicos (mudança de paradigma) por outros com foco na integração política, econômica e comercial intra e inter-regional.

Assim, desde 1948 é possível identificar ao menos três fases bem demarcadas do regionalismo latino-americano, quais sejam: o regionalismo fechado de corte cepalino com foco na integração econômica com forte inspiração no modelo desenvolvimentista de planejamento estatal, protecionismo e indução à industrialização que vigorou até a década de 1980; a ascensão do regionalismo aberto ou do novo regionalismo de viés mais neoliberal que preconiza a implementação do estado mínimo com a primazia do mercado na condução do livre comércio no bojo da integração comercial dos anos 1990. A posteriori, em que pese a crise do novo regionalismo na América Latina, ocorreria a retomada da agenda da integração regional como instrumento político para promover autonomia e desenvolvimento, fenômeno que ajudou a reverter ligeiramente a hegemonia comercialista abrindo caminho para o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico dos anos 2000.

Ao analisar os processos regionais latino-americanos, José Antonio Sanahuja (2009) sugeriu a necessidade de um “novo regionalismo” com instituições mais fortes e instâncias decisórias e estrutura institucional melhor delimitada. A despeito dos resultados comerciais positivos na década de 1990, tanto no comércio intrarregional (aumento de mais 7,7 vezes no comércio regional) quanto nas exportações totais da América Latina e Caribe (aumento de mais 5,9 vezes no comércio exterior), Sanahuja aponta, por outro lado, o esgotamento do “regionalismo aberto” (1990 - 2005) –, seja pela limitada estrutura institucional, seja pela cultura nacionalista arraigada na região; ou pela combinação da “diplomacia presidencial” ou interpresidencialismo como método normal nos processos decisórios, seja pela incidência de crises sucessivas entre os países nos anos 1990, o que facilitou a ascensão de um novo “consenso progressista” na região. Esse cenário de crises socioeconômicas, projetou uma inusitada conjuntura regional com o regionalismo pós-liberal (2005 - 2015) - com aproximações e diferenças em relação à Aliança do Pacífico, que segundo o autor, a suposta “fratura do atlântico-pacífico” estaria mais para uma divisão “Norte-Sul” – mais identificados com o nacional-desenvolvimentismo, com a

implementação de políticas heterodoxas, o fortalecimento da política exterior com enfoque na cooperação Sul-Sul, integração regional e redução da pobreza e das desigualdades.

Ademais, após a crise do “regionalismo aberto”, Sanahuja sustenta ter ocorrido um rearranjo do regionalismo latino-americano no seguinte sentido: a) “la primacía de la agenda política, y una menor atención a la agenda económica y comercial” conjugada com a ascensão dos governos de esquerda, sobressaindo agendas nacionalistas e tentativas de exercer liderança regional por países como Venezuela e Brasil; b) “el retorno de la ‘agenda de desarrollo’, en el marco de las agendas económicas del ‘post-consenso de Washington’”, com uma agenda política distanciada do regionalismo aberto e do livre-comércio; c) “un mayor papel de los actores estatales, frente ao protagonismo de los actores privados y las fuerzas del mercado”; d) “un énfasis mayor en la agenda ‘positiva’ de la integración, centrada en la creación de instituciones y políticas comunes y en una cooperación más intensa en ámbitos no comerciales”, com destaque para a ampliação dos instrumentos de cooperação Sul-Sul e até mesmo pelo surgimento de uma revigorada agenda de paz e segurança; e) “mayor preocupación por las dimensiones sociales y las asimetrías en cuanto a niveles de desarrollo, y la vinculación entre la integración regional y la reducción de la pobreza y la desigualdad”; f) maior preocupação com os gargalos estruturais “y las carencias de la infraestructura regional, con el objeto de mejorar la articulación de los mercados regionales”; g) “más énfasis en la seguridad energética y la búsqueda de complementariedades”; h) “la búsqueda de fórmulas para promover una mayor participación y la legitimación social de los procesos de integración” (SANAHUJA, 2009, p.23).

Enfim, no início do século XXI, ao longo do período conhecido como de “maré rosa” (“unidade de esquerda”), houve uma forte tendência de governos progressistas priorizarem a agenda da integração regional, visto que ela poderia combinar elementos autonomistas e contra-hegemônicos ao mesmo tempo em que se confrontava, na prática, com outras experiências neoliberais com foco no livre comércio intra e extrarregional. Inclusive, ao longo desse período, constata-se a incorporação de novos métodos inter e transdisciplinares e pluriculturais com

destaque para a coexistência de “outras” formas de conhecimento vinculados à geopolítica do território que surgiriam para questionar tanto o conhecimento elitizado das regiões periféricas como das instituições *mainstream* existentes nos principais centros internacionais, tendo em vista que o conhecimento é um importante instrumento de poder, sendo imprescindível compreender suas estratégias de produção e difusão de pensamento que incentivem ou impeçam a redução da “colonialidade do poder e do saber” que subordina o continente desde o advento do “descobrimento” da América e da subsequente exploração colonial do “Novo Mundo”. Acrescenta-se que esse contexto secular de submissão e dependência, que ainda reverbera nos dias atuais, tende a eleger quais os conhecimentos (re)produzidos terão mais legitimidade entre os núcleos políticos e intelectuais do continente, impedindo, em muitos momentos, a difusão de pensamento inovador e criativo sem a necessidade de copiar tão somente o que vem de fora, haja vista a necessidade de descolonizar modelos preconcebidos como ocorreu (e ocorre) muitas vezes em nossas universidades por influência dos modelos oriundos dos centros hegemônicos. Além disso, cabe ressaltar que descolonizar o conhecimento não é apenas diversificar a origem, a nacionalidade, a classe social, o gênero e a língua em que essas ideias são produzidas, ainda que seja importante, sendo que ter atores e instituições latino-americanos reproduzindo conhecimento exógeno com o intuito de solucionar problemas endógenos não garante que haverá a descolonização dos debates e ideias que perpassam a governança regional.

Inclusive, nesse período, ao analisar o reagrupamento do pensamento cepalino na região, coabitaram governos com orientação social-democrata, liberal e bolivariana, iniciando um novo ciclo regional que começou a despontar em 1998 com a ascensão do ex-presidente Hugo Chávez na Venezuela, fato que prenunciou uma nova mudança na conjuntura política, uma vez que o mandatário venezuelano era um crítico ferrenho da ideologia neoliberal, do imperialismo e do intervencionismo norte-americano nos assuntos da região. Em seguida, a “onda rosa” se consolidaria com a eleição de Lula da Silva (2002), Néstor Kirchner (2003), Tabaré Vázquez (2005), Evo Morales (2005), Michelle Bachelet (2006), Rafael Corrêa (2006), Fernando Lugo (2008) entre outros. Esse processo reabriu

uma janela de oportunidade, muito pela guinada nos termos de intercâmbio dos bens primários que favoreceu as economias da região. Inclusive, foi nesse contexto que, em 2005, durante a Cúpula das Américas em Mar del Plata, ocorreria o engavetamento da proposta da Área de Livre-Comércio das Américas, representando um marco simbólico do regionalismo pós-hegemônico. Assim, a derrocada da ALCA impulsionou outros esquemas de cooperação e integração regional, tal qual ocorreu com a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em outros termos, o “consenso progressista” renovou a agenda de pesquisa, revigorando o fomento à produção acadêmica sobre a política externa, assim como também promoveu a ampliação de novos arranjos institucionais que potencializariam a criação de comunidades epistêmicas latino-americanas de perfil transnacional com a capacidade de coordenar simultaneamente espaços nacionais e regionais com foco na construção de pensamento sobre a integração regional na América Latina.

No entanto, a partir da crise financeira mundial em 2008 e do declínio do “superciclo das commodities” em 2015, sob a influência gradativa das novas direitas anti-globalistas do hemisfério Norte, a conjuntura política da América Latina foi reconfigurada e seu impacto na governança regional alcançou uma desarticulação inédita. Isto é, apesar de alguns governos latino-americanos associarem equivocadamente os processos de integração latino-americana a uma agenda de esquerda, entre os quais se inclui o governo de extrema direita de inspiração liberal-conservadora em curso no Brasil, na prática, cada estado deveria identificar no processo de integração a realização de seus interesses (GRANATO, 2014) que, nada mais é do que uma decisão política compartilhada com vistas a uma estratégia mútua que permita ao estado-nação periférico incrementar sua autonomia e margem de manobra no sistema internacional hierárquico e assimétrico. Nesse sentido, a ideia da integração regional não se tornou hegemônica na América Latina, em alguma medida, pela incapacidade de fazer transparecer os benefícios que essa união poderia representar para os projetos nacionais de desenvolvimento e para a inserção da região na ordem global, o que também reverberou na redução da capacidade dos centros de produção, difusão e aplicação de pensamento sobre e para os processos de

integração regional. Por outro lado, talvez, o debate integracionista ainda não tenha dado conta de responder às profundas assimetrias econômicas, de densidade territorial e populacional, e de níveis de desenvolvimento entre os diferentes países que compõem a governança regional, uma vez que em muitos momentos os processos de integração foram vistos pelas elites como empecilho para os projetos nacionais. Dessa forma, mesmo que a integração regional não possa resolver todos esses problemas, ela é, em muitos aspectos, entendida como parte da solução, sendo um componente relevante para a estratégia nacional e, em especial, para superar a condição periférica e de dependência da região.

Além do mais, em 2011, Colômbia, Chile, Peru e México criaram um bloco – Aliança do Pacífico – guiado pelo Regionalismo Aberto, o que implicaria no início de uma mudança gradual nos princípios da integração regional em um momento de franco domínio da ideia de um Regionalismo Pós-liberal (ou pós-hegemônico) na América Latina. Em 2012, a partir do aprofundamento da crise político-institucional no Paraguai, ocorreria a destituição de Fernando Lugo da presidência e o isolamento político com impacto duradouro nas relações regionais deste país. Em 2013, a partir do aprofundamento da crise venezuelana e da morte prematura de Hugo Chávez, somado ao gradativo aumento da crise política e econômica no Brasil, que culminaria no impeachment de Dilma Rousseff da presidência do Brasil (2016), ocorreria a paulatina deterioração de organismos sub-regionais do quilate da CAN, Mercosul e UNASUL sem que uma nova arquitetura fosse pensada para suprir as necessidades da região. Por fim, em 2019, após o “convite” das Forças Armadas bolivianas, Evo Morales foi forçado a renunciar à presidência de seu país. Essa rápida decomposição do concerto regional, muito influenciado pelo declínio da liderança regional do Brasil, interrompeu a governança existente e abriu um hiato, agravado pela pandemia de Covid-19, pela falta de formulação de uma política de cooperação e integração entre os novos governos de direita, reforçando o atual vazio institucional e a hipótese da inexistência de atores, centros de pensamento e comunidades epistêmicas identificadas com tal ideologia que pudessem pensar e criar experiências inovadoras para a governança regional.

Neste contexto, os organismos criados a partir da “maré rosa” – sobretudo

a UNASUL, ALBA e CELAC – foram quase extintos ou perderam sua relevância, restando um vácuo na memória institucional dos arranjos regionais. No primeiro refluxo conjuntural os mecanismos de integração – uns mais e outros menos – deixaram de funcionar pelo baixo nível de institucionalização e pela falta de vontade política desses presidentes que impediram a agenda de avançar, seja pelo desfalecimento das iniciativas intergovernamentais, seja pelo impacto nos atores, instituições e comunidades epistêmicas responsáveis por promover estudos, assessoria e difusão de conhecimento entre o nível governamental e intersocietal. Inclusive, neste período recente prevaleceu a promoção de uma agenda de esvaziamento e destruição dos processos regionais que culminaria na quase inexistência de articulação entre os governos de direita, sobrando iniciativas regionais tímidas que se somaram aos fragmentos isolados nos respectivos planos nacionais, o que acabou por favorecer o restabelecimento das relações subordinadas com os EUA.

Com o declínio da “maré rosa”, portanto, e a sucessão de crises econômicas e políticas a partir da segunda década dos anos 2000 e, sobretudo após ascensão de governantes liberais-conservadores e/ou de extrema direita que culminaram no esvaziamento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), houve a intensificação do cenário de incertezas que desembocaria em uma nova fase do regionalismo latino-americano que aqui denominamos de regionalismo “líquido” (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021). Isto é, a instabilidade política e econômica e a mudança ideológica entre os governos e a falta de confiança entre os atores regionais, em alguma medida, marca uma nova tendência de criar organismos ou de esvaziar os arranjos regionais pré-existentes, sejam eles organismos para a integração (CAN, Mercosul, ALBA, Aliança do Pacífico), sejam eles destinados a promover a cooperação regional (UNASUL, CELAC, PROSUL), com a justificativa de que a flexibilização das normas e das estruturas institucionais reduziria a burocracia de seu funcionamento emprestando maior agilidade na condução dos interesses sul-americanos.

Apesar da crítica frequente ao viés político e ideológico da UNASUL, não surpreende que os líderes liberais conservadores que se retiraram da UNASUL tenham sido os mesmos a criar o Fórum para o Progresso e Integração da América

do Sul (PROSUL) que, além de permanecer como um instrumento ideológico de agrupamentos de direita, na prática, não se institucionalizou, não formulou políticas perenes nem conhecimentos teórico e aplicado à governança regional. Além da atuação reativa, salienta-se que os atores aglutinados no entorno dessas ideologias de (extrema) direita não aparentam possuir centros organizados e tampouco estão articulados em torno de uma comunidade epistêmica com potencial de formulação e difusão de ideias sobre a integração regional ou que possa orientar os processos de integração regional. Assim, por exemplo, uma das hipóteses aventadas pela investigação é que esses grupos conservadores do Brasil e da região, para além das suas bases domésticas de sustentação, estão importando estratégias políticas da extrema direita europeia¹ e estadunidense, fato que leva a crer que não há uma comunidade epistêmica e uma proposta conservadora para pensar a integração da região. Em outras palavras, não existem intelectuais ou centros de referência formal e aparente pensando a integração regional desde o viés conservador ou de extrema direita no continente –, seja com orientação anti-comunista e anti-globalista, seja com orientação nacional e patriótica –, na implementação de um projeto regional autônomo. Curiosamente, esses grupos políticos de direita não demonstram ter capacidade ou interesse em aglutinar intelectuais cuja a responsabilidade seja refletir sobre e para a região e formular novas perspectivas e projetos de integração, não havendo tampouco a construção de coalizões ou mesmo uma articulação regional que extrapole apoios de caráter pontual e isolado. E mesmo que eventualmente se encontre uma personalidade com esse perfil, costuma tratar-se de caso pontual e marginal, seja pela negação ou desconstrução de espaços acadêmicos e universitários tradicionais, seja pela falta de interesse em criar um centro de referência que pense e difunda conhecimentos com vistas a promover a integração regional.

Para concluir, ainda que não houvesse uma hipótese estruturada desde o início do trabalho, com a revisão da literatura especializada e após delimitar o recorte do estudo a partir da análise histórica dos processos de produção e difusão de conhecimento sobre a integração regional latino-americana e caribenha e da

¹ A título de comparação, a extrema-direita europeia tem idealizado um bloco conservador guiado pelos valores nacionalistas, cristão, anti-imigração, sendo muitos deles, é verdade, inspirados pelas ideias nazi-fascistas. Inclusive, existe uma tentativa desses postulantes (Viktor Orban, Marine Le Pen, Santiago Abascal etc) criarem uma agenda paralela de integração dentro da própria União Européia.

discussão teórica do regionalismo, havia a ideia preliminar de que o uso do conceito de comunidades epistêmicas seria útil para mapear e analisar o amplo conjunto de atores e iniciativas regionais responsáveis por produzir e difundir conhecimento, entre os quais, por exemplo, incluía-se o papel inovador da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), abrindo espaço para diferentes experiências e arranjos institucionais – e não somente potenciais comunidades epistêmicas latino-americanas da integração – que tiveram um papel relevante na articulação, reflexão e implementação de uma agenda da integração regional no continente. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a América Latina “una e diversa” apresenta uma configuração plural e dispersa de grupos, comunidades e organismos governamentais e não governamentais, faltam, todavia, meios institucionais para apoiar comunidades epistêmicas latino-americanas da integração com capacidade de articular intelectual e politicamente a aplicação do conhecimento socialmente reconhecido pelas demandas sociais da região.

Assim, foi possível identificar similaridades e diferenças entre os grupos de especialistas e analisar a diversidade de atores e a complexidade de iniciativas regionais com perfil acadêmico, governamental e não governamental tendo em vista aclarar as capacidades e estratégias mais bem-sucedidas de influenciar políticas governamentais e tomadores de decisão em posições de relevo na governança regional. Em outras palavras, buscou-se questionar a quem serve a ideia da integração latino-americana, a saber: “¿Para los sectores privilegiados de estas sociedades? ¿Para que los capitales, sean nacionales o transnacionales, puedan moverse libremente en todo el continente? ¿O, por el contrario, para los pueblos, para las mayorías empobrecidas, excluidas, subordinadas?” (LANDER, 2004, p.45).

Por fim, no que se refere à estrutura da tese, apresenta-se um breve resumo das etapas desenvolvidas ao longo dos três capítulos. Ou seja, no primeiro capítulo foi realizado um breve histórico do pensamento sobre a integração latino-americana com destaque para as ideias, experiências e pensadores que inspiraram o primeiro centenário de independência ao pensar estratégias unionistas para fazer frente as potências coloniais metropolitanas. Em seguida, a partir do marco de

criação da CEPAL em 1948, foram discutidas as principais ideias do estruturalismo latino-americano, o conhecimento de corte nacional-desenvolvimentista, comumente associado ao binômio autonomia-desenvolvimento e ao eixo integração-industrialização, a teoria da dependência, a concepção de autonomia e demais formulações contemporâneas do regionalismo latino-americano.

No segundo capítulo foi revisada a literatura crítica sobre a produção de conhecimento tendo como foco os marcos teóricos do saber-poder, ideologia, decolonialidade e epistemologias do sul, perpassando as comunidades epistêmicas como instrumento analítico para pensar a produção de conhecimento sobre e para os processos de cooperação e integração regional que compõem o regionalismo latino-americano, tendo como ênfase o contexto sul-americano. No transcorrer da pesquisa de campo, contudo, o marco teórico das comunidades epistêmicas ganhou maior centralidade para pensar não apenas o processo de produção de conhecimentos e saberes propriamente ditos, passando a analisar como estas ideias interagem e influenciam a construção de projetos de cooperação e integração regional na América Latina.

Finalmente, no terceiro capítulo foi analisada a trajetória de algumas instituições regionais bem como a percepção dos entrevistados sobre o sentido da integração latino-americana, o histórico do regionalismo, o cenário atual e o futuro da agenda regional tendo em vista mobilizar a pluralidade de ideias, de vínculos entre redes de especialistas e parcerias interinstitucionais entre organizações de perfil acadêmico, governamental e não governamental. Buscou-se com isso ilustrar um amplo panorama dos atores, ideias e instituições responsáveis por produzir e difundir pensamento na região, bem como indicar tendências e capacidades de influenciar políticas públicas e tomadores de decisão nos países e blocos regionais, explicitando, na prática, a estratégia de ação de comunidades epistêmicas potenciais, viáveis e prováveis por apoiar e orientar a integração regional da América Latina e do Caribe. Em suma, essa investigação buscará por diversas vias guiar-se pelas epistemologias do Sul, isto é, “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 1998, p.9).

*Los Estados Unidos parecen destinados por la providencia
para plagar la América de miseria en nombre de la Libertad.*

Simón Bolívar

2. América latina em debate: um breve histórico da integração latino-americana

Neste capítulo será apresentado, de forma breve, uma contextualização dessa complexa região, “una e diversa”, que convencionamos chamar de América Latina. Do “descobrimento”, ascensão e declínio da dominação colonial, com certo destaque para a colonização ibérica, passaremos pelo momento crucial dos processos de independência, bem como pela constituição dos Estados nacionais e sua nascente configuração regional, tendo como destaque as múltiplas experiências, teóricas e práticas, sobre e para a integração latino-americana.

O objetivo é percorrer o período final de existência das colônias ibero-americanas, entendidas a grosso modo como extensão territorial das metrópoles européias, em que pesavam rebeliões, disputas e conflitos de todos os tipos e em todas as partes, conectando suas revoltas políticas e sociais aqui também identificadas como causas pré-separatistas – e embrionárias do ideal de Pátria Grande que desembocaram na ideia de integração de *Nuestra América* –, com a deflagração das lutas de independência no final do século XVIII nos EUA (1776 – 1781) e, em especial, a partir do processo revolucionário no Haiti (1791 – 1804), e no início do século XIX no restante do continente hispano-americano (1810 – 1825), excetuando-se Cuba e Porto Rico, e na América luso-brasileira (1808 – 1822).

Após fazer esse breve panorama, serão abordados os primórdios do unionismo político e seus possíveis desdobramentos para a integração latino-americana na contemporaneidade. Essa abordagem retrospectiva busca compreender esse intrincado cenário com vistas a eleger alguns dos principais eventos, personagens e ideias que marcaram as diferentes épocas. É também um esforço por elucidar as configurações que perpassam o imaginário continental e os

motivos pelos quais sempre existiram forças atuando a favor e contra a integração regional, e que esse cenário de disputa vem desde antes dos processos de independência que foram deflagrados na virada do século XVIII para o século XIX. Essa escolha, a priori, mesmo que arbitrária, não tem a pretensão de esgotar a narrativa, até pela impossibilidade de abarcar o vasto acervo latino-americano, suas distintas iniciativas governamentais, formulações teóricas e experiências mais ou menos bem-sucedidas que buscaram avançar com a agenda de uma América Latina unida e autônoma e, que, de alguma forma, semearam ideias, difundiram utopias, serviram de inspiração e deixaram um legado para as gerações vindouras.

E a bem da verdade, é de causar fascínio e admiração o fato da América Latina apresentar uma larga tradição no debate da integração regional, com reflexões e proposituras originais para o debate do regionalismo. Tanto é assim que não há como dissociar o debate integracionista da trajetória política, econômica e social da região dos últimos séculos. E ainda que as contribuições latino-americanas não sejam reconhecidas por muitos especialistas da área², visto que ocorre uma idealização da experiência integracionista europeia, que muito embora tenha diferenças expressivas em relação à realidade latino-americana, a experiência europeia segue sendo em alguma medida o modelo assimilado pelo continente. No entanto, ao considerar o contexto latino-americano, há que se reforçar que os antecedentes desse debate remontam aos

precursores de la Independencia y a los Libertadores, se extiende a lo largo del siglo XIX y continúa su evolución desde el siglo XX hasta nuestros días. Se trata de lo que calificamos como una verdadera tradición de pensamiento integracionista, que se ha desarrollado en las diversas esferas de la vida social: economía, política, literatura, filosofía, etc (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p. 17).

Há que se observar as fartas evidências de um saber prévio sobre a

2 “Lo que pasa con nosotros como académicos en América Latina, es que cuando enseñamos el curso de integración le damos a leer a los estudiantes a Haas, a Schmitter, a Hoffman y está muy bien, tenemos que enseñarles esos. Pero algunas veces les damos un texto de Raúl Prebisch, Carta de Jamaica o algún texto de Francisco Bilbao o Nuestra América porque muchas veces ellos explican mejor porque necesitamos la unidad. Nosotros no necesitamos la unidad de los estados nación que decía Haas”. Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 28/06/21.

integração latino-americana que precede os processos formais de independência. “Los precursores del integracionismo como Juan Pablo Vizcardo, Francisco de Miranda, Bernardo de Monteagudo o Mariano Moreno pensaban que el futuro de las naciones americanas era unirse en una organización política con voz propia y mayor peso en la política mundial” (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p. 17). Briceño-Ruiz, por exemplo, menciona a defesa pioneira de Francisco de Miranda³, no início do século XIX, que advogava pela criação de uma grande nação latino-americana com extensão territorial do Mississipi à Terra do Fogo. Por mais irrealista que fosse a proposta, havia a originalidade de pensar a construção de uma região integrada ainda antes da deflagração das lutas continentais de libertação. Mais que sujeitos de ação, esses líderes foram pioneiros na formulação de pensamento que prepararia o terreno para os Libertadores conquistarem de fato a independência, feito que colocaria a agenda da integração no centro do debate político da região. “Para los Libertadores como Simón Bolívar, José de San Martín, Francisco Morazán, José Gervasio Artigas o Bernardo O’Higgins, la independencia política de las nacientes repúblicas no podía estar separada de la idea de unidad regional” (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p. 17). Em última instância, a projeção do binômio independência e integração regional entre as novas repúblicas fez parte de uma estratégia consciente que visava conter os planos de restauração do antigo sistema colonial pelos impérios europeus, bem como buscou fazer frente ao avanço gradual dos EUA nos assuntos da região.

De maneira geral, o processo de integração latino-americana vem sendo realizado de maneira cíclica, entre avanços e retrocessos, há mais de dois séculos. Segundo Souza (2012), desde a independência e a formação dos Estados nacionais na América Latina, quatro grandes ondas da integração regional se sucederam ao longo da história: a) a disputa entre EUA e Inglaterra pela divisão da América Latina como obstáculo para a integração regional, b) a consolidação da hegemonia dos EUA como empecilho para a integração regional, c) as crises estruturais do sistema capitalista mundial como catalisador da nova onda de integração e, por

3 O general, político e diplomata Francisco Antonio Gabriel de Miranda foi um dos precursores da luta pela independência na Venezuela, tendo defendido a unidade das colônias hispano-americanas como uma causa subsidiária à luta de libertação; precedendo inclusive os próceres da independência.

fim, d) a emergência de governos progressistas e o fracasso da ALCA abriram uma nova era nas relações do continente. Nas duas primeiras etapas a Grã-Bretanha e depois os EUA dificultaram a integração regional. Já nas últimas duas ficaram evidenciadas que crises estruturais no sistema internacional conjugada com governos nacional-desenvolvimentista de inclinação autonomista poderiam promover a integração com a propositura de uma agenda positiva na região.

Por isso, se considerarmos o período entre as formulações de Simón Bolívar e as “escolas” estruturalista e da autonomia, perpassando a “geração novecentista”, encontraremos um conjunto variado de saberes e teorias que buscaram avançar com o debate da integração regional. A discussão que se coloca, segundo Briceño-Ruiz, é que, muito embora não tenha havido a formulação de uma teoria propriamente latino-americana sobre a integração no século XIX, houve, sim, uma vasta produção de pensamento sobre a integração latino-americana, inclusive com lastro prático, que serviria de base para as formulações teóricas a partir do século XX e, mais especificamente, a partir da destacada criação da Comissão Econômica para a América Latina em 1948. Em outras palavras, o debate integracionista

pasa por un periodo de pre-teorización durante el siglo XIX, y se profundiza con la Generación del 900 en los ámbitos filosófico y político. La obra de Prebisch, el estructuralismo, los aportes de la CEPAL y la teoría de la dependencia, así como la contribución de un creciente grupo de intelectuales y políticos significaron la madurez del pensamiento integracionista en América Latina (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p.19).

Em síntese, ao considerar esse rico acervo latino-americano, Briceño-Ruiz (2012) propõe que os dois conceitos fundamentais que guiarão os mais de duzentos anos de independência dos países latino-americanos serão tanto a busca por autonomia frente as potências extrarregionais, como a necessidade de diversificação da estrutura produtiva regional com vistas a alcançar a industrialização – e por consequência o desenvolvimento econômico –, sendo, portanto, um balizador importante das ações e estudos de integração no continente. “Incluso, no puede desconocerse que ambas ideas están intrínsecamente conectadas. No obstante, sí pueden observarse períodos en los

cuales una u otra idea ha sido hegemónica” (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p. 27).

Assim sendo, após mais de 200 anos de reflexões sobre a integração latino-americana, é possível afirmar que prevaleceram ao menos 5 vertentes de pensamento na região: 1) Autonomia política (1810 - 1890); 2) Desenvolvimento econômico via substituição das importações (final do século XIX - 1945); 3) Industrialização e autonomia (1948 - crise da dívida); 4) Desenvolvimento econômico através da abertura econômica (década de 1990); 5) Retomada da agenda desenvolvimentista (século XXI) (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p. 28). Logo, podemos dizer que durante quase todo o século XIX prevaleceu a ideia da integração com foco na autonomia política da região. “Desde Bolívar hasta José Martí, la defensa de la autonomía de las nacientes repúblicas frente a las potencias europeas y, posteriormente, frente a Estados Unidos, se manifestó en propuestas de creación de confederaciones o pactos de unión político-militar. Las iniciativas de unidad económica, en cambio, fueron escasas” (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p. 27). As propostas de integração econômica, ainda que incipientes, ganharam força apenas na virada do século, em grande medida em reação à vertiginosa ascensão dos EUA. Como se sabe, caberia a “Raúl Prebisch y la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) elaborar una teoría original del desarrollo y el subdesarrollo latinoamericano, en la cual la idea de integración económica tendría un papel destacado” (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p. 19).

De certa forma, a integração regional não se tornou hegemônica na América Latina pela incapacidade de fazer transparecer os benefícios que essa união poderia representar para os projetos nacionais de desenvolvimento e para a inserção da região na ordem global. Talvez, o debate integracionista ainda não tenha dado conta de responder às profundas assimetrias econômicas, de densidade territorial e populacional, e de níveis de desenvolvimento entre os diferentes países que compõem o continente, uma vez que em muitos momentos os processos de integração foram vistos como empecilho para os projetos nacionais, sobretudo pelas elites. Mesmo que a integração regional não possa resolver todos esses problemas, ela é, em muitos aspectos, parte da solução, sendo um componente relevante para a estratégia nacional e, em especial, para a superar a

condição periférica e de dependência da região. Ou seja, “el desafío es integrar la diversidad y las asimetrías existentes en torno de objetivos estratégicos como la tecnología, la energía y las políticas industriales comunes. Las circunstancias específicas de la región no inhabilitan la validez del proyecto pero caracterizan su complejidad y condicionan la estrategia integracionista” (FERRER, 2012, p. 13).

Por fim, ao considerar o histórico do regionalismo latino-americano é preciso levar em conta o amplo acervo existente tanto pelo pensamento elaborado antes da fundação da CEPAL quanto pela produção de conhecimento a partir de meados do século XX, com vista a

entender a busca persistente de desenvolvimento econômico e de autonomia política que tem marcado a história dos países e da integração latino-americana. O trabalho de vários especialistas em regionalismo latino-americano hoje, incluindo os trabalhos a respeito do “regionalismo pós-hegemônico”, também podem estar situados nesta tradição intelectual estruturalista/autonomista. (...) Finalmente, pode-se argumentar que a tese inter-presidencialista sobre a dinâmica do regionalismo no Mercosul e, mais amplamente, na América do Sul também é uma contribuição de estudiosos latino-americanos para a teorização enraizada no contexto regional (Tussie e Riggirozzi, 2012; Briceño Ruiz e Morales, 2017; Malamud, 2005 apud BRICEÑO-RUIZ, 2018, p. 268-9).

2.1. Aspectos geográficos e culturais da América Latina

A América Latina abrange mais de onze mil quilômetros entre o México e o extremo sul do continente, perpassando a região montanhosa e estreita da América central, banhada de um lado pelo Oceano Pacífico e do outro pelo golfo do México, para em seguida se conectar com a América do Sul, que se estende até a Terra do Fogo, onde os oceanos Pacífico e Atlântico se encontram. Ao longo da costa Pacífica, estão os Andes, que circundam os mais de sete mil quilômetros do lado ocidental da América do Sul, considerada uma das cordilheiras mais extensas do planeta. Sua distinta geografia envolve picos nevados, florestas, vulcões, desertos e lagos que atravessam sete países: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e Argentina. Uma barreira natural por séculos, a cordilheira dos Andes abriga maravilhas, riquezas e obstáculos para a integração, uma vez que é

responsável por separar a costa pacífica do restante do subcontinente. A porção oriental da América do Sul tem uma variedade de florestas, rios, planícies com o predomínio territorial do Brasil⁴ e destaque para as Bacias Amazônica e Platina, sendo que esta última responde pela maior densidade demográfica, pelos melhores índices socioeconômicos e pelo estreitamento do intercâmbio entre as nações.

Nesta vasta região falam-se diversas línguas indígenas mescladas com o predomínio do espanhol e português – México, América Central e América do Sul – juntamente aos *hispanohablantes* das ilhas caribenhas e, por definição, o Haiti que faz uso do crioulo e francês. E como se sabe, “a unidade essencial da América Latina decorre do progresso civilizatório que nos plasmou no curso da Revolução Mercantil Ibérica” (RIBEIRO, 2017, p.25) garantindo certa homogeneização no âmbito linguístico e cultural. Nessa delimitação latino-americana, não foram incluídas boa parte dos territórios da “América do Norte que, durante a primeira metade do século XIX, a Espanha e, mais tarde, o México perderam para os Estados Unidos por obra de tratados e guerras. Tampouco foram incluídas as ilhas britânicas, francesas e holandesas do mar dos Caraíbas, ou as Guianas, ainda que a Jamaica e Trinidad, por exemplo, tenham antecedentes hispânicos em seus primórdios” (BETHEL, 2012, p.14).

A ideia de América Latina, ainda que tenha suas controvérsias históricas, traz uma noção compartilhada de identidade continental e unidade regional que remonta ao século XIX. Mesmo que nos seus primórdios a tese pan-latina⁵ tenha tido rivalidade entre os impérios francês e britânico, uma vez que as nações nascentes buscavam consumir a independência frente as metrópoles européias;

4 É sempre bom lembrar que, muito embora o Brasil ocupe a maior extensão territorial da América do Sul, “sua primeira unidade regional, e historicamente a mais importante, é constituída pela longa faixa costeira que borda o oceano” (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 9). Isso fez com que o Brasil ficasse com todo o território direcionado para o oceano Atlântico e em muitos momentos da história de costas para a América Latina, isto é, por muito tempo o país ficou apartado do debate da integração latino-americana. Talvez por ser concebido de forma singular como uma monarquia constitucional, um estado imperial com ambição expansionista de proporções continentais e surpreendentemente unitária; talvez por manter o sistema escravocrata e por ser a única nação a falar português; talvez pela geografia e pela elite nacional pensar o Brasil como algo distinto da América Latina e ter preferência nas relações comerciais com a Europa e depois com os EUA, possa explicar essa relativa demora em compor a concertação regional. Mas o fato concreto é que desde a proclamação da independência, já existiam forças nacionais que transitavam entre o pan-americanismo e latino-americanismo, com destaque mais recente para o projeto sul-americanista.

5 Segundo Fernando Del Paso, o termo teria sido forjado, em 1836, pelo francês Michel Chevalier em cuja obra promoveu-se a tese pan-latina que respaldaria os ambiciosos interesses de Napoleão III na invasão do México. Assim, “a novidade do texto de Chevalier estava na transposição para o Novo mundo das disputas entre ‘latinos católicos’ e ‘anglo-saxões protestantes’ que já se davam em território europeu” (Prado & Pellegrino, 2019, p. 8). Na visão do autor, a França “deveria liderar suas irmãs européias e americanas na luta contra os países de origem saxônica” (ibidem).

por outro lado, em um segundo momento, os latino-americanos⁶ buscaram fazer frente ao expansionismo estadunidense que buscava consolidar sua hegemonia e fazer valer seus interesses econômicos na região. Segundo a vertente latino-americanista de Arturo Ardao, a criação do termo se deu pela atuação do colombiano José Maria de Torres Caicedo com a publicação do poema *As duas Américas*⁷, que reivindicava a unidade latino-americana em oposição ao crescente expansionismo intervencionista norte-americano no continente. Ademais, segundo Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino (2019), citando Monica Quijada, a ideia de América Latina seria uma formulação original protagonizada pelos próprios sujeitos latino-americanos, isto é, a “América Latina não é uma denominação imposta aos latinos-americanos em função de interesses alheios, e sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações”. Esse entendimento sobre o termo reforça a construção da identidade regional, em oposição a América anglo-saxônica, servindo como instrumento de promoção da integração latino-americana.

Como conta a história, a América anglo-saxônica, rica, desenvolvida, intervencionista, transitou rapidamente de uma potência regional para um império global quase onipotente relegando a América Latina, ao sul, para o papel de vizinho pobre, subdesenvolvido e dependente. Não foi por acaso que “a meta de Bolívar era opor aos Estados Unidos setentrionais os estados unidos meridionais. A Pátria Grande de Artigas, a Nuestra América de Martí aponta no mesmo rumo” (RIBEIRO, 2017, p.23). Mas para isso é importante ter claro as razões pelas quais as nações latino-americanas continuaram sendo parte da periferia e cumprindo o papel de fornecer bens primários para o sistema mundial. Darcy Ribeiro explorou

6 Mais recentemente, Miguel Rojas Mix argumentou que o primeiro latino-americano a cunhar o termo foi o chileno Francisco Bilbao, em 1856, numa conferência em Paris, mas mantendo o papel de relevo para José Caicedo na difusão do conceito por sua destacada circulação nos meios intelectuais do velho continente e em especial nos meios parisienses, sendo os dois latino-americanistas viventes da mesma época em Paris. Da conferência de Bilbao, neste mesmo ano, saiu uma publicação intitulada “*Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las repúblicas*”, em que o chileno brindou o público com o singelo termo “latino-americano” para poder revisitar a doutrina bolivariana da independência das colônias hispano-americanas em que se enaltecia a “unidade latino-americana” bem como a união de seus povos e de suas repúblicas, especialmente as da América do Sul.

7 Más aislados se encuentran, desunidos, Esos pueblos nacidos para aliarse: La unión es su deber, su ley amarse: Igual origen tienen y misión; La raza de la América latina, Al frente tiene la sajona raza, Enemiga mortal que ya amenaza, Su libertad destruir y su pendón. La América del Sur está llamada, A defender la libertad genuina, La nueva idea, la moral divina, La santa ley de amor y caridad. El mundo yace entre tinieblas hondas: En Europa domina el despotismo, De América en el Norte, el egoísmo, Sed de oro e hipócrita piedad (CAICEDO, 1857).

a oposição entre as duas Américas, dando destaque para as diferenças linguístico-culturais e socioeconômicas. Desse antagonismo básico entre anglo-americanos e latino-americanos, emergiriam “relações assimétricas de poderio em um polo e dependência no outro” (idem, 2017, p.24).

Além disso, é muito recorrente encontrar justificativas para o subdesenvolvimento e a desintegração regional ancorada nas limitações geográficas. Tanto é assim que essa constatação é feita, via de regra, em contraste com a geografia favorável dos Estados Unidos, o que para muitos explica o desenvolvimento nacional e a ascensão global dos norte-americanos⁸ em contraposição aos percalços do restante do hemisfério. Mas existem outras formas de analisar os dilemas desse vasto território, isto é, se faz necessário “reconhecer que o principal fator causal de nosso atraso reside não em deficiências da terra ou do povo, como fizeram crer, por décadas, tantos teóricos, mas no caráter retrógrado das classes dominantes. Elas organizaram a nação e o Estado para servirem a seus próprios projetos de prosperidade” (RIBEIRO, 2017, p.50), sem dar qualquer importância à marginalização dos povos do continente. Uma análise descuidada poderia reforçar para os céticos da integração latino-americana a impossibilidade de superar a desintegração nacional que enfileira as principais cidades no curso litorâneo das nações, como pela crença inabalável de que nem mesmo a integração latino-americana poderá reverter essa condição de dependência que a geografia supostamente impôs, em definitivo, à região. É evidente que essa condição periférica poderia ser menor, não fosse a relação de concorrência na exportação de produtos primários entre os próprios países da região que, guiados pelas elites primário-exportadoras obstaculizam os processos de cooperação e integração que visem a inserção autônoma da região na ordem mundial.

Mais que o determinismo geográfico, faltaria um projeto político consistente para a região tendo em vista que “é notória a unidade da América Latina como fruto de sua continuidade continental. A esta base física, porém, não

8 Os Estados Unidos, como potência global no pós-guerra, se transformaram no maior fornecedor de produtos manufaturados, tecnológicos e primários do planeta. E em certa medida, a formulação da Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974) pode ajudar a esclarecer essa dinâmica uma vez que ela é ancorada na ideia da divisão internacional do trabalho em que se “legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho dos outros, isto é, receberam uma maior parte do excedente”, o que reforça o aprofundamento das assimetrias intra e inter-regional na América Latina.

corresponde uma estrutura sociopolítica unificada e nem mesmo uma coexistência ativa e interagente. Toda a vastidão continental se rompe em nacionalidades singulares” (RIBEIRO, 2017, p.17) uma vez que “sua própria substância nacional tem muito mais singularidade e vigor do que o denominador comum que as faz ibero-americanas.” (RIBEIRO, 2017, p.18). E o autor prossegue afirmando que a unidade geográfica

jamais funcionou aqui como fator de unificação porque as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiram sem conviver, ao longo dos séculos. Cada uma delas se relacionava diretamente com a metrópole colonial. Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas que se comunicam por mar e pelo ar e que, com mais frequência, voltam-se para fora, para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro. As próprias fronteiras latino-americanas, correndo ao longo da cordilheira desértica, ou da selva impenetrável, isolam mais do que comunicam e raramente possibilitam uma convivência intensa (RIBEIRO, 2017, p.17).

Isso apenas reforça o desafio de lidar com um continente amplo, plural e complexo e como é relevante e atual considerar sua unidade em meio a imensa diversidade regional. Por isso, não é possível desconsiderar as diferenças entre as distintas sociedades nacionais e as respectivas regiões uma vez que “estudios latinoamericanos deberían al mismo tiempo analizar los elementos convergentes o comunes de los países junto con la diferencias y las evoluciones socio históricas específicas de las sub-regiones y países” (SIERRA, 2008, p.10). Apesar da história e identidade cultural comum, não surpreende que a dominância das metrópoles sobre o continente tenha se mantido e até intensificado as assimetrias inter e intra regionais. E que o fim do colonialismo na América Latina, nos moldes do que formulou Quijano, não deu conta de encerrar a colonialidade que se mantém no continente até os dias atuais. É algo sutil e que chama muito a atenção, uma vez que mesmo que o colonialismo tenha sido descontinuado com as revoluções de independência, conservou-se a dominação subjetiva com a persistência da “colonização dos corpos e mentes dos povos”. Isso reforçará a dominação material e simbólica e a perpetuação de quais conhecimentos serão legítimos e aceitos frente àqueles que serão definidos como ilegítimos e arcaicos.

De maneira geral, esse tem sido o itinerário da América Latina, que por um lado, sintetizou as ambições políticas dos povos recém-independentes, com forte influência do ideal da “Pátria Grande”, sem que se garantisse em absoluto a autonomia política e o desenvolvimento social e econômico dessas nações forjadas durante as lutas pela independência do século XIX. Por isso, esse segue sendo o grande desafio da atualidade, o que torna a agenda da integração uma estratégia pertinente na busca por consumir a soberania regional e, na prática, superar as profundas relações de dependência que subordinam a região aos principais centros de poder global.

2.2. A “invenção” da América e a colonialidade do poder

A descoberta do Novo Mundo, ou como defendido pelo historiador mexicano, Edmundo O’Gorman (1958), a “invenção” da América, apesar de ser um marco para a civilização ocidental, e sobretudo para os interesses europeus, concorreu com outros eventos importantes que se sucederam em 1492, qual seja, “a expulsão dos judeus da Espanha e o fim do domínio islâmico na Península Ibérica” (O’GORMAN, 1992, p.9). E o autor prossegue, parafraseando a colombista espanhola Consuelo Varela, que “é nessa época que a Europa começa realmente a existir” (ibidem); pois será a partir da exploração da América e, mais especificamente, a partir da chegada de Cristóvão Colombo à ilha de São Salvador que, em busca de ouro, os nativos iriam generosamente indicar aos estrangeiros que procurassem o metal precioso na grande ilha do Haiti. Desta forma consta que

os espanhóis, o povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha, à qual chamaram de Hispaniola, e tomaram os seus primitivos habitantes sob a sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos (JAMES, 2010, p.19).

Será, portanto, com a dominação da América que a Europa acumulará a

riqueza e o poder que lhe permitiriam ascender ao comando do planeta. “A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial / moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p.227). E é por isso que o ano de 1492

es la fecha del “nacimiento” de la modernidad, aunque su gestación -como el feto- lleve un tiempo de crecimiento intrauterino. La Modernidad se originó en las ciudades europeas medievales, libres, centros de enorme creatividad. Pero “nació” cuando Europa pudo confrontarse con “el Otro” y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un “ego” descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad. De todas maneras, ese Otro no fue “descubierto” como Otro, sino que fue “encubierto” como “lo Mismo” que Europa ya era desde siempre. De manera que 1492 será el momento del “nacimiento” de la Modernidad como concepto, el momento concreto del “origen” de un “mito” de violencia sacrificial muy particular y, al mismo tiempo, un proceso de “encubrimiento” de lo no-europeo (DUSSEL, 1992, p.7-8).

O ano de 1492 demarca, em vários aspectos, um grande divisor de águas na história mundial, uma vez que “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-identidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p.228). A ideia de raça como distinção e hierarquização humana é, portanto, uma manifestação típica da modernidade que remete ao século XVI, isto é, a expansão comercial mercantilista na Europa conjugada com a descoberta da América⁹. Por outro lado, o padre dominicano, de Las Casas, fez tudo o que pôde junto à coroa espanhola para abolir a escravatura dos nativos americanos. “Mas, sem a coerção desses indígenas, como poderia a colônia existir? Tudo o que os nativos receberiam a título de salário seria o cristianismo e poderiam ser bons cristãos sem trabalhar nas minas” (JAMES, 2010, p.19). Tempos depois a coroa espanhola consentiria em abolir o trabalho forçado, mas a mudança de postura ficaria restrita

⁹ É por isso que a descoberta da América espanhola (1492) e da porção luso-brasileira (1500) se constituiu num feito sem precedentes na história. E podemos acrescentar a esse empreendimento, sobretudo pelos diferentes destinos que teriam, a colonização anglo-saxônica no final do século XVI realizada pela coroa inglesa que culminaria na criação das treze colônias (1607), bem como a colonização francesa de Santo Domingo (1659) que hoje conhecemos como Haiti.

apenas às escrituras. “O estoque indígena também era limitado, ao passo que o africano era inesgotável. Portanto, os negros foram roubados na África para trabalhar nas terras roubadas aos índios na América” (WILLIAMS, 2012, p.37). Não satisfeito,

las Casas, assombrado pela possibilidade de ver, diante de si, a total destruição da população no período de tempo de uma geração, recorreu ao expediente de importar os negros mais robustos da populosa África. Em 1517, Carlos V autorizou a exportação de quinze mil escravos para São Domingos. Assim, o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão (JAMES, 2010, p.19-20).

Assim, “a escravidão negra não teve nada a ver com o clima. Suas origens podem ser enunciadas em três palavras: no caribe, o açúcar, o tabaco e o Algodão. Uma mudança na estrutura econômica gerou uma mudança correspondente no fornecimento de mão de obra” (WILLIAMS, 2012, p.54-55). Portanto, a origem da escravidão negra foi mais econômica que racial. O empreendimento colonial nas índias ocidentais demandaram abundância de mão de obra e a solução foi apelar ao trabalho africano por ser melhor e mais barato. Isso posto, claro, viria reforçar a ideia da raça superior do conquistador¹⁰ sobre o conquistado que forjará, com o caminhar da história, uma distinção biológica que consagrará a inferioridade dos povos americanos e a escravidão dos africanos, em um laboratório a céu aberto, que servirá mais tarde, do ponto de vista científico, como um novo padrão de dominação global. A ideia de raça

em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis

¹⁰ “A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual” (LANDER, 2005, p.27).

sociais correspondentes (QUIJANO, 2005, p.228).

Em verdade, foi a partir dos estudos de Aníbal Quijano e de outros autores, responsáveis pela revisão da ideia de modernidade-colonialidade, que se permitiu expandir o conceito de colonialidade do poder para dimensões como a de “colonialidade do saber”, que nada mais é que a expansão para o campo intersubjetivo. Neste caso, a ideia de colonialidade do poder configura diretrizes de dominação com o potencial de controlar a economia, as riquezas naturais, a raça, o gênero, a subjetividade e os conhecimentos que circulam entre o centro-periferia¹¹ de forma permanente. Logo, a partir do empreendimento colonial no continente americano, Quijano sistematizou o conceito de divisão racial do trabalho em que

as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça a divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005, p.228).

A consolidação dessa noção racista pela qual se convencionou distribuir a força de trabalho configurou uma nova modalidade de dominação durante todo o período colonial. Dessa forma, segundo Quijano, instituiu-se uma rede sofisticada e perversa para controlar e distribuir formas específicas de trabalho servil entre grupos e raças dominadas. Isso reforça que desde o princípio a América foi vista como uma região incivilizada e por isso mesmo fonte inesgotável de mão de obra não livre.

E aqui é importante mencionar que “com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória

¹¹ Quijano resgata o sistema centro-periferia de Raúl Prebisch que na época buscava explicar, desde a CEPAL, os problemas do desenvolvimento nos países periféricos da América Latina ao se indagar se Prebisch “sabendo-o ou sem saber, o núcleo principal do caráter histórico do padrão de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, que formava parte central do novo padrão mundial que foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p.235).

e do imaginário” (LANDER, 2005, p.26), que prepararam o terreno para as profundas transformações em gestação que o “século das luzes” viria consolidar. A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e “eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p.226). Além disso, o iluminismo inaugura, com sua visão cartesiana, processos de produção de conhecimento ancorado em múltiplas separações, tal qual o conhecimento integral do homem sobre o homem, através da síntese do método analítico da categoria de raça que tornaria possível a classificação social de toda a população mundial com base nas características culturais e fenotípicas; assim como ocorreria com o “ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)” entre outras divisões apresentadas por Descartes e depois pelas ciências sociais. Dessa forma o iluminismo tornou-se o

fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, travaria guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado (ALMEIDA, 2019, p.26-27).

Mas a grande prova de fogo ocorreria no final do século XVIII, mais precisamente a partir de agosto de 1791, em uma luta que se prolongou por doze anos e que colocou em xeque o projeto liberal-iluminista de civilização: sim, estamos falando da Revolução Haitiana. “Essa foi a única revolta de escravos bem-sucedida da História” (JAMES, 2010, p.15) entre tantas rebeliões deflagradas entre a Antiguidade e os tempos modernos. E é por isso também que a civilização europeia nunca perdoaria tamanha ofensa à raça branca. Os haitianos, liderados

pelo destacado líder Toussaint L'Ouverture¹², fizeram uma revolução contra o sistema escravocrata e para que os ideais de liberdade e igualdade criada pela Revolução Francesa fossem, inclusive, implantados na ilha caribenha. “A Revolução Haitiana entrou na história mundial com a característica particular de ser inconcebível ainda enquanto corria” (LANDER, 2005, p.40-41). A bravura do povo haitiano e o talento militar de seus líderes fizeram do Haiti a primeira¹³ colônia emancipada da dominação estrangeira na América Latina. “Os Estados Unidos tinham conquistado antes a sua independência, mas meio milhão de escravos trabalhavam nas plantações de algodão e de tabaco. Jefferson, que era dono de escravos, dizia que todos os homens são iguais, mas também dizia que os negros foram, são e serão inferiores” (CÉSAIRE, 2010, p.4). Nada disso foi capaz de impedir a vitória dos haitianos sobre “os brancos locais e os soldados da monarquia francesa. Debelaram também uma invasão espanhola, uma expedição britânica com algo em torno de sessenta mil homens e uma expedição francesa de semelhantes dimensões” (ibidem). Além disso,

com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Isso explicaria por que a civilização não pode ser por todos partilhada. Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos¹⁴ à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar (ALMEIDA, 2019, p.27-8).

Então, “começou o bloqueio. A nação recém-nascida foi condenada à solidão. Ninguém comprava do Haiti, ninguém vendia, ninguém reconhecia a

12 Como um grande homem de ação, Toussaint habitualmente escrevia e falava como um filósofo, além de tratar dos temas mais variados como política, agricultura, estratégias militares, diplomacia e relações exteriores. “O homem que tão deliberadamente decidira se juntar à revolução tinha 45 anos, uma idade avançada para aquela época (...). Ele deitaria as fundações de um Estado negro que dura até os dias de hoje” (JAMES, 2010, p.96).

13 Haiti (1804); Paraguai (1811); Argentina (1816); Chile (1818); Colômbia (1819); Venezuela (1819); México (1821); Brasil (1822); Equador (1822); Peru (1824); Bolívia (1825); Uruguai (1828); Guatemala (1838); Nicarágua (1838); Honduras (1838); El Salvador (1838); Costa Rica (1838); República Dominicana (1844); Cuba (1898); Panamá (1903).

14 Segundo Jacob Gorender, “os africanos e os negros crioulos não puderam escapar de certos condicionamentos históricos que os condenaram ao atraso e aos regimes tirânicos até os dias de hoje. Tendo destruído a produção açucareira, os ex-escravos se dedicaram a uma agricultura de subsistência, o que os isolou das possibilidades de desenvolvimento, no contexto da economia mundial. A isto acresce a quarentena odiosa a que o Haiti foi submetido pelo ‘pecado original’ de ter nascido de uma rebelião de escravos, quando o regime escravista ainda era florescente nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba” (JAMES, 2010).

nova nação” (CÉSAIRE, 2010, p.4-5). Tanto é assim que, na obra *Silenciando o Passado* de Michel-Rolph Trouillot, o antropólogo tira da sombra as complexas relações de poder ao questionar a forma pela qual historiadores e intelectuais do ocidente trataram de invisibilizar a façanha revolucionária dos escravos negros no Haiti. Mais que inesperada, a inimaginável Revolução Haitiana foi “silenciada pela historiografia ocidental”. E é nessas condições específicas que “a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p.28). De fato,

foi nesse continente que, em 1804, tentou-se pela primeira vez uma dupla emancipação, página ainda aberta na geografia política mundial, em que os negros do Haiti tentaram se emancipar, ao mesmo tempo, da França e dos brancos donos de *plantations* naquela que, até então, era a mais rica colônia francesa. Ao contrário dos livros de história que, eurocentricamente, falam da história da liberdade a partir da Revolução Francesa ou da Revolução Americana ou, ainda, dos pressupostos do Iluminismo, foi no Haiti que, pela primeira vez, tentou-se a liberdade para todos, independentemente de se ser branco e europeu. Thomas Jefferson e Napoleão, assim como toda a elite crioula na América, tiveram tanto medo do haitianismo como, mais tarde, seus descendentes teriam do comunismo (LANDER, 2005, p.12).

Como se sabe, a Revolução Haitiana não agradou Napoleão Bonaparte e a elite francesa, uma vez que a abolição da escravatura e a consolidação da independência fizeram ruir os elevados lucros amealhados com a exploração da antiga colônia. Napoleão enviou uma grande expedição com o objetivo declarado de depor e prender Toussaint L’Ouverture, e a operação secreta para restaurar a escravidão. Apesar do fim trágico que teve o principal líder da Revolução haitiana, que foi enviado e depois preso na França, onde morreu enfermo na prisão, a independência se consolidou no final de 1803 e o Haiti foi finalmente proclamado uma república independente em 1º de janeiro de 1804, a qual não seria reconhecida¹⁵ pelas potências estrangeiras.

15 Uma das consequências seria o veto à participação do Haiti no Congresso do Panamá (1826), sob a alegação oportunista de Francisco de Paula Santander de que, sendo uma “república de cor”, provocaria danos irreparáveis à causa americana por fazer frente aos interesses europeus. Apesar do compromisso que Bolívar tinha com a causa anti-escravagista do presidente Pétion, prevaleceu uma vez mais o veto aos haitianos e Bolívar nada pode fazer contra a alegação de que a independência do Haiti ainda não havia sido

Nos anos seguintes se sucederam disputas de poder no Haiti até que Alexandre Pétion foi alçado para o comando da recém-liberta república. Pétion decidiu distribuir as terras¹⁶ entre os colonos e o povo, alcançando um expressivo reconhecimento popular. Outro feito memorável, que ocorreu em 1815, foi o asilo político dado a Simón Bolívar em função de nova derrota na campanha de independência na Venezuela. Antes disso, o “Libertador” já havia recebido amparo na Jamaica¹⁷, mas sem alternativa foi obrigado a se asilar no Haiti, onde Pétion forneceu ao venezuelano tudo aquilo que ele necessitasse para empreender nova campanha de libertação contra a coroa espanhola: navios, armas, munições, mantimentos etc; mas exigindo como contrapartida de Bolívar o compromisso de abolir a escravidão em todos os países que viesse a libertar na América do Sul. As batalhas perdidas e as passagens pelo Haiti fizeram com que Bolívar aprimorasse a compreensão da questão racial e “aprendera a valorizar o povo negro, a reconhecer plenamente o papel do negro e do mestiço na luta de libertação” (CASTRO, 1988, p.89). Após anos de guerras contra a Espanha, liderada pela elite *criolla* liberal e esclarecida, as possíveis causas da vitória só alcançariam êxito com a incorporação de uma perspectiva popular, quais sejam, a abolição da escravatura¹⁸, a defesa da igualdade social e liberdade para as classes e raças subalternizadas. Esse foi um dos principais ensinamentos que se irradiaram da independência haitiana.

Por fim, é interessante registrar o paralelo entre as revoluções insulares, no

reconhecida.

16 “Para o Caribe, o século XIX é o século da abolição da escravidão. Mas foi no Haiti que os padrões definitivos do desenvolvimento regional adquiriram forma. Toussaint não via outro caminho para a economia haitiana a não ser a cultura da cana. (...) Mas com a libertação dos escravos e a independência essa cultura, indelevelmente associada à escravidão, tornou-se insustentável. Pétion aceitou substituir o plantio da cana pela economia de subsistência” (JAMES, 2010, p.346). Mas resta claro, também, que a produção de subsistência intensificou o declínio econômico e permitiu aflorar todo tipo de instabilidade política.

17 Foi no exílio que escreveu uma das publicações mais importantes, tendo um tom profético no tocante ao desdobramento das revoluções de independência. Assim, na Carta de Jamaica, em Kingston, 6 de setembro de 1815, também conhecida como *Resposta de um americano meridional a um cavalheiro desta ilha*, Bolívar apresenta para o interlocutor, Henry Cullen, os avanços e retrocessos das lutas em curso com análise acurada e o aprendizado das batalhas perdidas, denunciando os abusos cometidos pelos colonizadores ao longo dos trezentos anos de exploração, bem como apontando profeticamente os desafios quase intransponíveis para a consolidação da Pátria Grande americana.

18 Ainda que pensada inicialmente para o contexto escravagista brasileiro, é de fundamental importância trazer a baila as reflexões de Florestan Fernandes sobre a posição do negro na sociedade de classes. Seja antes ou depois da abolição, “o abandono do liberto à proporia sorte – sem qualquer suporte do estado, igreja ou da sociedade – e sem garanti-los as noções sociais e psicossociais que levassem-nos a vencer o sistema concorrencial – prontamente preenchidas pelos imigrantes brancos –, ou até mesmo coragem e disposição para enfrentar funções consideradas degradantes – que remetiam ao passado de escravidão – fatalmente levariam os negros a mergulhar na escória proletária, no ócio dissimulado, ou, ainda, na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente” (SOUZA, 2003, p.155).

Caribe, de libertação nacional de perfil popular no Haiti e em Cuba e o seu impacto difuso no tempo e no espaço e no imaginário latino-americano. “O que havia acontecido na São Domingos francesa entre 1792 e 1804 repetiu-se em Cuba em 1958” (JAMES, 2010, p.344). Ao conectar os feitos de Toussaint L’Ouverture com os de Fidel Castro o autor reforça que

a revolução de Castro significa mais para o século XX do que a de Toussaint significou para o século XIX. Mas, apesar da distância de mais de um século e meio, ambas são características das Índias Ocidentais. O povo que as realizou, os problemas com que se deparou e as tentativas de resolvê-los são peculiares das Índias Ocidentais, produtos de uma origem peculiar e de uma história peculiar. Seus habitantes tomaram consciência de si próprios como povo durante a Revolução Haitiana (JAMES, 2010, p.344).

2.3. A importância dos libertadores para o ideal da integração latino-americana

Como dito anteriormente, a ante-sala dos processos de independência da América Latina foram as guerras napoleônicas, bem como as revoluções americana, francesa e haitiana, associadas às revoltas populares e sobretudo aos interesses das elites coloniais de se emancipar em definitivo e evitar qualquer possibilidade de restabelecimento dos laços de submissão com as cortes metropolitanas. De certa forma, esse seria o prenúncio do declínio colonial na América Latina que, apesar de consagrar a independência formal dos estados nacionais, não conseguiria forjar instantânea e sucessivamente uma nação homogênea e integrada, uma vez que a própria ideia de nação é fruto de uma construção “cultural e ideológica formada posteriormente à constituição do Estado. Desta maneira, durante o momento do acontecimento das guerras de independência, nem os Estados e futuros países sul-americanos, e muito menos as nações, estariam conformados” (STELLA, 2008, p.10). E além disso, pondera-se que o marco histórico das independências das colônias hispânicas no continente diz respeito a “uma identidade ‘americana’, mas não ainda em termos de identidades ‘nacionais’, como ‘argentinos’, ‘venezuelanos’, ‘mexicanos’”

(ibidem), mas, possivelmente, uma identidade hispano-americana de cunho emancipatório que daria impulso no futuro à identidade macro regional latino-americana.

Dessa forma, quando pensamos nas lutas de independência da América hispânica do começo do século XIX, é inevitável não lembrar da figura destacada de Simón Bolívar (1783 - 1830), um dos principais comandantes das guerras de emancipação contra o Império Espanhol. Bolívar, que era de origem venezuelana, foi um dos principais líderes de libertação da América desempenhando o papel de militar, pensador, político, reformador social e líder revolucionário responsável por emancipar cinco nações na América do Sul – Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia –, sendo pioneiro na luta pela abolição da escravidão, considerava inconcebível que a luta pela liberdade fosse ancorada na manutenção da escravidão, além de defender na prática a descolonização das colônias americanas emancipadas, uma vez que “os americanos, no sistema espanhol que está em vigor, e talvez com maior força do que nunca, não ocupam outro lugar na sociedade senão o de servos próprios para o trabalho ou, quando muito, o de simples consumidores; e ainda essa parte limitada com restrições chocantes” (BOLÍVAR, 2015, p.37).

Como toda família rica da época, Simón Bolívar teve acesso a mentores marcantes em sua formação. O primeiro foi Andrés Bello, que se destacaria como jurista e poeta, responsável direto por sua iniciação nas letras e geografia. Mas, talvez, o mestre que mais marcou a sua trajetória tenha sido o irreverente Simón Rodríguez. De ideias inovadoras e à frente de seu tempo, ele defendia a originalidade do empreendimento latino-americano, ao defender com afínco que a região “tem de ser original na criação de suas instituições e governos, seus meios têm de ser originais para fundar um e outro. Ou inventamos ou erramos” (RODRÍGUEZ, 2016). Quase um século depois, José Carlos Mariátegui também defenderia a indispensabilidade da criatividade nas lutas latino-americanas, tema que segue sendo bastante atual para a América Latina. Simón Rodríguez era um aventureiro com ampla experiência pelo mundo, um típico autodidata com formação eclética e que nutria entusiasmo pelos ideais iluministas que se irradiavam do velho continente, defendendo a liberdade e a democracia amparada

no contrato social, sendo também um defensor do ensino gratuito para as crianças pobres, além de um forte crítico da ordem feudal e colonial. Além disso, o professor Rodríguez incentivou Bolívar a concluir os estudos na Europa, onde bebeu direto na fonte do pensamento ilustrado de Rousseau, Voltaire e Montesquieu. Essas ideias conjugadas com o impacto da revolução inglesa, norte-americana e francesa condicionaram a sua forma liberal-revolucionária de pensar e de agir nas lutas de independência.

Por outro lado, as Reformas Borbônicas¹⁹, também conhecidas como a contra-ofensiva espanhola para uma “nova conquista da América”, apresentaram novas legislações políticas e econômicas, aumento de impostos de maneira impositiva gerando insatisfação das elites *criollas*, que passaram a se insurgir em diversas regiões da América a partir de 1780. Tais levantes não eram, por hora, lutas declaradamente pela independência, mas já indicavam o descontentamento generalizado nas colônias. Mas não somente, pois o próprio contexto latino-americano no final do século XVIII se encarregou de inserir na ordem do dia a urgência de reformas que pudessem garantir autonomia política e abolição do sistema colonial escravocrata. Por exemplo, no ano de 1780, no vice-reino do Peru, sob a liderança de Tupac Amaru, ocorreu o levante indígena contra os trabalhos forçados nas minas. Logo em seguida, em 1781, a rebelião dos *comuneros* foi responsável por balançar as estruturas da Colômbia. Todas elas foram violentamente reprimidas mas não sem deixar marcas na nova geração de jovens *criollos*, que teriam nessas revoltas a oportunidade de formar um pensamento político patriótico que serviria ao ideal de luta pela independência.

O que mais chama atenção é que muitas dessas revoltas, periodicamente lideradas pela alta sociedade *criolla*, foram rejeitadas pela própria casa-grande quando da crescente adesão de indígenas, negros e mestiços. Em geral, os *criollos* se opunham à ingerência da metrópole, tendo em vista seus interesses políticos e econômicos, mas temiam muito mais o povo e suas revoltas populares preferindo a manutenção dos desmandos da metrópole a ter que enfrentar uma revolução popular que pleiteasse vida digna para o conjunto da população. Além disso, é

19 De forma análoga, a reforma Pombalina proposta por Portugal sobre o território brasileiro, teve um caráter modernizante cujo objetivo era dinamizar a administração do império português impondo maior controle sobre as riquezas provenientes do domínio colonial. Essa reforma intensificaria as revoltas coloniais sendo um importante estopim para o amadurecimento dos movimentos de luta pela independência.

inegável que a memória da Revolução haitiana se fazia presente nos círculos de comando das elites *criollas*. Mas os próceres da independência uma vez tendo declarado guerra à tirania colonial, sedimentaram um amplo apoio entre homens e mulheres que dariam a vida pela causa da liberdade, o que permitiria formar um “exército patriota” com características populares capaz de libertar os países sul-americanos da opressão metropolitana sem perder de vista as particularidades do processo de emancipação latino-americano: “não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis” (BOLÍVAR, 2015, p.36).

Tido como um dos principais precursores da integração hispano-americana e conhecedor da peculiaridade do processo latino-americano, que não aceitaria receitas pré-concebidas do estrangeiro, Bolívar defenderia a unidade política como condição indispensável para consumir a liberdade plena na região, uma vez que apenas a independência formal não reuniria as condições necessárias para a concretização de uma próspera Pátria Grande. Isto é, “eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela sua liberdade e glória” (BOLÍVAR, 2015, p.43). Não obstante, e apesar de preconizar uma grande confederação dos países do continente, já que tinha a convicção de que “é a união seguramente a que nos falta para completarmos a obra de nossa regeneração” (2015, p.51), Bolívar tinha noção dos enormes obstáculos para conformar esse objetivo em vida e entre as próximas gerações, uma vez que

é uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América. Que belo seria que o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto é para os Gregos! Tomara que algum dia tenhamos a felicidade de instalar ali um augusto congresso dos representantes das repúblicas, reinos e impérios, para tratar e discutir sobre os altos interesses da paz e da guerra com as nações das outras três partes do mundo. Essa espécie de corporação poderá ter lugar em alguma época feliz da nossa regeneração (BOLÍVAR, 2015, p.48-9).

Apesar do ideal bolivariano ter se tornado parte da consciência coletiva da região, Bolívar não foi o único de sua geração²⁰ a protagonizar a luta emancipatória em busca da Pátria Grande, posto que dividiu com o general argentino, José de San Martín²¹ (1778 - 1850), responsável por ajudar a emancipar outros três países – Argentina, Chile e Peru. Depois de muitos anos em combate na Europa, o argentino decidiu retornar para Buenos Aires em 1812 para prestar serviço à república recém-criada. Foi designado para organizar o exército que marcharia sobre o Chile e o Peru como estratégia para assegurar a independência do país. Depois de um minucioso trabalho de planejamento, deu início à famosa travessia dos Andes – episódio conhecido como “Paso de los Andes” – para a libertação do Chile, consumada em 1817, e dali para o Peru, em 1821. Foi nesse momento que San Martín organizou a campanha de emancipação do Peru, que era um dos principais centros coloniais da América espanhola tendo em vista a relevante posição do vice-reinado²² já desde os primórdios da empresa colonial. Essa expedição contou com a participação de relevo do chileno Bernardo O’Higgins, outro defensor efusivo da integração das nações americanas recém-independentes. Em Lima, San Martín foi proclamado o Protetor do Peru. Em 1818, Bernardo O’Higgins escreveu para Simón Bolívar que “la causa que defiende Chile es la misma en la que se hallan comprometidos Buenos Aires, Nueva Granada, México y Venezuela, o mejor diríamos, es la de todo el continente de Colombia” (O’Higgins, 1865 [1818]: 246 apud BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.29).

20 José Gervásio Artigas (1764 - 1840) - Uruguai, José Maria Morelo (1765 - 1815) - México, J. G. R. de Francia (1766 - 1840) - Paraguai, José de San Martín (1778 - 1850) - Argentina, Bernardo O’Higgins (1778 - 1842) - Chile, Simón Bolívar (1783 - 1830) - Venezuela, Francisco Morazán (1792 - 1842) - Honduras, Antônio José de Sucre (1795 - 1830) - Venezuela e tantos outros.

21 A trajetória de vida de San Martín, filho de espanhóis, nascido no pequeno vilarejo jesuíta de Yapeyú, no Vice-Reino do Rio da Prata, era típica de um *criollo* nascido na América. Como seu pai era militar, mudou-se para Madrid onde foi educado e seguindo os passos paterno ingressou nas forças armadas na tenra idade e, antes de retornar à Argentina, seguiu em combate contra os mouros e contra as tropas napoleônicas. Não resta dúvida que sua trajetória de vida se espelha na história vencedora dos incipientes estados que se formariam nas terras meridionais da América do Sul ganhando por isso mesmo a alcunha de Libertador da América com predicado de “pai da pátria” de sua terra natal, uma vez que o mesmo nasceu no que hoje se conhece como Argentina.

22 Os vice-reinos eram unidades político-administrativas descentralizadas que representavam os desígnios da coroa espanhola na América. Ao longo da história colonial foram criados 4 capitânias gerais (Chile, Cuba, Guatemala e Venezuela) e 4 vice-reinos: os primeiros, de Nova Espanha (que compreende o México na atualidade) e do Peru, tiveram grande destaque por perfazer o extenso território das civilizações indígenas pré-colombianas, como o asteca e o inca, tendo sido também um grande fornecedor de minérios. Posteriormente, no século XVIII, foram fundados os vice-reinos de Nova Granada (que na atualidade correspondem à Colômbia, Equador e Panamá) e o do Rio da Prata (que na atualidade correspondem à Argentina, Paraguai, Uruguai e parte da Bolívia, que na época se chamava Alto Peru).

É evidente que os libertadores tinham trajetórias, visões e formações diferentes, mas isso não foi propriamente uma barreira para a defesa conjunta da Pátria Grande. San Martín era monarquista e, talvez, pelas experiências que teve, não abraçaria a democracia liberal nos moldes elaborados pelos teóricos europeus. Era refratário à ascensão das massas populares na vida política e propugnava a criação de um grande estado monárquico que abrangeria o Rio da Prata, o Chile e o Peru, tendo como possível referência o recém-criado império brasileiro, indicando ao trono um príncipe, em um primeiro momento, de origem espanhola. Se esse projeto fosse inexecutável, buscaria uma aliança com a aristocracia peruana para garantir a instauração de um governo estável, mas que mantivesse a separação entre as distintas classes que compunham a sociedade da época. Bolívar, por outro lado, não confiava nas soluções importadas do velho continente tendo críticas à abordagem “elitistas” de San Martín. O venezuelano era um aristocrata de berço, mas antes de tudo um sonhador carismático com oratória e personalidade genuína, além de um grande entusiasta da liberdade dos povos da região.

Não é obra do acaso que as vidas de Simón Bolívar e San Martín se misturem com a história das independências da América do Sul. E mais que isso, os libertadores projetaram o ideal de unidade para os quatro cantos do continente garantindo, em vários aspectos, a recepção desses ideais pelas gerações que os sucederiam no plano político, filosófico e cultural. “En el fondo, el unionismo hispanoamericano, en su cosmovisión y dimensión genética, pasa por la creación de un ámbito político de solidaridad continental de raíz hispanoamericana como consecuencia de la desmembración del Reino de Indias” (BARRIOS, 2012, p.63). E esse ideal de união se consolidaria a tal ponto de se tornar um

pensamiento dinamizador del pueblo en el que se identifica: a) la dimensión histórica: la unidad cultural de 300 años del Reino de Indias, b) los paradigmas: solidaridad y fraternidad de los pueblos hispanoamericanos, c) imagen del adversario: absolutismo borbónico y d) metodología o régimen político: un gobierno centralista ya sea bajo la forma monárquica como lo buscaron San Martín y Belgrano o bajo la presidencia vitalicia con Bolívar (BARRIOS, 2012, p.63-4).

Isso reforça que os países latino-americanos, mesmo sem ter um projeto político econômico para a integração, estão conectados secularmente, ainda que de forma heterogênea, pelo ideal unionista da Pátria Grande. Muito em função das inúmeras ameaças estrangeiras, sobretudo entre as potências europeias que insistiam em restaurar o antigo sistema colonial, o século XIX viu aflorar entre os países independentes a articulação de uma grande confederação que pudesse assegurar a autonomia; da mesma forma, muitos congressos seriam convocados para reforçar a estratégia de defesa confederada da região. Segundo Ferré, citando a ideia de “desenvolvimento integrado” de Alberdi,

antes de 1825 la causa americana estaba representada por el principio de su independencia territorial; conquistado eses hecho, hoy se presenta por los intereses de su comercio y prosperidad material. La actual causa de América es la causa de su población, de su riqueza, de su civilización y provisión de rutas, de su marina, de su industria y comercio (2012, p.32).

Ao analisar os fatores conjunturais que limitaram a constituição da Pátria Grande latino-americana ou que explicariam as causas da desintegração regional, pesaria contra a falta de interesse econômico comum entre as nações nascentes que pudessem viabilizar o projeto continental, sendo justificado, entre outros motivos, pela dificuldade de manter a estabilidade política na região.

2.4. O Congresso do Panamá (1826)

Diante dos obstáculos, uma vez que a emancipação formal não daria conta de implementar o projeto de Pátria Grande projetado pelos próceres da independência – uma vez que “a independência era uma simples questão de ganhar a guerra (...), os grandes sacrifícios viriam depois, para fazer destes povos uma só pátria” (MÁRQUEZ, 1989, p.105) –, talvez, a última tentativa em vida de Bolívar tenha sido a realização do Congresso do Panamá (1826), que foi convocado em dezembro de 1824. Nesta empreitada, “depois de quinze anos de sacrifícios consagrados à liberdade da América para obter um sistema de garantias que, na paz e na guerra, seja o escudo de nosso novo destino, é tempo já que os

interesses e as relações que unem entre si as repúblicas americanas (...) tenham uma base fundamental que eternize, se é possível, a duração desses governos” (BOLÍVAR, 2015, p.97). Bolívar convocou os representantes das repúblicas da Colômbia, México, Rio da Prata e Guatemala para compor uma grande confederação, que respeitaria a soberania nacional de cada país, tendo em vista consolidar a unidade política na América Latina e “conformar o poder deste grande corpo político pertencente ao exercício de uma autoridade sublime que dirija a política de nossos governos, cuja ação mantenha a uniformidade de seus princípios” (ibidem).

Além desses 4 países mencionados, seriam convidados, a contragosto de Bolívar, a Inglaterra, os EUA e o Brasil. Existia o receio de que os dois primeiros, por serem mais poderosos e influentes, pudessem interferir nos rumos da assembleia uma vez que “nossos inimigos terão todas as vantagens enquanto nós não unificarmos o governo da América” (idem). E é óbvio que os EUA, que havia lançado a pouco a Doutrina Monroe²³, se oporiam à criação de uma liga continental com o condão de abolir o tráfico de escravos, arbitrar controvérsias e articular a união política entre os estados americanos. Repetiria Bolívar que “o golpe mortal contra a integração fora convidar os Estados Unidos para o Congresso do Panamá, como fez Santander por sua conta e risco, quando se tratava de nada menos que proclamar a unidade da América. É como convidar o gato para a festa dos ratos” (MÁRQUEZ, 1989, p.192). E a história fez questão de reforçar o antagonismo natural entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Na verdade, se a primeira impressão é a que fica, prevaleceram as diretrizes expansionista e imperialista inaugurados pela doutrina Monroe de caráter incipiente e mais retórico e, sobretudo pelo Destino Manifesto (1845) em que os EUA defendiam abertamente que a América Latina era o seu quintal²⁴ e

23 A Doutrina Monroe foi criada em 1823. Era uma advertência dos EUA aos impérios europeus de que eles não teriam vida fácil na restauração do antigo domínio colonial e muito menos na anexação de novos territórios. Mas não demoraria para o mote “América para os americanos”, que defendia autonomia e soberania política para os países da região, ser reinterpretado como dominação geopolítica dos EUA sobre a América Latina. Nesse sentido, o Destino Manifesto (1845) forneceria as condições ideológicas e materiais que viriam a consolidar o expansionismo imperialista dos EUA. A empreitada foi tão bem-sucedida que no início do século XX seria reeditada como doutrina “Monroe 2” e, logo, batizada como Big Stick pelo presidente Theodore Roosevelt (“fale com suavidade e tenha à mão um grande porrete”).

24 1845: Anexação do Texas; 1846 - 1848: Guerra contra o México e anexação de quase 2/3 de seu território; 1855: Invasão da Nicarágua; 1867: Compra do Alasca junto a Rússia; 1898: Intervenção na guerra hispano-americana com controle sobre Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas; 1903: Tratado do Canal do Panamá e separação da Colômbia; 1901 – 1934: *Big Stick* e criação da Emenda Platt em Cuba que autorizava os EUA

indispensável zona de influência. A Guerra Mexicano-Americana (1846 - 1848) seria uma das primeiras oportunidades de pôr em prática a manifestada intenção expansionista. Em 1857, por exemplo, o presidente dos EUA, James Buchanan, defendeu abertamente “a expansão dos EUA sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça e nada pode detê-la”. Se porventura permanecesse a dúvida sobre a intenção imperialista dos Estados Unidos, em 1898, com a Guerra Hispano-Americana em Cuba não restariam dúvidas sobre as origens seculares de sua política imperial na região. É nesse contexto de ascensão estadunidense que o americanismo de Bolívar confrontará a doutrina Monroe, tendo em vista que, muito embora ela fosse, inicialmente, contrária à restauração do colonialismo europeu capitaneado pela Santa Aliança, vislumbrava dominar o hemisfério ocidental de forma unilateral.

Com relação ao Brasil²⁵, apesar de ser uma monarquia escravocrata²⁶ que gerava resistência entre os republicanos do quilate de Bolívar, pesou a intervenção mexicana em favor do império brasileiro, uma vez que o foco principal da assembleia seria tratar das relações internacionais e da união das nações latino-americanas. O Brasil era incompreendido pela porção hispano-americana. E segundo consta, o império brasileiro evitaria se aproximar das instáveis novas repúblicas até que lograsse alcançar o reconhecimento formal de sua independência pela Espanha; o consentimento espanhol só viria em 1834. E depois, qualquer aproximação com países vizinhos e republicanos poderia constranger a legitimidade do governo imperial, tendo em vista às contendas domésticas protagonizadas por movimentos republicanos que almejavam a mudança no sistema político brasileiro. A própria confederação do Equador

intervir no país caso seus interesses na ilha estivessem ameaçados; Guerra das Bananas (uma série de ocupações militares contra México, Cuba, Panamá, República Dominicana, Honduras, Haiti, Nicarágua). Ou seja, os EUA poderiam intervir política e militarmente na América Latina sempre que necessário. “Sem considerar o financiamento de revoluções, o armamento de grupos e o fornecimento de treinamento militar, os norte-americanos usaram a força na América Latina quase cinquenta vezes entre 1890 e o fim da Guerra Fria” (MARSHALL, 2018, p. 240);

25 Caio Prado Júnior argumenta na obra *Evolução política do Brasil* que a revolução de independência do Brasil duraria quatorze anos entre a chegada da família real liderada por D. João VI, em 1808, e a proclamação de independência por D. Pedro I em 1822. Ou seja, “a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 veio dar à nossa emancipação política um caráter que a singulariza no conjunto do processo histórico da independência das colônias americanas. Todas elas, mais ou menos pela mesma época, romperam os laços de subordinação que as prendiam às nações do Velho Mundo. Mas, enquanto nas demais a separação é violenta e se resolve nos campos de batalha, no Brasil, é o próprio governo metropolitano, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira” (2007, p. 45).

26 O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão (1888).

(1824), por exemplo, que foi um movimento revolucionário e separatista com impacto na região nordeste do Brasil, alinhou-se brevemente à Grã-Colômbia na tentativa fracassada de se emancipar do império. Além disso, nos primeiros anos da independência, prevalecia a disputa territorial na Banda Oriental que opunha o império brasileiro às Províncias Unidas do Rio da Prata. Dentre outras razões, esse conflito justificaria a ausência desses dois gigantes sul-americanos do Congresso do Panamá. Mas consta que Bolívar, tempos depois, reavaliou sua visão sobre a peculiaridade política brasileira²⁷, tido como “vizinhos e irmão”, afirmaria o Libertador que “o império do Brasil, recentemente criado por seu ilustre monarca, constituiu uma das mais poderosas garantias da independência das repúblicas americanas” (CASTRO, 1988, p.165). Não seria coerente com a discussão da integração regional ignorar o vizinho recém independente, sobretudo pela proeza de alcançar uma nação integrada e continental. Nesse sentido, Abreu e Lima, um dos poucos brasileiros ilustres a lutar ao lado do exército patriota nas campanhas de independência hispano-americana, conhecia melhor as particularidades do processo brasileiro ao assegurar que o sistema imperial era “o passo mais acertado para o caso do Brasil”, uma vez que “qualquer outra forma de governo teria confundido [aos brasileiros] e reduzido o país a uma completa anarquia e dissolução: o Brasil é imenso, povoado somente no litoral e de uma mistura de classes que nunca poderiam ligar-se sob nenhum sistema que o separasse muito da forma antiga” (CASTRO, 1988, p.164).

No tocante a pauta do Congresso do Panamá, destacam-se as formulações bolivarianas que buscavam guiar a concertação regional amparada pela unidade de ação dos países confederados tendo em vista o impedimento de qualquer tentativa de restauração colonial na América; “princípios fixos de direito internacional para evitar choques sobre pontos controversos; mediação e arbitramento exercidos pela Liga nas disputas surgidas entre os Estados-membros; abolição do tráfico de escravos africanos; fixação de limites entre os Estados-membros, com base no *uti possidetis*; soberania de cada Estado” (CASTRO, 1988, p.166). Como resultado final, seria assinado um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua e, apesar da escassa adesão, serviu como marco simbólico da integração entre os países. Em

27 Trata-se evidentemente de colonização, processos de independência e implantação de sistemas políticos bem distintos na América do Sul.

consonância com o pensamento de Bolívar, o segundo artigo do tratado assegurava que

el objeto de este pacto perpetuo será sostener en común, defensiva y ofensivamente, si fuere necesario, la Soberanía e Independencia de todas y cada una de las Potencias Confederadas de América contra toda dominación extranjera, y asegurarse, desde ahora para siempre, los goces de una paz inalterable, y promover, al efecto, la mejor armonía y buena inteligencia, así entre sus pueblos, ciudadanos y súbditos respectivamente, como con las demás Potencias con quienes deban mantener o entrar en relaciones amistosas (Tratado de la Unión, citado em De la Reza, 2006: 208; apud BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.31).

A pauta de discussão em si foi deveras avançada para o seu tempo, mas também foi muito à frente de suas possibilidades reais que se impunham, de toda sorte de incertezas, pelos interesses econômicos das velhas potências imperiais europeias e, em especial, da Grã-Bretanha pioneira no processo de industrialização – e ávida por abrir novos mercados para os seus produtos manufaturados – que culminaria na consolidação do processo de constituição do capitalismo moderno.

Mas o que salta aos olhos nesse momento histórico é que o Congresso do Panamá foi um projeto-piloto de organização internacional orientado para a paz, mediação e arbitramento de conflitos entre as nações. Sua realização representou o prenúncio do que seria feito no século seguinte com a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas. Foi uma contribuição direta de Bolívar para o complexo “equilíbrio do Universo”, sendo uma relevante contribuição à independência dos países latino-americanos e à corporificação de suas instituições, já enquadradas dentro de um regime jurídico bem definido. Sua visão anticolonialista alicerçada na coexistência pacífica entre as nações emancipadas faria dele, “como indicou Kaldone S. Nweihed, não somente o pai espiritual do Terceiro Mundo como o 1º internacionalista da humanidade, a ecumênica e não a eurocêntrica” (CASTRO, 1988, p.170).

Entre as críticas, como a do historiador Oliveira Lima, consta que o Congresso do Panamá foi uma “santa aliança republicana”, pensada para estreitar os laços entre as nações latino-americanas, com a condição de se opor aos Estados Unidos, mas que não passaria de um “belo vôo imaginativo, feliz até na

localização geográfica” uma vez que o istmo do Panamá teria

essa magnífica posição entre os dois grandes mares e poderá ser, com o tempo, o empório do universo; seus canais encurtarão as distâncias do mundo e estreitarão os laços comerciais entre a Europa, a América e a Ásia; carrearão para tão feliz região os tributos das quatro partes do globo. Ali, e apenas ali, poderá fixar-se algum dia a capital da terra (BOLÍVAR, 2015, p.46).

O fato concreto é que nem mesmo o Congresso do Panamá daria conta de concretizar o projeto bolivariano de uma grande federação latino-americana. Há que se considerar as dificuldades conjunturais, com conflitos e incertezas regionais que não se poderia desconsiderar, que levariam apenas Colômbia, México, Peru e Guatemala a participarem do Congresso em 1826. E detalhe importante: além das ilustres ausências da Argentina, do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos, nem mesmo Bolívar compareceria ao congresso que ele liderou. “No obstante la fragmentación de los antiguos territorios españoles y el fracaso del Congreso de Panamá, la idea de unidad regional reapareció en diversos intelectuales, pensadores y actores políticos como Francisco de Bilbao, José María Samper, Benjamín Vicuña Mackenna y Justo Arosemena, entre otros (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p.17).

Pouco tempo depois, já perto de sua morte, afloraria um profundo desencanto com os rumos tomados pela revolução, o Libertador não tardaria a pôr como causa perdida ao sentenciar que “a América é ingovernável. Os que serviram à revolução araram no mar.” Apesar da frustração e da enfermidade, após superar inumeráveis obstáculos, a missão revolucionária estava cumprida e os feitos heróicos²⁸ registrados nos anais da história²⁹. Mas até mesmo os próceres

28 É verdade que tamanho heroísmo corroeu uma das maiores fortunas já vista na América tendo em vista que Bolívar era “tão desprendido com seus bens pessoais que em poucos anos gastou na guerra de independência grande parte da fortuna herdada de seus antepassados. Seus soldos eram distribuídos entre as viúvas e os inválidos de guerra. Doou aos sobrinhos os engenhos herdados, e às irmãs a casa de Caracas; a maior parte de suas terras foi repartida entre os numerosos escravos que libertou antes mesmo de abolida a escravidão. Rejeitou um milhão de pesos oferecidos pelo congresso de Lima na euforia da libertação. A quinta de Monserrate (...) foi presenteada a um amigo em dificuldades. Os 20 mil pesos duros que queria pagar com seu dinheiro ao educador quacre José Lancaster não eram uma dívida sua, mas do estado. Os cavalos que tanto amava iam sendo deixados aos amigos que encontrava pelo caminho, até Pombo Branco, o mais conhecido e glorioso, que ficou na Bolívia presidindo as cavalaria do marechal de Santa Cruz” (MÁRQUEZ, 1989, p.192-3).

29 Inclusive, argumenta-se que o ideário bolivariano saiu vitorioso ao ter sobrevivido aos últimos séculos: “Bolívar pretendia que sua memória atingisse e mobilizasse as gerações futuras. Pleitear a possibilidade de a posteridade anuir seu projeto era uma aposta audaciosa, reveladora do fato de que, embora Bolívar não pudesse ter o domínio do futuro, o projetava. As cartas e os documentos que deixaria para comprovar sua

da independência, alçados à imortalidade, alcançaram a notoriedade em meio às contradições que os tornaram antes de tudo personalidades humanas com virtudes e limitações, o que de forma alguma inviabiliza as grandes conquistas que os levariam ao posto de heróis, autênticos libertadores da América, pioneiros do projeto inconcluso de Pátria Grande, inspiração para os ideais de integração das gerações vindouras. Após tantas façanhas, surgiria o reconhecimento e o prestígio internacional de Simón Bolívar como um dos maiores líderes da América Latina no século XIX.

Mas após a morte de Bolívar, em 1830, ocorreria uma profunda fragmentação no continente. Seja pela instabilidade política e econômica, seja pela dificuldade de inserção no mercado internacional, o pós-independência não foi uma marcha triunfal rumo à integração latino-americana. Muito pelo contrário. Uma vez alcançada a independência, a implementação da unidade política se enfraqueceu diante da conjuntura que se apresentava para as novas nações, muitas delas imersas em disputas³⁰ territoriais que, por sua vez, estavam mais preocupadas com o comércio exterior, a competição rigorosa no mercado internacional e suas consequências imediatas nos saldos da balança comercial do tesouro nacional de cada país. Dessa forma, não demoraria para ocorrer a inversão gradual de prioridade com foco crescente na agenda econômica e nos gargalos inerentes à condição periférica, haja vista que a região estava desprovida dos meios materiais para alcançar sua própria prosperidade.

Além disso, a permanência do modelo colonial não permitiria mudar o perfil agro-exportador que beneficiava as elites políticas e econômicas e esse círculo vicioso retroalimentou a condição de dependência, sendo um impedimento à diversificação produtiva de bens manufaturados que permitissem alavancar qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social e, muito menos, uma política para a industrialização, que só ocorreria, em alguma medida, nos países semi-periféricos, a partir do vácuo do entre guerras no decorrer do século XX.

história eram a armadura protetora de sua honra” (FREDRIGO, 2010, p.47).

30 Guerras sul-americanas do pós-independência: Guerra da Cisplatina (1825 - 1828), Guerra contra a confederação Peru-Bolívia (1836 - 1839), Conflito Peru x Bolívia (1841), Conflito Peru x Equador (1858), Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864 - 1870), Guerra do Pacífico (1879 - 1884), Guerra do Acre (1899 - 1903).

Cabe ressaltar que muito embora a agenda da integração não possa solucionar todos os problemas diagnosticados na região, ela segue sendo uma estratégia importante para pensadores latino-americanistas que prezam o desenvolvimento da América Latina. No entanto, sem enfrentar o antigo problema das elites nacionais e regionais, que são responsáveis por obstruir o avanço do desenvolvimento e da integração regional desde uma perspectiva nacional e regional, simultaneamente, a América Latina terá dificuldades para avançar no tema. Nesse sentido, a agenda da integração latino-americana precisa ir além dos interesses de suas elites, sendo indispensável se enraizar na sociedade, nos diferentes países-membros, nas diferentes sub-regiões, nas diversas áreas do conhecimento para que seja uma demanda factível e que possa fazer a diferença nos rumos dos povos do continente.

2.5. O Ciclo de Congressos hispano-americanos e a geração 900

Após a morte de Bolívar, viria um período de intensos debates e a emergência de congressos hispano-americanos. Após o pioneiro Congresso do Panamá, ocorreriam vários outros encontros internacionais (entre 1826 e 1889) entre as nações latino-americanas, que seriam importantes antecedentes latino-americanistas frente às Conferências Pan-americanas³¹ patrocinadas pelos EUA com início na Conferência de Washington (1889-1890). O primeiro evento desse ciclo foi o Congresso de Lima (1847-1848), seguido pelos Congressos de Santiago, que foi convocado para se opor a anexação estadunidense da Nicarágua, e de Washington (ambos em 1856); e o segundo Congresso de Lima (1864-1865) concebido para se opor à invasão francesa do México. Já perto do final do século, em 1883, realizou-se em Caracas uma cerimônia de celebração do centenário de nascimento de Simón Bolívar, seguidos por mais duas reuniões em

31 Entre 1889 e 1954, foram realizadas 10 conferências Pan-americanas no hemisfério ocidental. Essas conferências, em certa medida, herdaram a base de ideias da doutrina Monroe, e logo teriam o papel de dar o suporte ideológico ao corolário Roosevelt tendo em vista consolidar a hegemonia estadunidense na América Latina. Inclusive, houve uma proposta de união econômica hemisférica “a través de una unión aduanera americana propuesta por Washington en el Primer Congreso Internacional Americano de 1889-1890, considerado el origen del panamericanismo” (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.27). Ao defender uma união aduaneira do Alasca à Patagônia, tendo provavelmente o dólar como moeda comum, os EUA buscavam aumentar o comércio com a região e de quebra proteger o mercado regional da concorrência estrangeira.

Lima (1877-1879) e Montevideu (1888 - 1889). De caráter mais marcante, os congressos mencionados buscaram organizar uma confederação com mecanismos comuns de defesa para responder a ameaças externas. E isso é de grande importância para os processos de integração latino-americano que foram gestados ao longo da história, visto que toda vez que ocorrem ameaças³² externas contra a região a agenda da integração regional se fortalece. Nesse sentido, ao se deparar com a invasão da América Central pelos EUA, personalidades como o chileno Benjamín Vicuña Mackenna proporia, em 1856, uma união hispano-americana de resistência, isto é

¡seamos sudamericanos frente a la América del Norte! Que nuestra mutilada familia, que cuenta tantas denominaciones de mutua hostilidad, “peruanos”, “chilenos”, “colombianos”, “argentinos”, sea un solo nombre y delante del nombre americano, de ese pluribus unum que es único y por eso es todopoderoso. Que nuestras divididas repúblicas sean una sola América delante de las repúblicas unidas del norte, que son una sola América también (Mackenna, citado em Ardao, 1975: 26; apud BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.32).

Nesse ciclo confederativo, há que se destacar o papel de vanguarda dos intelectuais chilenos e colombianos de meados do século XIX pela defesa da unidade regional. Apesar de ser um dos pensadores frequentemente esquecido no debate da integração, Francisco Bilbao, com seu livro *América em Peligro*, defenderia a necessidade de convocação de um Congresso hispano-americano com foco na unidade continental para fazer frente ao expansionismo francês e estadunidense (primeiramente no México e depois na América central). O Chile mobilizou pensadores latino-americanistas atuantes, entusiastas da unidade hispano-americana que, além de Bilbao, teriam a atuação de “Vicuña Benjamín e Vicuña Mackenna. Somam-se aos chilenos personagens como José María San Pérez en Colombia; el panameño Justo Arosemena, pero que en ese momento era colombiano porque Panamá todavía era parte de Colombia³³”. Esses pensadores prepararam o terreno para a expansão da identidade hispano-americana até

32 Na visão de Briceño-Ruiz, a última grande ameaça foi a Guerra das Malvinas, em que os EUA passaram por cima do tratado de TIAR que instituiu defesa contra ataques externos para apoiar os interesses ingleses. Não é mera coincidência que após a Guerra das Malvinas ocorreu uma aproximação entre Sarney e Alfonsín que viabilizaria a criação do Mercosul. Fonte do Autor. Entrevista realizada em 28/06/21.

33 Fonte do autor. Entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 28/06/21.

abranger o que conhecemos na atualidade como América Latina, uma marca peculiar da região. Logo, ao final do século, despontaria o idealizador de Nuestra América, José Martí, líder cubano combativo na luta de libertação nacional que, no primeiro momento enfrentaria os interesses da Espanha para, em seguida, Cuba terminar sob tutela dos EUA. Martí pagaria com a vida por esse processo de independência inconcluso que só seria alcançado em sua completude quase meio século depois. Em tom provocativo, o intelectual cubano questionaria a subserviência das universidades latino-americanas reafirmando a incapacidade dessas instituições “eurocêtricas” em produzir conhecimento apropriado para o contexto dos povos da América Latina:

como poderão sair das universidades os governantes, se não há universidades na América onde se ensine o rudimentar da arte de governo, que não é mais do que a análise dos elementos peculiares dos povos da América? Os jovens saem pelo mundo adivinhando as coisas com óculos ianques ou franceses, e pretendem dirigir um povo que não conhecem. (...) Conhecer o país, e governá-lo conforme o conhecimento, é o único modo de livrá-lo de tiranias. A universidade europeia deve dar lugar à universidade americana. A história da América, dos incas para cá, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. (...) Nem o livro europeu, nem o livro ianque davam a chave do enigma hispano-americano (MARTÍ, 1891A/2006, p. 196-197, p.199).

A partir da década de 1870, o ideal de unidade hispano-americano perderia força tendo em vista a conjuntura econômica internacional mais favorável à agenda primário exportadora, uma vez que

las fuerzas centrífugas localistas se habían impuesto de manera definitiva y los temores de una reconquista por parte de las potencias europeas ya habían desaparecido. Además, la definitiva inserción de la región en el mercado mundial como proveedora de materias primas a los centros industriales y el continuo aislamiento entre las antiguas colonias condujeron al ocaso de la idea confederal (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.33).

A partir da década de 1880, por outro lado, o hemisfério ocidental assistiria a ascensão econômica dos EUA, fato que marcaria um movimento

importante no continente: o surgimento do pan-americanismo. Por isso, a primeira Conferência Pan-americana, realizada em Washington a partir de 1889, tinha como uma de suas principais missões criar uma união aduaneira e monetária no hemisfério americano, tendo em vista garantir aos EUA o acesso a novos mercados na América Latina. A proposta não foi bem recebida sendo “especialmente rechazada por los representantes de Argentina y Chile. (...) Sáenz Peña señaló que las repúblicas hispanoamericanas exportaban básicamente materias primas, que intercambiaban por manufacturas del viejo continente, por ello no podían pactar para unirse sólo con el mercado de Estados Unidos (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.33-4). Apesar da negativa, surgiria neste período o embrião para futuras abordagens hemisféricas com potencial para pautar a dinâmica latino-americana do século XX: a União Pan-americana, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o recorrente uso dos acordos bilaterais e a própria Área de Livre Comércio das Américas (ALCA³⁴). É nesse período de forte expansão econômica estadunidense que surgiriam as primeiras propostas de união econômica da América Latina como estratégia para fazer frente aos desígnios norte-americano, uma vez que, segundo José Martí,

quien dice unión económica, dice unión política. El pueblo que compra, manda. El pueblo que vende, sirve. Hay que equilibrar el comercio para asegurar la libertad. El pueblo que quiere morir, vende a un solo pueblo, y el que quiere salvarse, vende a más de uno. El influjo excesivo de un país en el comercio del otro, se convierte en influjo político (Martí, 1877 [1891]: 154-155; apud BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.35).

Mais adiante, na virada do século XIX, afloraria a talentosa “Geração novecentista” que cumpriria um papel de relevo na difusão do ideal integracionista através da esfera literária, cultural, filosófica perpassando a economia política, o que ajudaria a consolidar a identidade latino-americanista na região. Essa geração de intelectuais buscava concluir a independência iniciada pelos Libertadores, sobretudo a independência econômica, tão comumente relacionada à agenda do desenvolvimento do século XX, bem como retomar a

34 A união hemisférica das Américas pode ser entendida como uma integração que desintegra, que aprofunda a dependência, o subdesenvolvimento e as assimetrias regionais.

agenda da integração regional que se enfraqueceu após 1830. Cabe salientar que Manuel Ugarte, intelectual de vertente socialista e anti-imperialista, foi um dos primeiros a defender a inclusão do Brasil³⁵ no projeto latino-americano e, através de obras como *A nação latino-americana*, resgatava o pensamento bolivarista de integração e Pátria Grande. As ideias de Ugarte também influenciaram Haya de La Torre, líder e fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA³⁶), responsável por formular a ideia de indoamérica indígena. No México, José Vasconcelos elaborava a ideia de uma raça cósmica ou a quinta raça, a raça com o sangue de todos os povos. Na Venezuela, em 1911, Rufino Blanco Fombona publicou *La evolución política y social de Hispanoamérica*. No Peru, em 1912, Francisco García Calderón publicou *Las democracias latinas de América* seguida de *La creación de un continente*. Em poucos anos surgiria uma vasta produção e engajamento com grande potencial de transformação regional. A Geração novecentista já percebia a ascensão acelerada dos EUA como um centro irradiador de poder na América e na esfera internacional e, neste cenário de rápidas mudanças, apenas a implementação da Pátria Grande unificada poderia impor alguma resistência à expansão hegemônica norte-americana e, em sendo bem-feita, poderia de fato combinar desenvolvimento econômico com a manutenção da soberania na região. Caracterizada por um perfil crítico e renovador, essa nova leva de intelectuais latino-americanistas representaria uma importante mudança nos rumos da produção de pensamento integracionista, isto é

la obra de José Enrique Rodó, Manuel Ugarte, José de Vasconcelos, Alfonso Reyes, Víctor Raúl Haya de la Torre, Mariano Picón Salas, Rufino Blanco Fombona, Pedro Henríquez Ureña, José Carlos Mariátegui o Luis Alberto de Herrera, para sólo mencionar algunos (...). Aunque su reflexión abarcó la totalidad de la realidad latinoamericana, el tema de la unidad cultural, la identidad común y la integración política de los países de la región fue una preocupación central en la mayor parte de ellos. Bajo la influencia de estos pensadores y un creciente

35 É importante destacar que, em 1889, após um golpe militar, foi proclamada a República no Brasil, instituindo o sistema presidencialista que pôs fim à monarquia constitucional parlamentarista promulgada em 1822. Em tempo, a adesão brasileira ao sistema republicano se alinhava com os novos ventos trazidos pela “geração 900”, o que certamente gerou expectativas de prosperidade e união entre as nações da América do Sul. Não por acaso, o Manifesto Republicano de 1870, liderado por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho (da maçonaria), preparava o terreno para o concerto latino-americano no notável trecho: “Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos” (BOCAIÚVA, 1870).

36 O APRA tinha entre os seus princípios a luta contra o imperialismo, a defesa da integração da América Latina, da nacionalização das terras e riquezas nacionais, a internacionalização do Canal do Panamá e solidariedade para com os povos oprimidos de todo o mundo.

movimiento nacionalista, la dimensión económica en el integracionismo adquiere, durante el siglo XX, una importancia que no tuvo en el anterior. Luego de un siglo de vida independiente, América Latina continuaba siendo una región económicamente rezagada en comparación con los centros industriales del mundo desarrollado, habiéndose insertado en la economía mundial como proveedora de materias primas (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p.18).

Houve nesse momento uma nova guinada na estratégia regional. Uma vez consolidada a independência política que permitisse garantir a soberania territorial dos países latino-americanos, surgiria a necessidade de buscar a prosperidade técnica, comercial e industrial como forma de competir e se inserir no mercado mundial. O desenvolvimento econômico e social da região passaria inevitavelmente pela geração de riquezas, acordos comerciais e prosperidade dos povos latino-americanos. A estratégia regional continuaria sendo uma alternativa para a América Latina uma vez que “el pueblo que quiera ser libre, sea libre en sus negocios. Distribuya sus negocios entre países igualmente fuertes. Si ha de preferir a alguno, prefiera al que lo necesite menos, al que lo desdeñe menos” (Martí, 1877 [1891]: 155; apud BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.35).

2.6. O Pacto do ABC

De forma geral, o século XX marca um período de profundas transformações na ordem mundial. Na América Latina, o início do século viu ressurgir rivalidades regionais que, além de aumentar a instabilidade na região, forçou uma corrida armamentista no Cone Sul. A gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério de Relações Exteriores (1902-1912) defenderia ao longo dos anos uma política de boa vizinhança com os países vizinhos, buscando reduzir o contexto conflituoso da América do Sul. O embaixador atuou com parcimônia no contexto regional pautando-se pelo princípio da não intervenção na política doméstica dos países do continente, buscando resolver os litígios pela via diplomática. Foi dessa forma que Rio Branco levou o Brasil a solucionar importantes questões de fronteiras com a Argentina (Questão de Palmas em

1895), França (Questão do Amapá em 1899) e Bolívia (Território do Acre em 1903). Apesar de gozar de prestígio dentro e fora do Brasil, o chanceler brasileiro buscou manter a discrição no tocante à liderança da região, buscando minimizar possíveis conflitos e rivalidades. Pois, de certa forma, podemos dizer que começaria aí os primeiros passos brasileiros em busca da estratégica integração regional. Inclusive, segundo Clodoaldo Bueno, foi nesse contexto que Rio Branco desenvolveu a opinião a respeito da influência compartilhada uma vez que

as suscetibilidades que as nações hispano-americanas exibiam em questões que envolviam interesses brasileiros, levavam-no a perceber que o Brasil tinha pouca chance de exercer influência solitária sobre elas. Dizia, com realismo, que na vertente sul-americana voltada para o Pacífico a influência diplomática pertencia incontestavelmente ao Chile. Na vertente atlântica, o Brasil só poderia exercer alguma influência se ela fosse dividida com a Argentina. A leitura que fazia da vida internacional dava-lhe a perceber, sem precisar recorrer a teóricos, que liderança não é algo que se reivindica, pois é resultado do consentimento e reconhecimento dos liderados (2012, p.43).

Neste contexto complexo de interdependência, a condução da política externa no subcontinente sul-americano pautou-se pela estabilidade e respeito, haja vista que a prosperidade dos interesses brasileiros exigiam uma interlocução inteligente com a Argentina e o Chile. Tanto é assim que a partir da elevação do conflito regional, surgiria o pacto de não agressão, cooperação, consulta e arbitragem recíproca, mais conhecido como Pacto do ABC, que teve esse nome em referência às iniciais dos países envolvidos: Argentina, Brasil e Chile. E foi nesse ritmo que, no final de 1904, Rio Branco “sugeriu a criação, pelos três principais países da América do Sul, de um instrumento legal que levasse a atitudes voltadas para a paz e a ordem na região” (BUENO, 2012, p.44). Consta das fontes da época que “a aproximação das três maiores repúblicas sul-americanas era, aspiração antiga de Rio Branco, que se manifestara já nos primeiros anos de sua gestão” (ibidem). Seja pelas tratativas, seja por seus impactos, pouca importância é dada ao pacto idealizado pelo Barão do Rio Branco. O texto redigido buscava enaltecer as relações fraternas com vistas a garantir a paz e o desenvolvimento regional. Os litígios deveriam se subordinar às

tratativas diplomáticas e, quando da permanência da contenda, buscar solucioná-la pela via da arbitragem internacional. A guerra, portanto, era um expediente indesejado para os interesses geopolíticos da região, cabendo aos governos envolvidos negociar uma solução pacífica para desarmar a escalada dos conflitos existentes. Com essa postura orientada pela influência compartilhada, “Rio Branco agia sobretudo com pragmatismo. A amizade entre as três nações, além do equilíbrio, impediria intervenções de uma delas em república de menor expressão, bem como deixava o Brasil mais à vontade no contexto sub-regional” (ibidem). O autor pondera que o projeto do ABC de Rio Branco

nada constava a respeito de economia e comércio entre as nações envolvidas, não incluía equivalência naval no Cone Sul, a qual veemente descartava, e reafirmava que a aproximação Argentina-Brasil-Chile não se destinava a contrabalançar a influência norte-americana. Assim, permite-se concluir que na visão do chanceler brasileiro, o ABC embutia a ideia de condomínio oligárquico de nações, em benefício da paz na América do Sul (BUENO, 2012, p.46).

O pacto levava, em princípio, a uma aliança política entre os países do cone sul para exercer uma influência compartilhada na região e, em última instância, seria um estratagema de projeção dos países no sistema internacional. E, por isso, não deixa de ser uma iniciativa pioneira ao promover a atuação conjunta nas relações exteriores, sendo responsável por impulsionar, de mais a mais, a integração sul-americana. Bueno (2012) transcreve uma entrevista de Rio Branco para o *La Nación* de Buenos Aires, em 1906, apresentando evidências de que o embaixador era, em vários aspectos, um ator pragmático e visionário da integração regional já no início do século XX, uma vez que

se houvesse um acordo entre Argentina, Chile e Brasil, estas, pelo fato de serem as nações “mais fortes e progressistas (...) exerceriam influência sobre as demais, evitando as guerras tão frequentes em alguns países”. Tinha como impossível firmar um acordo entre as 21 repúblicas: “Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina.” O Brasil, particularmente, só poderia exercer alguma influência sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, desde que atuando de acordo com a Argentina e o Chile. Dos demais vizinhos, em razão da falta de comunicação, o Brasil estava distante (BUENO, 2012, p.46).

Contudo, seja pela conjuntura desfavorável ao anteceder a primeira guerra mundial, seja pela falta de tempo de maturação dos países do Cone Sul, o empreendimento do ABC não entrou em vigência e só foi ratificado pelo Brasil, não obstante ter sido parâmetro para consultas e articulações dos três países nos anos seguintes. “Houve uma tentativa de atuação concertada entre as três nações quando da IV Conferência Internacional Americana, que se realizou em 1910, em Buenos Aires” (idem, p.47). Mas nada poderia resistir às ruínas da primeira Guerra Mundial, sendo a implosão do sistema internacional e a dissolução dos esforços de construção do Tratado do ABC uma consequência direta e indireta, respectivamente. Por fim, Lauro Muller percebia o Pacto do ABC com uma dimensão irreal, pois esperava que o mesmo, apesar da indiferença de alguns políticos, tivesse “uma repercussão de transcendental importância para a política internacional”, com o consequente aumento do peso dos países sul-americanos no cenário internacional: “antes (...) considerados como parte inativa na política de além-mar, terão agora um voto firme que será necessário considerar e apreciar (2012, p.53).

Com relação à adesão de Rio Branco ao pan-americanismo do começo do século XX, cabe destacar que o mesmo tinha uma concepção realista, ciente das rivalidades regionais, ele identificava tensões militares e políticas na América do Sul, com foco principal na bacia do prata; relações débeis com a região norte e conflitos de fronteira com a Guiana, Suriname, Bolívia, Paraguai e Argentina; sendo que os argentinos simbolizavam maior desconfiança na fronteira sul; e o chanceler brasileiro tinha a percepção de que a Argentina era mais próxima do Reino Unido até então a grande potência mundial. Mas Rio Branco também percebia a ascensão dos EUA como potência emergente, sobretudo após a primeira guerra mundial em que os norte-americanos foram um dos maiores beneficiários a despeito da entrada tardia no conflito. É possível afirmar também que Rio Branco encampou a doutrina pan-americanista³⁷ em um cenário em que a

37 A ordem global que, viu o pan-americanismo estadunidense emergir e fazer frente a Pátria Grande no final do século XIX, ainda estava sob a hegemonia inglesa. Mas após as duas guerras mundiais, o domínio britânico seria suplantado pela ascensão norte-americana como nova potência mundial a rivalizar com o modelo socialista da União Soviética. Contudo, com a vitória dos EUA na Guerra Fria, sacramentada em

hegemonia global era inglesa (e não estadunidense), e que havia a suposta ameaça Argentina que, na época, tinha articulação com os países vizinhos e capacidade econômica superior à brasileira, algo que começaria a mudar apenas em 1945, sendo, portanto, naquele momento específico, um ato razoável do Itamaraty buscar aliar-se com os EUA na medida em que o Brasil também mantinha relação crescente com os vizinhos sul-americanos.

Por fim, acrescenta-se que o início do século XX foi um período turbulento com disputas econômicas e militares de proporções mundiais, o que também aumentou a intensidade e a frequência das crises do capitalismo, bem como aumentou as disputas comerciais entre as potências industriais da Europa, que logo aumentaria a intensidade espalhando-se como rastilho de pólvora pelo globo. Esse cenário crítico explicitaria, mais uma vez, a debilidade econômica e a dependência dos países subdesenvolvidos da América Latina, que dependiam basicamente da exportação de bens primários de baixo valor agregado com a importação de bens industrializados de maior complexidade. Essa conjunção de fatores econômicos e políticos colocariam a união econômica no centro do debate nacional e regional latino-americano. Em outras palavras,

aunque Juan Bautista Alberdi y José Martí plantearon la necesidad de promover la unión económica entre los países latinoamericanos, es a partir de las iniciativas de Alejandro Bunge sobre una unión aduanera (formuladas en la segunda década del siglo XX), de las propuestas de unión económica de Federico Pinedo a inicios de los años cuarenta y, especialmente, de la obra de Raúl Prebisch y la CEPAL, cuando la dimensión económica se vuelve hegemónica en el pensamiento integracionista latinoamericano. La integración es concebida como un mecanismo para promover la transformación productiva regional, a través de la industrialización (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.28).

Neste cenário, a união com ênfase na integração econômica, ganharia forma com a proposta inovadora de união aduaneira do Sul, em 1909, por

1991, restaria o domínio unipolar e o consenso de Washington que inspiraria a pretensiosa formulação do fim da história, que levaria não apenas à derrota das experiências socialistas-comunistas, mas o triunfo do capitalismo financeiro neoliberal sobre as demais vertentes capitalistas, incluindo a abordagem social-democrata. A partir dessa hegemonia mundial incontestada, George H. W. Bush (pai) proporia a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) que buscava eliminar as barreiras alfandegárias dos 34 países americanos, com exceção de Cuba, mas que, na prática, visava anexar a América Latina aos propósitos econômicos e comerciais dos EUA. Sua derrocada, no entanto, concretizou-se alguns anos depois na quarta Cúpula de Mar del Plata (2005), após a ascensão de governos ditos progressistas (“Maré Rosa”) com forte apelo à agenda nacional-desenvolvimentista e autonomista ancoradas na integração latino-americana.

intermédio da formulação do argentino, Alejandro Bunge, que buscava promover a integração econômica e comercial entre os vizinhos sul-americanos. Apesar do aumento das tensões entre Argentina e Brasil, “la Unión Aduanera del Sur, que incluiría a Argentina, Chile, Uruguay, Paraguay e incluso Brasil, estaría entre las primeras del mundo” (Bunge, 1987 [1940]: 297-394; apud BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.36). Em alguma medida, Bunge partilhava da abordagem histórica da economia, inspirado pelas formulações metodológicas de Frederico List, em que se buscava transcender a dependência da agricultura através do fomento e da proteção às indústrias nascentes como forma de alavancar o desenvolvimento econômico e industrial da América Latina. “En consecuencia, Bunge era crítico del libre comercio indiscriminado y de un modelo de apertura que afectase las posibilidades de un proceso autónomo de desarrollo industrial” (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.36).

A união aduaneira não prosperou em função da conjuntura internacional desfavorável mas tal propósito não se perderia em sua totalidade. Como se sabe, caberia ao discípulo de Alejandro Bunge, Raúl Prebisch, e à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) elaborar um método próprio para o desenvolvimento e a integração econômica latino-americana.

2.7. O projeto Nacional-popular e o Novo ABC

Apesar de ser bastante desvalorizado no campo político e acadêmico, o projeto nacional-popular é um dos empreendimentos intelectuais mais autênticos que se viu gestar na América Latina. Tido, em vários aspectos, como um pensamento herdeiro da geração novecentista, que cumpriu o papel relevante de renovação intelectual com um forte resgate da integração latino-americana já incluindo o Brasil, o pensamento nacional-popular marcaria um ciclo político e econômico importante da América Latina; que “el río de la historia siguió y de ese mundo juvenil nació la gran marea nacional-popular del siglo XX” (FERRÉ, 2012, p.256). É nesse momento que surgem “las primeras visiones políticas de la industrialización de América Latina con Haya de la Torre (...), quien por primera vez propuso superar las ‘polis-oligárquicas’ y convertirlas en Estados-nación

industriales” (ibidem). E além disso, foi o pensamento que “generó a Vargas en Brasil, a Betancourt en Venezuela, a Haya de la Torre en Perú, a Ibáñez en Chile, a Lázaro Cárdenas en México y a Perón en Argentina” (ibidem). Sua razão de ser era solucionar gargalos estruturais no campo econômico, político e social, bem como superar a economia primário-exportadora através da urgente e necessária industrialização que deveria alavancar a integração sul-americana

como necesidad objetiva de un mercado de escala para el proceso de industrialización. Estos son los temas centrales del nacional-populismo latinoamericano: democratización, industrialización e integración. En un primer momento, la industrialización implicó sustitución de importaciones, como el único y contradictorio camino, porque, a la vez, la sustitución de importaciones se volvió un obstáculo a superar para la integración. Los micro proteccionismos dificultaron el entendimiento con los países vecinos y finalmente fueron un freno importante a los intentos integracionistas de los años sesenta (FERRÉ, 2012, p.257).

Na verdade, será apenas com o advento da crise do capitalismo mundial que teve como epicentro a bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, que o modelo agro-exportador se enfraqueceria a tal ponto da demanda por produtos industrializados feitos na região, ainda incipiente, ganhar corpo e alguma margem para implementação. É nesse momento de cataclisma econômico global que muitos estados nacionais adotariam políticas de controle do então desregulado comércio internacional lançando mão de medidas protecionistas, intervencionismo estatal e de união aduaneira que pudessem evitar o colapso das economias periféricas. Ou seja,

la crisis del 29 sacudió el dogal que unía a los países latinoamericanos a la división internacional del trabajo. Bajo los efectos de esta crisis, las exportaciones agro-mineras latinoamericanas se redujeron y disminuyó paralelamente la capacidad de importación de productos manufacturados. Esto se expresó en un incipiente proceso de sustitución de importación, que fue la base sobre la que se asentó la posibilidad de industrialización. Ahí empezó la gran lucha por la generación de una sociedad industrial (FERRÉ, 2012, p.256).

É nesse momento de crise que surgirão os governos nacional-populares,

com destaque para Getúlio Vargas no Brasil e posteriormente Juan Domingo Perón na Argentina. Eles inaugurarão um novo período para a agenda da integração em que pese o foco no desenvolvimento econômico combinado com a busca pela autonomia política.

A partir da revolução de 1930, iniciou-se a Era Vargas, encerrando a República velha e sua política oligárquica do “café com leite” que daria início ao que hoje entendemos como o Estado moderno brasileiro. O Brasil passou por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. É nesse momento de ruptura que ascenderá no país a agenda nacional-desenvolvimentista com vistas a superar a crise sistêmica global através da promoção da industrialização como estratégia central para superar o subdesenvolvimento. É também nessa encruzilhada que a política buscará um novo consenso e uma nova ideologia para alcançar o tão almejado desenvolvimento nacional. A mão invisível do mercado expôs o seu desinteresse e incapacidade para evitar a maior crise do capitalismo mundial e os diferentes governos de norte a sul assumiriam de uma vez por todas o papel central de gerir os interesses coletivos da sociedade tendo em vista o bem-estar da população e o desenvolvimento econômico nacional. É nesse momento, por exemplo, que podemos observar a apropriação do discurso da “ineficiência inata” do brasileiro desenvolvido por Gilberto Freyre por uma apologia do homem brasileiro trabalhador, qualidade resultante da mistura entre as três raças: o branco, o índio e o negro. No plano internacional, Getúlio Vargas retomaria o pan-americanismo de forma pragmática sem mudar de fato a direção da política exterior do Brasil. Destaque para a mediação brasileira da questão de Letícia, entre Colômbia e Peru, bem como pela mediação, junto a Argentina, da guerra do Chaco, ocasionada pela perspectiva de exploração de petróleo na região, entre Paraguai e Bolívia.

Na Argentina, também em 1930, ocorreria pela primeira vez na história a derrubada de um governo constitucional que abriria caminho para futuras fraudes e rupturas institucionais. É partir desse período que se gestará, paulatinamente, uma ideologia nacionalista, que dava mostras da importante necessidade de defender a indústria nacional, tendo em vista os fartos superávits comerciais do entre guerras, de buscar menor dependência da Grã-Bretanha e, em especial, de

estruturar uma organização social que garantisse prosperidade para as classes trabalhadora e média das cidades tendo como princípio a promoção da soberania política, independência econômica e justiça social. Esse cenário seria preparado até a eleição presidencial de Juan Domingos Perón, em 1946. No plano internacional, prevaleceria a retórica peronista da Terceira Posição de cunho anti-americanista mas que, na prática, tendo em vista a crise de 1949, seria revertida em seu segundo mandato, mesmo mantendo sua marcante posição anti-imperialista. Isto é, “nos grandes foros internacionais como as Nações Unidas, a delegação da Argentina votou quase sempre junto com os Estados Unidos. Mas não aderiu ao FMI, nem a Unesco, nem à FAO” (LUNA, 1995, p.154). Não obstante, a Terceira Posição

ajudou a insuflar um sentimento ainda mais nacionalista no povo argentino, dando-lhe a idéia de que nosso país podia se sobrepôr às contingências e aos obstáculos da política internacional e manter uma posição que, em última instância, não era outra senão a neutralidade mantida por Hipólito Yrigoyen durante a primeira guerra mundial e, durante a segunda, por um governante conservador com Castillo e pelos militares do governo de fato de 1943 a 1946 (LUNA, 1995, p.154).

Segundo Ferré, Perón simbolizaria uma mudança de paradigma no pensamento latino-americano ao pôr em prática um conjunto de políticas com potencial para transformar o destino da região. O antiamericanismo da Terceira Posição, idealizada por Perón, apostaria no projeto sul-americanista liderado pelos países membros do ABC como contrapeso aos blocos de poder liderados por EUA e União Soviética. O Novo ABC renasceria das cinzas por iniciativa do presidente argentino que tinha convicção na aliança estratégica entre Argentina e Brasil: “soy un profundo convencido de que la unión de Argentina y el Brasil soluciona todos los problemas que pudieran presentarse en esta parte del continente”. E ao propor o Novo ABC, que ressignificou a ideia original de Rio Branco, Perón buscava, em alguma medida, construir um bloco regional alternativo à polarização mundial imposta pela Guerra Fria. A aliança estratégica entre Argentina e Brasil seria a concretização da integração regional uma vez que para Perón, “la unidad comienza por la unión, y ésta por la unificación de un núcleo básico de

aglutinación” (Ferré apud FERRÉ, 2000). A união entre Argentina e Brasil foi encarada como um grande enigma da geopolítica regional, sendo entendida como o núcleo básico da integração da América do Sul: “dá um salto enorme con relación a todo el latinoamericanismo anterior: señala el camino principal”, uma vez que

el camino constituye el alma de la realización del destino. Ese es el salto que logró dar Perón; él dijo: el camino fundamental para los Estados Unidos de América del Sur -simbólicamente usaba América Latina y políticamente América del Sur- es el entendimiento de Argentina con Brasil y Chile, para generar un poder bioceánico (FERRÉ, 2012, p.257).

Ao mencionar o intento do Novo ABC no início dos anos 1950, Ferré (2012) destaca o papel de relevo de Felipe Herrera como membro do governo chileno do general Ibáñez. Segundo o pensador uruguaio, o novo pacto “proponía la creación de una complementación económica y unión aduanera entre Argentina, Brasil y Chile, que fracasó pero que es el antecedente necesario del Mercosur” (FERRÉ, 2012, 27). No entanto, Felipe Herrera teria uma importante atuação na década de 1960 uma vez que ele foi “el primer presidente del BID hasta 1973, y uno de los principales protagonistas de la oleada integrativa de los 60. Felipe Herrera participó activamente en los dos momentos históricos más preparatorios de esta década” (FERRÉ, 2012, p.28).

Nessa mesma época, por exemplo, as formulações de Raúl Prebisch e da CEPAL suscitaram temores e pouca simpatia no Departamento de Estado dos Estados Unidos, tendência inexorável ao considerar os planos dos EUA para a região e o contexto de recrudescimento das tensões da Guerra Fria. A agenda desenvolvimentista seria desafiada a enfrentar toda sorte de obstáculos dentro e fora da América Latina. E ao considerar as assimetrias regionais nas Américas, é possível identificar, segundo Noam Chomsky (2021), o choque entre duas visões distintas de como desenvolver e distribuir as riquezas do hemisfério ocidental, isto é, o autor cita a visão que o Departamento de Estado dos Estados Unidos tinha sobre os vizinhos latinos ao final da segunda guerra mundial em 1945:

os latino-americanos defendem a filosofia do novo nacionalismo, que abrange políticas para realizar uma ampla distribuição de renda e melhorar as condições de vida das massas. Esse nacionalismo econômico é o denominador comum das novas ambições por industrialização. Os latino-americanos estão convencidos de que os primeiros beneficiários do desenvolvimento dos recursos de um país deveriam ser as pessoas daquele país (Departamento de Estado dos EUA, 1945).

Esse é o Departamento de Estado descrevendo a pretensão de desenvolvimento nacional na América Latina, que logo seria sustentada pela CEPAL, e teria potencial para confrontar os interesses dos EUA na região. Para enfrentar essa situação, no começo de 1945, os EUA convocaram a Conferência Hemisférica no México, ao apagar das luzes da segunda guerra, para apresentar a Carta Econômica das Américas, pedindo o fim incondicional e irrestrito do nacionalismo econômico. Na visão de Chomsky (2021), a Carta das Américas defendia que “os beneficiários dos recursos de um país não devem ser o povo de cada país, mas devem ser os investidores dos EUA, ou seus associados locais”. E como se sabe pelo transcorrer da história, ao considerar a condição de potência mundial emergente, viria a prevalecer a posição e os interesses dos EUA na região.

Com o retorno ao poder de Getúlio Vargas em 1951, pelo instituto do voto, ocorreria uma ruptura na política de proximidade com os EUA. Além disso, Vargas indicaria João Batista Lusardo para a embaixada em Buenos Aires, sendo ele também muito próximo de Perón, que já há muito tempo idealizava a união entre Argentina, Brasil e Chile. Apesar do propósito e capacidade política de Vargas, ele não parecia reunir condições de pacificar a política doméstica ao ponto de alavancar a constituição de um bloco sul-americano, menos ainda como contrapeso à influência estadunidense – que ia contra à doutrina pan-americanista defendida pelo Brasil de Rio Branco. Apesar da formulação visionária do Pacto do ABC, a conjuntura política desfavorável não permitiria tal inovação; seria demasiado desconfortável para as elites brasileiras ver a proposta do patrono da diplomacia utilizada como instrumento de liderança regional pela política externa peronista.

Além disso, tanto na Argentina como no Brasil, a propositura do Novo

ABC ocorreria em um momento de profundas tensões domésticas e internacionais, não se consolidando por inúmeras razões: havia uma grande oscilação econômica intensificada pela diminuta demanda internacional que justificasse a formação de um bloco regional; pela manutenção do crescimento do comércio doméstico brasileiro que, em oposição ao esgotamento do modelo na economia argentina, se aproveitava do inacabado processo de substituição de importações; bem como pelo lobby contrário dos industriais brasileiros que se fecharam em medidas protecionistas que restringia a concorrência regional. Acrescente-se a isso as resistências difusas à ideologia nacional-popular e, em específico, à liderança de Perón que gerava, simultaneamente, atração entre setores populares e medianos e aversão entre as classes abastadas da região, que desconfiavam, inclusive, das pretensões expansionistas do líder argentino. Ademais, no plano político, a condução da união foi acompanhada por uma sucessão de controvérsias que, associada à instabilidade política, sobretudo no Brasil, a aliança não prosperou. Apesar dos contra-tempos, não se pode ignorar a persistência e determinação de Perón, que diante dos obstáculos fez todos os esforços para viabilizar o Novo ABC reafirmando a importância da união estratégica com o Brasil: “son ustedes más grandes, más lindos y mejores que nosotros” (PERÓN, 1953); sem perder a esperança da adesão brasileira no futuro próximo; mas a batalha já estava perdida. Em 1954, como consta da carta testamento de Getúlio Vargas, as “forças e os interesses contra o povo” somaram-se “a campanha subterrânea dos grupos internacionais e nacionais” que levariam Getúlio Vargas a tirar a própria vida como a última tentativa de mudar os rumos da história.

Em seguida, em 1955, apesar da sensível melhoria das condições de vida do povo argentino, houve o recrudescimento da crise em função do esgotamento do modelo econômico, com escassez de divisas e combustíveis, os conflitos crescentes com a Igreja Católica e o polêmico contrato com a empresa petrolífera norte-americana (Califórnia) com a qual o “governo entrou em negociações para lhe entregar quase que a totalidade do território da atual província de Santa Cruz, para que fizessem ali prospecções e explorações petrolíferas” (LUNA, 1995, p.160). Esse acordo gerou apreensão nos ânimos nacionalistas reforçando a queda do presidente argentino. Perón seria deposto através de um golpe de estado e

seguiria para o exílio.

Desta maneira, mais uma vez a união ABC seria interrompida, descontinuando o projeto de seus idealizadores. Apesar da conjuntura desfavorável, o embrião da integração estava novamente lançado, o que reforçaria o pioneirismo de Perón em trilhar um caminho focado na união estratégica entre Argentina e Brasil para alcançar a integração da América do Sul que, na célebre profecia do líder argentino, o “ano 2000 nos encontrará unidos ou dominados”. Seria necessário esperar até o final do século para que o processo de redemocratização superasse as ditaduras militares e voltasse a aproximar os países da América do Sul.

Ao considerar a emergência de uma nova ordem mundial, a dimensão interna do desenvolvimento autônomo regional seria de grande relevância, sendo que um dos diferenciais estaria na capacidade endógena de competir e se inserir no sistema internacional mediante a integração regional e sobretudo das estruturas produtivas, mas sem desconsiderar a relevância política da região. É nesse momento também que surgirão novos tratados e organismos internacionais para dar cabo à nova ordem mundial do pós-guerra. Assim,

em 1947, foi assinado em Petrópolis o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa mecanismos de manutenção da paz e da segurança hemisférica. A Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948 pela IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, é a sucessora da União Pan-americana criada em 1890 (BUENO, 2012, p.53-4).

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca teve um impacto importante na região, tanto pelo valor prático como pelo valor simbólico, ao consolidar a hegemonia estadunidense na América Latina. Assim mesmo, apesar do acordo de defesa mútua prevendo evitar ataques externos, em 1982, os EUA passaram por cima do TIAR para apoiar os interesses ingleses na Guerra das Malvinas. Como veremos mais à frente, esse conflito, seria um importante catalisador na aproximação de Argentina e Brasil.

Um adendo interessante sobre a Organização dos Estados Americanos, segundo Fredrik Söderbaum (2015) é que, embora a OEA tenha sido criada em

1948, suas origens remetem ao século anterior, com o protagonismo de Simon Bolívar na luta pela emancipação dos países hispano-americanos frente à Metrópole espanhola, “bem como nos esforços para criar uma liga de repúblicas americanas, com um exército comum, um pacto de defesa mútua e uma assembléia parlamentar supranacional” (2015, p.19). Primeiro foram as lutas pela independência no início do século XIX com o amadurecimento da agenda de integração (que efetivamente não vingou), seguida do pan-americanismo conjugado com o florescimento do regionalismo que marcaram os séculos XX e XXI. Existe uma ligação direta dessas Conferências Pan-Americanas com a atual Organização dos Estados Americanos (OEA), que é a organização regional mais antiga (existente) no mundo (ibidem, 2015, p.20).

Por fim, no pós-segunda guerra, consolidou-se a ideia de América Latina, sobretudo após a criação da CEPAL que viria a liderar estudos e formulações de programas desenvolvimentistas que garantisse a industrialização e a integração regional como estratégia para mitigar a vulnerabilidade externa e inserção internacional dependente dos países latino-americanos.

2.8. A CEPAL e a integração contemporânea da América Latina

Concebida no pós-segunda guerra, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada em 1948, por força das maiores economias da região, a partir da deliberação da Assembleia Geral das Nações Unidas. Sua criação se deu no momento em que os países latino-americanos cobravam pela implementação de um Plano Marshall para alavancar os projetos nacionais de desenvolvimento, a industrialização e a transferência de tecnologia que permitisse superar a condição periférica frente ao mundo desenvolvido. Para muitos essa seria a única forma de evitar a propagação da ideologia comunista no continente, mas no fim, ficou muito longe de alcançar os resultados esperados, uma vez que os Estados Unidos não estavam interessados em subsidiar o desenvolvimento latino-americano. Na verdade, “a partir de 1947, os EUA colocaram a segurança militar e policial acima de qualquer outra preocupação em relação aos países subdesenvolvidos sob sua

hegemonia” (VIDIGAL, 2012, p.63).

Pode-se dizer que a CEPAL consolidou a ideia de um projeto latino-americano, cumprindo um papel de relevo jamais visto na mobilização de intelectuais e governantes comprometidos com a transformação da região. E a contribuição fundamental para essa virada viria do foco nas particularidades dos países latino-americanos, evitando importar teorias universalizantes que pouco contribuíram com as aspirações e necessidades reais do continente. Isto é, “a periferia não poderá imitar o caminho que os centros trilharam em seu próprio processo de desenvolvimento, sobretudo pelos obstáculos específicos que nascem da condição periférica, que os atuais centros nunca enfrentaram” (GURRIERI, 2011, p.28).

Em vários aspectos, a CEPAL foi um divisor de águas no debate integracionista tendo o mérito de sistematizar e operacionalizar, em termos teóricos e práticos, o acervo latino-americano pré-existente sobre a integração como conhecemos na contemporaneidade, além de avançar na sua teorização. Seja através das demandas econômicas das nações mais avançadas da região, seja pela dificuldade nas tratativas com os EUA para superar o gargalo do desenvolvimento endógeno regional; a CEPAL liderou a elaboração de estudos e programas desenvolvimentistas que viabilizassem simultaneamente a industrialização, a integração regional e a constituição de um mercado comum que se viabilizasse “de dentro para fora” como forma inequívoca de combater o subdesenvolvimento e a dependência estrutural da América Latina.

O ponta pé inicial do debate seria dado pelos três³⁸ primeiros estudos apresentados por Raúl Prebisch já a partir de 1949, mediante a construção de uma abordagem própria que pudesse viabilizar projetos nacionais e regional de desenvolvimento. Sua ideia original do sistema centro-periferia explicitaria a fragilidade histórica dos países latino-americanos, responsáveis por fornecer bens primários de baixo valor agregado às nações centrais (“para fora”), que não conseguiriam fazer frente aos países industrializados responsáveis pelo domínio tecnológico global. Segundo Prebisch no texto *O Desenvolvimento econômico da*

38 1) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949), 2) Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico (1950), 3) Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1951).

América Latina e alguns de seus problemas principais, de 1949, na América Latina,

a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial (PREBISCH, 2000, p.71).

Curiosamente, Prebisch não acreditava que a condição de dependência dos países latino-americanos tivesse relação causal com o fenômeno do subdesenvolvimento. “Para ele, a dependência da periferia não criou, mas contribuiu para perpetuar o subdesenvolvimento, ao impedi-la de superar a condição periférica. Prebisch também defende que a prosperidade dos centros não se deve à transferência de rendas da periferia, apesar da importância do fenômeno para esta última, mas sim, sobretudo, ao progresso técnico e à capacidade de reter seus frutos” (GURRIERI, 2011, p.88). Em outras palavras, “as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais que determinam – comportamentos específicos, de trajetórias a priori desconhecidas” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.21). É nesse momento que Prebisch sistematizará as causas do subdesenvolvimento latino-americano:

especialização inadequada e baixa diversidade produtiva (complementaridade intersetorial e integração vertical insuficientes), deterioração dos termos de intercâmbio, inserção internacional inadequada, desequilíbrios externos e inflação, níveis de produtividade muito díspares entre os setores – fenômeno que Aníbal Pinto chamou de “heterogeneidade estrutural” - e oferta ilimitada de mão de obra com renda próxima à de subsistência (hoje, “informalidade”), além de estrutura institucional (Estado, estrutura agrária, composição empresarial, entre outros) pouco inclinada ao investimento e ao progresso técnico (BIELSCHOWSKY, 2011, p.7-8).

Com a ascensão da CEPAL surge uma instituição internacional robusta com protagonismo intelectual e operacional de dimensões continentais na América Latina. Como consequência da emergência da instituição, Alberto Methol Ferré (2012) argumenta que é possível identificar duas ondas de integração na segunda metade do século XX, sendo que “la primera es la gran ‘ola de los años 60’ de índole sólo latinoamericana. La segunda es la ola de los años 90 en curso, que tiene los dos caudales, el latinoamericano y el hemisférico”. O autor aponta aproximações e diferenças entre essas duas ondas sendo que a partir dos anos 90, com o fim da bipolaridade, haverá um “novo processo de globalização”. Em outras palavras,

la década de 1960 fue la primera oleada efectiva de integración latinoamericana del siglo XX. Fue la gran retoma de los intentos de Bolívar y Lucas Alamán en los congresos de Panamá y Tacubaya (1826-27), y los siguientes congresos hispanoamericanos de Lima (1847), Santiago de Chile (1856) y Lima (1864). De este fracasado ciclo inicial del siglo XIX, la más profunda conciencia integracionista se expresa en Juan Bautista Alberdi en su célebre “Memoria sobre la conveniencia y objetos de un Congreso General Americano”, fechada el 12/11/1844. La interrupción duró casi un siglo. El camino se reinició en la Conferencia de Montevideo (1960), fundadora de la ALALC y en el Mercado Común Centroamericano (1960), ambas impulsadas por la CEPAL de Raúl Prebisch, que tuvo entonces un papel protagónico decisivo (FERRÉ, 2012, p.23).

Além disso, Ferré eleva as formulações do chileno Felipe Herrera como “el punto más alto de la conciencia histórica latinoamericana integracionista de los años 60” (2012, p.22); seja com sua participação no governo do general Ibáñez nos anos 50 (quando se buscou consolidar a aliança de Perón, Vargas e Ibáñez em torno do Novo ABC), seja como o primeiro presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a partir dos anos 60. Soma-se a isso, no início da década de 1960, o papel de protagonismo de Prebisch na criação da UNCTAD.

Nesse sentido, cabe destacar a célebre publicação de Prebisch sobre *o mercado comum latino-americano*, formulação relevante para a construção da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) que seria criada em 1960, mas que em 1980 se transformaria na Associação Latino-americana de Integração (ALADI). Em certa medida, essas primeiras publicações do começo da

década de 1950 inauguraram o período moderno da integração regional. A formulação desses novos paradigmas teóricos buscariam estruturar uma “explicação formal do regionalismo latino-americano, inclusive com a construção de categorias teóricas na esfera econômica” (BRICEÑO-RUIZ, 2018, p.265). Dessa forma, consta que o objetivo do mercado comum latino-americano era

transformar os “vinte compartimentos estanques” - alusão aos vinte países da América Latina – em um conjunto produtivo e comercial integrado. A questão da vulnerabilidade externa estava no centro das análises formuladas na década de 1950 para a criação de um mercado regional. O mercado comum permitiria aprofundar a industrialização nos segmentos intensivos em escala e atenuar o problema da insuficiência de divisas na região como um todo. (BIELSCHOWSKY, 2011, p.8).

A CEPAL defendeu a criação da ALALC como forma de impulsionar um “processo de diversificação das exportações por esforço próprio, através da via teoricamente mais fácil do comércio intra-regional” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.30). Acrescenta-se que o mercado comum latino-americano seria imprescindível para promover o comércio mútuo entre os países latino-americanos, tendo como objetivo central superar “os modelos antigos de intercâmbio, nos quais cada país latino-americano orienta seu comércio na direção dos centros industriais”, que dificultava o processo de substituição de importações ao mesmo tempo em que reforçava a relação bilateral com os países centrais. A resolução regional implicaria em “‘ampliar os mercados nacionais, instituindo gradualmente um mercado’ comum [1959a: 40] que, por meio de um ‘multilateralismo restrito’, promovesse a especialização produtiva – industrial e primária – entre seus integrantes e o aumento do comércio recíproco, tendo como base um tratamento mútuo preferencial” (GURRIERI, 2011, p.38).

Na época, o desafio que se colocava para os países latino-americanos era o de evitar “desenvolver em um lado da fronteira as mesmas indústrias que no outro”, uma vez que essa duplicidade produtiva aumentaria a concorrência entre os países periféricos, ocasionando o “fracionamento” dos mercados. Ao invés disso, deveriam desenvolver a “especialização produtiva que, junto com uma ‘política clarividente de interdependência econômica’”, pudesse reduzir os

entraves associados ao represamento da demanda que pudesse impedir o ganho de escala dos sistemas produtivos regionais. Em outras palavras, “como é muito difícil adaptar as escalas produtivas ao tamanho dos mercados dos países periféricos, a política mais adequada consiste em integrar os mercados para alcançar o nível adequado” (GURRIERI, 2011, p.42).

Não resta dúvida que o período áureo da CEPAL se deu nas primeiras décadas, tornando-se nesse contexto a “principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana. Mais que isso, foi o único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que manteve vigente por meio século” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.15). Apesar das controvérsias que envolvem a origem do conceito de desenvolvimento, é inequívoca a originalidade do pensamento econômico cepalino, uma vez que buscou formular um método histórico-estrutural genuíno com potencial de desvendar as complexidades conjunturais que reforçavam a condição periférica da região. Sua estrutura analítica “deriva de uma fértil interação entre, por um lado, um método essencialmente histórico e indutivo e, por outro, uma referência abstrato-teórica própria, à teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16). Segundo Prebisch, a condução política do desenvolvimento seria realizada pelo ente estatal, uma vez que o “Estado deve realizar as transformações estruturais que libertarão as forças contidas do desenvolvimento” (GURRIERI, 2011, p.76). Apesar da inovação do pensamento, a abordagem “guarda uma interessante correspondência com as interpretações ‘institucionalistas’, pela importância que confere à organização dos mercados e agentes em condições históricas específicas, e pela insistência nas imperfeições de mercado que essas condições determinam e tornam rígidas (BIELSCHOWSKY, 2000, p.21).

Com relação à inovação do método estruturalista, há que se reconhecer o papel de destaque de Celso Furtado no tocante à abordagem histórico-estrutural, uma vez que suas obras vincularam o fenômeno do subdesenvolvimento a um contexto histórico específico que não remeteria a uma etapa anterior à formação de uma economia capitalista avançada, fato esse que exigiria o “esforço” de produção própria de teorias. “A falta desse esforço tem levado muitos

economistas a explicar, por analogia à experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento” (Celso Furtado apud BIELSCHOWSKY, 2000, p.22).

O pensamento cepalino, com ampla inspiração na abordagem histórica do subdesenvolvimento periférico, também conhecido como estruturalismo latino-americano, enxergava a integração econômica como um instrumento capaz de potencializar o desenvolvimento econômico amparado por processos domésticos e regionais que pudessem alavancar a industrialização. Seu objetivo, portanto, era mitigar a vulnerabilidade externa e a deterioração dos termos de intercâmbio de longo prazo. A premissa básica era que a “industrialização permitiria a absorção dos excedentes de oferta de mão-de-obra no setor rural, levaria a mudanças tecnológicas e a uma maior produtividade e melhoraria a distribuição da renda” (Fitzgerald, 1998, apud BRICEÑO-RUIZ, 2018, p.266).

Uma característica adicional das idéias geradas e divulgadas pela CEPAL é o fato de que “ela nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os policy-makers da América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.17). Esse contraste chama bastante atenção na atualidade quando analisamos a centralidade do circuito acadêmico-universitário na produção e difusão de conhecimentos sobre e para a integração regional, sendo, de certa forma, modelos analíticos de menor impacto. Nesse sentido, a tecnocracia internacional tem ou teve um perfil característico, sendo uma espécie de segmento híbrido, uma vez que não são nem acadêmicos e nem governantes. E pelo simples fato de atuarem em organismos internacionais acabam por terem melhores condições para difundir ideias, influenciar políticas e tomadores de decisão. Briceño³⁹ cita o exemplo clássico de Raúl Prebisch, que foi professor de economia da Universidade de Buenos Aires. O autor (idem) reforça que foi apenas como Secretário-Executivo da CEPAL e depois como Secretário-Geral da UNCTAD que o argentino alcançaria essa expressiva projeção internacional, o que fez com que Prebisch tivesse mais influência nos processos regionais quando comparado com outros acadêmicos de seu tempo. E o fator determinante para isso, em vários aspectos, pode ter sido a

39 Fonte do autor. Entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

possibilidade de utilizar a plataforma política dessas organizações internacionais para impulsionar suas ideias, o que reforça que um relevante local de fala pode garantir maior impacto para as ideias dos membros da tecnocracia internacional. Na visão de Briceño (idem), esse também foi o caso de Felipe Herrera, que foi acadêmico e diretor executivo do BID. Da mesma maneira, o autor (idem) cita os casos de Enrique Iglesias e de José Antônio Ocampo como acadêmicos de perfil híbrido com passagem de destaque por organismos internacionais. Por isso, até hoje, instituições como o BID e a CEPAL, tem, de certa forma, forte influência entre os governantes que, mesmo não seguindo à risca as recomendações desses organismos, exercem destacada influência nas políticas adotadas pelos países da região.

Ademais, ao considerar a abordagem estruturalista formulada pela CEPAL, é possível identificar ao menos sete estágios com enfoques e temáticas bem definidos, os quais foram responsáveis por sistematizar formulações sobre as dificuldades enfrentadas pela evolução econômica e social dos países latino-americanos a partir de meados do século XX, quais sejam: 1) 1950 – enfoque centro periferia e a industrialização; 2) 1960 – “reformas estruturais para desobstruir a industrialização”; 3) 1970 – reorientação dos “estilos” desenvolvimentistas para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora; 4) 1980 – a “década perdida”, superação do endividamento externo mediante o ajuste com crescimento; 5) 1990 – “transformação produtiva com equidade” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.18); a partir do século XXI prevaleceria: 6) 2000 – desenvolvimento em prol do combate à assimetria, enfrentamento da globalização e desigualdades sociais; 7) Agenda para 2030 – igualdade e desenvolvimento sustentável.

Além da CEPAL, cabe ressaltar o papel do Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), que segundo Bernal-Meza a instituição

por muitos anos foi o pilar de apoio intelectual, teórico, técnico, acadêmico e político. Os primeiros projetos não teriam prosperado sem este importante e decisivo apoio. Desta forma, o pensamento de Raúl Prebisch-CEPAL, somados a intelectuais como Celso Furtado, Aníbal Pinto e outros, conformam a “origem do pensamento latinoamericano, propriamente científico, em Relações Internacionais (2005, p. 78).

Em 1956, a Conferência Geral da UNESCO aprova o apoio aos países da América Latina para a criação da Faculdade de Ciências Sociais (FLACSO), que viria a ter sede em Santiago do Chile. Resta destacar que a UNESCO teve um papel importante na coordenação do campo das ciências sociais, disciplina responsável por promover diversas visões do pensamento regionalista que com o passar do tempo viria alcançar notoriedade inclusive com sua capacidade de gerar pensamento crítico no âmbito latino-americano (PUNTIGLIANO, 2012, p.100).

Retomando a história das ideias cepalina, o cenário internacional que já não era tão favorável ao projeto latino-americanista se deteriorou rapidamente com a Revolução Cubana de 1959. A revolução impactou profundamente as ações dos Estados Unidos na América Latina intensificando a polarização política e o intervencionismo militar na região, fazendo com que os interesses norte-americanos intensificassem ainda mais a agenda de segurança regional e o combate ao comunismo como prioridade absoluta, frustrando os anseios desenvolvimentistas que estavam em gestação. A partir desse momento, os EUA não hesitaram em patrocinar diversos golpes militares colocando em xeque os governos nacionais-populares e seus projetos de desenvolvimento e integração regional, culminando na criminalização dos movimentos populares que lutavam por melhores condições de vida e justiça social.

Apesar da escalada da crise regional, a CEPAL da década de 1960 se consolidaria como um pólo relevante de reflexão e aglutinação de intelectuais latino-americanos e internacional, destacando-se o debate em torno das ideias de “dependência” e de “heterogeneidade estrutural”. Dessa forma, a instituição assumiria uma posição de “neutralidade” na interlocução com os diferentes governos e matizes políticas preservando seu papel de articulação de temas latino-americanos sensíveis na esfera internacional, ou seja

na mobilização da Aliança para o Progresso, no tema da integração regional e da ALALC, na criação da UNCTAD e na multiplicação de assistência técnica em planejamento indicativo a governos da região. A modernização das tecnoburocracias latino-americanas beneficiou-se muito do trabalho da CEPAL e do ILPES nesse período (BIELSCHOWSKY, 2000, p.38-9).

Na década de 1970, todavia, a instituição enfrentaria um sensível declínio na capacidade de produzir e difundir ideias, tendo em vista as “circunstâncias históricas que lhe subtraíram parte da anterior capacidade de influenciar o pensamento econômico da América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.46). Esse fenômeno também seria explicado pela consolidação de tecnocracias estatais de circunscrição nacional, muitas delas criadas por incentivo da própria CEPAL. Além disso, soma-se a esse declínio a conjunção de fatores político e econômico. No tocante ao fator político, seria determinante o golpe de estado que pôs fim ao Governo Allende no Chile. Entre 1973 e 1989,

a sede da CEPAL no Chile perdia aquilo que havia sido até então um de seus principais ativos, o poder de convocatória da intelectualidade latino-americana. Economistas, sociólogos, tecnocratas e políticos da tradição democrática e progressista simplesmente pararam de poder ou de querer circular no Chile. Além do problema chileno, a CEPAL enfrentava a antipatia ostensiva de outras ditaduras, em particular da vizinha Argentina, ideologicamente oposta à CEPAL, inclusive nos fundamentos do modelo de abertura econômica à outrance que aplicava, tal como faziam Chile e Uruguai (BIELSCHOWSKY, 2000, p.46).

No âmbito econômico, pesaria a emergência de uma nova ortodoxia global que se tornaria preponderante a partir da década de 1980. A crise da dívida e a percepção crescente da “década perdida” ajudaram a sepultar a doutrina desenvolvimentista, que foi paulatinamente marginalizada do debate intelectual à medida que o receituário de austeridade fiscal regidos por bancos credores e pelo FMI assumiram a orientação das combalidas economias periféricas. Além disso,

o fim do ciclo expansivo mundial determinou o início de uma etapa completamente nova da história regional. As duas novidades seriam, primeiro, uma crescente instabilidade macroeconômica, que perduraria por mais de uma década e, segundo, e mais permanentemente, a presença crescente do setor financeiro no centro dos acontecimentos econômicos. Segundo um texto cepalino dos anos 1980, a fase caracterizar-se-ia pela nova hegemonia do sistema financeiro sobre o sistema produtivo (CEPAL, 1985) (BIELSCHOWSKY, 2000, p.46).

Portanto, a ascensão da doutrina neoliberal colocaria o método histórico-

estruturalista em segundo plano a partir dos anos 1980 e, além disso, a sua supremacia incontestada traria um conjunto de reformas liberalizantes com destaque para a abertura comercial e financeira, com foco na privatização de empresas estatais, cortes em políticas sociais e agressiva flexibilização laboral. Tanto é assim que a produção intelectual cepalina da década de 1990 – destaque para a proposta *transformação produtiva com equidade* –, cujo o principal mentor foi Fajnzylber, romperia a tradição cepalina ao propor uma política de abertura comercial, com forte apoio de Gert Rosenthal. Sua primeira publicação foi batizada como “regionalismo aberto” em 1994 e a sua principal inovação alterou a maneira de desenvolver os processos de integração regional já em andamento na América Latina. “O texto posiciona-se frente à mesma ressaltando as virtudes na simultaneidade entre a abertura comercial da América Latina para com o resto do mundo e a intensificação do comércio intra-regional através dos esquemas de integração vigentes” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.66). Com as reformas em curso, havia a intenção de mudar o “estilo” da intervenção estatal associada a uma gradual e seletiva abertura econômica tendo em vista o desenvolvimento técnico e o incremento produtivo.

Apesar de todo o esforço da CEPAL em produzir e difundir ideias inovadoras para o desenvolvimento e a integração latino-americana, a região permanecia na condição periférica, uma vez que os processos incipientes de industrialização não alcançariam o desenvolvimento tecnológico e a geração de renda esperada para o conjunto amplo das classes subalternas envolvidas no sistema produtivo. Na visão de André Gunder Frank, “a industrialização que ocorria na América Latina correspondia tão-somente a uma nova modalidade da exploração secular que o imperialismo impunha aos trabalhadores da região subdesenvolvida, em aliança com a elite local” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.42). De forma análoga, o conceito de “heterogeneidade estrutural” de Aníbal Pinto, reforçaria a tendência de que “os frutos do progresso técnico tendiam a concentrar-se, tanto no que se refere à distribuição da renda entre classes, como no que diz respeito à distribuição entre setores e entre regiões dentro de um mesmo país” (Pinto, 1966, apud BIELSCHOWSKY, 2000, p.42). Dessa forma, os processos formulados e conduzidos pela CEPAL, apesar de relevantes, seriam

insuficientes para superar a condição de dependência e a vulnerabilidade externa que afetavam a região.

2.9. Integração, autonomia e desenvolvimento

Em reação ao método histórico-estruturalista sistematizado pela CEPAL, em que pese o predomínio da abordagem desenvolvimentista de viés economicista sobre os processos de integração das primeiras décadas, surgiram linhagens críticas como as sustentadas pelos teóricos da dependência e da autonomia. A busca pela “concepção integral da integração” guiaria essas formulações tendo em vista garantir o objetivo final da autonomia nacional tão caro para a região. “Se reconocía que la promoción del desarrollo económico a través de la industrialización era un componente crucial, pero no era suficiente. La Escuela de la Dependencia realizó una crítica mordaz a las propuestas cepalistas sobre integración regional y desarrollo económico” (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.42). Em outras palavras, a persistência do subdesenvolvimento levaria um conjunto de intelectuais a promover discussões que transcendessem a integração econômica como única estratégia para reduzir a subordinação internacional da América Latina, entre os quais destacamos

la obra de Juan Carlos Puig, Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer, Jorge Abelardo Ramos, Alberto Methol Ferré y de los teóricos del estructuralismo y la dependencia se destaca en esta línea de pensamiento. Al mismo tiempo, la dimensión cultural identitaria continuó siendo objeto de preocupación en la obra de Leopoldo Zea, Arturo Ardao, Arturo Andrés Roig, Fernando Aínsa y muchos otros importantes intelectuales latinoamericanos (BRICEÑO-RUIZ; PUNTIGLIANO; GRAGEA, 2012, p.19).

No tocante à integração de caráter político, a discussão foi protagonizada pelos teóricos da Autonomia, entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1980, cujos os formuladores mais conhecidos foram Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig respectivamente; que ao buscar transcender o caráter econômico, não poderiam deixar de buscar novas abordagens e interpretações para fazer frente aos avanços e retrocessos alcançados pelos processos de industrialização na América

Latina. Dessa forma, a proposta autonomista visava, por outros caminhos, superar a dependência instituída desde o antigo passado colonial que permanecia como uma barreira ao desenvolvimento nacional e regional.

No que se refere à formulação de Jaguaribe, há que se vincular, em primeiro lugar, a referida teorização à tentativa de explicar o contexto brasileiro, cuja política externa seria marcada pela busca permanente da autonomia como forma de “ampliar o espaço de manobra para que o país busque seus ‘interesses nacionais’” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2018, p.86). Como se sabe, a debilidade econômica brasileira e, por analogia latino-americana, gerava desequilíbrio e incapacidade de aquisição de poder e influência no sistema internacional, que obrigavam os países latino-americanos a buscarem um desenvolvimento econômico efetivo e duradouro que pudesse se contrapor às condicionantes externas. Esse argumento é sustentado por Cervo, quando o mesmo afirma que a finalidade da industrialização era viabilizar “um projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre as nações” (2003, p.12). Curiosamente, ao analisar o contexto econômico da época, Hélio Jaguaribe fez críticas ao modelo de desenvolvimento brasileiro que, em vários aspectos, secundarizou os processos de integração econômica tanto na América latina como no subcontinente sul-americano.

Soma-se a esse contexto a trajetória intelectual do autor, que foi intimamente ligado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão com financiamento governamental que se destacou na formulação de um projeto nacional de desenvolvimento e pela influência nos tomadores de decisões da época, sendo que, durante uma década, foi responsável por dar suporte a diferentes governantes entre a sua fundação e extinção com o golpe militar⁴⁰ (1955 – 1964).

Além disso, a idéia brasileira de integração regional foi, em vários

40 Com a ascensão militar, conseqüentemente, houve um enfraquecimento da agenda integracionista entre os vizinhos sul-americanos, com o Brasil subserviente às determinações norte-americanas em relação à segurança regional do continente. Neste novo cenário, a adesão e o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) era considerada demasiadamente estratégica para garantir a articulação e o alinhamento do continente, fato que reforçaria uma vez mais os interesses norte-americanos. Além disso, Vidigal salienta que “em vez de um processo de integração vinculado à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária, como proposto por San Tiago Dantas para a PEI, nessa nova fase o projeto de integração da América do Sul respondia a valores geopolíticos dos militares e a interesses da classe proprietária (2012, p.69).

aspectos, secundária, uma vez que essa diretriz convergiu para a integração nacional dentro de país continental fragmentado, em que a costa mais povoada e desenvolvida contrastava com a baixa demografia e a falta de atividade econômica no interior (VIGEVANI e RAMANZINI, 2012, p.108). Apesar do período curto de existência, o instituto deixou um espólio intelectual frutífero para o país.

Em 1958, com apoio do próprio ISEB, Jaguaribe publicaria a obra *o nacionalismo na atualidade brasileira*, que buscava subsidiar o debate sobre os dilemas da industrialização e do subdesenvolvimento e a necessidade de mudar as diretrizes da política externa aristocrática do Itamaraty, haja vista a emergência de uma nova ordem mundial, uma vez que

as 3 diretrizes principais da política exterior brasileira desde a guerra tinha sido, na visão de Jaguaribe, a colaboração com os EUA, o combate ao colonialismo e o estreitamento dos vínculos com os países latino-americanos, particularmente com os sul-americanos. A colaboração com os EUA não traduzia uma política eficiente e não encontrava, internamente, os suportes necessários; o anticolonialismo não apresentava nenhuma articulação com os países que sustentavam a descolonização africana e asiática; e a aproximação com a América Latina era contrariada pela tradição de isolamento em relação aos vizinhos. A superação dessa situação negativa seria dada por meio de uma nova política exterior, cuja essência seria a autonomia frente as principais forças internacionais, à época chamada neutralismo (VIDIGAL, 2012, p.64).

Com uma leitura crítica da conjuntura do pós-guerra, Jaguaribe compreendeu a defasagem da doutrina pan-americanista praticada desde os tempos de Rio Branco, situação que exigiria a revisão da posição rumo à neutralidade no sistema internacional. A política externa autônoma deveria reforçar o interesse nacional sem se deixar abalar por pressões externas que pudessem obstaculizar os processos de integração latino-americana, isto é

a primeira condição para neutralizar o poder de represália dos EUA – reação natural a qualquer exercício autonomista – era a união da América Latina, cuja base seria a cooperação entre Brasil e Argentina. Qualquer que fosse a aspiração do Brasil, sua articulação com a Argentina constituía-se como imperativo básico para ambos os países e para o sistema latino-americano em geral. Uma aliança ofensiva e defensiva brasileira-argentina, apoiada da melhor maneira na economia dos dois países, acarretaria, de imediato, a inversão das regras de poder na

América Latina, ou, pelo menos, na América do Sul (VIDIGAL, 2012, p.65).

Na avaliação de Jaguaribe, com a ascensão de duas superpotências globais (EUA e URSS) foi constituído um “sistema imperial” capaz de dividir o mundo em duas áreas de influência hegemônica em que ambas as potências “se presentan como naciones independientes, semejantes a las demás y, sin embargo, dotadas de un potencial económico-tecnológico y político-militar que excede el nivel de cualquiera otra nación” (JAGUARIBE, 1979, p.91). Essa estratificação da nova ordem mundial delimitaria inexoravelmente quatro níveis potenciais de autonomia e autodeterminação entre os diferentes países e regiões, isto é, “el nivel más alto corresponde a la primacía general. El nivel que sigue inmediatamente corresponde a la primacía regional. A continuación está el nivel de autonomía. El nivel más bajo es el de la dependencia” (JAGUARIBE, 1979, p.91-2). Ao considerar as assimetrias estruturais, Jaguaribe argumentava que “el acceso a la autonomía depende de dos condiciones básicas: la viabilidad nacional y la permisibilidad internacional” (JAGUARIBE, 1979, p.96). Dessa forma, a busca por autonomia seria um processo necessário, mas instável, intercalando avanços e retrocessos de acordo com a dinâmica doméstica e internacional; sendo que, no plano doméstico, a autonomia se associaria com o princípio da soberania popular; e na esfera internacional, ela estaria articulada com uma posição de neutralidade. Além disso, a “permisibilidade internacional” seria uma categoria relativa que variava com as “circunstâncias históricas” e, em alguns aspectos, se somaria às “circunstâncias socioculturais de cada país” (idem), uma vez que o acesso a uma maior autonomia internacional teria correlação com as condições materiais e simbólicas, bem como a permissividade internacional (janela de oportunidade⁴¹). Em última instância, o objetivo seria alavancar a inserção internacional soberana.

No tocante à “viabilidade nacional”, seria determinada pela capacidade de mobilizar meios materiais e simbólicos envolvendo “recursos humanos y naturales, además de condicionado por las exigencias tecnológicas de cada época, está también condicionado por el grado de integración sociocultural del país respectivo y por el nivel moral y educacional de su población”, além da

41 Por exemplo, as guerras mundiais teriam sido uma importante janela de oportunidade para países como EUA, Alemanha, Rússia e Japão.

capacidade de “intercâmbio internacional” (JAGUARIBE, 1979, p.96).

Por seu turno, as formulações de Juan Carlos Puig estão vinculadas às décadas de 1970 e 1980, um período de profundas transformações no cenário internacional. Na Argentina, já com o retorno de Perón, em 1973, que indicou Puig para comandar o Ministério de Relações Exteriores, ocorreria a primeira crise do petróleo embalada por diferentes conflitos no Oriente Médio e tendo como consequência a intervenção dos produtores de petróleo na oferta global. Inspirado pelo sucesso da OPEP, caracterizada por Puig como um exemplo de “integração solidária” com orientação para “objetivos setoriais”, o Governo de Perón buscou reciclar a ideia da Terceira Posição para fazer frente aos blocos hegemônicos que lideravam a Guerra Fria. Mas com a morte de Perón no ano seguinte, o regime militar promoveria, por um lado, uma profunda guinada econômica responsável por intensificar as importações e a agenda primário-exportadora; e por outro lado, no plano político, o regime buscaria o alinhamento com os EUA.

Outro fator a se considerar é que na década de 1970, a partir da intensificação dos empréstimos internacionais, a Argentina e os países latino-americanos elevaram substancialmente o endividamento externo, o que levaria àquilo que se convencionou chamar, nos anos 1980, de “crise da dívida”. Em 1982, por fim, com a invasão desastrosa das Ilhas Malvinas, o tratado de TIAR foi rasgado pelos EUA em favor do Reino Unido, levando a ditadura militar a uma derrota arrasadora, que culminaria na derrocada do próprio regime. Esse conflito no Atlântico Sul evidenciou as limitações do tratado do TIAR “que si bien este tratado puede tener alguna utilidad como engranaje de la defensa occidental, no es realmente operativo en conflictos intralatinoamericanos, y mucho menos intraoccidentales” (PUIG, 1986, p.60). Assim sendo, Puig não teria muito o que comemorar com a descontinuidade da política externa autonomista inaugurada por Perón em seu primeiro mandato e pelo agravamento da crise econômica no final dos anos setenta. Com a redemocratização nos anos 1980, no entanto, Puig retomaria a ideia da Terceira Posição com foco na integração latino-americana.

No plano teórico, com a publicação *Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX*, texto publicado em 1986 pela cátedra do

INTAL, Puig inicia o texto questionando os motivos de se permanecer buscando a integração e a autonomia latino-americana e reforça que a autonomia continua sendo

un objetivo insoslayable de la política nacional, por la muy sencilla razón de que cuanto más autónomo es un ente mayores posibilidades tiene de desarrollarse como mejor lo entiende. O sea que la autonomía otorga las posibilidades de adoptar políticas más justas y equilibradas, mientras que la subordinación, en cambio, cercena o, por lo menos, retacea dicha posibilidad por cuanto facilita al dominante imponer sus propios criterios al que le está subordinado (PUIG, 1986, p.40).

Mas também houve críticas contundentes à abordagem dependentista pelo risco de se converter em uma “explicação tranquilizadora de consciências, desligadora de responsabilidades” (PUIG, 1986, p.50), isto é

así como la teoría de la dependencia se convirtió, desde el punto de vista prescriptivo, en un “terrible simplificador”, la “teoría de la autonomía” se puede constituir en la orientadora de “terribles desaciertos”. Para evitarlo hace falta, como dijimos anteriormente, adoptar políticas y estrategias autonomizantes, pero que se basen en un diagnóstico correcto de la realidad internacional e interna relevante (PUIG, 1986, p.51).

Além disso, para Puig (1986), boa parte dos problemas latino-americanos no trato com os países desenvolvidos decorrem do fato de haver uma equivocada compreensão de sua “margem potencial de decisão autônoma”. Desde o ponto de vista da periferia latino-americana, o autor buscava fornecer subsídios para o processo de autonomização dos países periféricos frente ao domínio da respectiva potência hegemônica, cujas elites não tinham (têm) a disposição para enfrentar a condição de dependência. Segundo o autor argentino, inclusive, o processo de autonomização significaria ampliar “el margen de decisión propia, y normalmente implica recortar el que disfruta el oponente. Salvo casos-límites o atípicos, el logro de una mayor autonomía supone en el corto plazo un juego estratégico de suma-cero en el cual alguien gana lo que otro pierde. Avanza el antiguo cliente; retrocede el antiguo dominante” (1986, p.51). Essa ideia de disputa de poder de “jogo de soma zero”, segundo Bernal-Meza (2005), enquadraria a teoria da autonomia de Puig na abordagem realista das relações internacionais que, sob a

perspectiva da integração latino-americana, potencializaria a agenda autonomista na região, sem deixar de lado os valores e intenções.

Em consonância com as mudanças conjunturais da ordem mundial, as formulações de Puig inovam ao propor uma abordagem teórica tipicamente latino-americana com vista a superar as teorias concebidas desde a realidade distante dos países centrais. Inclusive, para o autor, o sistema internacional era hierárquico e estruturado de acordo com os interesses dos países centrais, denominados como “distribuidores supremos”, seguidos pelos países semi-periféricos, identificados como “distribuidores inferiores” de porte intermediário e, por fim, os países periféricos aqui nomeados como “destinatários”, que seguem estritamente o ordenamento definido pelos países “supremos”. Considerando, portanto, essa grande assimetria de poder da ordem mundial, a integração latino-americana seria uma estratégia indispensável para alavancar tanto a viabilidade nacional como a inserção da América Latina no sistema internacional hierárquico.

Dessa forma, depreende-se que a ideia de autonomia de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig foi muito além da compreensão normativa da soberania westfaliana estabelecida na época, reforçando que o estado só é autônomo se ele for capaz de organizar as suas prioridades políticas e conseguir viabilizar suas respectivas decisões de forma independente. Isto é, a autonomia é a posição do país no mundo, fato que pode garantir maior capacidade para mandar do que ser mandado no sistema internacional, de superar as amarras hierárquicas do sistema. Para tal, é imperativo buscar condições para dentro (desenvolvimento) e para fora (buscar condições de autonomia no âmbito internacional).

Os autores contestaram, cada um à sua maneira, a suposta anarquia do sistema internacional tão naturalizadas nos estudos internacionais da época, fato que reforça o papel inovador dessa vertente intelectual e a sua destacada atuação na produção de pensamento tendo em vista disputar a ideia de autonomia no campo político e científico, visto que buscam sustentar uma “política externa livre dos constrangimentos impostos pelos países poderosos (VIGEVANI e CEPALUNI, 2018, p.26).

2.10. Aliança estratégica entre Argentina e Brasil e a integração sul-americana

Para os objetivos deste capítulo, depreende-se que sem o entendimento entre Argentina e Brasil, as bases da integração sul-americana ficariam enfraquecidas tendo, inclusive, impacto direto na integração latino-americana. Soma-se a isso, ao analisar o cenário desde o contexto brasileiro, aquilo que Cervo (2003) identifica como entraves recorrentes que dificultaram a integração da América Latina, quais sejam: as rivalidades regionais, as ambições nacionais desmedidas, o maior ou menor alinhamento aos interesses dos EUA, a percepção ambivalente do Brasil na América hispânica e a diplomacia de obstrução que interditou a cooperação e a integração regional entre os países.

Por outro lado, no plano hemisférico, George Friedman (2012), ao considerar os interesses geopolíticos da próxima década, afirma que além de garantir uma política de boa vizinhança com o Brasil, os EUA deveriam “fazer o possível para fortalecer a Argentina, o único país que pode servir de contrapeso” (2012, p.239) aos interesses brasileiros na América do Sul. Isso reforça que apesar da hegemonia estadunidense no continente, a aliança estratégica entre Argentina e Brasil cumpriria a função de neutralizar possíveis interferências norte-americanas a qualquer ímpeto autonomista, bem como teria o potencial de impulsionar a integração regional e o fortalecimento político dos países latino-americanos. Em meio a esse cenário regional estratégico, o autor vai além ao propor que

o objetivo norte-americano deve ser fortalecer lentamente a economia da Argentina e seus recursos políticos de modo que, durante os próximos vinte ou trinta anos, caso o Brasil comece a emergir como um potencial perigo para os Estados Unidos, o crescimento argentino rivalize com o do Brasil. Isso exigirá que os Estados Unidos forneçam incentivos para que empresas norte-americanas invistam na Argentina. (...) O presidente norte-americano deve tomar cuidado para não mostrar suas intenções verdadeiras nesse processo, e não deve se apressar. Um programa único para a Argentina poderia gerar uma resposta brasileira prematura, de modo que o Brasil deve ser incluído em todos os programas norte-americanos, se este país desejar participar. (...) Tudo isso custa dinheiro, mas será muito mais econômico, em todos os sentidos, do que confrontar o Brasil nos anos 2030 ou 2040, no que se refere ao controle do Atlântico Sul (FRIEDMAN, 2012, p.239).

Dessa forma, entende-se que, mesmo que tardiamente, e resgatando as formulações de Rio Branco, Perón e Methol Ferré, a aliança entre Argentina e Brasil cumpriria a função de consolidar um núcleo articulador da integração latino-americana e, mais especificamente, esse núcleo dinamizador teria o potencial de constituir uma geopolítica continentalista dos países da América do Sul como mencionado anteriormente por Perón. E o que mais chama a atenção nessa formulação é a convicção em promover a integração latino-americana através da união sul-americana, sendo para tanto indispensável combater as assimetrias e promover a cooperação regional entre a porção luso-brasileira e a fracionada América hispânica. De forma inovadora, Ferré (2012) buscou articular o pensamento continentalista de Perón com o regionalismo pensado pelo intelectual chileno, Felipe Herrera. De certa forma, as formulações políticas e os malogros anteriores prepararam o terreno para iniciativas bem-sucedidas no futuro, sendo a criação do Mercado Comum do Sul (1991) uma das consequências práticas, haja vista que

ao longo de nossa história as conversações sobre integração sempre começaram pela Argentina, vista não apenas como parceira preferencial, mas também pela ciência de sua presença e influência entre os países de fala espanhola, levando nossas autoridades, de Rio Branco a Jânio Quadros a perceber que nossas tentativas de aglutinação e influência no segmento sul do hemisfério seriam ineficientes se não contassem com a influência compartilhada com o vizinho do Prata. A idéia de compartilhamento na vertente atlântica da América do Sul esteve presente nas concepções de Rio Branco e em negociadores posteriores a ele (BUENO, 2012, p.57).

Antes, contudo, foi necessário esperar algum tempo para que o processo de redemocratização superasse as ditaduras militares na região garantindo os alicerces democráticos que viriam respaldar a criação do Mercosul. Tanto é assim que na década de 1980, com o fortalecimento das lutas em prol da abertura democrática haveria uma reaproximação importante entre o núcleo aglutinador Argentina-Brasil, que abriria novas perspectivas para a integração sul-americana. Embora os processos de redemocratização tenham enfrentado tempos distintos na região, uma vez que a Argentina teve uma abertura rápida enquanto que o Brasil uma transição lenta e gradual, “não prejudicou o acumulado histórico bilateral,

base para a integração iniciada em Foz do Iguaçu, em 1985, cujo principal resultado foi a criação do Mercosul” (VIDIGAL, 2012, p.77). E mesmo sem ter muita experiência nos processos de integração, e a despeito da escassa participação sindical e empresarial, o Mercosul foi consolidado paulatinamente por um expressivo esforço político e diplomático, que poderia ter tido a adesão do Chile em sua fundação – o que unificaria as costas oceânicas do Atlântico e do Pacífico-, mas que no fim agregou espontaneamente os vizinhos da bacia do prata – Paraguai e Uruguai. Segundo Azambuja, ao se referir à criação do Mercosul, “é de prever que, aos poucos, ele atrairia os demais vizinhos, o Peru, a Venezuela, quem sabe o próprio Chile. É fundamental que a política para o Mercosul crie as condições para torná-lo bioceânico, é imprescindível que ele cresça e aumente a sua influência” (VIDIGAL, 2012, p.83).

Além disso, ao considerar o contexto tenso de transição, há que se considerar a grave crise econômica que enfrentavam Argentina e Brasil, a famigerada “crise da dívida” dos anos 1980, que abriria margem para um outro episódio importante que ajudou a reforçar a amizade e a aproximação entre os dois países: a Guerra das Malvinas. O Brasil foi peça importante na mediação do conflito entre Argentina e Inglaterra ampliando a relação de confiança entre os vizinhos e mantendo uma boa interlocução com o país europeu. Esta parceria estratégica foi consolidada na medida em que os dois países alcançaram o entendimento mútuo na agenda energética e nuclear, fato que aumentou substancialmente a cooperação bilateral e as possibilidades para a integração regional, reforçando que “la alianza argentino-brasileña es el ‘núcleo básico de aglutinación’ latinoamericana en América del Sur. El Mercosur y sus asociados son así la base latinoamericana en América del Sur” (FERRÉ, 2012, p.125). Isto é, o Mercado Comum do Sul

inicia una revolución mayor que la de la independencia del siglo pasado. Brasil necesita que la vecindad lo haga poderoso, porque la vecindad también se vuelve poderosa en alianza con Brasil. Brasil necesita de nuestra fortaleza para fortalecerse y a su vez, solo se puede fortalecer si nos fortalece. Se unifica con nosotros, facilitando también la unión de los hispanoamericanos del sur. Este es el círculo virtuoso que genera la lógica interna del Mercosur (FERRÉ, 2012, p.125).

O ex-chanceler brasileiro, Celso Amorim, defende raciocínio similar quando diz que o nascimento do Mercosul

es el núcleo dinámico para la integración de América del Sur, con todo respeto a la Comunidad Andina, que como sabemos fue pionera en América Latina. El Pacto Andino fue un acto de valentía desde el punto de vista político, pero desde el punto de vista práctico, el núcleo dinámico para la integración de América Latina está en el Mercosur porque fue el núcleo que creó mayor densidad. Esta densidad está relacionada con el hecho de que no es tan solo una área de libre comercio sino que también una unión aduanera, sin hablar de otras características que se fueron desarrollando en la área social, política, con el Parlamento. Pero la unión aduanera es el verdadero cimiento del Mercosur (AMORIM, 2009, p.12).

Com o fim da Guerra Fria, já no final do século XX haveria um grande impulso ao Consenso de Washington, que indubitavelmente intensificaria os mandamentos do livre comércio aumentando os desafios do processo de globalização sobretudo na América Latina. Essa nova conjuntura imporia uma mudança nas relações regionais que culminaria no “novo regionalismo” (BID) e “regionalismo aberto” (CEPAL), sucedidos pela multiplicidade de conceitos de regionalismo como o pós-liberal (Sanahuja), pós-hegemônico (Riggirozzi y Tussie; Briceño), regionalismos solapados (Malamud), regionalismo modular (Gardini), ou abordagens como multilateralismo regional (Serbin) e os complexos de governança regional (Nolte), entre outros (Sanahuja, 2016). Complementarmente, Caldentey e Santos (2017) argumentam que o continente latino-americano dá grande prioridade à integração e ao regionalismo⁴² no debate do desenvolvimento autônomo, tendo em vista que a

América Latina es, junto a la Unión Europea, la región del mundo que concede mayor protagonismo a la integración y al regionalismo en el debate sobre el desarrollo; estos términos poseen significados múltiples. La integración remite, en Latinoamérica, a aspiraciones históricas de emancipación y de autonomía como vía a un futuro de mayor desarrollo económico. Desde la segunda mitad del siglo XX, la idea de integración ha sido retomada de forma recurrente en toda América Latina, manteniendo similares objetivos de autonomía y desarrollo, pero sustentada ahora sobre la base de instrumentos económicos, comerciales y de

42 Complementarmente, argumenta-se que a adjetivação do conceito de regionalismo ligado às novas abordagens de Economia Política Internacional induziram o uso do termo “integração regional”, “habitualmente vinculado a la teoría clásica del comercio internacional. El resultado ha sido la utilización indistinta de uno u otro término, haciendo difícil precisar los límites de sus respectivos significados” (CALDENTY; SANTOS, 2017, p.96).

cooperación política (CALDENTEY; SANTOS, 2017, p.95).

Além disso, a despeito dos resultados comerciais positivos da década de 1990, tanto no comércio intrarregional como no interregional, não foi possível evitar o esgotamento do regionalismo aberto, que foi responsável pela abertura comercial indiscriminada pelos países latino-americanos em substituição às políticas de desenvolvimento implantadas nas décadas anteriores. Seja pela instabilidade econômica e política, seja pela incidência de sucessivas crises entre os países da região, o final do século XX preparou o terreno para a insurgência de governos de esquerda de diferentes matizes ideológicas, ditos progressistas, com maior ou menor orientação nacional-desenvolvimentista responsáveis por resgatar o pensamento autonomista de outrora que culminaria na criação de novos esquemas regionais. Curiosamente, já a partir de 2003, os países da América do Sul “van a poder apoyarse en uno de los ciclos más favorables de la historia económica contemporánea de América Latina” (SANAHUJA, 2016, p.40), a despeito da desindustrialização e a reprimarização dos produtos exportados em larga escala para a Ásia, e em especial para a China. Em outras palavras,

el fracaso de las iniciativas de integración propuestas en los años 1960, sumado a la crisis económica que afectó a la región a partir de la década de los años 1980, significó la sustitución del enfoque autonomista-desarrollista por una lógica de integración simplemente económica, basada en la apertura comercial, que se describió como regionalismo abierto. Sin embargo, a inicios del nuevo milenio, nuevas reflexiones en torno a la “densidad nacional” por parte de Aldo Ferrer o sobre la “autonomía relacional” reincorporan, en el debate sobre la integración, los dos aspectos centrales de la discusión (el desarrollo económico y la autonomía) (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p.28-9).

Por outro lado, o conceito de “regionalismo pós-hegemônico” utilizado por Riggirozzi e Tussie colocaria a economia política no centro do debate da integração regional ao argumentar que “la integración regional define y es definida por la economía política, relación entre estado y mercado” (2018, p.14). Também sustentam que independentemente de qual modelo de regionalismo tomarmos como referência – seja com o estado desenvolvimentista nos processos de integração dos anos 1950 e 1960, seja com o estado neoliberal na esteira do

regionalismo aberto –, ou pela aparição inusitada do regionalismo pós-hegemônico do século XXI,

la coordinación intergubernamental regional facilita la elaboración de distintas estrategias estatales pero también ofrece estructuras de oportunidad para las luchas entre actores nacionales e internacionales gatillando ciclos de politización y diferentes usos para el regionalismo (RIGGIROZZI y TUSSIE, 2018, p.15).

Além disso, é possível argumentar que a pluralidade de projetos regionais na América Latina e a tentativa de seus organismos serem permeados por demandas populares são características benéficas quando comparadas com as iniciativas burocratizadas e até mesmo restritas à tecnocracia dos governos dos EUA e Europa, isto é

es en esta clave que planteamos que la post-hegemonía debe entenderse como una perspectiva anti determinista del regionalismo, reflejando lógicas políticas variadas y no fácilmente reducibles a una sola regla o expresión de (liberalización de) mercado. En este contexto, argumentamos que no hay un manual universal para el regionalismo basado, por ejemplo, en “la magia” del mercado o la llave maestra de instituciones supranacionales vinculantes (RIGGIROZZI y TUSSIE, 2018, p.16).

Ademais, considerando o contexto específico da América do Sul, existe o entendimento de que sua governança regional é um processo *sui generis*, que demanda a busca constante por harmonia entre as diretrizes regionais e as demandas nacionais mais localizadas. Essa relação complexa, e acima de tudo plural e diversa, orientada pelas peculiaridades latino-americanas, refletem, em certa medida, “la relación entre (metas y necesidades de los) estados y (oportunidades y exigencias del) mercado, definen la regionalidad, los objetivos y contornos específicos del proyecto regional en circunstancias político-económicas específicas (idem, p.16). Mas ainda mais importante é o fato de que

el regionalismo fue exitoso en sentar el precedente para una gobernanza regional post-hegemónica, rompiendo con las narrativas dominantes sobre la integración regional y la institucionalización del (libre) mercado y el (libre) comercio y la fórmula de suma cero en relación a la integración y la soberanía. Siempre retuvo un horizonte emancipatorio (RIGGIROZZI y TUSSIE, 2018, p.16).

No início do século XXI, por outro lado, foi possível identificar o gradual arrefecimento do poder norte-americano que, após o ataque de 11 de setembro em 2001, passaria a se preocupar mais com o Oriente Médio e com a “guerra contra o terrorismo”. Paralelamente, há que se considerar a ascensão da China, Rússia e Índia e o impacto na formatação de uma nova ordem mundial multipolar que, em certa medida, veio ao encontro de novos projetos regionais na América Latina tendo em vista a alteração dos papéis dos estados-nação e das corporações multinacionais que visavam aprimorar a inserção internacional dos países do continente.

Acrescente-se que no plano doméstico, vários países sul-americanos se organizaram para dar novo impulso ao regionalismo latino-americano, fenômeno responsável por diversificar a agenda de cooperação e integração em busca de uma política externa mais autônoma e respaldada pela construção de novos esquemas regionais. Nesse sentido, apesar das variações de ordem ideológica, política e econômica, é possível destacar o pioneirismo da Comunidade Andina de Nações – Pacto Andino (CAN), o núcleo básico de aglutinação Argentina-Brasil no Mercado Comum do Sul (Mercosul), da posição estratégica da liberal Aliança do Pacífico, do interrompido projeto de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da abrangente Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), terminando com a combativa mas enfraquecida Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Compreendidas entre as seis principais experiências regionais da América Latina, observa-se também algumas peculiaridades na UNASUL, CELAC e ALBA, sendo que diferentemente das outras iniciativas, estes “projetos procuraram superar as formas tradicionais de integração baseadas apenas no comércio e se colocaram com o objetivo da integração produtiva e físico-energética, além da integração social, política e cultural” (SOUZA, 2012, p.117). Ressalta-se ainda que os três últimos “projetos integracionistas se propõem, pela via da cooperação, a corrigir os problemas criados para o desenvolvimento econômico-social pela inserção subordinada da América Latina no mundo e pelo processo de integração regional baseado na competição” (ibidem, p.119). Diante desse cenário, não resta dúvida de que o contexto da América Latina é complexo e

que segue sendo um grande desafio pactuar caminhos comuns em meio a tantos esquemas regionais, muitas vezes difusos, e com conflitos de interesses e assimetrias entre as nações da região.

Sob outra perspectiva, Alberto Ferré argumenta haver 5 núcleos básicos de aglutinação no hemisfério americano, entre os quais cita o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), o Mercado Comum Centro-americano (MCCA), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Comunidade Andina e o Mercosul (2012, p.22). Mas é possível reduzi-los a dois blocos mais relevantes, com a polarização entre o Nafta (América do Norte) e o Mercosul (América do Sul), sendo estes dois pólos de grande amplitude territorial, populacional, econômica e política responsáveis por decidir o futuro da América Latina no século XXI. Ao citar Felipe Herrera, Ferré reforça que a realidade latino-americana pode produzir uma variedade grande de esquemas para a integração, “sin que necesariamente haya que llegar a la integración política como forma jurídico-institucional de la integración económica” (FERRÉ, 2012, p.21). Além disso, Herrera destaca que é possível conciliar diferentes modalidades de integração econômica sem necessariamente ter que eliminar a soberania nacional, “sino la coordinación permanente – y no circunstancial – de ellas en un plano supranacional” (FERRÉ, 2012, p.21).

Ademais, ao considerar o argumento sobre o “Estado Continental Latino Americano”, a integração regional ou o “nacionalismo regional” se iniciaria a partir da unidade política da América do Sul, tendo em vista que

la tesis central de Herrera es que no hay paso del Estado Nación al Internacionalismo, sino que ese tránsito actual tiene otra etapa intermedia, con otro protagonista, los Estados Continentales que son naciones o pueblos continente: Los Estados-Nación no serían ya el último escalón previo a la globalización total, que correspondería a los más amplios Estados Continentales. Estos serían la última mediación hacia la plenitud de la globalización. Así, los esquemas regionalistas hoy tan en boga y en los que buscan trascender los Estados Nación, sólo alcanzarían su madurez si saben cuajar en Estados Continentales. Y este es, por ende, el sentido del proceso de integración de América Latina. No alcanzar ese nivel de constitución de un nuevo Estado Continental sería el fracaso de las regionalizaciones. Estas quedarían a medias, en el fondo frustradas, inconclusas. En nuestro caso, dejaría a América Latina definitivamente fuera de todo protagonismo directo en la historia mundial del

siglo XXI (FERRÉ, 2009, p.23).

De certa forma, o rápido processo de internacionalização da economia mundial associado à busca da emancipação dos países periféricos através da constituição de blocos regionais e dos “povos-continentes” renovariam a expectativa política e econômica da integração latino-americana, mas desde que contemplando um processo integral com “extensão e profundidade”. Dessa forma, os processos de integração precisariam superar a ideia estanque de soberania nacional e, acima de tudo, produzir uma nova ideologia que “dé organicidad a las instituciones e instrumentos jurídicos, políticos, económicos y culturales” (FERRÉ, 2012, p.46) no âmbito nacional e regional que pudesse sustentar a ideia do regionalismo na contemporaneidade. Ademais, a integração regional seria uma obra política liderada por atores políticos – com mais relevância que a tecnocracia –, fato que envolveria inevitavelmente um processo complexo de tomada de decisão que extrapola a “intuição ou a imaginação” com vistas a reverter as desvantagens inerentes à inserção subordinada da América Latina na ordem internacional. Ou seja,

solo en años recientes ha sido reconocida la importancia que proyecta la tendencia hacia la regionalización en lo económico y en lo político. Podemos llamar a esta tendencia Nacionalismo regional. Un movimiento en el cual las naciones, anteriormente dependientes, alcanzan la independencia y, al mismo tiempo, realizan esfuerzos para integrarse en bloques propios. Esto es lo que se conoce como tendencia pluralista en relaciones internacionales. Las naciones subdesarrolladas que cuentan con historia, cultura y geografía similares, comprenden la necesidad de integrarse para poder participar con mayor ponderación en un mundo que se está moviendo hacia lo que el profesor Hans Kohn llamó, en su libro *La Edad del nacionalismo*, una época de pannacionalismos o nacionalismos trascendentes (NRI. p.184) (FERRÉ, 2012, p.43-4).

Apesar de a América Latina ser uma região com potencial material e simbólico que persiste no tempo, a única via possível para superar o “desenvolvimento frustrado” se dará simultaneamente pela implementação da integração econômica e política do continente. Assim sendo, o autor afirma que a América Latina não é meramente um agrupamento isolado de países, em que pese

a geografia não tão favorável da região, mas uma “grande nação desfeita” que paga o preço por não superar essa condição de dispersão e fragmentação que persiste desde os processos de independência consolidados no século XIX. É nesse momento que nasce a tensão entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento tendo em seu cerne as assimetrias econômicas e tecnológicas que castigaram implacavelmente a região. Curiosamente, a independência dos países latino-americanos fez a região transitar da área de influência ibérica para “la periferia agraria de los Estados-Nación industriales emergentes. Allí debe comenzar nuestra recapitulación histórica” uma vez que a região se inseriu na revolução industrial em curso como mera fornecedora de produtos primários. Tal condicionante explica a posição de dependência da América Latina que permaneceu até mesmo com a limitada industrialização alcançada em meados do século XX, haja vista que “no alcanzamos aún una endógena ‘industrialización creativa’, propia de los países de vanguardia, los protagonistas principales” (FERRÉ, 2012, p.62).

No limite, ao considerar as afinidades geográficas, étnicas e histórico-culturais dos países latino-americanos, Ferré projeta a cooperação entre os Estados soberanos como estratégia viável para compor um “Estado Federal Continental”. Ferré mobiliza as formulações de geopolítica de Weigert para delimitar “el concepto político del espacio y de los factores geográficos que en general no pueden separarse de la idea política” (Weigert, p. 32, apud FERRÉ, 2012, p.89) uma vez que “las ideas políticas que no están arraigadas en la tierra y que no se desarrollan en el espacio, no existen” (ibidem). Dessa forma, ao conceber a ideia de um “Estado Continental”, Ferré (2012) seria influenciado pela noção que Ratzel tinha do espaço como um bem tangível, que deveria ser ocupado, manuseado e potencializado política e economicamente para maximizar sua capacidade de poder. Em outras palavras, “los espacios se unifican por industrialización, población y cultura, y se vuelven continentales en entrelazamiento mundial. Esta es la médula de la ley de los espacios crecientes en la historia universal de Ratzel” (FERRÉ, 2012, p.91). Curiosamente, Ratzel vislumbrava a possibilidade de surgir novos Estados-Continentais como, por exemplo, no caso da Austrália e da América do Sul, sendo que não fazia nenhuma

alusão à constituição geopolítica da América Latina, mas, sim, a um potencial bloco no subcontinente sul-americano. Nesse sentido, “divergía de la perspectiva hemisférica panamericana *avant la lettre*, de Federico List formulada sesenta años antes. De tal modo estos dos grandes pensadores europeos veían el destino de América Latina ligado a dos caminos: el hemisférico o el de América del Sur” (FERRÉ, 2012, p.95). A via hemisférica seria inaugurada pelos EUA já a partir da primeira Conferência Panamericana em 1889-1890 em que prevaleceria o pan-americanismo guiado pelo interesse geopolítico norte-americano, uma potência emergente que se projetava para o mundo resguardada pela hegemonia incontestada na América. Em contraposição, a partir do quarto centenário do descobrimento da América, em 1892, haveria o recrudescimento da via iberoamericana que se transformaria mais a frente, a partir da intervenção dos EUA na independência cubana, em 1898, na via latino-americanista dividida entre a parte luso-brasileira e a hispano-americana; que em vários aspectos careceria de um Estado Nuclear com capacidade efetiva de unificar, liderar e projetar a América Latina – ou a América do Sul – como um Estado Continente. Na verdade, pela dimensão continental na América do Sul seria possível vislumbrar o papel de núcleo aglutinador por “el tamaño, recursos, población, potencial militar y económico de Brasil lo cualificaban para ser líder de Latinoamérica, y cabe pensar que pueda llegar a serlo. Sin embargo, Brasil es a Latinoamérica lo que Irán al Islam” (Huntington apud FERRÉ, 2012, p.108).

Para isso, no entanto, faltaria viabilizar os fatores internos que impedem a integração, haja vista que “en la historia, los poderes no son difusos, por el contrario se ubican en determinados ámbitos espaciales. Se concentran y concertan. Sin centros, no hay poderes reales. Los poderes en la historia son, sí son centros de poder, constelaciones. Sí son señalables geopolíticamente, geoculturamente, geoeconómicamente (FERRÉ, 2012, p.114-5). Dessa forma, Ferré foca sua análise nos possíveis “centros de poder” reais, potenciais, viáveis e prováveis como estratégia objetiva para alcançar êxito na integração latino-americana. Sem ter claro as prioridades e desafios existentes o autor pondera que todos os esforços pela integração serão inócuos e de fácil reversão, sendo, portanto, imprescindível responder às seguintes perguntas:

¿Cuáles son los centros de poder reales que sean capaces de impulsar la unificación de América Latina? (...) ¿Hay tantos grandes centros de poder como países latinoamericanos? ¿Coinciden centros de poder con cada país? ¿Qué tipos fundamentales de centros de poder hay? ¿Cuáles son los mayores centros de poder latinoamericanos? Que algo comience por los mayores centros de poder ¿es lo mismo que lo haga por los menores centros de poder? ¿La integración puede venir de cualquier país y desde cualquier camino? ¿No hay caminos principales y secundarios? (FERRÉ, 2012, p.115).

De maneira geral, o autor defende que sem um centro real de poder – dando o exemplo nuclear do Mercosul – para impulsionar o processo de integração, será pouco provável que se consiga estruturar uma base sólida que possa consolidar uma ação política genuinamente latino-americana para a integração. Ou seja, “el Mercosur es la via necesaria para el Estado Continental nuclear de América Latina. Y por ende, es el mayor impulso para un nuevo pensamiento político latinoamericano” (FERRÉ, 2012, p.116).

Assim sendo, ao longo de seus 30 anos de existência, o Mercosul acumulou, entre altos e baixos, uma envergadura institucional com potencial para alavancar a integração sul-americana. Experiências como o do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e o Parlamento do Mercosul são apenas dois exemplos do que o bloco pode fazer, indo muito além de um projeto de liberalização comercial com redução de tarifas alfandegárias, mas não somente; uma vez que também se propôs a fortalecer a integração político e social. A trajetória do bloco dá sinais de que o Mercosul tem potencial para ir além de um acordo de livre comércio e agregar novos sócios sul-americanos no empreendimento regional uma vez que

o Mercosul foi criado primeiramente como uma iniciativa comercial, que está evoluindo para uma integração muito mais ampla (...). O objetivo sempre foi, obviamente, o de obter, ao longo do tempo, a adesão, se possível, de todos os países da América do Sul. O Brasil, a começar pelo seu tamanho geográfico e diversidade de fronteiras comuns, tem, no continente, a maior responsabilidade – e também o maior interesse – na construção de um continente próspero e pacífico. Quanto melhor estiverem nossos vizinhos, maiores serão nossas garantias de harmonia e paz (ARSLANIAN, 2012, p.90-1).

Com base nessas considerações, é difícil desvincular o futuro do Mercosul

do regionalismo sul-americano. A integração determinará o grau de desenvolvimento e de protagonismo regional e até mesmo a capacidade de romper com o papel de coadjuvante no comércio e na geopolítica internacional. Em outras palavras, Samuel Pinheiro Guimarães reforça que “a integração determinará o grau de resistência da região à crise e as suas repercussões nos países altamente desenvolvidos e na China” (2012, p.93). O embaixador argumenta que “com ou sem crise, é necessário que os países de maior dimensão econômica se envolvam e se engajem mais no processo de redução das assimetrias” (idem). E essas distorções somente serão dirimidas quando as “diferenças de infraestrutura de energia e de transporte” forem enfrentadas. As assimetrias tornam bastante improvável para qualquer estado, agindo isoladamente, alterar a seu favor o desequilíbrio externo. No tocante aos estados de pequeno porte, por exemplo, a menos que se unam entre si, não poderão alcançar seus interesses sem fazer uso compartilhado da plataforma integracionista como estratégia para superar a condição periférica. Por fim, segundo Samuel Pinheiro Guimarães, a despeito das

grandes assimetrias no interior do bloco regional, na prática os dois países menores têm certos benefícios no cenário internacional, pelo fato de pertencerem ao Mercosul. Eles são ouvidos internacionalmente com maior atenção por estarem associados ao Brasil e à Argentina. Por outro lado, uma crise no interior do organismo seria prejudicial a todos os seus integrantes (2012, p.95).

Por mais importante que o Mercosul seja em promover o regionalismo no subcontinente, não se pode minimizar as constantes mudanças políticas por que passam os países da América do Sul. É público e notório que as crises políticas e econômicas que afetaram os países-membros do Mercosul aceleraram uma mudança brusca na conjuntura da região aumentando tensões ideológicas, dificultando ações consensuais e projetos regionais na cúpula do bloco, onde também incluímos o impacto da crise sanitária e da falta de articulação regional no combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Um dos primeiros reflexos percebidos neste cenário envolve o recrudescimento da agenda neoliberal com o fortalecimento das relações bilaterais com os EUA. Outro efeito é o enfraquecimento da agenda autonomista que envolve a integração, sobretudo pela inoperância do bloco e pelas incertezas que envolvem as relações entre o

presidente da Argentina, Alberto Fernández, do presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do presidente do Paraguai, Mário Abdo Benítez, atualmente ocupando a presidência rotativa *Pró-Tempore* do Mercosul. As consequências política e econômica são imprevisíveis sendo, por exemplo, a primeira vez desde a redemocratização que os presidentes de Argentina e Brasil se distanciam de forma tão acentuada. Acrescente-se que no curto prazo, não há previsão de solucionar os impasses entre os dois principais sócios do Mercosul, havendo preferência do representante argentino em construir laços com o México na articulação de um eventual eixo Norte-Sul que possa se contrapor à relação de subserviência do Brasil, sob a liderança de Bolsonaro, aos interesses dos EUA. A propósito, o ex-chanceler brasileiro, Ernesto Araújo (2019) foi um dos maiores defensores do slogan “trumpista” (*American First*) fora dos EUA, o que reciclou de forma anacrônica a “diplomacia de submissão” do antigo embaixador do regime militar, Juracy Magalhães (1966), que defendia que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” e, por consequência, para os interesses latino-americanos. Além disso, a falta de diálogo no comando do Mercosul tem grande potencial para acirrar as tensões no processo de ratificação do tratado de livre comércio com a União Europeia, que todavia não é devidamente debatido na esfera nacional e regional.

Por fim, não podemos deixar de citar a instabilidade política que afetou os países vizinhos como o Chile, Colômbia, Equador e Venezuela, além do próprio Brasil, e o seu impacto para os projetos regionais. Se o prognóstico de Ferré estiver certo, é possível que o Mercado Comum do Sul supere este momento de incerteza, não sendo possível retroceder à constituição do “núcleo básico de aglutinação”, uma vez que “el Mercosur es el gran desencadenante de la nueva integración, que preside nuestra entrada en el siglo XXI. Eso no quiere decir que sea una entrada necesariamente serena, pues puede ser muy turbulenta. Sería lo más normal. El Mercosur inaugura propiamente la nueva historia latinoamericana” (FERRÉ, 2009).

Apesar de Ferré ser um dos maiores defensores da integração latino-americana através da união estratégica da América do Sul e, em especial do Mercosul, esse objetivo só poderá ser alcançado mediante a cooperação solidária

entre os povos e sem a disputa de hegemonia entre o estado luso-brasileiro e a América hispânica dividida em várias nações. Segundo o autor, existiriam três possíveis caminhos para a unidade sul-americana, mas apenas um deles servirá ao desenvolvimento da região. Em primeiro lugar, é preciso evitar “la falsa posibilidad de la ‘unidad’” bajo hegemonía norteamericana” (FERRÉ, 2012, p.258), uma vez que a integração hemisférica teria um efeito desintegrador, que aprofundaria a dependência, sendo, portanto, uma mera anexação política e comercial dos países latino-americanos pela potência norte-americana. Em segundo lugar, seria preciso evitar a “‘unidad’ con predominio brasileño” (ibidem). Por fim, o melhor caminho “implica la equiparación del mundo luso-portugués y el mundo hispanoamericano; esta opción sí nos llevaría a la comunidad nacional sudamericana” (ibidem). E conclui dizendo que

la viabilidad del proyecto de integración depende del delicado equilibrio que pueda generarse entre las dos mitades de Sudamérica: los nueve países de habla castellana y el único país de habla portuguesa. Y aquí Argentina debe cumplir un papel fundamental, pues no sólo debe equilibrar su relación con Brasil, sino también con los otros ocho países de lengua castellana. De eso fue consciente Juan Perón (FERRÉ, 2012, p.258).

Após nos confrontarmos com essa diversidade de pensamentos, teorias e modelos de regionalismos a indagação que fica é se há, ao menos, um ou mais esquemas de integração regional capaz de responder as seguintes indagações: “¿Integración para quién? ¿Para los sectores privilegiados de estas sociedades? ¿Para que los capitales, sean nacionales o transnacionales, puedan moverse libremente en todo el continente? ¿O, por el contrario, para los pueblos, para las mayorías empobrecidas, excluidas, subordinadas?” (LANDER, 2004, p.45).

*Gostamos de ser chamados de 'continente da esperança'.
Essa esperança é como uma promessa de paraíso, uma
nota promissória cujo pagamento é sempre adiado.*
Pablo Neruda

3. Reflexões sobre a ciência, a produção de conhecimento e as comunidades epistêmicas

Antes de analisar o processo de produção de conhecimento autônomo e original tendo em vista a perspectiva da integração latino-americana faz-se necessário delimitar alguns dos elementos constitutivos daquilo que hoje convencionou-se chamar de Ciência Moderna.

A justificativa para tal reflexão está amparada no simples fato de que o conhecimento e a produção de verdades se retroalimentam mutuamente na ciência moderna ocidental; mas não somente. Analisar em perspectiva e comparativamente a ciência desenvolvida no hemisfério norte para então, mais a frente, compreender as aproximações e distanciamentos da produção de pensamento subalterno desde, para e sobre a integração latino-americana poderá nos dar *insights* valiosos e originais sobre o pensamento crítico gestado e difundido no seio do continente.

Tendo sido a Ciência Moderna forjada na Europa ocidental a partir do século XVII, o saber empírico, racional, também conhecido como “método experimental”, “começou a desenvolver uma nova forma de olhar a natureza” (HENRY, 1998, p.9) e difundiu-se por todos os ramos do conhecimento científico. Apesar dos importantes avanços desenvolvidos pelo método empírico, é incomum encontrar críticas à possibilidade de camuflar a “existência de erros de observações, devidos a erros dos sentidos, distorções no registro, falhas conscientes e inconscientes no processamento mental – e também se ignora que as experiências estão sujeitas a interpretações” (MAGALHÃES, 2017, p. 69), que mudam no transcorrer da história e de acordo com as sucessivas gerações.

De toda maneira, a revolução científica, foi “o nome dado pelos historiadores da ciência ao período da história europeia em que, de maneira

inquestionável, os fundamentos conceituais, metodológicos e institucionais da ciência moderna foram assentados pela primeira vez” (HENRY, 1998, p.13), ajudando a conceber os princípios fundadores do método científico e de suas “várias correntes de pensamento”. A partir daí, iniciou-se “uma nova descrição dos fenômenos naturais, em oposição a bem estabelecida e sólida interpretação medieval baseada em uma cosmologia aristotélica” (HENRY, p. 9), que contava com investigações empíricas dos fenômenos naturais já pormenorizadas desde a antiguidade clássica por pensadores como Aristóteles entre outros.

É a partir dessas premissas da ciência moderna que, Max Weber, na introdução da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada no início do século XX, indagou-se sobre “a que combinações de circunstâncias se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e só nela, terem aparecido fenômenos culturais que, como queremos crer, apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor universais”. Logo em seguida o autor crava que “apenas no Ocidente existe uma ciência em um estágio de desenvolvimento que reconhecemos, hoje, como válido” (WEBER, 2001, p.23).

Pelas circunstâncias históricas, os impérios ocidentais da época, ainda usufruíam das benesses do colonialismo, seja pelo domínio na produção de conhecimento, seja pela produção industrial e pelo desenvolvimento tecnológico que sustentavam ampla vantagem das metrópoles no comércio mundial. Por isso mesmo, é compreensível que Weber, sob o ponto de vista eurocêntrico, preconizasse a racionalidade instrumental da Europa ocidental frente as demais civilizações orientais e até mesmo latino-americanas – apesar do conhecimento avançado em vários temas, as civilizações do México e do Peru, por exemplo, foram associadas por muito tempo ao atraso, tornando-se sinônimo de sociedades arcaicas, primitivas e pré-modernas.

Algum tempo depois, na obra *Discurso sobre o colonialismo*, Aimé Césaire reforçaria a crítica à doutrina hegemônica do Ocidente ao contestar o pressuposto de “que o Ocidente inventou a ciência. Que somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o protótipo mesmo do falso pensamento” (2020, p. 65). Ao contrapor a

exclusividade científica ocidental, Césaire defenderia que “a invenção da aritmética e a geometria pelos egípcios; o descobrimento da astronomia pelos assírios; o nascimento da química entre os árabes; a aparição do racionalismo no seio do Islã” (idem, p. 66) ocorreria “em uma época na qual o pensamento ocidental tinha uma aparência furiosamente pré-lógica” (2020, p. 66).

A visão eurocêntrica nos impedirá de ver que não há um lugar ativo, a Europa, e lugares passivos, a América, por exemplo (LANDER, 2005, p. 11); ou que “a América teve um papel protagônico, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou” (idem, p.11). Lander prossegue seu argumento inferindo que o constructo eurocêntrico “pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal (ibidem, p. 34). Aníbal Quijano complementa o conceito de eurocentrismo como sendo

uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são, sem dúvida, mais [antigas] (...), e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (2005, p. 246-247).

O interesse em observar em perspectiva a história das ciências ocorre pela necessidade de evidenciar a evolução e a centralidade dos ditos “métodos científicos” tão relevantes para a ciência moderna ocidental, residindo no método um dos mais importantes e difundidos argumentos definidores da verdade científica do ocidente. Contudo, para os fins do conhecimento e de qualquer pesquisa que se considere séria, ressalta-se a necessidade de separar a mecânica do método científico daquele conjunto de leis sistematizadas que entendemos por ciência. Outrossim, por esta pesquisa ser enquadrada no campo das ciências sociais, convém expor tal contraste tendo em vista que os conhecimentos que utilizam explícita ou implicitamente a matemática são também facilmente

enquadrados na definição proposta para ciência, haja vista o alcance da aplicação mensurada e da generalização do conhecimento científico. Mas é evidente que a abordagem quantitativa não deve ser entendida como um conhecimento superior aos demais e tampouco deve ser confundida com a ideia de ciência ou verdade.

E, curiosamente, “as próprias leis ‘gerais’ provenientes das generalizações são sempre históricas, isto é, situadas numa historicidade, e, portanto, mutáveis” (MAGALHÃES, 2017, p.38). Mas é a partir do método em si que certos conhecimentos serão segregados ou adjetivados como arcaico, pré-científico, popular, tradicional, místico, supersticioso ou apenas taxados como senso comum por estarem muitas vezes localizados na periferia do mundo.

Embora tenha havido, desde a Antiguidade, memórias e narrativas de diferentes ciências, será no período moderno, especialmente a partir do século XVIII, que se realizará sistematicamente a formulação da história das ciências. Apesar das disputas e controvérsias entre os historiadores e os ditos cientistas, essa disciplina somente se consolidará como um ramo autônomo nos idos do século XX. Criado pelos próprios construtores do conhecimento científico, esse ramo de reflexão da ciência busca analisar, ao longo do tempo, a própria prática científica, que se assenta em ações sociais e coletivas e que tem como objetivo refletir sobre como, onde e para que se produz o conhecimento.

O historiador Georges Canguilhem (1991), citando Magalhães (2017), já havia indicado três razões singelas para se desenvolver a história das ciências, entre as quais citamos a histórica, a científica e a filosófica. A razão histórica abrangeria o interesse na “história das ideias, nas ideologias e nas mentalidades”. A razão científica se justificaria basicamente pelo estatuto natural de se questionar toda e qualquer verdade científica ou não científica, sendo possível repensar posições, teorias e metodologias do presente e do passado que possam transformar a forma de fazer o conhecimento. Nunca é demais lembrarmos que a ciência cresceu em virtude das múltiplas contendas entre seus formuladores e praticantes, sendo possível vislumbrar maior tolerância e estima pelo espírito crítico e reflexivo inerente à própria perspectiva científica. E, finalmente, a motivação filosófica ocorreria pelos amplos desdobramentos epistemológicos que envolvem a prática científica e a (re)produção dos procedimentos que envolvem toda forma

de se fazer o conhecimento.

De maneira geral, a “história das idéias” envolve, desde uma perspectiva dialética, a permanente busca pela “verdade”, sendo a verdade científica um dos principais objetivos da construção do conhecimento. Essa evolução técnica e metodológica, também entendida como um acúmulo contínuo e natural da ciência e do próprio conhecimento remete, para uma parcela dos pensadores, a uma meia verdade devido ao forte componente ideológico que se apropriou do debate em torno da problemática do “progresso científico”. Em oposição a esse acúmulo progressivo, existem no desenvolvimento histórico das ciências os denominados “cortes epistemológicos”, momentos que inauguram uma ciência, separando-a dos saberes não científicos precedentes (Bachelard, 1996, apud MAGALHÃES, 2017, p. 18).

Outra singularidade aparente da prática científica é que ela mesma oscila, ao longo do tempo, entre o que é sua definição de verdade e o que é tido como senso comum. Em outras palavras, “para cada geração é necessário reescrever continuamente e de modo novo a história” (Hubner, 1993, p. 226, apud MAGALHÃES, 2017, p. 18). E o senso comum, apesar de poder apresentar uma visão parcial e inacabada da realidade, nada mais é do que uma suposição do que se imagina ser a verdade, podendo ter vários elementos ideológicos, uma vez que seus fundamentos não são verificados por especialistas mas sua assimilação, muitas vezes, ocorre como se fossem verdades. Já a ciência, para justificar seus predicados, se distingue promovendo a crítica permanente e a investigação sistemática do fenômeno em questão.

Assim como ocorre com outros fenômenos humanos, analisar a produção de conhecimento latino-americanista demanda uma análise aprofundada, pois é complexo definir o processo de ruptura e continuidade entre certas linhas de pensamento. Por exemplo, em que momento o conhecimento oficial perde sua força e permite ser ultrapassado pelo conhecimento popular? É possível identificar sínteses entre os conhecimentos antagônicos? Na ocasião da confrontação de teorias divergentes, que argumentos determinam a “vitória” de uma forma de pensamento sobre a outra? Se “a sucessão de teorias nas ciências admite um caso especial de continuísmo na descontinuidade” (MAGALHÃES, 2017, p. 19); como

distinguir continuidade de ruptura na construção dos conhecimentos?

É relevante destacar também que no que se refere a história das ciências, as mudanças são determinadas invariavelmente pela posição do historiador frente a produção do conhecimento e suas influências políticas, sociais, econômicas e culturais, havendo basicamente duas possibilidades extremas e distintas de se posicionar e fazer essa história, as do internalismo e do externalismo (MAGALHÃES, 2017, p. 21).

Apesar do longo debate, permanece a divergência entre as duas abordagens no campo da história das ciências. A vertente do “internalismo” nos remete ao horizonte em que “a ciência seria fundamentalmente um empreendimento relativamente isolado [do contexto social], (...) de forma que a história das transformações decorreria de fatores internos à lógica das teorias científicas” (MAGALHÃES, 2017, p. 21). Essa abordagem (das ciências empírico-formais ou explicativas) alega tratar-se de argumentos técnicos e por isso mesmo seria um conhecimento supostamente “neutro” com seus cientistas desprovidos de qualquer viés, afinal eles tratam de investigar fenômenos naturais que existiriam independente da compreensão ou atuação humana. Por outro lado, a vertente do “externalismo” reconhece que “as circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais afetariam a busca do conhecimento científico propriamente dito” (idem), uma vez que nenhum cientista é neutro, havendo aí evidências de arbitrariedades nas escolhas de temas, métodos e problemas de pesquisa nas diferentes disciplinas do conhecimento humano.

Nesse sentido, as ciências humanas (também conhecidas como interpretativas ou hermenêuticas), e em especial sua abordagem qualitativa, seriam frequentemente desvalorizadas por apresentarem questões subjetivas, que, para alguns seriam difusas e até inconclusivas, havendo maior dificuldade de generalização e verificação dos seus resultados científicos (a não ser, por exemplo, que tenham origem nos “fatos sociais” e façam uso de métodos quantitativos). Mas por que é comum afirmar que as ciências interpretativas não podem ser tão precisas quanto as ciências empírico-formais? Essa visão foi defendida por Comte no final do século XIX quando justificava que esse problema ocorria pela recente criação das ciências humanas, mas que com o

passar do tempo ela tenderia a ser mais exata. Essa permanente polarização entre as ciências naturais e as ciências humanas tende a impedir a construção conjugada dos conhecimentos sobre a vida humana e a natureza, prevalecendo a hierarquização e a separação dos saberes que estão à nossa volta, sendo mais um efeito colateral da propaganda positivista no campo científico.

Com respeito à separação dos saberes, Lander identifica duas dimensões constitutivas dos saberes modernos responsáveis pela “eficácia neutralizadora” das ciências sociais: “a primeira refere-se às sucessivas separações ou partições do mundo ‘real’ que se dão historicamente na sociedade ocidental”; e “a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, especialmente as relações coloniais/imperiais de poder” (LANDER, 2005, p. 23).

Mas Lander vai além ao associar a divisão internacional do trabalho com a divisão global da natureza, isto é, “a divisão internacional do trabalho tem de ser entendida não apenas como a divisão social do trabalho, mas também como uma divisão global da natureza” (ibidem, p.48). Ele conclui que “o foco exclusivo no trabalho obscurece a visão do fato inevitável de que o trabalho sempre está localizado no espaço, que transforma a natureza em localizações específicas” (idem, p.48).

Considerando a própria natureza da ciência, é insuficiente restringir o debate ao marco temporal em que se produziu o conjunto de ideias, “pois a história tem mostrado que as controvérsias científicas voltam, por vezes repetindo-se os mesmos argumentos com roupagens novas, outras vezes com novos argumentos” (MAGALHÃES, 2017, p. 26). Também não é prudente utilizar a matemática como distinção entre as ciências tendo em vista que qualquer área do conhecimento poderá fazer uso da lógica e da abordagem quantitativa em suas formulações, permanecendo em sua essência a diferença de natureza, de objetos, de método e de aplicação de conhecimento entre os campos do saber.

O que nos parece imutável é a importância da história humana continuar sendo construída por pessoas de carne e osso inseridos no mundo material, sendo eles protagonistas de sua própria história e responsáveis por libertar a ciência histórica de “ser uma coleção de fatos sem vida, como os empiristas a apresentam, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como apresentada pelos idealistas”

(MARX e ENGELS, 2005, p. 27).

Para concluir, é salutar reforçar que a história das ciências busca compreender o desenvolvimento científico desde uma perspectiva crítica e histórica do fazer científico cabendo a ela a missão indelével de

problematizar seus atores, teorias e realizações, primordialmente dentro dos seus contextos sociais, econômicos e culturais. Para realizar a preconizada visão mais integrada e universal, certamente é preciso agregar todas essas contribuições, embora cada historiador possa ter suas preferências pessoais. A inclinação à história externalista não pode descartar contribuições de tendência internalista, pois acima de tudo as questões epistemológicas permitem o entrecruzamento das interdisciplinaridades que caracterizam a história das ciências (MAGALHÃES, 2017, p. 26).

Como mencionado anteriormente, a abordagem científica vem fazendo uso da compartimentação e especialização do conhecimento. Apesar de haver justificativas empíricas e didáticas para se aplicar a especialização em certas práticas e contextos científicos, fica mais fácil compreender que este desequilíbrio prosperou a tal ponto de hierarquizar e desintegrar os conhecimentos produzidos. Por isso, é oportuno revogar algumas fronteiras que possam impedir a produção do conhecimento uno, conhecimento entendido como amplo e integral.

É preciso compreender que a realidade é simultaneamente una e diversa; que a unidade do conhecimento existe a despeito da realidade múltipla e complexa. A própria formulação filosófica de Platão chamou atenção para a concepção atemporal da ideia da verdade, e que muito embora a verdade original lide com a efemeridade da vida – e podemos dizer analogamente que a ciência também lide com “verdades efêmeras” –, a unidade do conhecimento nada mais seria do que composição simultânea das diferentes verdades que alcançamos pelos sentidos. Outrossim, “do ponto de vista epistemológico, o conhecimento só pode ser uno, porque se destina a compreender um universo que se manifesta como uma unidade global” (MAGALHÃES, 2017, p. 58). Ou seja, as divisões do saber são consequência direta da ação humana, algo artificial e fabricado, “que pode ser enganoso e contraproducente, como na especialização preconizada notadamente pelo ‘positivismo’ do século XIX” (idem).

E por isso a necessidade de encorajar a inter e transdisciplinaridade. A primeira ganhou forma nas últimas décadas do século XX e teve respaldo na crítica à fragmentada sociedade capitalista e à divisão social do trabalho que aliena e desintegra a construção do conhecimento humano. Esse conceito pressupõe a integração da teoria e prática reflexivamente bem como o intercâmbio mútuo dos diversos conhecimentos disciplinares. Por sua vez, a transdisciplinaridade busca ir além da simples colaboração entre as disciplinas, uma vez que seu conceito perpassa um pensamento comum que sistematiza e extrapola as fronteiras do saber capaz de fornecer novo entendimento da realidade e da natureza.

Apesar de existir densa formulação teórica recomendando a integração de disciplinas, conhecimentos, saberes e ciências, na prática é sempre mais complicado visto que a cultura científica é rígida, com núcleos de poder resistentes à mudança, havendo por isso mesmo pequena margem para transformação do quadro de especialistas, sendo muitos deles elitistas e indiferentes às distorções sociais de seu povo; ou também reconhecidos como os que “sabem muito sobre quase nada”.

É certo que a realidade (e a verdade) é muitas vezes particionada para “facilitar” a compreensão do todo. Admite-se com isso que “é próprio da epistemologia do conhecimento o exercício da classificação para buscar laços comuns entre as subdivisões que já existem e apontar algumas de suas diferentes especificidades” (idem). Mas essas classificações não poderão, obviamente, comprometer a visão integral e dinâmica do conhecimento que é amparado pela função social do pensamento humano.

Por outro lado, sabemos que o conhecimento também será dividido por influência de modismos que carecem de reflexões e crítica; outras tantas vezes por reducionismo científico, que aqui entendemos como a transposição teórica de uma ciência para a outra; e por fim, a divisão poderá ser patrocinada pela pressão inerente do mercado que precisa de conhecimentos e saberes específicos sistematizados para lucrar e competir no sistema capitalista global.

A partir destas ponderações, postula-se derrubar mais esse muro que insiste em fracionar a produção do conhecimento humano, sendo menos

importante definir o que é ou não ciência, mas sim o que é ou não conhecimento.

3.1. A função social da ciência

Soma-se a isso a necessidade de se debater as múltiplas facetas teóricas e práticas do termo produção de conhecimento no campo das ciências sociais, sua contextualização histórica – sendo um processo cumulativo entre gerações e, muitas vezes, controverso –, social e coletivo de como e para que se produz conhecimento, esmiuçando tanto o processo de produção como o de reprodução do mesmo.

Seguindo a trilha apresentada por Boaventura de Sousa Santos, é importante observar como o conhecimento foi sendo apropriado paulatinamente pela visão dicotômica entre o conhecimento com e sem valor de mercado, conhecimento científico e não-científico, conhecimento universal versus os conhecimentos populares e tradicionais, conhecimento produzido nos países desenvolvidos do norte versus o conhecimento periférico dos países do sul subdesenvolvido entre outros fatores. Convém procurar saber por qual motivo, nos últimos duzentos anos, “dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?” (SANTOS, 2010, p. 7).

Apesar da complexidade de se definir o conceito de ciência – tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista epistemológico – faz-se necessário debater seu conceito, sua natureza e até mesmo os seus usos ao longo do tempo. Talvez por isso mesmo seja comum definir a ciência de forma abrangente para incluir vários tipos de investigações e conhecimentos que poderiam ser excluídos numa concepção mais restritiva. Contudo, na prática, sabemos que o império científico tem dificuldade em aceitar a concorrência de outros pensamentos. Mas ao mesmo tempo é necessário ponderar que nem tudo pode ser chamado de ciência, se quisermos zelar pelo mínimo de coerência, e que, por outro lado, por mais abrangente que o conceito possa ser, em algum momento

é preciso delimitá-lo para não comprometer a própria lógica do conhecimento.

Se não bastasse o desafio teórico, talvez o mais difícil para quem se aventure nesta jornada seja se colocar perante a opinião de comunidades epistêmicas munido de preferências filosóficas, políticas e até ideológicas. Mas por princípio isso não deveria ser encarado como um grande fardo a ser carregado, haja vista que o valor intelectual está justamente em defender um ponto de vista mesmo que ele possa ser rotulado, inicialmente, como inverídico.

Assim, considerando o aspecto etimológico, a palavra ciência vem do latim *scientia*, “conhecimento”, o mesmo do verbo *scire*, “saber”, “conhecer” que indica a origem do termo conhecimento. É interessante notar que a raiz “ciência” pode ser encontrada nas palavras “consciência” (com o conhecimento), “presciência” (conhecimento do futuro), “omnisciência” (saber tudo que seja cognoscível ou incognoscível).

Para mais, a palavra ciência será definida como um “conhecimento crítico generalizante, expresso implícita ou explicitamente em termos causais, e que busca entender o mundo em que vivemos” (MAGALHÃES, 2017, p.33). Magalhães assevera que “entender o mundo de forma ‘generalizante’” é o mesmo que “elaborar teorias, de modo que estas tenham uma certa adequação com a realidade do mundo e permitam nele intervir, fazer previsões, etc” (idem). Mas por se tratar justamente de uma prática científica, além da generalização, faz-se necessário verificar os resultados obtidos por suas teorias e previsões. E na concepção materialista da história, por exemplo, impõe-se a premissa de que “são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida” que devem explicar a realidade, indo muito além dos dogmas, para então demonstrar empiricamente as premissas “verificáveis” da realidade social (MARX e ENGELS, 2005, p. 17). Marx e Engels reforçam a necessidade de analisar a realidade a partir do mundo concreto, o mundo sensível e real, uma vez que aquilo que o homem produz – no âmbito material e imaterial – reflete aquilo que ele é.

Em havendo aplicação universal ou parcial na realidade estudada, esse conhecimento estará apto para ter ampla disseminação sob a ótica do interesse público e do bem-estar da humanidade. Nesta definição geral da ciência, resta aparente e desejável que todos os princípios balizadores da arte de conhecer se

reforcem mutuamente. Mas por ser a ciência em si uma obra humana realizada no interesse da coletividade, fica evidente o seu papel social e coletivo uma vez que ela é obra pensada e acabada isoladamente. Esse projeto de caráter coletivo, em última instância, só cumpre seus objetivos na medida em que o conhecimento alcance o status de notório saber, com interesse e finalidade pública eticamente comprovados.

Ao mencionar o conhecimento como ponto de partida, mas que também é o objetivo final de qualquer empreitada intelectual, a definição citada acima corrobora a característica processual da ciência, sendo um processo inacabado e em permanente mutação como ocorre com qualquer fenômeno social da vida cotidiana, um permanente aperfeiçoamento dos níveis do saber e conhecer. E isso ocorre pela própria natureza histórica da ciência, sendo ela “influenciada pelas ideias vigentes no pensamento científico da época, mas também por aquelas disseminadas na sociedade” (MAGALHÃES, 2017, p. 34), pelos valores morais, filosóficos, políticos e também ideológicos de seu tempo. Isto é, a ciência é aqui entendida como um conjunto de ideias capaz de mobilizar e sistematizar continuamente diferentes conhecimentos numa jornada histórica e por isso mesmo social.

Feito isso, convém abarcar também a ideia de epistemologia. Sua origem etimológica vem do grego e a palavra “episteme” refere-se a conhecimento ou ciência e a palavra “logia” significa estudo, referindo-se a área da filosofia que estuda a natureza, as hipóteses e resultados dos diversos conhecimentos humanos. Esse ramo da ciência é muito relevante porque busca compreender as formas como adquirimos o conhecimento, detalhando diretrizes lógicas, valores, processos e limites da produção de conhecimento e do próprio fazer científico.

Quando debatemos epistemologia – não importa se a origem do saber vem dos filósofos da antiguidade, da filosofia moderna ou contemporânea ou se tem origem em conhecimentos populares e subalternos –, existe uma grande preocupação pela forma como o conhecimento é justificado. Nesta acepção, a epistemologia cumprirá uma nobre tarefa de promover

o traço de união da diversidade, mostrando que a característica maior da atividade noética é a criatividade, justamente o domínio onde o homem junta a capacidade

generalizante com a individualizante, única. Com isto, a distinção entre o que se chama de ciência e não ciência passa a ser muito tênue e bastante artificial (...) Apenas se insiste na conveniência de se abolir certas fronteiras que atrapalham a unidade do conhecimento, e que resultaram da especialização (MAGALHÃES, 2017, p.37).

E toda vez que falamos em produzir algo, especialmente produzir algo novo no campo do conhecimento científico, é inevitável refletir sobre os atributos fundamentais do ser criativo, sua capacidade de criar, inventar e inovar em todos os campos e sentidos, sendo desejável no âmbito individual e coletivo a capacidade de promover ideias originais que nunca foram concebidas e concretizadas; visto que “a invenção pode ser solitária, individual, mas a inovação já reflete o interesse de uma sociedade” (MAGALHÃES, 2017, p.40). Assim, a capacidade de inventar algo inédito só alcançará o status de inovação, do ponto de vista material da sociedade, quando tiver uso coletivo e que possa beneficiar a própria coletividade.

3.2. A fronteira tênue entre a verdade científica e a Ideologia

A determinação de fronteiras entre ideologia e ciência tem uma linha tênue que varia ao longo da história bem como entre diferentes abordagens teóricas. Apesar desses conceitos não serem estanques, no começo do século XIX houve uma certa ambiguidade entre ciência e “ciência das ideias” que deram à ideologia um certo status científico. Contudo, nesse ínterim, consolidou-se uma clara preferência por se fazer ciência (processo que busca explicar a totalidade da realidade) em contraposição à ideologia (entendimento parcial e/ou distorcido da realidade); sendo que esta última geralmente é anunciada como uma “visão de mundo” bastante difundida pela moral e pelos hábitos culturais de cada sociedade.

No prefácio da obra *A Ideologia Alemã*, elaborada em meados do século XIX, Marx e Engels foram direto ao afirmarem que “os homens sempre formaram idéias falsas sobre si mesmos, sobre como são ou deveriam ser. Instituíram as suas relações em função das suas representações de Deus, do homem normal” sendo

eles “dominados pelos produtos de sua cabeça” (2005, p.11). Além da crítica à ideologia burguesa, consta nas obras críticas direcionadas aos idealistas e aos jovens hegelianos, no contexto de ebulição intelectual alemã da época, tendo em vista a necessidade de libertar os homens “dos sonhos, das ideias, dos dogmas, do imaginário sob cujo jugo ficaram presos. Devem revoltar-se contra o domínio das ideias” (2005, p. 11), “que desce do céu para a terra”, não partindo daquilo que “os homens dizem, imaginam ou pensam nem do que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros” (2005, p.26). A versatilidade da ideologia vigente tem certa facilidade em iludir os sentidos humanos, suas ideias e pressupostos sobre a verdadeira essência das coisas. Por isso a necessidade de mudar a direção do raciocínio filosófico “da terra para o céu”, uma vez que o foco deve ser a atividade real dos homens, sua produção e relação material simultaneamente alterando sua realidade, que por sua vez terão grande potencial para transformar sua própria produção de conhecimento. Por isso a insistência de Marx em alertar sobre o perigo latente da falsa consciência individual alienar o homem do mundo real. Ou em suas próprias palavras, “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (idem). Os autores são categóricos ao afirmarem que a história humana acontece em sua plenitude “na vida real, onde termina a especulação, em que começa a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens” (2005, p.27).

À medida que a ciência avança, ela esclarece uma parte encoberta da realidade, o que evidencia uma vez mais o caráter processual da construção do conhecimento. Mas esse raciocínio expõe uma situação paradoxal, tendo em vista que o conhecimento, que é sempre inacabado, nos apresenta, paulatinamente, a parte como se fosse o todo da realidade. Ou seja, à medida que a ciência avança refutando teorias tidas como ultrapassadas, ela atualiza sua visão de parte da realidade, mas a publica como se fosse a visão do todo. Resta evidente que, ao menos naquele momento, tratava-se da visão do todo; e esse todo, efetivamente, diz respeito apenas a parte da realidade em permanente construção.

Apesar de cada qual ter suas virtudes e fragilidades, ambas as abordagens têm ampla circulação na sociedade. Nesse sentido, é de supor que a própria

ideologia tenha, muitas vezes, igual ou superior difusão do que a própria ciência; ou mesmo que tente se passar pela ciência ou até ser confundida com aquilo que se entende por verdade. Por outro lado, a própria ciência pode ser ideológica e é nesta fronteira tênue que ambas podem se unir para tentar explicar parte dos fenômenos que buscam compreender a realidade física e humana ou reproduzirem apenas parte da verdade em discussão.

Outra característica interessante é que pensadores das ciências sociais tem mais interesse em abordar as aproximações e distanciamentos entre ciência e ideologia quando comparados com pensadores das ciências naturais. Como dito anteriormente, possivelmente pelas diferenças de postulados entre a ciência social e a ciência natural, a premissa da primeira sugere a possibilidade permanente de crítica daquilo que se convencionou chamar de verdade. Por outro lado, a ciência natural admite como fato reconhecido, implícita ou explicitamente, sua verdade científica neutra e universal. Mas no fim, qualquer conhecimento produzido terá algum viés ou arbitrariedade pré-definida, não havendo pensamento livre de pressupostos.

Na obra *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim, a concepção de ideologia partirá do marxismo mas irá além da ideia de distorção e manipulação da realidade pela classe dominante sobre a classe dominada. Para Mannheim, o conceito de ideologia será dividido entre os tipos particular e total. A concepção particular diz respeito ao foro íntimo e psicológico do sujeito capaz de mobilizar valores, hábitos e crenças dignos de fé ou negação. Por fim, a ideologia total é entendida como um sistema de símbolos capaz de perpetuar um conjunto de ideias no tempo e entre diferentes grupos sociais. Para o autor, contudo, diferentemente da visão marxista, todos os segmentos sociais seriam reprodutores de suas próprias ideologias, e mesmo que em contraste ou complementação com outras ideologias de maior projeção, estariam em permanente mudança devido o processo dialético da história. Por estarem orientadas para o passado, as ideologias das classes dominantes seriam um instrumento de manutenção do *status quo*; por outro lado, por estarem direcionadas ao futuro, as utopias das classes subalternas canalizariam todo o desejo de mudança em prol de uma vida melhor. Nesta que se tornou a sua obra de maior impacto, Mannheim lançaria os alicerces da sociologia

das ideias ao defender que todo processo de conhecimento envolverá, simultaneamente, o aspecto da racionalização teórica conjugada com manifestações práticas na esfera individual e coletiva da vida social. Essa idéia se desenvolverá ao ponto de alçar o intelectual como um agente desprendido de classes sociais, sendo a *intelligentsia* indispensável para o tal progresso e da sociedade.

Na obra “Ideologia: Uma Introdução”, o filósofo e crítico cultural Terry Eagleton, um dos principais nomes da escola de estudos culturais e referência marxista na contemporaneidade, inicia o livro se perguntando como é possível que “em um mundo atormentado pelo conflito ideológico, a própria noção de ideologia evaporou-se, sem deixar vestígios, dos escritos pós-modernistas e pós-estruturalistas?” (1997, p.11). Segundo o autor, “o estudo de ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade” (p.13). Por outro lado, Eagleton acrescenta que “o opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil de todas as formas de libertação, o libertar-nos de nós mesmos” (idem);

Eagleton busca esclarecer a trajetória confusa do conceito de ideologia; ele analisa suas diferentes e controversas definições perpassando pensadores marxistas, pós-estruturalistas, pós-marxistas, pós-coloniais entre outros, bem como indica algumas possíveis justificativas para o seu declínio. E, sobretudo, defende que três vertentes do pensamento pós-modernista foram responsáveis por renegar a ideia geral de ideologia ao se referir à “rejeição da noção de representação” e promover a reestruturação “das relações entre racionalidade, interesses e poder” e um certo “ceticismo epistemológico” com as teorizações que propugnam “verdades absolutas” amparadas na metafísica.

Considerando a condição polissêmica do conceito de ideologia, que varia de acordo com o tempo, orientação teórica e epistemológica, Eagleton apresentará “uma série de significados convenientes”, iniciando sua análise com dezesseis variações de sentido, sendo que alguns deles poderão ter maior ou menor recorrência, mas “nem todos eles compatíveis entre si” (1997, p.15). Mas não

faltarão críticas à ampliação desordenada desses significados pois muito embora não se possa generalizar tudo como um preceito ideológico, faz-se necessário delimitar com clareza o que é e o que não é entendido como ideologia. Essas diferentes abordagens serão amplamente confrontadas no campo teórico e suas divergências amparadas especialmente por duas perspectivas de pensamento quanto à real utilidade e significado do conceito. Em linhas gerais, uma tradição hegemônica, cuja influência perpassa “de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores – esteve muito preocupada com ideias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação” (p.16); ao passo que outra vertente de pensamento, “menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal” (idem). E segundo Eagleton, a legião de sucessores do espólio marxista oscilam entre essas duas linhagens de pensamento, optando ora pela contribuição valiosa de uma vertente, ora pela outra.

Outrossim, chegamos, finalmente, à complexa noção de “ideologia como legitimação” com suas vicissitudes intimamente vinculadas à ideia de poder. E aqui abordaremos as primeiras formulações advindas de Michel Foucault e seus seguidores tendo em vista que o conceito de poder ganhará novas dimensões, com aspectos sutis que ampliarão o seu entendimento e influência para muito além das instituições responsáveis pelo império da lei e do monopólio da violência. E o próprio Eagleton dirá que o conceito de poder para Foucault abordará “uma rede de força penetrante e intangível que se tece em nossos menores gestos e declarações mais íntimas”. E prosseguirá o exame minucioso ao afirmar que “limitar a ideia de poder a suas manifestações políticas mais óbvias seria em si mesmo um procedimento ideológico, ocultando o caráter difuso e complexo de suas operações.” As ponderações, no entanto, virão em conjunto com o reconhecimento dos avanços alcançados pela teoria do saber-poder do filósofo francês. Eagleton reconhecerá os ganhos políticos de se explicitar a manifestação do poder nas singelas atividades quotidianas e nas relações interpessoais citando como exemplo o empoderamento que tal argumentação viria a ter para a luta política feminista; mas, em contrapartida, o autor pondera que o efeito colateral

indesejado seria o inevitável esgarçamento da idéia de ideologia; uma generalização e banalização que levaria o termo ao desuso, com o consequente esvaziamento e ostracismo do conceito. Afinal de contas, qualquer definição que “abranja tudo perde o seu valor e degenera em um som vazio” (1997, p.20); e se “o poder, como o próprio Todo-Poderoso, é onipresente, então a palavra ideologia deixa de particularizar algo e perde totalmente sua capacidade de informar” (p.21).

Insatisfeito com a mudança, Eagleton questionará a troca do termo ideologia, que a seu ver é um conceito chave para análise da manifestação de poder, pela abordagem centralizada no discurso, responsável pela subversão das estruturas da linguagem que, segundo o autor, estão diretamente ligadas à flexibilização da ideia da verdade, isto é:

fiéis a essa lógica, Foucault e seus seguidores abandonaram por completo o conceito de ideologia, substituindo-o por um “discurso” mais capaz. Mas isso talvez seja desistir muito rápido de uma distinção útil. A força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda a uma forma de vida social e aquelas que não o são. (...) É perfeitamente possível concordar com Nietzsche e Foucault a respeito de que o poder está em toda parte, ao mesmo tempo que se busca distinguir, para certos propósitos práticos, entre exemplos de poder mais e menos centrais (EAGLETON, 1997, p.21).

E aqui retomo o questionamento do que é ou não ciência; e do que é ou não conhecimento fidedigno. Acreditar piamente que um conjunto de pensadores, sozinhos, detém o conhecimento não ideológico, teórico e racional, por serem simplesmente cientistas esconde uma linha tênue entre ciência, verdade e ideologia. Por isso também a necessidade de analisarmos em perspectiva a prática social humana, que na acepção de Althusser, teria mais sentido pensar a ideologia como um conjunto de “relações vivenciadas” e menos como “representações da realidade”. Esta seria uma maneira de valorizar a experiência desfrutada pelo indivíduo, permitindo superar as especulações que remetem ao julgamento de falso ou verdadeiro; por outro lado, “por mais difundida que seja a ‘falsa consciência’ na vida social, pode-se contudo afirmar que a maior parte do que as pessoas dizem sobre o mundo deve ser, na maior parte das vezes, de fato

verdadeiro” (1997, p. 25). Eagleton afirma que “uma certa solidariedade prática está embutida nas estruturas de qualquer linguagem compartilhada, mesmo que grande parte dessa linguagem possa ser permeada pelas divisões de classe, gênero e raça” (idem). Ele resgatará os escritos de Aristóteles ao dizer que boa parte das crenças têm componentes empíricos de verdade. Além disso, para alcançarem êxito “as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada” (p.27).

Isto posto, Eagleton sistematizaria ao menos seis significados razoáveis para o termo ideologia que poderiam ser encontrados em diferentes contextos, partindo de uma visão mais ampla para outras mais específicas, isto é:

a) “o processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social” aqui entendidos como uma dimensão ampla do conceito de “cultura”; que segundo o autor tratar-se-ia de uma definição neutra tanto no âmbito político como epistemológico (1997, p.38).

b) “diz respeito a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo”; neste contexto, o sentido de ideologia indicaria a noção de uma “visão de mundo” (1997, p. 39).

c) trata da “promoção e legitimação dos interesses de grupos sociais” diante de “interesses opostos”; neste cenário, a ideologia não seria entendida como um “discurso verídico, mas como um tipo de fala retórico ou persuasivo, mais preocupado com a eficácia da produção de efeitos políticos” (idem).

d) “promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante” cuja a imposição de sua ideia busca a “cumplicidade das classes e grupos subordinados”. Nesta acepção, a abordagem epistemológica seria ainda neutra (idem).

e) promover “ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a dissimulação” (idem).

f) “ênfase sobre as crenças falsas ou ilusórias” da “estrutura material do

conjunto da sociedade”. Neste último caso, o significado de ideologia conservará um sentido depreciativo, porém evitar-se-á uma definição “genético-classista” (p.40).

Por fim, o autor apresenta as consequências políticas de substituir o conceito de ideologia como “representação empírica” pela ideia de “relações vivenciadas”, como teorizou Althusser. E sendo essa assertiva verdadeira, Eagleton afirma que “não se pode transformar substancialmente a ideologia oferecendo-se aos indivíduos descrições verdadeiras em lugar de falsas” (p.40). Para então concluir de forma arrebatadora: “negar que a ideologia seja principalmente uma questão de representações empíricas corresponde a uma teoria materialista de como ela opera e de como poderia ser alterada” (idem).

3.3. Saber/poder

Buscando enriquecer a reflexão sobre a produção de conhecimento, apresento formulações desenvolvidas pelo sociólogo francês Michel Foucault. Suas inovações teórico-metodológicas e críticas contundentes a outras teorias e abordagens (por exemplo, em relação ao estruturalismo marxista), contestaram a centralidade das relações de produção materiais e econômicas, furtando-se, inclusive, de separar a ciência da ideologia (conceito caro para os marxistas). Considerando que os seres humanos são permeados por subjetividades, sendo portanto sujeitos multifacetados, é difícil sustentar a ocorrência de um conhecimento (científico) universal, sobretudo nas ciências sociais e humanas onde há, muitas vezes, a prevalência do enfoque interpretativo, pressupondo diversas realidades, verdades e diferentes caminhos possíveis para os seres humanos construírem seus saberes e conhecimentos.

No preâmbulo de *Microfísica do Poder*, Roberto Machado introduz as ideias de Foucault ao afirmar que “não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, (...) mas porque todo saber tem sua gênese nas relações de poder” (2013, p.28). Em seguida o autor continua explicando que “o fundamental da análise é que saber e poder se implicam

mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder”, uma vez que “todo saber assegura o exercício de um poder”, entendido “cada vez mais sob o domínio do perito” (idem).

Em relação a ciência e o saber, o cerne do problema é, simultaneamente, para Foucault, desnaturalizar a noção de progresso e compreender nos mínimos detalhes as interações das relações de poder sem simplificar os acontecimentos, isto é:

não é, portanto, uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como eles se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, consequentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Nesse nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global. (2013, p.39).

Por outro lado, para Foucault (2013, p.46), o papel do intelectual, em especial o “intelectual dito ‘de esquerda’”, era “ser a consciência de todos (...) assim como o proletariado”; sendo tanto o último como o primeiro portador do “universal”. O autor conclui sua crítica dizendo que “o intelectual seria a figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva” (idem). Além disso, “o intelectual era por excelência o escritor: consciência universal, sujeito livre, opunha-se àqueles que eram apenas competências a serviço do Estado ou do capital (engenheiros, magistrados, professores)”. Contudo, a mudança viria segundo o autor com a “politização da atividade específica de cada um” (e aqui contrapõe o intelectual “específico” ao intelectual “universal”), fazendo desaparecer “o limiar da escritura como marca sacralizante (...) e então podem se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para outro” (2013, p.47); que segundo Foucault, essa mudança se justifica por que

se o escritor tende a desaparecer como figura de proa, o professor e a universidade aparecem, talvez não como elementos principais, mas como “permutadores”, pontos de cruzamento privilegiados. A causa da transformação da universidade e do ensino em regiões ultrassensíveis politicamente acha-se sem dúvida aí. A chamada crise da universidade não deve ser interpretada como perda de força, mas, pelo contrário, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem (2013, p.47).

Neste ponto, trago à baila as considerações do historiador François Cusset no tocante à rápida proliferação do vínculo universitário dos novos intelectuais no pós-Guerra. Nos interessa compreender a mutação do escritor consagrado para o “intelectual específico” de Foucault; da *intelligentsia* eternizada pela escrita a uma rede globalizada de intelectuais intercambi:

a passagem do intelectual público de meados do século, escritor engajado ou bardo da descolonização, ao “intelectual específico” de que falava Michel Foucault. Em duas ou três décadas passa-se de uma internacional da escrita, *intelligentsia* oligárquica que se dirige diretamente aos poderes e à opinião (...) a uma internacional de campus, rede paralela organizada e profissionalizada, cujos membros dirigem-se antes de tudo uns aos outros e cujas regras são as da globalização universitária – ou daquilo que Bourdieu chamava de “rede complexa de intercâmbios internacionais entre detentores de posições acadêmicas dominantes” (CUSSET, 2008, p.258).

Foucault destaca ainda que virá da biologia e da física o pioneirismo na formação do “intelectual específico”, uma vez que

a extensão das estruturas técnico-científicas na ordem da economia e da estratégia lhe deram sua real importância. A figura em que se concentram as funções e os prestígios do novo intelectual não é mais a do “escritor genial”, mas a do “cientista absoluto”; não mais aquele que empunha sozinho os valores de todos, que se opõe ao soberano ou aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até na imortalidade; é aquele que detém com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida. Não mais cantor da eternidade, mas estrategista da vida e da morte. Vivemos atualmente o desaparecimento do “grande escritor”. (2013, p.50).

Talvez, neste quesito, seja possível fazer um diálogo entre os conceitos de “intelectual específico” e de “comunidade epistêmica” uma vez que em ambos os

casos existe a preocupação com o perigo de ser “manipulado” e, acima de tudo, existe a expectativa de influenciar os pares acadêmicos e/ou políticos, seja na tomada de decisões ou na formulação de políticas públicas, ou seja

o intelectual “específico” encontra obstáculos e se expõe a perigos. Perigo de se limitar a lutas de conjuntura, as reivindicações setoriais. Risco de se deixar manipular por partidos políticos ou por aparelhos sindicais que dirigem essas lutas sociais. Risco principalmente de não poder desenvolver essas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos. Risco também de não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados (2013, p.51).

Parece ser possível fazer a aproximação entre o intelectual “específico” e as comunidades epistêmicas tendo em vista que os dois conceitos buscam analisar e transformar a sociedade a partir da formulação da “verdade”, uma vez que ela “não existe fora do poder ou sem poder” (ibidem, p.51); que na visão de Foucault a verdade “é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política” (idem, p.52). Para o autor, a verdade é entendida como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (idem, p.54). Assim conclui que “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. Regime da verdade” (ibidem). E por incrível que pareça, “o problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade” (ibidem).

As formulações de Foucault e dos demais teóricos estruturalistas franceses (ou os pós-estruturalistas responsáveis por recepcionar essa linhagem de pensamento na América do Norte), evidentemente, não ficaram imunes às críticas. O historiador marxista, Perry Anderson, por exemplo, chamou a atenção para o êxito do pensamento estruturalista e sua consequente imposição escorada na linguagem. O seu resultado célebre foi a peculiar “atenuação da verdade”. O historiador também resgata o pioneirismo de Saussure e a influência da filosofia de Friedrich Nietzsche, a partir da obra *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, para quem a verdade é aí entendida como uma “ilusão”; sendo ela imposta

pelos que detém o poder, uma imposição que parte primeiramente da linguagem. E no que concerne a teoria foucaultiana, a “vontade de verdade” desenvolverá seu saber por intermédio da “falsificação primária e perpetuamente reiterada que estabelece a distinção entre o verdadeiro e o falso” (ANDERSON, 2004, p.181). Por fim, diante da relativização do que viria a ser a verdade e a própria constituição do conhecimento, Eagleton apresentará alguns questionamentos:

a obra de Derrida e outros lançou graves dúvidas sobre as noções clássicas de verdade, realidade, significado e conhecimento, todas denunciadas como baseadas em uma teoria ingenuamente representativa da linguagem. Se o significado era um produto passageiro das palavras ou dos significantes, sempre oscilante e instável, em parte presente e em parte ausente, como poderia haver qualquer verdade ou significação determinada? Se a realidade era antes construída do que refletida pelo nosso discurso, como poderíamos chegar a conhecer a própria realidade, em lugar de conhecer apenas nosso próprio discurso? Seria tudo apenas uma conversa sobre a nossa conversa? (EAGLETON, 2006, p.215-216).

Outra consideração interessante sobre os desafios inerentes à teoria contemporânea, que suscitam reflexões e dificuldades de enquadramento da formulação pós-moderna e do próprio pensamento elaborado por Foucault, vem de Fredric Jameson ao discorrer sobre a ruptura em torno de antigas “categorias de gênero e linguagem”:

Na geração passada ainda existia o rigor de linguagem da filosofia profissional — os grandes sistemas de Sartre, ou dos fenomenólogos, a obra de Wittgenstein, a filosofia analítica ou a filosofia da linguagem —, ao lado da qual se podia distinguir o discurso inteiramente diferente das demais disciplinas universitárias — da ciência política, por exemplo, da sociologia ou da crítica literária. Hoje, se pratica mais e mais uma espécie de escrita simplesmente denominada “teoria” que, ao mesmo tempo, é toda e nenhuma dessas matérias. Esta nova espécie de linguagem, associada em geral à França e à teoria à francesa, tem se difundido amplamente, marcando o fim da filosofia como tal. Como, por exemplo, deve ser chamada a obra de Michel Foucault — filosofia, história, teoria social ou ciência política? É “indecidível”, como se diz nos nossos dias; o que estou insinuando é que esse tal “discurso teórico” pode perfeitamente ser incluído entre as manifestações da pós-modernidade (JAMESON, 1985, p.17).

O debate sobre o que é e como se constrói a verdade extrapola inclusive a esfera teórica da vida acadêmica a tal ponto de termos, na atualidade, movimentos

diversos pregando a negação da ciência e a própria difusão da ideia de “guerras híbridas”. Mas além disso, no tocante à definição da verdade no campo científico e até mesmo na esfera política, “não é surpreendente que os modelos clássicos de verdade e cognição sejam cada vez mais desaprovados em uma sociedade em que o que importa é saber se os bens comerciais ou retóricos chegam a seu destino. Seja entre os teóricos do discurso ou na Associação dos Dirigentes, a meta não é mais a verdade, mas a performatividade, não a razão, mas o poder” (EAGLETON, 1995, p.56).

O que não se pode negar, nem mesmo entre autores de diferentes correntes teóricas, é que a singularidade das formulações de Michel Foucault envolve uma relação genuína entre verdade e poder. E apesar de seus críticos apontarem limitações de ordem prática na operacionalização política de seu pensamento, não se pode menosprezar a maior visibilidade alcançada por distintos grupos marginalizados, como no exemplo de delinquentes, loucos e minorias sexuais controlados, respectivamente, pelos sistemas prisional e psiquiátrico e pela moral conservadora e pela religião. Mas a crítica que não quer ser calada, principalmente entre os marxistas, é a indiferença de classe e a naturalização do “poder do capital”; fruto de uma ideologia amplamente difundida, haja vista que o sistema capitalista é tido por entusiastas e por parte de seus críticos como uma estrutura cristalizada quase intransponível.

3.4. Epistemologias do Sul

No quesito originalidade é imprescindível recapitular a historiografia e a configuração étnica e cultural da constituição do continente latino-americano; aqui entendido como um enredo singular, sendo a própria origem da América Latina um evento *sui generis* na história da humanidade. Afinal, entraram para os anais o “encuentro y fusión de los 3 grandes troncos de la familia humana en un mismo espacio planetario por la confluencia en él de la estirpe indoamericana preexistente -originaria de Asia y Oceanía- con los blancos de Europa y los negros de África” (BARRIOS, 2017, p.61). Segundo Néstor García Canclini, muito além

da inédita mestiçagem na região, que diz muito mais que as características étnicas, ocorreram sincretismos, fusões, transculturação e também processos de “hibridação” - que frequentemente surgem da criatividade individual e coletiva da vivência do dia a dia, das artes e da evolução tecnológica. Ou seja, nenhuma fusão ocorreu sem contradição e diálogo, simultaneamente; o que pode demonstrar o poder de alterar combinações interculturais, uma vez que a mistura entre os colonizadores da península ibérica, seguida de outros povos europeus, “com indígenas americanos, à qual se acrescentaram escravos transladados da África, tornou a mestiçagem um processo fundamental nas sociedades do chamado Novo Mundo” (CANCLINI, 2011, XXVII); especialmente na dimensão cultural dos cruzamentos identitários. Destarte, é possível reconhecer que esse fenômeno também

fue una “regeneración” humana y cultural, una honda síntesis, que sobre la raíz indoamericana irguió la insólita novedad de un ser histórico de definida identidad, fundada en la común cosmovisión del catolicismo barroco y en la intercomunicación, constituyente y unificante, de las lenguas hispánicas (castellano y portugués). Nació así una original y nueva dimensión de la familia humana, dotada también de una cultura original y renovadora, que llega hasta nuestros días creativa e innovadora a pesar de dos siglos de deformantes “alienaciones” y persistentes embates “colonialistas” (CANCLINI, 2011, p.61).

É necessário delimitar o que é a ideia de um conhecimento genuíno no contexto latino-americano. Quais epistemologias trabalham com o conceito de conhecimento autônomo e original, situando o arcabouço teórico das epistemologias do sul, bem como detalhando as formulações dos autores pós-colonial e decolonial, com enfoque nas Ciências Sociais e Relações Internacionais. Ou seja, o objetivo é, acima de tudo, reforçar o exercício de compreensão e análise dos problemas continentais, sob o prisma dos agentes locais e de suas respectivas teorias, práticas, epistemologias e cosmovisões.

Na esteira do conceito de “geopolítica do conhecimento” será possível refletir sobre os motivos que levaram a filosofia do conhecimento a marginalizar o lugar, as ideias e o espaço social no contexto da produção do saber. Nelson Maldonado-Torres (2010, p.361), afirma que “a ausência de reflexões sobre a

geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento vai a par com a falta de reflexão crítica quanto ao empenho da filosofia e dos filósofos ocidentais com a Europa enquanto local epistêmico privilegiado”. O autor (idem) argumenta que a ideia de espaço e das relações geopolíticas minimizam o mito do sujeito epistêmico neutro, cujas formulações enaltecem o universal por ser desprovido de espaço.

Por seu turno, Boaventura de Sousa Santos defende uma abordagem calcada na multiplicidade de epistemologias desde os países periféricos do sul com o claro propósito de valorizar os conhecimentos populares dos povos e comunidades subalternas, como estratégia para dar visibilidade e protagonismo para o conhecimento popular não científico (rural, urbano, indígena, negro, mulheres entre outros) e não letrado. O autor reforça a crítica de que a partir do momento em que a ciência tornou-se hegemônica e omitiu (ou até suprimiu) todos os outros conhecimentos concorrentes, sobretudo a partir do letramento universitário – responsável por estimular a produção de conhecimento individualizado, competitivo e autoral, a universidade passou a reproduzir as opressões que, ao menos em tese, um dia ela nasceu para combater. Isto é, para além dos diversos efeitos colaterais do colonialismo, o autor destaca que a “dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegou muitos outros saberes para um espaço de subalternidade” (2010, p. 7). Conclui dizendo que

a transformação deste hiper-contexto na reivindicação de uma pretensão de universalidade, que se veio a plasmar na ciência moderna, é o resultado de uma intervenção epistemológica que só foi possível com base na força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos (Santos; Meneses; Nunes, 2004 Apud SANTOS, 2010).

Apesar das críticas à ciência moderna ocidental, pela pretensiosa universalidade fabricada nos últimos dois séculos, o autor pondera que ela tem aspectos positivos e negativos que devem ser considerados. Ou seja, a ciência moderna é

diversa internamente, o que lhe permite intervenções contraditórias na sociedade. E a verdade é que foi (e continua a ser) muitas vezes apropriada por grupos sociais subalternos e oprimidos para legitimar as suas causas e fortalecer as suas lutas. (...) A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de pesquisa, sistema de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. Ora essa dimensão institucional, apesar de crucial, ficou fora do radar epistemológico. Com isso, o conhecimento científico pode ocultar o contexto sociopolítico da sua produção subjacente à universalidade descontextualizada da sua pretensão de validade (SANTOS, 2010, p.11).

Boaventura (2010) defende a necessidade do conhecimento popular emancipatório superar a linha invisível (a linha abissal) capaz de excluir certas culturas, etnias e conhecimentos tanto no centro como na periferia, sobretudo a partir do cientificismo ortodoxo, sem empatia social e indiferente às demais formas de pensar, incapaz de incluir satisfatoriamente as culturas e as formas diferentes de pensar e construir o conhecimento oral não-autoral, fluído e plural. O autor (idem) argumenta que

o pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (SANTOS, p.45).

Boaventura sugere um novo pacto político e social em torno das pautas anti-capitalistas, anti-coloniais e anti-patriarcais. O autor defende a implementação do conceito de “ecologia do saber”, isto é, permitir que os conhecimentos diferentes dialoguem com a diversidade de conhecimentos ao redor do planeta, uma vez que a Europa ocidental não extrai somente matéria-prima da natureza (nas franjas diversas do globo), mas extrai conhecimentos (“extrativismo”), história e sabedoria dos índios, negros, mestiços e empobrecidos povos subjugados aos interesses das “novas” metrópoles globais. Ou seja, como ecologia de saberes,

o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade

epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral (SANTOS, 2010, p.46).

3.5. Comunidades epistêmicas: a origem do conceito

Um conceito que tem potencial para enriquecer a reflexão sobre os processos de integração latino-americana é o de comunidades epistêmicas. Essa categoria analítica consolidou-se no início dos anos noventa a partir da proliferação de estudos no campo das relações internacionais que visavam compreender o papel desempenhado por grupos de especialistas engajados em processos de coordenação internacional de políticas com potencial para influenciar os tomadores de decisão; sendo importante identificar essas “redes de profissionais” com experiência e domínio de um “conhecimento socialmente reconhecido” frequentemente associado às crenças causais e normativas, que visam compreender a realidade social como ela é (não somente como deveria ser).

Notabilizada pela formulação de Peter Haas e Emanuel Adler, o termo comunidades epistêmicas se popularizou com a publicação da revista *International Organization* em 1992 com artigos na área das ciências naturais e exatas. Foi nesse cenário que se buscou analisar a atuação estratégica de especialistas em condição de discutir simultaneamente políticas doméstica e internacional sobre temas sensíveis e com destacada demanda técnica que, quando imersos em um contexto instável e de aprofundamento da interdependência, tenham notável impacto nos assuntos internacionais. E de acordo com essa perspectiva, o fluxo das ideias teria um papel relevante na delimitação dos significados intersubjetivos na política internacional, sendo imprescindível compreender a relação entre os atores estatais e não-estatais. Nesse caso, as comunidades epistêmicas seriam entendidas como “meios pelos quais circulam novas ideias das sociedades para os governos e também de um Estado para outro” (CABALLERO, 2009, p.13).

Outro aspecto importante de aclarar é que o enquadramento conceitual de comunidade epistêmica não é algo positivo ou negativo propriamente dito. E do

ponto de vista metodológico, o conceito traz uma abordagem empírica e pluralista pautada pela ideia geral da integração. Assim, o enfoque apresenta formulação suficientemente abrangente e complexa juntando elementos tanto do “paradigma racionalista-positivista como do reflexivista”. Assim, essa abordagem guia-se por uma “ontologia que abraça os fatores históricos e interpretativos das forças estruturais, explicando a mudança de um modo dinâmico. Essa ontologia reflete uma epistemologia que está baseada em um forte elemento de intersubjetividade” (ADLER e HAAS, 1992, p.149).

Considerando sua influência nas políticas e nos processos decisórios e sua capacidade de produzir consensos em torno de agendas comuns, as comunidades epistêmicas adquirem uma importante posição de poder ao compartilhar um conjunto de propostas que possam interferir na qualidade de vida da sociedade. Mas essas comunidades não devem ser associadas a um novo ator hegemônico capaz de reunir o poder político e moral dessa coletividade, uma vez que elas não fazem parte do núcleo dirigente e de comando da sociedade; sendo que “o que elas controlam são os problemas internacionais. Seu enfoque é instrumental e sua vida se limita ao tempo e espaço, definidos pelo problema e suas soluções” (ADLER e HAAS, 1992, p.149), o que reforça sua preocupação política na medida em que busca contribuir com o bem-estar social.

Inicialmente, inclusive, havia ponderações sobre o tipo de relação entre essas comunidades de especialistas e os governos de ocasião, sendo crucial compreender o nível de cooperação entre os pares. Ao citar Davis Cross (2013), Soares e Vitelli (2016) reforçam que em diferentes períodos as comunidades epistêmicas podem estar localizadas dentro das estruturas governamentais desde que mantendo sua independência. Inclusive, essa incubação na burocracia governamental poderia aumentar o poder de influência sobre a agenda política bem como fomentar a criação de novas comunidades epistêmicas. Em outras palavras, a abordagem das comunidades epistêmicas se fundamentaria “no pressuposto de que a identificação e reconhecimento de interesses dos Estados derivam de como os decisores, ou seus assessores, entendem os problemas em situações caracterizadas por incertezas” (SOARES e VITELLI, 2016, p.102).

Ressalte-se também que em sua origem houve a tendência em fazer uso

relativamente restritivo do conceito que seria ampliado pelas novas perspectivas discutidas no campo dos estudos internacionais – o que, inclusive, nos fez considerar a sua utilidade para a análise do regionalismo latino-americano. Também havia resistência em reduzir as comunidades epistêmicas a grupos de cientistas com perfil estritamente acadêmico – amplamente associados a profissionais das ciências básicas (física, biologia, mudanças climáticas etc) –, por não se tratar apenas de um grupo de reflexão e produção de conhecimento científico circunscrito ao ambiente universitário de forma isolada. Em síntese,

ainda que o que outorga especificidade e caráter explicativo ao conceito de comunidades epistêmicas é o quanto e como especialistas conseguem influir sobre a formulação de interesses estatais em virtude de contar com um conhecimento reconhecido como válido, isso não constitui razão para assumir que atores com conhecimento especializado não científico não possam ser igualmente persuasivos, e ainda operar de acordo com critérios iguais ou similares aos científicos (SOARES e VITELLI, 2016, p.107).

No entanto, essa relação umbilical entre as comunidades epistêmicas e tomadores de decisão não poderia se assemelhar às pressões de grupos de lobby comumente guiadas pelo lucro e interesses particulares, tendo em vista que as comunidades epistêmicas orientavam suas ações, sem fins lucrativos, pelo altruísmo e interesse social e coletivo. Além disso, há que se tomar em conta a existência de um debate conceitual que busca diferenciar essas comunidades dos grupos de interesses e de pesquisadores, tecnocracias e organismos burocráticos comumente associados à coordenação internacional de políticas. Em outros termos, existe o reconhecimento de que “as comunidades epistêmicas não são lobbies porque esses defendem interesses particulares, enquanto que as aspirações das primeiras, fundadas em seu conhecimento específico sobre determinados temas, estão ligadas a resultados benéficos para a sociedade” (SOARES e VITELLI, 2016, p.110).

Essa crítica inclusive reforçaria que essas comunidades vão além de uma profissão particular ou perspectiva teórica, uma vez que esses grupos especializados buscam desenvolver sua vocação de influenciar e identificar os interesses nacionais com suficiente sensibilidade para pensar soluções de

problemas que possam melhorar a qualidade de vida da sociedade por meio de estudos e publicações especializadas direcionados para o aconselhamento de governos. E a na medida em que essa comunidade alcança maior visibilidade, poder e prestígio frente a seu respectivo estado-nação, maior seria a probabilidade de que este estado “exerça poder em nome dos valores e práticas que promove a comunidade e, em consequência, contribua para sua institucionalização internacional” (ADLER e HAAS, 1992, p.150).

Ao fazer uso da ideia de evolução, Adler e Haas (1992) buscaram correlacionar as comunidades epistêmicas com a evolução estrutural de longo prazo, tendo em vista que a abordagem epistêmica tende a garantir mudanças mais consistentes e duradouras. Curiosamente, as comunidades epistêmicas, já definidas como grupos de profissionais com capacidade genuína de influenciar os tomadores de decisão, desenvolvem a coordenação e o aprimoramento das políticas por meio de quatro etapas complementares: I) inovação das políticas; II) difusão de suas diretrizes; III) a seleção de políticas (criação de agenda); e IV) a persistência – ou institucionalização de ideias e políticas que podem alcançar o status de ortodoxia (ADLER e HAAS, 1992, p.151).

Ao mencionar o “jogo de 2 níveis” entre as esferas nacional e internacional, os autores entendem que a política internacional seria o meio pelo qual “as inovações das comunidades epistêmicas se difundem a nível nacional, transnacional e internacional para converter-se na base de práticas e instituições internacionais novas ou transformadoras e com os atributos emergentes de uma nova ordem mundial” (idem). E na medida em que essas comunidades se tornam perenes, através da criação de instituições com suas respectivas visão de mundo, elas também ampliam a capacidade de persuadir e inspirar política e institucionalmente os processos internacionais, o que, novamente, reforça a capacidade de inovação, difusão e recepção dessa visão como a decisão mais apropriada.

Segundo essa perspectiva, o impacto das comunidades epistêmicas alcançará sua plenitude por meio da socialização internacional de ideias pautadas por um marco epistêmico comum, haja vista que “as epistemes não criam uniformidade de um grupo ou comunidade, mas organizam suas diferenças ao

redor de um entendimento onipresente da realidade” (Adler e Bernstein, 2005: 296 apud CABALLERO, 2009, p.13). Acrescenta-se que o termo “comunidade” é suficientemente flexível e abrangente para criar organizações com ou sem personalidade jurídica, o que garante flexibilidade funcional desobrigando a necessidade de uma formalização institucional para validar a sua existência e estratégia de ação. Além disso, o conceito tem um elemento espontâneo que permite reunir um grupo plural de pessoas em função de vínculos afetivo e político, em que pese muitas vezes a diversidade de atores envolvidos (classe política, assessores, tecnocracias governamentais e internacionais, acadêmicos, lideranças sociais e etc) não alardear fazer parte de uma comunidade específica. Mas mesmo assim, o marco analítico cumpre a missão de dar visibilidade à circulação de conhecimento e permite investigar quem, onde e para quê se está produzindo tais ideias, apontando em última instância os interesses e as relações de poder que perpassam a tomada de decisão política e a própria definição do que será entendido como verdade na arena doméstica e internacional. Logo, sem os

processos de comunicação e socialização internacional que as comunidades epistêmicas ajudam a promover, as novas ideias e inovações nas políticas permaneceriam confinadas a grupos de investigação, organizações internacionais ou governos nacionais individuais e, portanto, não produziriam efeitos estruturais. Os membros das comunidades epistêmicas envolvem-se ativamente nos esforços de nível nacional, mas também difundem seus conselhos sobre políticas concretas a nível transnacional mediante comunicações com colegas de corpos científicos e outras organizações internacionais em conferências, publicações e outros métodos de intercâmbio de ensino e informação. Os vínculos transnacionais lhes permitem exercer pressão simultaneamente nos governos, apesar de a pressão conjunta não ser formalmente planejada pelos membros da comunidade. A difusão das inovações intelectuais ajuda os governos a redefinir suas expectativas, a alcançar compreensões comuns e a coordenar suas ações de acordo com estas categorias (ADLER e HAAS, 1992, p.157).

Acrescenta-se que, ao considerar os riscos e incertezas que envolvem a atuação na arena política internacional, a tecnocracia governamental e internacional terá ligeira preferência pelos membros de comunidades epistêmicas que obtenham maior impacto no convencimento e articulação de atores estratégicos responsáveis pelo estabelecimento de agendas e “negociações de

significados” com vistas a solucionar um problema peculiar. Ou melhor, não é propriamente a grandeza de uma comunidade epistêmica que determina o impacto sobre a coordenação internacional das políticas, sendo fundamental que seus membros sejam “atores respeitados em suas próprias disciplinas e tenham capacidade de influir sobre aqueles que a integram; mas também ter a capacidade de estender sua influência direta ou indireta com um padrão sempre em expansão, alcançando eventualmente os atores fundamentais no processo de coordenação das políticas” (HAAS e ADLER, 1992, p.158). Isso, de certa forma, reforça que o prestígio daquelas comunidades que sejam guiadas por ideias e condutas padronizadas apresentem maior potencial de promover consenso, o que também corrobora a sua capacidade de influenciar corporações multinacionais e de países de pequeno porte. Ao valorizar a uniformidade de crenças e pensamentos que facilitem a articulação dos atores estatais e não estatais, “as comunidades que representam ideias integradoras e, normalmente, rudimentares podem ter mais êxito que outras, pois podem ser mais facilmente aplicadas pelos políticos para construir coalizões maiores e fazer que a comunidade alcance outros objetivos” (HAAS e ADLER, 1992, p.162). Assim, a capacidade de negociar e produzir consensos entre os especialistas definirá, por exemplo, o período em que uma comunidade epistêmica sustentará sua influência, o que também explica o aumento do poder exercido pelos estados que assumiram a posição consensual dessas comunidades. Logo, essa capacidade negocial tende a retroalimentar a aquisição do “status de ortodoxia” e o prolongamento do ciclo de influência dos membros das comunidades epistêmicas favorecendo a institucionalização de suas ideias. Obviamente que a percepção de efetividade terá relação direta com os resultados alcançados pelas políticas implementadas garantindo maior ou menor credibilidade para os *experts* consultados, mas nem sempre será dessa forma, uma vez que o critério de êxito ou fracasso precisará de tempo para avaliação.

Sob outra perspectiva, a ampliação das divergências e a incapacidade de debelar crises estruturais implicaria no declínio do poder de convencimento das comunidades epistêmicas, o que fatalmente levariam os líderes responsáveis pela tomada de decisões políticas a mudar o assessoramento, haja vista que a primazia do estado permaneceria como instância legítima para dirigir a solução de

problemas reais e concretos da sociedade.

Ademais, é certo que existem comunidades epistêmicas mais homogêneas no tocante à estrutura institucional e ao tipo de conteúdo partilhado e difundido que podem se aproximar de um perfil de comando mais centralizado – o que pode garantir maior capacidade de influência nos processos de tomada de decisão – ou que espelha a imagem de um personagem influente. Isso implica, na maioria das vezes, ter uma organização com perfil de liderança mais individualizado do que propriamente coletivo; sendo que o seu núcleo dirigente tem capacidade de imprimir dinâmica própria na coordenação de colaboradores, funcionários ou discípulos de uma “escola” doutrinária, e por isso mesmo tende a ter um conjunto de valores mais homogêneo, fato que pode lhe garantir, novamente, maior impacto e eficiência na sua atuação.

Além disso, é conveniente reforçar que essas comunidades epistêmicas são compostas por grupos de pessoas “de carne e osso”, sendo importante identificar as relações e os vínculos entre os seus membros, “distinguindo o nível de participação nas atividades do grupo, ou o grau de reconhecimento de cada um por parte de outros atores, sua permanência dentro do grupo ou a diversidade de afiliação institucional, podendo essa, inclusive, ser múltipla” (SOARES e VITELLI, 2016, p.108).

Por outro lado, cabe ressaltar que nem mesmo o pertencimento a uma ou mais comunidades epistêmicas têm o poder de garantir a uniformidade de pensamento e ação entre os seus membros – podendo ser entendidos como coordenadores, colaboradores, funcionários ou convidados –, sendo que cada comunidade tem uma singularidade que a distingue tanto pelo peso das pessoas – haja vista que até mesmo os sujeitos menos articulados política e institucionalmente têm algum nível de comunicação, circulação e discussão de políticas com atores e grupos variados – que as compõem como pelo tipo das ideias produzidas, o que tende a dificultar a identificação do fluxo de ideias e o mapeamento da capacidade de influência de certas agremiações. Logo, parece evidente existir comunidades epistêmicas mais heterogêneas, que são pautadas tanto pela diversidade ideológica quanto pela participação coletiva entre seus membros, mas sem perder de vista as diretrizes básicas de pensamento e ação,

uma vez que sem o poder de influenciar atores estratégicos tais como políticos, tecnocracias nacionais e internacionais, meios de comunicação, lideranças comunitárias e empresariais pouco adiantará ter ideias originais com arcabouço teórico estruturado, se essas formulações estiverem operando no vazio e sem impacto no entorno social. Quer dizer,

a endogenia dos grupos acadêmicos é extremamente nociva. Tem que ter interlocução com a sociedade civil, ter gente do sindicato dentro desses grupos, ter gente de ministério que está trabalhando na administração pública, gente que é funcionário técnico de organização internacional, uma vez que essa interação construtiva é fundamental, senão isso vai ser sempre diálogo de surdo e mudo⁴³.

Em outras palavras, um dos principais desafios colocados para as comunidades epistêmicas é o de promover o pensamento dialógico entre o conhecimento acadêmico e o saber-fazer da política cotidiana. Resta questionar onde estão as universidades, os acadêmicos e os intelectuais latino-americanos que não estão fornecendo insumos técnicos para a tomada de decisão, uma vez que

nenhum documento elaborado pela Universidade ajudava a secretaria do Mercosul a tomar uma decisão ou a tomar a melhor decisão. A gente não tem nenhum estudo de impacto feito por qualquer universidade sul-americana que auxilie o Mercosul a tomar decisão ou mesmo para alertar o bloco sobre áreas e setores sensíveis que serão afetados pelo acordo Mercosul-União Europeia. Também não ajuda a formular política ou não gera insumos contra a influência de lobbies do agronegócio, do exportador de minérios da China, da União Europeia, do lobista suíço, entre outros⁴⁴.

Enfim, busca-se, em alguma medida, escapar à ilusão de que esses grupos de especialistas precisariam ser necessariamente comunidades de valores e ideias homogêneos, fato que reforça que elas têm potencial para conviver construtivamente com semelhanças e diferenças, bem como diferentes níveis de complexidade, evolução e institucionalização. Também é necessário promover convergências entre os membros e grupos de um ou mais países, tendo em vista

43 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

44 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

que o grande desafio e o mérito de uma comunidade epistêmica é organizar suas diferenças em torno de uma visão una e diversa da realidade.

Não obstante sua capacidade de influência na coordenação internacional de políticas, é preciso evitar reproduzir a hegemonia de ideias provenientes de comunidades epistêmicas e *think tanks* com origem nos países hegemônicos. Inclusive, Haas e Adler alertaram para o risco dessas comunidades e grupos – com estreita vinculação à institucionalidade dos EUA – ampliarem o domínio político e cultural estadunidense, haja vista serem patrocinadas pelo *establishment* governamental, empresarial ou partidário comumente associado às agendas que servem aos seus interesses hegemônicos. Nesse caso, seria pertinente incluir a influência exercida pela União Europeia através de iniciativas como o *Erasmus Mundus*⁴⁵ e a Cátedra *Jean Monnet*⁴⁶ em que acadêmicos são financiados respectivamente para desenvolver intercâmbio acadêmico ou pesquisas sobre a integração regional. Isto é, “a União Europeia busca ser um modelo através do financiamento da agenda da integração regional. (...) E no caso do Mercosul ocorre que o principal financiador é a União Europeia. Temos que ver como uma proposta de integração regional eurocêntrica e hegemônica. Essas propostas acabam, por conta do eurocentrismo, discutindo muito mais com a UE as alianças que envolvem o Mercosul⁴⁷”. Assim como a professora Karine Silva, José Briceño-Ruiz também participa da Cátedra *Jean Monnet*, e o mesmo pondera que as teorias latino-americanas e os temas relacionados ao eurocentrismo não costumam fazer parte de suas discussões por se tratar de um questionamento explícito às linhas de ação patrocinadas pela UE. Acrescenta-se que

la Cátedra Jean Monnet existe en muchos países del sur, no solo en América Latina, como también hay en África y en Asia. ¿Qué es lo que hace la Cátedra Jean Monnet? Busca vender el modelo europeo de integración. La Unión Europea utiliza recursos europeos para construir un modelo regionalista para el resto del mundo. Pero ese modelo regionalista es un espejo, es una replicación del modelo europeo. Y eso es problemático porque los contextos sociales son distintos⁴⁸.

45 Informação disponível no: https://www.eacea.ec.europa.eu/scholarships/erasmus-mundus-catalogue_pt. Acessado em 15/07/2022.

46 Informação disponível no: <https://www.institutoeuropeu.eu/atividades/catedra-jean-monnet>. Acessado em 15/07/2022.

47 Fonte do autor: entrevista realizada com Karine de Souza Silva em 20/04/21.

48 Fonte do autor: entrevista realizada com José Ramon Briceño-Ruiz em 26/05/21.

Aliás, há que se reconhecer que muito embora parte desses grupos busquem se identificar com a posição de neutralidade e domínio técnico de um conhecimento específico, que lhes possa blindar contra eventuais interesses de lobbies particulares, mesmo assim, é imprescindível analisar os impactos dessa parceria com fundações, ONGs, universidades e *think tanks* consagrados no Norte Global⁴⁹ e ponderar até que ponto ocorre o predomínio de suas ideias e valores na formulação de agendas políticas e nos processos de tomada de decisão. E é aí, inclusive, que nossa capacidade teórica falha já a muito tempo, porque historicamente também houve, nas ciências sociais em particular, uma divisão de trabalho muito clara entre os acadêmicos do Norte⁵⁰ e do Sul. Isto é, muitos projetos de cooperação e pesquisa entre latino-americanos e estadunidenses, via de regra, reforçaram a hierarquização entre os que elaboravam a teoria e os que a aplicavam no trabalho de campo. Assim,

de forma mais difusa, nos planos social, cultural e científico, foram eficazes as investidas ideológicas dos EUA na região, em meio à Guerra Fria, através de programas de filantropia e cooperação técnica (operados por grandes agências e fundações junto a governos e setores das sociedades civis, envolvendo agendas de universidades e mobilizando intelectuais, não menos na área de Ciências Sociais) e de indústrias culturais e de comunicação de massas, disseminadoras de valores estadunidenses – “americanos” - e do *american way of life* (BARROS e TAVOLARO, 2017, p. 8).

Não é por menos, por exemplo, que existe uma tradição de recepção de acadêmicos latino-americanos e fomento por parte de universidades dos EUA em ofertarem projetos e disciplinas relacionadas com os Estudos Latino-Americanos que, via de regra, estão relacionados com a investigação de temas mais ligados à

49 Daniele Benzi pondera que os conceitos de Norte e Sul Global já não têm a mesma utilidade no campo político e universitário. O autor sustenta que no contexto acadêmico, “melhor seria falar de intelectuais latino-americanos fixados nos EUA, no Canadá, na França, na Inglaterra etc, uma vez que o papel desses intelectuais é fazer pontes como intermediários”. Além disso, o autor sustenta que os acadêmicos “latino-americanos são bastante nacionalistas, existindo muita resistência em ler em inglês e francês, mas infelizmente boa parte dos negócios acadêmicos transitam por essas línguas. Então, muitas vezes, certos intelectuais e certas instituições fazem o trabalho de intermediação linguística. (...) Às vezes, inclusive, esses intelectuais têm o papel positivo de trazer recursos, teorias, ideias e parcerias”. Fonte do autor: entrevista realizada em 19/03/21.

50 Muitas dessas instituições “do Norte” são instrumentalizadas por empreendimentos do terceiro setor que tem a missão de perpetuar a hegemonia do pensamento dominante. Quer dizer, difundir um modelo de civilização ocidental orientado por valores universalizantes atrelados ao livre comércio e a integração hemisférica, bem como de responsabilidade social, democracia liberal, entre outros.

corrupção, violência política, narcotráfico, populismos etc como categorias endêmicas da região que não podem ser discutidas de forma desconectada do contexto de origem. Pondera-se, no entanto, que a reflexão deve estar relacionada às prioridades da agenda regional e esse debate passa inequivocamente pelas estratégias de desenvolvimento, pela eliminação das desigualdades e da pobreza, da equidade de gênero, das questões ambientais, da superação da dependência estrutural entre outras temáticas com baixa receptividade e apoio dos atores e instituições consagradas nos países do Norte desenvolvido. Outro exemplo que vale mencionar,

é que a integração centro-americana e andina foi muitas vezes analisada e bem estudada desde fora da região. Por exemplo, o Tribunal andino foi muito estudado por grandes autoridades do poder judiciário, como a Karen Alter, que é uma super acadêmica que escreveu livros e artigos sobre o tema. E depois, sobre a integração centro-americana, o pensamento neo-funcionalista teve a sua primeira experiência fora da Europa com o seu próprio fundador Ernst Haas (1964/65) ao publicar com Philippe Schmitter as principais abordagens ou teorias, quer dizer, o funcionalismo debutou fora da Europa com a América Central. Os centro-americanos constituíram a região em 1960 e 4 ou 5 anos depois estavam sendo analisados pela Universidade de Stanford e Berkeley, as grandes universidades do Norte. (...) A minha impressão é que o Mercosul levou mais tempo. E por uma série de razões, temos que considerar que o Brasil e a Argentina têm boas universidades e tiveram a capacidade de produzir pensamento próprio. A depender, na América Andina e na América Central não havia centros de reflexão tão sofisticados e portanto a reflexão veio do Norte. Mas é interessante considerar a reflexão posterior, porque a criação é autóctone, é nativa, pode ser cópia, pode ser emulação, pode ser difusão, mas são sempre criações de latino-americanos. Não é que vem o Jean Monnet e o Robert Schuman dizendo que vão criar isso ou aquilo, uma vez que são sempre os latino-americanos que criam. Mas, por vezes, são os estrangeiros os que pensam ou analisam⁵¹.

Outro possível efeito indesejado da padronização de pensamento de grupos consagrados, seria não apenas restringir o aprendizado, a institucionalização das práticas e a capacidade de influência de comunidades epistêmicas com origem ou atuação em regiões periféricas – fato que poderia reforçar a sua marginalização e dependência –, mas também reduzir a pluralidade de ideias e a diversidade de atores responsáveis por inovar o processo de

51 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

formulação política e de tomada de decisão. Dessa forma, cabe refletir sobre o aprendizado acumulado ao longo dos processos internacionais, dado que

os diversos grupos políticos e instituições podem aprender diferentes lições ou interpretar a realidade de distintas maneiras. Por isso, resulta crucial saber quem aprende o que; o aprendizado de quem se traduz em políticas concretas e por que; o aprendizado de quem tem a oportunidade de afetar a outros países; e como os processos políticos determinam e de quem são as interpretações da realidade em um contexto histórico particular (HAAS e ADLER, 1992, p.165).

Essas considerações não buscam de forma alguma estimular o provincianismo intelectual e o nacionalismo metodológico, visto que o pensamento não surge do nada o que também reforça que a produção de conhecimento não tem fronteiras, sendo um grande desafio analisar em perspectiva o que ocorre nas dinâmicas regionais e compreender que esses processos têm um impacto considerável nas dinâmicas locais. Dessa forma, também é essencial promover o “diálogo de saberes” entre os grupos e as comunidades epistêmicas consagradas e periféricas desde que garantida a igualdade de condições, levando em conta que as últimas não costumam ter a mesma capacidade política, organizacional e até orçamentária para produzir e difundir suas ideias no plano doméstico e internacional. Inclusive, essa acentuada assimetria explicaria ao menos em parte a própria “fuga de cérebros” (diáspora de acadêmicos e intelectuais latino-americanos pelo mundo) que nada mais é do que um tipo de migração caracterizada pela saída de profissionais altamente especializados dos seus países de origem em busca de melhores oportunidades e condições de trabalho no exterior, entre os quais podemos citar o exemplo do próprio Emanuel Adler, que é um acadêmico uruguaio radicado no Departamento de Ciência Política da Universidade de Toronto, no Canadá. No mais, Malamud analisa a inserção internacional dos politólogos argentinos, brasileiros e uruguaios, buscando compreender os motivos que os levaram a permanecer ou emigrar do país de origem, a saber:

eu falo em acadêmicos, não intelectuais. Um acadêmico simplesmente tem um emprego na Universidade. Intelectual pode ser alguém que escreve livros ou escreve na imprensa. E os acadêmicos que se destacam no exterior são sobretudo

argentinos. Mas por que? Não é que os argentinos sejam melhores, mas é que o sistema argentino é pior e força a emigração. O sistema brasileiro é muito mais eficiente para repatriar. Se a gente faz uma lista dos politólogos brasileiros mais citados, a maioria está em universidades brasileiras. Faz a mesma lista para os argentinos e a maioria está em universidades no exterior. Então é simplesmente o produto do êxito, do sucesso e do fracasso dos sistemas universitários. A consequência não almejada mas que acaba beneficiando a Argentina é que está cheio de argentinos em boas universidades estrangeiras. Isso tem mais visibilidade, tem mais impacto, têm acesso a financiamento, tem co-autoria e muita cooperação. Quer dizer que a Argentina é o paradoxo do fracasso e que por ter expulso tanta gente agora se beneficia dessa diáspora. O Brasil está muito mais condicionado a olhar para dentro, porque está dentro e porque é grande. A Argentina é menor e mais distribuída pelo mundo. Vamos comparar os 5 acadêmicos mais citados da Argentina e do Brasil: quatro argentinos estão fora e quatro brasileiros estão dentro. Os argentinos dirigem departamentos nos EUA, convocam pessoas e tem publicações com maior visibilidade. Os brasileiros são igualmente bem-sucedidos, publicam bem, são bem citados, mas institucionalmente tem menos visibilidade, uma vez que os brasileiros em sua maioria estão no Brasil⁵².

Nesse sentido, para melhor compreender as estratégias de articulação e funcionamento das comunidades de especialistas, buscaremos demonstrar o que são e como se organizam as organizações denominadas como *think tanks*, uma vez que “uma comunidade epistêmica pode estar associada a outros *think tanks*, mas apenas um *think tank* não faz uma comunidade epistêmica⁵³”.

3.5.1. *Think tank* ou usina de ideias

O termo *think tank* foi criado nos EUA e na Europa, no início do século passado, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que essas instituições perceberam um ambiente mais favorável para atuar de forma autônoma no desenvolvimento de estudos, pesquisas e recomendações. Frequentemente entendido como um laboratório de ideias, essas instituições vem se popularizando no Brasil e na América Latina⁵⁴, sendo associado a organizações da sociedade

52 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

53 Fonte do autor: entrevista realizada com Marina Gisela Vitelli em 19/08/21.

54 Segundo o relatório anual disponibilizado pela Universidade da Pensilvânia - *Global go to think tank index report 2020* –, a Argentina ocupa a 8ª colocação mundial com 262 *think tanks*. O Brasil vem logo em seguida, na 9ª posição, com 190 instituições. No caso brasileiro, o surgimento dos *thinks tanks* coincide com a criação

civil ou grupos de especialistas que atuam em nível regional, nacional ou internacional – assim como ocorre com as comunidades epistêmicas. Normalmente comprometidas com o debate de temas relevantes e de interesse público, essas instituições também atuam na produção e disseminação de conhecimentos que tenham potencial de pautar a agenda de políticas públicas. Isto é, buscam conectar boas ideias às práticas cotidianas, seja pela via do levantamento de dados, seja pela formulação de indicadores que possam respaldar a realização de projetos e a disseminação de pautas de interesse público. É dessa forma que tais organizações buscam desenvolver soluções que possam impactar sociedades, regiões ou mesmo contribuir com temas específicos como no tema da integração regional.

Comumente associado ao papel de *advocacy*, que pode ser entendido como a missão de tentar “influenciar quem é influente”, as *think tanks* têm capacidade de mobilizar atores, produzir pesquisas, análises e recomendações que contribuem para um ambiente de conhecimento aplicado, bem como para definir e articular ações estratégicas com o objetivo de influenciar os detentores do poder de decisão. Em vários aspectos, o poder público pode ser levado a tomar decisões com base nos estudos e recomendações apresentados por essas organizações. Isso permite, inclusive, que os formuladores de políticas públicas tenham mecanismos reconhecidos para tomar suas decisões com maior embasamento e legitimidade. Nesse sentido, portanto, o que impulsionou a criação de *think tanks* foi a necessidade de combater omissões e falhas de articulação que pudessem comprometer o fluxo de conhecimento na sociedade; seja entre universidade e sociedade, seja entre universidade e governo, e até mesmo entre governos, partidos políticos e segmento empresarial. Assim sendo, segundo Jaime Estay,

excepto en algunos casos en América Latina y el Caribe, en la región hay poco de lo que en Estados Unidos serían los *think tanks*, los tanques pensantes. Hay pocos espacios en los cuales la preocupación central sea generar propuestas de política.

das primeiras universidades no início do século passado. Em meados do século XX despontaram seus primeiros organismos, a saber: a Fundação Getúlio Vargas – FGV (1944), o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (1954), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (1955), bem como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB (1955). No relatório publicado em 2020, outros *think tanks* brasileiros se sobressaíram, entre os quais o Brics Policy Center, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), a Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros.

De los grupos que yo he mencionado, siempre hay una preocupación por atender no sólo al conocimiento de la realidad, sino a la identificación de hacia donde se piensa, se propone etc que podría dirigirse a esa realidad. Hay vínculos con los hacedores de política, pero casi siempre son vínculos más individuales que como grupo propiamente, hay experiencias de reuniones, consultas, elaboración de documentos etc dirigidos hacia espacios de definición de política⁵⁵.

Assim, associado ou de forma análoga às comunidades epistêmicas, um *think tank* pode ser independente ou até mesmo ter diferentes tipos de vínculos com instituições governamentais e manter relações com organismos da sociedade civil, isto é: as *think tanks* podem ter uma posição autônoma frente a grupos de interesse e/ou não receber financiamento de qualquer governo; podem estabelecer parcerias com universidades e ter vínculo intelectual com algum centro de investigação; podem estar filiados e estreitar o vínculo ideológico com um partido político; estar ligado a uma empresa e desenvolver pesquisas com fins lucrativos ou ser financiado por meio de doações; bem como estar vinculado à estrutura governamental e/ou receber financiamento de um ou mais governos e até mesmo de um organismo multilateral.

Nesse sentido, ao considerar o contexto brasileiro, o “*think tank* mais importante que a gente tem no Brasil é o IPEA, que pauta, por exemplo, o BNDES⁵⁶” e, muito embora não seja uma instituição responsável propriamente pela gestão e execução de políticas públicas, “o instituto deve estar mais comprometido com a geração de subsídios para as políticas públicas. A gente reflete sobre elas, avalia, propõe e ajuda a formular. (...) Eu trabalho de forma articulada com o estado e por meio das instituições de governo. O meu trabalho é mais de buscar influenciar o governo⁵⁷”. Criado em 1964, o IPEA acumula 58 anos de serviços prestados e busca mesclar um perfil técnico e acadêmico ao mesmo tempo em que busca articular pesquisas e demandas estratégicas da gestão pública em diálogo com o interesse do setor privado.

Ao considerar a frequência e a quantidade de estudos realizados, podemos afirmar que o Instituto tem uma agenda bastante produtiva e movimentada ao escrever “sobre a política externa brasileira, sobre a governança regional e a crise

55 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

56 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

57 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

da governança regional. Também existem vários textos de opinião que não são frutos da pesquisa do IPEA, mas que refletem um pouco as reflexões construídas nesses espaços de divulgação⁵⁸. Segundo Pedro Silva Barros, consta do hall de investigação seis estudos sobre as relações bilaterais brasileiras com a Argentina, China, EUA, França, Índia e Rússia, sendo que o instituto mantém a Argentina como parceira estratégica do Brasil na América do Sul. No mais, Barros acrescenta que em 2020

teve um número sobre o BRICS, um número sobre a integração e a fragmentação da América do Sul, e um outro sobre relações China – América Latina que foi lançado recentemente. Em breve lançaremos o número Brasil – OCDE, depois virá políticas públicas comparadas para retomada no pós Covid-19, e os desafios da Amazônia também nesse ano. No ano que vem segue com os temas de novas tecnologias e a geopolítica 4.0, o segundo número sobre defesa e segurança e o terceiro número sobre o financiamento do desenvolvimento. Às vezes tem um recorte sul-americano, como no caso do número especial (12 artigos), e em outras tem o foco na América Latina – China (1 artigo)⁵⁹.

Ao considerar a estrutura organizacional e o corpo técnico responsável por refletir, avaliar formular e propor políticas para o estado brasileiro, Pedro Silva Barros indica que

o IPEA tem mais ou menos 200 ou 300 técnicos. Mas que atuam no IPEA deve ser perto de 200. Na Diretoria Internacional tem mais ou menos 25-30 pessoas. Mas que atuam diretamente com América do Sul tem eu e mais um colega, só que a gente tem um outro grupo de pesquisadores visitantes composto pelo Luciano Wexell Severo (UNILA), o Rafael Padula (UFRJ), o Cláudio Poti (UFPA), o Cristóvão do Acre (UFAC), que são contratados por tempo determinado e também colaboram. Tem um colega que atua muito, que na verdade é funcionário do Ministério do Planejamento e está no IPEA, na DIEST, e está no nosso projeto, o Leandro Freitas Couto, que tem bastante produção sobre a integração regional, ele fez o doutorado na UnB. Enfim, o Leandro, o Luciano, o Padula e o Poti. E tem mais 3 bolsistas, sendo que uma delas estudou na UNILA, que é a Sofia Escobar Samorio, que faz doutorado em economia na UnB; tem a Júlia Borba Gonçalves e tem outro mestrando da UNILA que é o Wellinton Cristofer Carneiro. Existe uma estrutura mínima. Enfim, no 2º semestre a gente vai lançar um livro dos 20 anos de integração Regional a partir daquela reunião de

58 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

59 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

presidentes⁶⁰.

Com respeito ao contexto acadêmico brasileiro, o programa San Tiago Dantas, por exemplo, que é composto pela USP, UNESP e PUC – SP, é considerado como um *think tank*, sendo um relevante laboratório de idéias no campo das relações internacionais e do regionalismo. Com relação ao termo, é importante reforçar que as *think tank* “são grupos de pressão, de *lobby*, para pautar a agenda da política externa. Se você for gentil você chama de comunidade epistêmica, mas se você for crítico você chama de *lobby*. Nos EUA ocorre uma simbiose das duas coisas. Ocorre que o *lobby* é regulamentado nos EUA, mas aqui no Brasil não⁶¹”. Além disso, Tereza Spyer acrescenta que o campo de estudos da integração e das relações internacionais precisa ir além da questão da participação social e do “estadocentrismo” e passar a investigar com mais afinco o perfil das forças conservadoras, que costuma ser denominada pela sigla “BBB” no parlamento brasileiro, a saber, a bancada da “bala, boi e bíblia”, bem como destrinchar as estratégias utilizadas por elas para incidir na agenda da política externa, quer dizer, “qual é o papel da iniciativa privada nisso? Qual é o papel das Forças Armadas nesse processo? (...) Por que o agronegócio apoiou a criação da UNILA? Não dá pra pensar na agenda da integração latino-americana sem pensar no agronegócio, sem pensar como foi a relação do agronegócio e da FIESP com a IIRSA”, que conclui

no caso do Brasil, além do IPEA, têm a Fundação Getúlio Vargas e o CPDOC tem bastante conteúdo sobre América Latina e integração. Essa é, digamos, a configuração das forças políticas e acadêmicas onde se produz, isto é, são cinco instituições que pautam o campo das RIs e integração regional: San Tiago Dantas, Escola de Brasília, Escola do Rio, a FGV e o Rio Grande do Sul⁶².

Dessa forma, os *think tanks* podem ter diferentes estratégias e propósitos e desenvolver múltiplas conexões, mas ao considerar o contexto latino-americano, ressalta-se que ainda prevalece a ligação com universidades, governos ou fundações. Além disso, ao considerar a crise intergovernamental de desconstrução

60 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

61 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

62 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

da agenda da integração regional, a atuação articulada dessas instituições com grupos de especialistas da integração e de comunidades epistêmicas pode se tornar essencial para evitar retrocessos ainda maiores nos processos de governança da região.

Em outras palavras, os *think tanks* podem difundir suas recomendações tanto por via de publicações de artigos científicos e relatórios periódicos, como desenvolvendo pesquisas e estudos encomendados por governos, empresas ou por organismos multilaterais. É com essa performance que os *think tanks* têm alcançado seu melhor desempenho ao realizar o papel de *policy analysis* nas políticas públicas, que é basicamente recomendar caminhos e soluções para problemas concretos das sociedades e governos em questão. No entanto, esses grupos ainda precisam aprimorar a prática de estudos mais densos e estruturados que, no Brasil, e quiçá na América Latina, continuam sob a tutela das universidades e, sobretudo das universidades públicas com gestão participativa e de caráter social. Nesse sentido, talvez, a maior contribuição que as comunidades epistêmicas latino-americanas podem fazer na atualidade seja intensificar a cooperação entre as universidades e os *think tanks* tendo em vista aprimorar a retomada de uma agenda da integração mais assertiva na região. Por outro lado, Caballero (2009) argumenta que o auge (“Maré Rosa”) do interesse pelo processo de integração regional nas universidades e nos *think tanks* fomentou o aumento das comunidades epistêmicas que tratam da integração sul-americana, tanto em termos quantitativo como qualitativo. Ou seja, não somente proliferam grupos de investigação sobre os processos de integração regional, como também tem cada vez mais relevância social e, portanto, maior capacidade de incidência sobre os tomadores de decisões. Por fim, por serem alicerçadas na ideia do conhecimento como matéria prima indispensável por influenciar e condicionar o poder, as comunidades epistêmicas cumprem um importante papel no âmbito da integração regional sul-americana que é nos fazer refletir sobre a relevância da circulação do conhecimento, assim como nos faz repensar novas formas de incorporar as ideias nas explicações teóricas e práticas do regionalismo.

3.6. Questões metodológicas da pesquisa de campo

A presente pesquisa foi organizada a partir de procedimentos metodológicos plurais, tendo sido guiada por uma abordagem qualitativa e multidisciplinar, promovendo o debate na área de relações internacionais, sociologia, história e geopolítica, de modo a permitir a compreensão deste amplo e complexo campo de produção e difusão de conhecimento sobre o regionalismo latino-americano. Além disso, a investigação buscou refletir sob que perspectivas se produz conhecimento e sobretudo refletir se o conhecimento integracionista é latino-americanista e para que finalidade ele é produzido; assim como compreender se o conhecimento pode ser emancipador ou opressor e como se constroem suas interações de poder ou até mesmo desvendar suas relações de cooperação e influência nas diferentes regiões do continente.

Com relação ao marco analítico, há que se destacar que praticamente não havia pesquisas fazendo uso do conceito de comunidades epistêmicas no campo da integração regional. Dessa forma, em função da escassez de estudos na literatura especializada e da falta de dados primários e secundários sobre o tema, foi realizada uma pesquisa de campo exploratória com base em entrevistas semi-estruturadas, tendo como foco a interpretação dos entrevistados sobre a trajetória de instituições nacionais e regionais e das ideias e políticas geradas e difundidas em diferentes espaços da governança regional, a saber: 1) Quais atores (especialistas, acadêmicos, instituições, redes, *think tanks* e comunidades epistêmicas), países (grandes e pequenos) merecem destaque na produção e difusão de conhecimento (ideias) sobre a integração regional? Como os atores compreendem os processos de integração e quais as ideias predominantes? 2) É possível afirmar que existem comunidades epistêmicas – formal ou informalmente – constituídas para produzir e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre a integração regional? Quais as comunidades epistêmicas mais relevantes? Quais as principais estratégias para influenciar a formulação de políticas e os tomadores de decisão? 3) Quais as consequências e os efeitos da existência ao longo do tempo, e na contemporaneidade de uma pluralidade de perspectivas teóricas/analíticas de potenciais comunidades epistêmicas que constituíram um corpo de produção de

conhecimento sobre o regionalismo latino-americano?

No mais, cabe reforçar que as entrevistas foram realizadas em meio à pandemia de covid-19 por meio de videoconferência em plataforma digital, tendo como base um questionário semi-estruturado com treze questões abertas (questionário anexo), que abordaram a percepção dos entrevistados sobre os sentidos da integração regional, o histórico do regionalismo, o cenário atual e o futuro da agenda da integração tendo em vista a pluralidade de ideias, vínculos institucionais e parcerias com universidades, grupos de pesquisa (ICAL Unila / Prolam/USP, Mestrados de integração latino-americana da UNLP e UNTREF, UNLA), redes (Repri/ODR, FoMerco), *think tanks* (Gridale, CRIES, ISAPE, IPEA) entre outros arranjos institucionais e grupos informais. De modo geral, inclusive, houve a prevalência de especialistas⁶³ com vínculos e relações com universidades públicas latino-americanas e instituições de caráter regional (CEPAL, FLACSO, CLACSO, BID-INTAL, SELA, CEFIR etc), sem deixar de constar experiências regionais de perfil político e social (FSM, Foro de São Paulo, PT, Grupo de Puebla, CUT, CTA) entre outras.

Adicionalmente, buscou-se compreender se na percepção dos entrevistados existem comunidades epistêmicas que aglutinem intelectuais, acadêmicos, atores sociais e políticos, instituições, redes nacionais e regionais e se ocorre a produção e difusão de conhecimentos teóricos e práticos sobre a integração regional com capacidade de influenciar os processos de formulação política e os tomadores de decisão na região. Assim, buscou-se demonstrar quais sujeitos, ideias e instituições merecem destaque na produção de conhecimento sobre a integração regional, e a forma pela qual essas ideias são selecionadas e difundidas, inclusive na esfera regional; se e como impactam os processos regionais por meio de tratados, declarações, leis, projetos de cooperação, políticas entre outros instrumentos formais e informais.

Ademais, apesar do uso do questionário semi-estruturado como guia para as entrevistas, cabe ressaltar que muitos outros temas foram surgindo durante os diálogos tendo em vista a trajetória plural e os diferentes enfoques na atuação de

⁶³ Ainda que haja no hall dos entrevistados jovens promissores da nova geração de especialistas em estudos latino-americanos e da integração regional em carreiras provisórias (sem vinculação institucional permanente ou até mesmo precarizado), houve maior adesão de entrevistados já consolidados e bem estruturados em carreiras acadêmicas, sindical, técnica ou diplomática.

cada entrevistado. No que se refere à seleção dos entrevistados, entre novembro de 2020 e agosto de 2021, foram contactados por e-mail 59 atores (as) latino-americanos de perfil acadêmico, político, sindical, diplomático e técnico, sendo realizado ao final 32 entrevistas⁶⁴ semi-estruturadas com pessoas de 8 nacionalidades (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Venezuela e Itália), entre as quais 15 participantes brasileiros, contando com 10 mulheres entrevistadas. Cabe esclarecer que dois entrevistados argentinos estavam lotados em universidades de Portugal e Reino Unido. No fim, o processo de coleta de dados gerou aproximadamente 50 horas⁶⁵ de áudio tendo totalizado aproximadamente 400 páginas de transcrição⁶⁶ em formato de texto⁶⁷. Na tabela abaixo é possível identificar quem e quando houve resposta e contato:

Tabela 1 – Lista de pessoas contactadas para as entrevistas

nº	Nome	Entrevista	Data
1	Nildo Ouriques (UFSC)	Em contato	–
2	Lucas Kerr Oliveira (UNILA)	Realizada	06 e 07/01/21
3	Nilson Souza (UFMS / UNILA)	Em contato	–
4	André Luis André (UFS / UNILA)	Realizada	02/02/21
5	Vivian Urquidí (Prolam – USP)	Em contato	–

64 Gostaria de enaltecer a disponibilidade e contribuição de todos os participantes para a presente pesquisa, entre os quais menciono em ordem cronológica de acordo com a realização das entrevistas: Lucas Kerr Oliveira, André Luis André, Ernesto Vivares, Andrés Malamud, Miriam Saraiva, Daniele Benzi, Valter Pomar, Edgar Javier Vieira Posada, Pia Riggiozzi, Tullo Vigevani, Karina Pasquariello Mariano, Pedro Silva Barros, Maria Silvia Portela de Castro, Tereza Spyer, Karine de Souza Silva, Nahuel Oddone, Haroldo Ramanzini Júnior, Julián Kan, Marcelo de Almeida Medeiros, Amanda Barrenengoa, Michel Levi Coral, Mariana Aparicio, Andrés Larisgoitia, José Briceño-Ruiz, Eduardo Devés-Valdés, Jaime Estay, Ingrid Sarti, Marcus Maurer de Salles, Roberto Goulart Menezes, Andrés Serbin, Celso Amorim e Marina Vitelli.

65 É importante reforçar que todos os entrevistados foram devidamente esclarecidos sobre o tema desenvolvido pelo projeto de pesquisa, tendo recebido o questionário por e-mail antes do agendamento da entrevista. Além disso, cabe ressaltar que todos os entrevistados autorizaram (consentimento livre e esclarecido) a realização de gravação audiovisual das conversas para uso na presente pesquisa e em futuras publicações. A única exceção, contudo, foi a entrevista com Andrés Serbin, que ocorreu normalmente mas sem autorização para gravar o áudio. Ademais, com relação a entrevista realizada com Valter Pomar, registra-se que o mesmo preferiu enviar as respostas por escrito.

66 Apesar do uso parcial de software para facilitar a transcrição das entrevistas para o formato de texto, grande parte do trabalho foi feito de forma manual por mim e minha esposa, sendo que ela ajudou com 13 entrevistas em português, restando-me transcrever 17 entrevistas em espanhol e português, além da tarefa de revisar e formatar todas as entrevistas transcritas ao final. Dessa forma, é possível garantir, apesar dos ajustes inevitáveis nos diálogos transcritos, a autenticidade e qualidade do material sistematizado, sendo que o trabalho de transcrição se arrastou por aproximadamente 5 meses.

67 As entrevistas foram gravadas por videoconferência (*zoom*, *skype* e *google meeting*) - com exceção da entrevista com Andrés Serbin - e posteriormente transcritas para o formato de texto - português e espanhol. Portanto, é importante esclarecer que toda e qualquer menção ao Andrés Serbin ao longo do trabalho foi feita indiretamente no texto de acordo com a interpretação/análise do entrevistador.

6	Flávia Lessa de Barros (UNB)	Sem resposta	–
7	Ernesto Vivares (Flacso–Equador)	Realizada	03/03/21
8	Gisele Ricobom (UFRJ)	Em contato	–
9	Andrés Malamud (Universidade de Lisboa)	Realizada	07/03/21
10	Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra)	Em contato	–
11	Amado Luiz Cervo (UNB)	Aposentado	–
12	Miriam Saraiva (UERJ)	Realizada	18/03/21
13	Daniele Benzi (UFBA / Equador)	Realizada	19/03/21
14	Edgardo Lander (Universidade Central da Venezuela)	Sem resposta	–
15	José Antonio Sanahuja (Universidade Complutense de Madrid)	Sem resposta	–
16	Gerónimo de Sierra Neves (UDELAR)	Sem resposta	–
17	Valter Pomar* (UFABC / PT / Foro de SP)	Realizada	22/03/21
18	Lilia Tavoraro (UNB)	Sem resposta	–
19	Arturo Escobar (Universidade Carolina do Norte)	Em contato	–
20	Nelson Maldonado-Torres	Sem resposta	–
21	Edgar Vieira Posada (Universidad Cooperativa de Colombia)	Realizada	26/03/21
22	Carlos Eduardo Martins (UFRJ)	Em contato	–
23	Catherine Walsh (UASB)	Sem resposta	–
24	Pia Riggirozzi (University of Southampton)	Realizada	29/03/21
25	Diana Tussie (Flacso-Argentina)	Sem resposta	–
26	Luciana Ballestrin (UFPel)	Sem resposta	–
27	Tullo Vigevani (UNESP)	Realizada	05/04/21
28	Melisa Deciancio (Flacso-Argentina / UBA / UDELAR)	Sem resposta	–
29	Karina L. Pasquariello Mariano (UNESP)	Realizada	08/04/21
30	Samuel Pinheiro Guimarães (Itamaraty)	Em contato	–
31	José Renato Vieira Martins (UNILA)	Sem resposta	-
32	Pedro Silva Barros (IPEA)	Realizada	12/04/21
33	Jaime Antonio Preciado (Universidade de Guadalajara)	Sem resposta	-
34	Maria Silvia Portela de Castro (CUT)	Realizada	15/04/21
35	Tereza Spyer (UNILA)	Realizada	16/04/21
36	Fernando Gambara (PIT CNT – Uruguai)	Sem resposta	–

37	Karine de Souza Silva (UFSC)	Realizada	20/04/21
38	Nahuel Oddone (ISM / UNTREF)	Realizada	21/04/21
39	Daniela Perrotta (UBA)	Em contato	–
40	Haroldo Ramanzini Júnior (UFU)	Realizada	26/04/21
41	Julián Kan (CLACSO / UBA)	Realizada	27/04/21
42	Marcelo de Almeida Medeiros (UFPE)	Realizada	28/04/21
43	Arlene Beth Tickner (Universidad del Rosario)	Em contato	–
44	Amanda Barrenengoa (CONICET–UNLP)	Realizada	30/04/21
45	Michel Levi Coral (UASB)	Realizada	06/05/21
46	Mariana Aparicio (UNAM)	Realizada	07/05/21
47	André Kaysel (UNICAMP)	Em contato	–
48	Andrés Larisgoitia (CTA – Argentina)	Realizada	14/05/21
49	Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara)	Em contato	–
50	José Ramón Briceño-Ruiz (UNAM / Gridale / Repri)	Realizada	26/05/21
51	Marcos Costa Lima (UFPE)	Em contato	–
52	Eduardo Devés-Valdés (USACH – Chile)	Realizada	10/06/21
53	Jaime Estay (Universidade de Puebla)	Realizada	18/06/21
54	Ingrid Sarti (UFRJ)	Realizada	05/07/21
55	Marcus Maurer de Salles (UNIFESP)	Realizada	06/07/21
56	Roberto Goulart Menezes (UnB)	Realizada	08/07/21
57	Andrés Serbin** (CRIES / Universidade Central da Venezuela)	Realizada	19/07/21
58	Celso Amorim (Itamaraty)	Realizada	16/08/21
59	Marina Vitelli (EPPEN–UNIFESP/San Tiago Dantas–UNESP)	Realizada	19/08/21

Fonte: Do autor.

Dessa forma, considerando a escassez de estudos sobre potenciais comunidades epistêmicas da integração, este trabalho fez uso de uma pesquisa de campo ampla e plural para analisar a percepção dos especialistas e instituições envolvidas nos processos de produção de conhecimentos sobre a integração regional latino-americana. Na figura 1 abaixo é possível ilustrar a cronologia das entrevistas e sua distribuição geográfica dentro e fora do continente.

Figura 1 - Mapa das entrevistas realizadas



Fonte: Do autor.

De maneira geral, cumpre declarar que a condução das entrevistas transcorreu de forma amistosa, ocorrendo uma interlocução profunda e enriquecedora, haja vista que a construção dos diálogos que culminaria na transcrição final de cada entrevista ocorreu de maneira colaborativa entre o pesquisador e os entrevistados, o que atestou, em vários aspectos, que ambos contribuíram para a sistematização desse conhecimento. Em suma, segundo Cellard (2008), coube ao pesquisador (entrevistador), a perspicácia em obter a colaboração e a confiança do entrevistado para que ele se envolvesse adequadamente e assim evitasse os vieses da encenação da entrevista, da relação entre entrevistador e entrevistado bem como ao contexto da pesquisa.

Convém também esclarecer que em função da amplitude e complexidade das entrevistas, do período tumultuado e de incertezas que envolvia o contexto de pandemia, diferenças linguísticas e de fuso horário, imprevistos de agenda ou redução do tempo das conversas, problemas eventuais durante as videoconferências como falhas no áudio, ruídos, instabilidade e queda da internet,

interrupções passageiras e involuntárias durante algumas videochamadas entre outras questões pontuais, demandaram ajustes na transcrição e na organização das perguntas e respostas por parte do pesquisador.

Por outro lado, no que se refere às perguntas realizadas pelo entrevistador, cabe esclarecer que em alguns momentos essas questões (ou comentários) foram resumidas ou adaptadas para a área específica de atuação ou pesquisa do entrevistado não sendo possível realizar (sempre) as mesmas ou todas as perguntas previstas, e tampouco na mesma ordem correspondente ao questionário guia. Não era incomum que ao final da entrevista os respondentes lembrassem de algo passado ou retornassem às perguntas realizadas no começo da videochamada. A propósito, independente da realização ou não da entrevista, cabe ressaltar que houve uma troca frutífera de mensagens com parte das pessoas contactadas, com convites, coorientações, informações, publicações e sugestões de contatos para novas entrevistas. Enfim, aquele início tímido e vagaroso da pesquisa de campo, com o formulário recém-concluído, em que prevaleciam mais dúvidas do que certezas, foram aos poucos dando lugar a um convívio profícuo repleto de reflexões inesperadas e surpreendentes, processo contínuo e meticuloso, que inclusive reclama seu próprio tempo de maturação e compreensão – havendo resultados parciais que demandam maior tempo para reflexão e sistematização –, mas que busco mesmo assim compartilhar ao longo do texto, algumas descobertas e aprendizados, que não esperava alcançar no início da investigação.

Com relação à opção por transcrever os diálogos na língua de origem do entrevistado, muito por influência do ambiente bilíngue da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), ressalta-se que foram realizadas transcrições com diferentes sotaques e expressões idiomáticas tanto em espanhol (da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Venezuela e Itália) como em português (do Brasil e de Portugal), que me fez despertar para a importância das intersecções linguísticas e culturais que tais diálogos fazem aflorar.

No que diz respeito à transcrição propriamente dita, e como formulador do questionário e realizador das entrevistas, esclareço que busquei ser ético e fiel ao depoimento coletado, garantindo aos entrevistados liberdade de se expressar abertamente e sem qualquer tipo de constrangimento ou censura a despeito da

veracidade, orientação teórica ou posição institucional e política do interlocutor tentando, sempre que possível, interferir o mínimo possível na condução das entrevistas e na sistematização final do conteúdo. Contudo, em algumas conversas, tendo em vista a dinâmica um pouco mais caótica e para garantir o mínimo de fluidez e coerência – o que não quer dizer que o conteúdo não seja relevante –, julguei necessário agregar as perguntas e respostas de acordo com o roteiro previamente planejado.

Ademais, antes de começar a utilizar o banco de dados coletado na pesquisa de campo, foi necessário categorizar previamente os principais temas de cada entrevista isoladamente (vertical) e depois em comparação aos demais diálogos (horizontal), o que demandou um esforço permanente de releitura e análise do vasto conteúdo colhido, havendo aí uma grande dificuldade inicial para organizar informações que pareciam ser demasiadamente heterogêneas. Nesse sentido, para organizar preliminarmente o conteúdo coletado, eu passei a sistematizar e a extrair as seguintes questões do conjunto das entrevistas: o que cada entrevistado pensa da integração e cooperação regional, da autonomia e desenvolvimento; o que pensam sobre as comunidades epistêmicas, grupos de especialistas e instituições responsáveis por produzir e difundir conhecimento sobre a integração regional; o que falam sobre as estratégias para a influenciar a formulação de políticas e os tomadores de decisão na América Latina.

Além disso, é importante esclarecer que algumas entrevistas tinham maior foco no histórico do regionalismo enquanto outras no papel de liderança desempenhado pelos países hegemônicos, sendo que no primeiro caso prevaleciam menções aos processos de independência e união hispano-americana do século XIX, faltando, por seu turno, a mesma referência ao caso brasileiro. Em outros exemplos, o conteúdo principal versava sobre o debate teórico e conceitual da integração regional, regionalismos, métodos comparados entre outros. Em geral, a grande maioria das entrevistas não tinha acúmulo suficiente sobre o conceito de comunidade epistêmica, sendo necessário buscar novos contatos e fontes para aprofundar a investigação.

No mais, para auxiliar a sistematização das entrevistas, busquei analisar o conteúdo com o auxílio de dois softwares diferentes, mas que pela restrição de

tempo acabou se tornando inviável. Por exemplo, na primeira tentativa, adquirir a licença do software *Atlas.ti*, estudei seu funcionamento, criei tipologias, mas ao concluir a análise preliminar percebi que seria necessário refinar o corpus textual e que não haveria tempo hábil para analisar um conteúdo tão vasto e heterogêneo, sendo necessário, inclusive, reduzir as categorias de busca, a saber: 1) a categoria de “integração regional” que deve incluir termos similares como regionalismo, integração, união, regionalização, regionalidade, região etc; 2) a categoria de “comunidades epistêmicas” formais e informais que deve incluir termos similares como redes, *think tanks*, grupos de especialistas, intelectuais, acadêmicos, institutos, tecnocracias, diáspora de intelectuais dentro e fora da América Latina etc. Isso tudo por conta da necessidade de ir mais fundo na análise qualitativa, seja na perspectiva individual de cada entrevistado, seja no cruzamento das perspectivas organizacionais identificadas junto a muitas instituições envolvidas no desenvolvimento da integração regional. Em seguida, com a ajuda do professor Marcelino Teixeira Lisboa (UNILA), passei a utilizar o software livre, *KH Coder*, aprofundando as análises preliminares, qualitativa, vertical e horizontal, gerando gráficos e estabelecendo outras relações. Mas como dito anteriormente, seria necessário investir mais tempo na análise e no refinamento do corpus textual, sendo necessário prosseguir com a investigação e realização de agendas futuras.

Por sua vez, com base nos dados coletados ao longo da pesquisa, a figura 2 a seguir sintetiza o mapeamento de algumas das principais instituições de caráter regional, órgãos governamentais e não governamentais, redes, *think tanks* e universidades responsáveis por apoiar, formular e difundir conhecimentos sobre o regionalismo latino-americano, frequentemente concentradas nos países de maior porte bem como na região do prata.

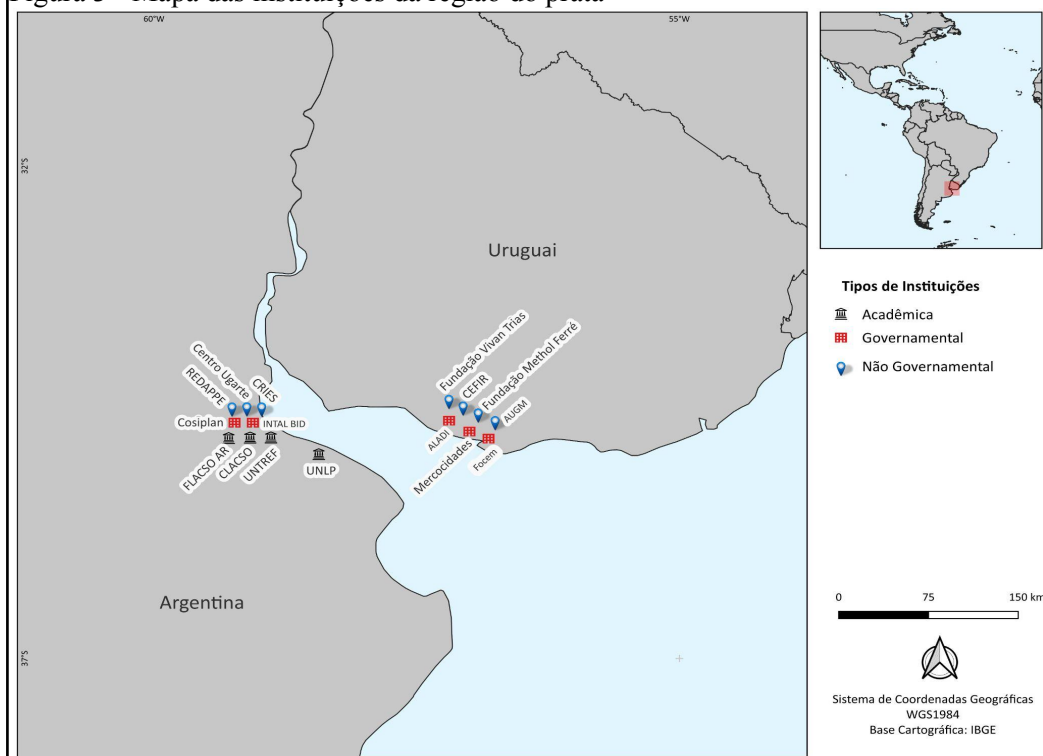
Figura 2 - Mapa das iniciativas regionais para a integração



Fonte: Do autor.

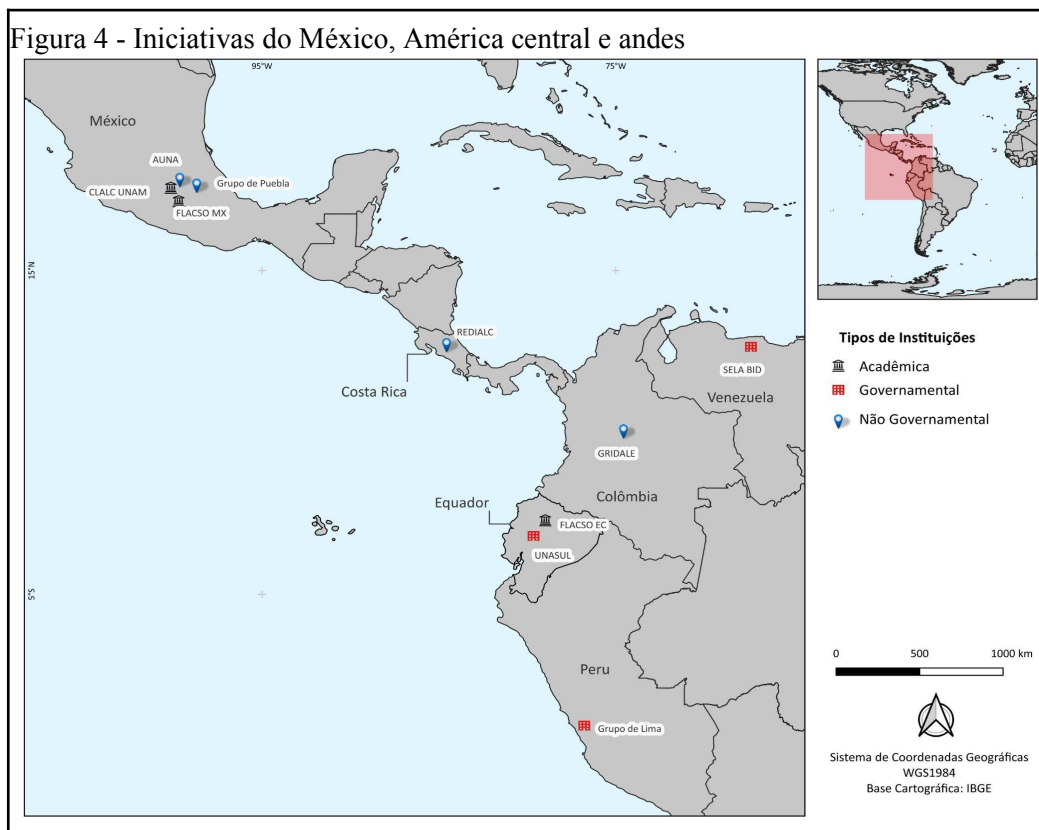
Com exceção das instituições universitárias latino-americanas, onde destaco o caso da Argentina e do Uruguai na Figura 3, as demais iniciativas responsáveis por produzir e difundir conhecimento sobre e para a integração regional estão concentradas, via de regra, nas maiores cidades e capitais dos países da região. Acrescenta-se também que essas iniciativas regionais concentram-se nos principais países do Mercosul, havendo maior destaque e projeção para os arranjos institucionais localizados entre Argentina, Uruguai e Brasil.

Figura 3 - Mapa das instituições da região do prata



Fonte: Do Autor

Dessa forma, ao analisar a distribuição geográfica das instituições acadêmicas, governamentais e não governamentais latino-americanas, como ilustrado na figura 4, é muito comum que essas iniciativas, uma vez mais, estejam concentradas nas capitais ou maiores cidades dos países havendo, inclusive, uma tendência de criar instituições a cada novo ciclo político da região. Além disso, é relevante reforçar a necessidade de superar a visão “estadocêntrica” e ir além da geopolítica estatal, buscando dar voz às comunidades epistêmicas com potencial de perpassar os movimentos sociais, intelectuais e instituições universitárias, entre outros sujeitos marginalizados, tendo em vista que o regionalismo não é construído apenas a partir da ação dos estados, devendo incluir a diversidade de atores sociais e a pluralidade dos povos do continente (CAIRO; BRINGEL; RÍOS, 2019).



Fonte: Do autor.

Por fim, no próximo capítulo, buscar-se-á ilustrar um breve panorama das iniciativas regionais responsáveis por contribuir com a governança latino-americana, mapeamento esse que foi além das potenciais, viáveis e prováveis comunidades epistêmicas envolvidas na produção e irradiação de ideais integracionistas na (sub)região, abrindo espaço para atores, grupos e instituições que tiveram um papel relevante na articulação, reflexão, formulação e implementação de uma agenda da integração regional desde meados do século XX até os dias atuais.

Sempre parece impossível até que esteja feito.

Nelson Mandela

4. Comunidades epistêmicas da integração: novas perspectivas para a produção de pensamento sobre o regionalismo latino-americano

Neste capítulo será analisada a trajetória das principais instituições e atores regionais responsáveis por produzir e difundir conhecimentos e saberes sobre os processos de integração regional na América Latina no transcorrer do século XX para o século XXI. É importante ressaltar que a diversificação do mapeamento das iniciativas regionais, em vários aspectos, permitiu ampliar a compreensão do conceito de comunidades epistêmicas no campo da integração regional.

Inclusive, ao considerar os arranjos institucionais da contemporaneidade, busca-se analisar a atuação de algumas instituições que se destacaram entre os atores regionais da região (CEPAL, FLACSO, CLACSO, CRIES, FoMerco, ISAPE, ODR, GRIDALE, UNILA e demais Universidades tradicionais, novas e de fronteiras, Programas de Pós-Graduação, Grupos e Fóruns com enfoque regional), responsáveis por produzir e difundir pensamento, bem como indicar tendências e capacidades de influenciar as políticas exteriores e tomadores de decisão nos países e blocos regionais tendo em vista identificar, na prática, comunidades epistêmicas latino-americanas potenciais, viáveis e prováveis para orientar, apoiar e articular a integração regional.

Dessa forma, ao analisar a tabela 2 a seguir com a cronologia das iniciativas do continente americano, é fácil perceber a pluralidade de articulações, eventos e instituições que impactaram os processos de integração latino-americana e caribenha, restando evidente a proliferação de inúmeras experiências na virada do século passado, com destaque para a primeira década dos anos 2000.

Tabela 2 – Cronologia das iniciativas Pan-Americanas

Data	Iniciativa	Data	Iniciativa	Data	Iniciativa
1948	CEPAL	1989	Prolam/USP	2005	Mar del plata
1948	OEA	1989	CAN	2007	ISM
1950	ALAS	1991	MERCOSUL	2008	UNASUL
1957	FLACSO	1991	AUGM	2010	UNILA
1960	ALALC	1991	SICA	2010	ISAPE
1960	MCCA	1993	CEFIR	2008	COSIPLAN
1967	CLACSO	1994	NAFTA	2011	CELAC
1968	INTAL - BID	1994	ALCA	2014	PPG - ICAL
1969	Pacto Andino	1999	P. Colômbia	2012	Alia. Pacífico
1975	SELA	2000	FoMerco	2016	GRIDALE
1975	Oper. Condor	2000	IIRSA	2016	ODR/REPRI
1980	ALADI	2001	FSM	2017	Grupo Lima
1982	CRIES	2004	CASA	2019	Grupo Puebla
1985	PPG – UNLP	2004	ALBA	2019	PROSUL

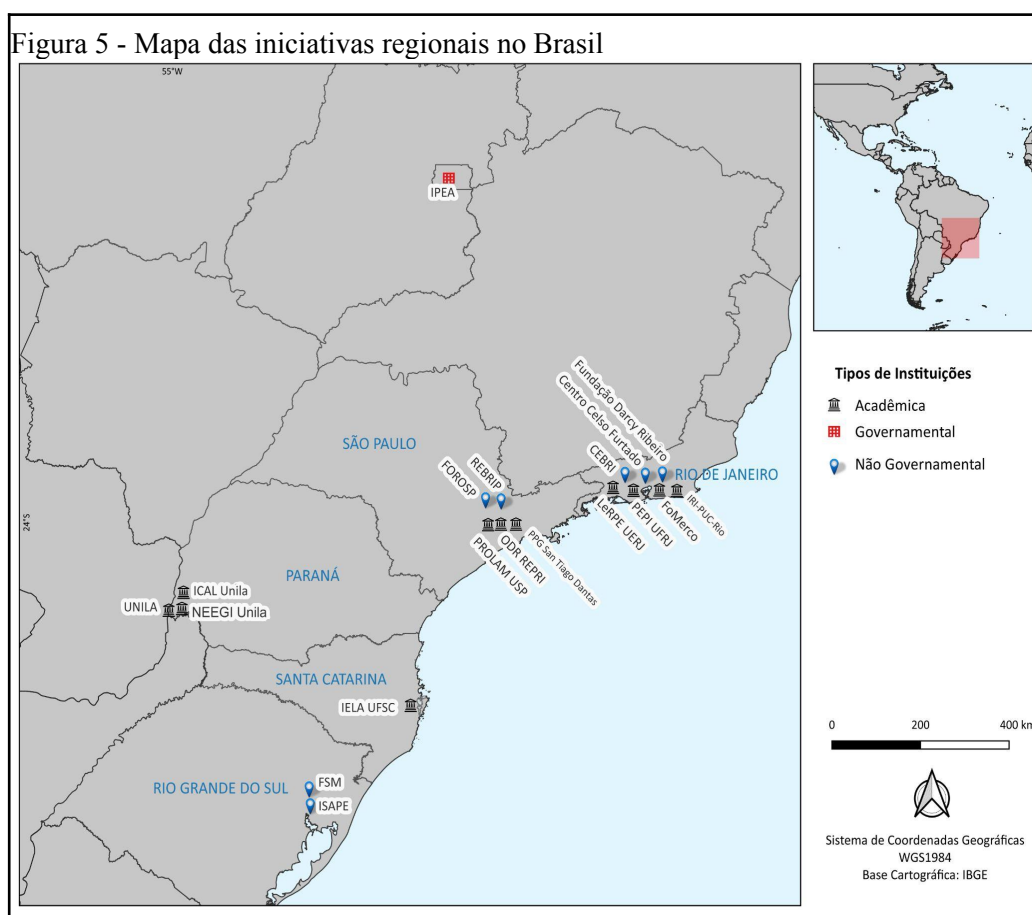
Fonte: Do autor.

Assim, desde os anos 1990 ocorreu uma consistente diversificação e dispersão de grupos responsáveis por produzir e difundir pensamentos na região, sobretudo a partir da ascensão da “maré rosa” no início dos anos 2000, que nos leva a concluir que em alguns momentos os processos de produção e circulação de pensamentos podem se fragmentar e ter menor visibilidade. Para ser mais específico, ao considerar o contexto brasileiro, é salutar mencionar a proliferação de iniciativas institucionais mapeadas no Brasil a partir de 2004, sendo que

de 1985 a 2003 foram 21,8% e de 2004 até o presente foram 78,2%, identificando-se um ápice nos anos de 2011 e 2012, de modo que é factível apontar, tentativamente, algumas relações entre os processos de integração regional (e a criação de diversas iniciativas inter-estatais voltadas para a integração na região) e a proliferação de iniciativas institucionais de produção e difusão de conhecimento e informação sobre a América Latina no Brasil. Foi somente a partir do início dos anos 2000 (quando se alcançou uma maior

diferenciação nas proposições das iniciativas inter-estatais de integração regional, com a emergência de projetos alternativos), que se expandiram os centros, núcleos, grupos de estudo, entre outros tipos de iniciativas com foco na região (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.21).

Além disso, em 2019, Barros e Tavolaro publicaram a segunda etapa do mapeamento institucional, isto é, as autoras avançaram para um mapa de 170 iniciativas institucionais no Brasil – com foco na esfera pública e entre a sociedade civil –, sendo que a maior parte delas foram criadas na esteira da interiorização do sistema universitário com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 – situação que reforça a expansão dos centros de produção e difusão de conhecimento sobre a integração regional na primeira década dos anos 2000. Ilustramos na figura 5 abaixo algumas das iniciativas regionais brasileiras identificadas nesse processo.



Fonte: Do Autor

Nesse sentido, “os dados preliminares mostram que algumas iniciativas são maiores e/ou mais consolidadas institucionalmente, outras têm em si baixa institucionalidade, a despeito de sua extensão, e outras ainda operam no limite da informalidade, em termos jurídico-institucionais” (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.22). Por fim, as autoras concluem que

há uma notável coincidência entre a profusão de iniciativas com enfoque na América Latina a partir dos anos 2000, quando também o Brasil passa a ter uma participação mais ativa em processos de integração regional, pautada por uma política exterior mais empenhada em se articular com os países vizinhos (...). Este aspecto parece reiterar a relação histórica entre o conhecimento produzido sobre e desde a América Latina, os processos políticos na região e os projetos de integração decorrentes (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.27).

Assim, registra-se uma vez mais que o início do século XXI propiciou novas experiências institucionais que permitiriam ampliar os estudos e investigações que viriam subsidiar um novo ciclo nas relações internacionais da região. Isto é, a guinada na conjuntura latino-americana permitiu a ascensão de novos arranjos institucionais, cujas as ideias políticas visavam impactar o processo de tomada de decisão tendo em vista superar gargalos estruturais que atravessaram a história do continente. Contudo, apesar da heterogeneidade, complexidade e níveis variados de institucionalidade, a distribuição geográfica dessas instituições vocacionadas para produzir e difundir conhecimento sobre a integração latino-americana, excetuando-se em alguma medida as experiências universitárias, foram concentradas nas grandes cidades e capitais latino-americanas, sendo que no Brasil essa concentração ocorreu mais especificamente na região centro-sul.

No mais, a discussão que será desenvolvida ao longo do presente capítulo sobre o perfil das instituições está dividido em três categorias interligadas e interdependentes (instituições de perfil acadêmico, governamental e não governamental), tendo em vista o escopo da atividade ou pensamento, a configuração institucional e a finalidade da produção e difusão de conhecimento sobre a integração regional no contexto latino-americano, ou seja: a) instituições de perfil acadêmico e científico que, em sua maioria são universidades que

cumprem uma função social e buscam promover a reflexão, possuindo melhor distribuição geográfica e abrangência em múltiplas áreas do saber, quer dizer, são responsáveis por mobilizar conhecimentos no campo das ciências sociais e das humanidades, além de mobilizar os campos específicos da economia, política, direito, história diplomática, geopolítica, entre outros; b) instituições de perfil não-governamental que buscam conectar ideias integracionistas às práticas políticas cotidianas, seja pela via da sistematização de dados, seja pela formulação de indicadores que possam subsidiar a implementação de políticas exteriores e processos de regionalização, a realização de projetos de integração e a disseminação de pautas de interesse público, sendo que tais iniciativas da sociedade civil costumam ser sem fins lucrativos e com atuação concentrada nos campos econômico, político, científico e sociocultural, entre outros; c) instituições de perfil governamental responsáveis por formular políticas que serão aplicadas na governança regional, gerenciando agendas e administrando processos de tomada de decisão com grande impacto nos projetos de integração e cooperação regional.

4.1. Comunidades epistêmicas Latino-Americanas sobre a integração?

Ao considerar a evolução das novas tecnologias de informação e comunicação, a permanência da condição de dependência latino-americana e a acentuação das desigualdades e assimetrias intra/inter-regionais em decorrência da globalização, percebe-se uma tendência à complexificação e expansão das incertezas que envolve os atores responsáveis por tomar decisões políticas. Esse cenário de imprevisibilidade, inclusive contribui “para a difusão do poder, informação e valores entre Estados, criando-se assim um ambiente hospitaleiro para as comunidades epistêmicas” (ADLER e HAAS, 1992, p.166).

Considerando que em sua origem o conceito de comunidades epistêmicas foi utilizado de forma restrita pelos estudos internacionais que se propuseram avaliar o papel desempenhado por grupos de especialistas engajados simultaneamente na coordenação de políticas doméstica e internacional (SOARES e VITELLI, 2016, p.102-104), este trabalho questiona a utilidade do conceito para

analisar os processos de integração regional na América Latina.

Este trabalho também reflete sobre como e quem garante legitimidade ao pensamento social latino-americano responsável por subsidiar o processo de produção de conhecimento sobre a integração regional. Além da institucionalização e do reconhecimento pelos pares, seja pelo poder político, seja pelo poder letrado, de alguma maneira, essas comunidades epistêmicas potenciais, viáveis e prováveis precisam reforçar o seu compromisso ético e político com a pluralidade de ideias, a diversidade de atores e interesses que compõem os movimentos da sociedade civil nacional e latino-americana. Portanto, para que haja avanços sociais, políticos e econômicos no continente essa preocupação com a participação social é importante para romper a bolha acadêmica e as amarras do poder constituído que por vezes isolam ou desqualificam certas agendas, uma vez que elas podem associar equivocadamente o rigor científico a uma visão elitista flagrantemente apartada dos problemas reais da sociedade. Em outros termos, é indispensável superar a visão “estadocêntrica” e ir além da geopolítica estatal, buscando dar voz simultaneamente aos movimentos sociais, intelectuais e instituições universitárias, entre outros sujeitos marginalizados, tendo em vista que o regionalismo não é construído apenas a partir da ação dos estados, devendo incluir a diversidade de atores sociais e a pluralidade dos povos do continente (CAIRO; BRINGEL; RÍOS, 2019).

De acordo com esse contexto específico, Haas e Adler reforçam a necessidade de investigar “comunidades epistêmicas que estão emergindo nos países em vias de desenvolvimento e nas sociedades não ocidentais” (1992, p.167). Essa afirmação, inclusive, vai ao encontro da presente pesquisa tendo em vista que ela se propõe investigar os processos de integração regional tendo como base o marco conceitual das comunidades epistêmicas na América Latina. Assim, apesar dos desafios empíricos e teóricos envolvidos, o marco analítico busca refletir sobre a existência de comunidades epistêmicas da integração na região, bem como analisar as ideias e políticas que são discutidas e recomendadas aos estados e organizações regionais.

Dessa forma, cabe ressaltar que a ideia de comunidade epistêmica que guia este trabalho recepciona processos com os quais haja atores (profissionais,

acadêmicos, especialistas, intelectuais, lideranças sociais e políticos) em “diálogos de saberes” que possam impactar a formulação de políticas e instâncias decisórias doméstica e internacional.

Há que se considerar também que a América Latina possui uma larga tradição no debate do regionalismo e a perpetuação de seus princípios comuns envolve uma ampla produção de “conocimiento histórico y también mucho pensamiento político sobre para qué y para quién sirve el regionalismo”, tendo em vista que “le sirve a los actores, generalmente gobiernos, para obtener logros de alguna manera o que no pueden lograr individualmente⁶⁸”. Isto é, o regionalismo é um instrumento que envolve diferentes níveis de autonomia, interdependência e desenvolvimento entre os países e sub-regiões, o que reforça a clivagem ideológica e o papel de destaque de diversos personagens e instituições na construção de pensamento integracionista nos diferentes períodos da história. Ao pensar sobre as ideias formuladas e difundidas sobre a integração latino-americana, cabe questionar

¿Para qué produce? ¿Qué produce? ¿Quién produce? Y cómo se plasma ese conocimiento en procesos, rutinas, instituciones, modalidades de decisión y agendas. Y ahí hay una desconexión que incluso hace parte del contexto. Entonces, la producción de conocimiento puede estar filtrado por momentos históricos, por cuestiones ideológicas, por quiénes son los actores que están empujando ciertas agendas⁶⁹.

Nesse sentido, os primeiros projetos integracionistas de meados do século XX, sejam eles concebidos por países centrais ou periféricos, davam ênfase à produção do conhecimento e a estruturação do pensamento social dirigido pelas

elites intelectuais, lideranças políticas, religiosos, jornalistas, artistas, diplomatas aristocráticos e estrategistas militares e comerciais. Não obstante, a importância atribuída ao “saber especializado”, materializada pela geração e difusão de conhecimento e informação em maior escala, resultou na ampliação de instituições e atores envolvidos na consolidação dos estudos regionais ou “estudos de área”, sobretudo nos EUA e na Europa. São tomadas como objeto as demais regiões do mundo, especialmente “América Latina”, “Ásia” e “África”, construindo-se poderosas metanarrativas dinamizadoras de disputas na

68 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

69 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

constituição de superestruturas globais de governança, com impactos locais e nacionais imensuráveis (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.9-10).

Além disso, faz-se necessário distinguir os Estudos Latino-Americanos dos de integração regional, uma vez que “son dos cosas distintas. Porque no todas las escuelas, no todo el pensamiento social latinoamericano se dedicó a analizar la integración regional⁷⁰”. E foi em meados do século XX, nos EUA, muito por influência da Revolução Cubana, que surgiu a ideia de criar uma área específica para estudar a América Latina como região, isto é, brotaram inúmeras cátedras de *Latin American Studies* que em muitos aspectos validaram a visão hegemônica e estereotipada da América do Norte sobre os latino-americanos localizados no sul.

Na atualidade, entretanto, acrescenta-se que os especialistas da região, muitas vezes identificados como latino-americanistas, costumam realizar estudos interdisciplinares no campo das ciências sociais e das humanidades promovendo estudos comparados ou se especializando em um ou mais países da região. Mas “o que está faltando é justamente uma abordagem mais sistêmica, mais aberta, inclusive em termos disciplinares. Usando a expressão do Wallerstein, tem que des-disciplinar a integração latino-americana. (...) Ou seja, é preciso romper as abordagens disciplinares⁷¹”, sendo indispensável “trabalhar de forma convergente todas as dimensões da integração e do regionalismo, uma vez que a separação disciplinar do conhecimento corresponde à divisão do poder acadêmico” (idem). Por outro lado, ocorre que os latino-americanistas não necessariamente pesquisam ou atuam em prol da integração, mas alguns deles transitam de forma transversal pelo tema e até podem defender a agenda integracionista. Isto é,

tem o pessoal que é latino-americanista e às vezes estuda a integração, e tem o pessoal que estuda prioritariamente a integração. Entre os integracionistas, eu diria que tem uma clivagem contemporânea entre os que defendem a integração latino-americana e os que defendem a integração sul-americana. Eu sou daqueles que acham que sem a integração sul-americana é impossível alcançar a integração latino-americana⁷².

70 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

71 Fonte do autor: Entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

72 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

No caso brasileiro, por exemplo, há uma virada no discurso do Itamaraty na breve gestão de Itamar Franco e, sobretudo a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, o que reforça a tendência do projeto geopolítico sul-americano se sobressair na agenda da integração do continente. Nesse sentido, após o lançamento da Iniciativa para as Américas (1991) que antecedeu a realização da I Cúpula da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 1994,

Jaguaribe como representante del mundo académico y el gobierno de Brasil comenzaron a trabajar para resituar el foco de la integración regional, reemplazando Latinoamérica por Sudamérica. Em 1993, Brasil propuso la conformación del Área de Libre Comercio Sudamericana (ALCSA) como estrategia para enfrentar las negociaciones del ALCA; como una política reactivo-defensiva frente a la incorporación de México al North America Free Trade Agreement (NAFTA) y como una expresión de liderazgo regional en Sudamérica. El ALCSA no tuvo repercusiones positivas en aquel momento seminal, pero, la idea se mantuvo latente y Cardoso la reflató en la Cumbre de Brasilia en septiembre de 2000. Ese fue el primer paso hacia lo que hoy conocemos como la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur). Jaguaribe, parece seguir pensando la integración como círculos concéntricos en la actualidad (SIMONOFF e LORENZINI, 2019, p.100).

Por seu turno, segundo o ex-chanceler Celso Amorim,

no tempo em que eu era ministro do Governo Lula e mesmo no Governo Itamar, eu achava impossível procurar uma integração com a América Central, o Caribe e sobretudo com o México por causa do NAFTA. Mas mesmo assim nós demos um passo decisivo para a criação da CELAC. Foi a primeira Cúpula do Sauípe (2008) que na época a gente chamava de CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento). Foi depois da reunião em Cancún (2010) que evoluiu para a CELAC. Mas eu tinha consciência que aquilo era um Fórum de Cooperação, não era algo para a integração⁷³.

Assim, tão importante quanto compreender se existem comunidades epistêmicas, e como as comunidades epistêmicas influenciam a agenda política e os processos de tomada de decisão, é analisar o impacto dessas comunidades na construção de conhecimentos e saberes perenes e duradouros que nos permite compreender em alguma medida as estratégias de reprodução de valores e ideias nos discursos sociais e na práxis intelectual e política que tendem a influenciar os

⁷³ Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

processos de integração regional na América Latina. Isto é, o maior sucesso e a permanência dessas comunidades de valores e ideias podem ser, em vários aspectos, resultado direto e indireto do cálculo político das elites políticas e econômicas que as viabilizam tendo em vista os efeitos dessas ideias nas práticas políticas e sociais. Ao considerar a agenda do regionalismo, Tullo Vigevani questiona quais seriam de fato os grupos que trabalham especificamente com América Latina e integração latino-americana no Brasil, sendo que

você vai encontrar alguns pesquisadores brasileiros trabalhando na CEPAL, a começar pelo Celso Furtado, mas eu diria que no Brasil, não há uma escola de integração latino-americana. Não sei se você chegou a ler um artigo que nós escrevemos sobre o pensamento brasileiro de integração latino-americana, mas nesse artigo estão listados autores que trabalharam com a integração latino-americana, desde Celso Furtado até Jaguaribe, Gelson Fonseca, Celso Lafer, Samuel Pinheiro Guimarães, enfim, formuladores de política. E qual é a discussão que está nesse artigo? De que há várias razões pelas quais o Brasil não se integrou pesadamente na discussão da integração latino-americana. Em princípio não tem nada a ver com progressismo ou reacionarismo. Porque o Celso Furtado certamente é progressista, mas ele não trabalhou especificamente o tema da integração latino-americana. Celso Furtado atuou na linha do desenvolvimentismo. Depois, o Hélio Jaguaribe trabalhou também na linha do desenvolvimentismo, mas ele vinculou a ideia do desenvolvimento com algumas ideias ligadas a integração latino-americana. Esse é o aspecto importante. De qualquer forma, nenhum desses autores criou uma escola brasileira integracionista. Talvez a primeira experiência seja a UNILA⁷⁴.

Por outro lado, ao considerar alguns dos expoentes da academia brasileira e sua relação com o processo de integração regional sul-americana, Caballero (2009) reitera o papel de destaque da “Escola de Brasília” formada por acadêmicos da qualidade de Amado Luiz Cervo, José Flavio Saraiva, Alcides Costa Vaz e Luiz Alberto Moniz Bandeira, entre outros, sendo que essa comunidade de ideias tem na sua origem a abordagem histórica que, posteriormente, abarcaria a história diplomática no campo das relações internacionais. Além disso, Tereza Spyer acrescenta que Amado Cervo e Flávio Saraiva “receberam muitas consultas e também aparecem nos livros do Mercosul Educacional, nos textos, informes entre outros materiais, e isso ocorre porque esses autores da Escola de Brasília e da Escola de Buenos Aires estão

⁷⁴ Fonte do autor: entrevista realizada com Tullo Vigevani em 05/04/21.

estabelecidos e produzindo há bastante tempo⁷⁵. Isto é,

o 1º curso de Relações Internacionais no Brasil é da UnB, e os docentes da 1ª geração de professores da famosa Escola de Brasília – estou falando do início – o sujeito saía do Ministério da Defesa e ia dar aula na UnB. Ele saía do Itamaraty e ia dar aula na UnB. Eles formaram a atual geração da Escola de Brasília que é crítica. E o curso de relações internacionais é muito conservador. Aqui do Brasil o predomínio é da Ciência Política, tanto que RI não tem uma área própria, permanecendo como a subárea de Ciência Política. Em outros países é subárea do Direito, como na Espanha, sendo que em cada país RI é subárea de alguma coisa. E a atual Escola de Brasília – o Saraiva, o Cervo e o Lessa etc, são super críticos, mas são herdeiros dessa 1ª geração. (...). O campo de RI em Brasília tem essa relação simbiótica e confusa entre o Itamaraty e a Universidade, por exemplo, têm o Celso Amorim, o Celso Lafer e o papel que essas pessoas tiveram no MRE e na Universidade⁷⁶.

Com respeito aos enfoques de corte mais neoliberal, existiu um grupo de fundadores de uma “nova visão brasileira do sistema mundial” a tal ponto que a posição do Brasil coincidiu com a visão de pensadores de perfil conservador da Argentina nos anos 1990. Entre os seus expoentes encontra-se o ex-ministro das relações exteriores durante a presidência de Fernando Collor de Melo e depois com Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer.

Considerando o histórico bem-sucedido de atuação e incidência de agrupamentos melhor estruturado institucional e politicamente, em que pese as condições materiais e históricas em seu favor, existe uma tendência de grupos e comunidades formalizados criarem melhores condições de incidir e gerar maior impacto na produção e difusão de ideias na região. Tanto é assim que Briceño-Ruiz⁷⁷ aponta a existência de “comunidades formales e informales, pero no hay muchas redes articuladas en el tema de la integración en América Latina”. Mas mesmo no tocante à institucionalização dos *Latin American Studies*,

diferentemente do acontecido nos EUA, o empreendimento intelectual na América Latina no período não se traduziu, contudo, em um número significativo de centros de estudos de área ou núcleos de pesquisa e informação especificamente voltados para a região. Segundo Pablo Gentili e Fernanda Saforcada (2010:7), os projetos acadêmicos e políticos de alcance regional em

75 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

76 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

77 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

prol do fortalecimento de uma agenda latino-americanista comum no campo do conhecimento, anti-imperialista e anti-colonialista, foram ferrenhamente prejudicados pelas ditaduras que se sucederam na região entre as décadas de 1960 e 1980 (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.10).

De qualquer sorte, ao considerar os avanços e retrocessos do regionalismo na América Latina, há que se considerar que a perspectiva da integração latino-americana persistiu de tal forma a orientar sucessivas gerações de políticos e intelectuais, sendo que a CEPAL cumpriu um papel central no processo de formulação de políticas que subsidiaram projetos de integração e desenvolvimento regional. Talvez, o pioneirismo da CEPAL, que será analisada a seguir, seja uma possível exceção na região, uma vez que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi a instituição que mais se aproximou de uma perspectiva de mudança multidimensional no campo das ideias ao fomentar novas estratégias de debate da integração regional perpassando temas econômicos, políticos, tecnológicos, científicos e até epistemológicos, haja vista que a comissão buscou, em vários aspectos, romper a estrutura colonial que sustentava as relações de dominação dos países do capitalismo central sobre os países subdesenvolvidos e periféricos (relação centro-periferia).

4.1.1. A CEPAL e o estruturalismo latino-americano

A CEPAL e o pensamento econômico em torno do estruturalismo latino-americano se apresentam como um primeiro caso para ser explorado a partir do conceito de comunidade epistêmica da integração. Esta produção de conhecimento se desenvolveu em meados do século XX, período marcado por contestações revolucionárias no campo teórico e busca sistemática por independência política e econômica em uma ordem internacional em transição. Dessa forma, o pensamento cepalino dos anos 1950 e 1960 buscava formular alternativas para reverter as injustiças econômicas e sociais que reforçavam a relação desigual entre o centro e a periferia. Isto é, esse pensamento crítico e plural começou a dar forma a luta por uma nova independência ao buscar inserir-se desde uma posição de autonomia intelectual e política que pudesse fazer frente a uma ordem global extremamente hierarquizada,

onde se destacaram autores como Osvaldo Sunkel, Helio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, responsáveis entre outras coisas, por formular a teoria da dependência. Esta teoria sustenta, de maneira genérica, que os processos históricos dos países pobres e ricos estão interrelacionados a tal ponto que a riqueza dos países centrais é consequência direta e indireta do subdesenvolvimento dos países periféricos (CABALLERO, 2009, p.17).

Ao considerar as duas principais concepções antagônicas responsáveis por orientar e disputar os processos de integração da América Latina, qual seja a ideia do latino-americanismo (e até de hispano-americanismo do século XIX) em oposição ao pan-americanismo continentalista capitaneado pelos EUA, bem como o seu desdobramento no campo de produção e difusão de conhecimento nos diferentes momentos, contextos e projetos de integração latino-americana no que concerne o aspecto político-institucional,

a União Latino-americana concebida por José Maria Torres Caicedo foi vencida frente a União Americana e à União Pan-americana e, por sua vez, o americanismo ou o pan-americanismo estadunidense foi convertido no inter-americanismo, com a substituição da União Pan-americana pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, mesmo ano da criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no âmbito das Nações Unidas. Munida por um aparato jurídico mais complexo, a OEA representava a “revisão orgânica” do pan-americanismo no marco regional, enquanto a CEPAL significava o reconhecimento do latino-americanismo no marco internacional, contribuindo para que este deixasse de ser um “conceito submerso” e alçasse a institucionalização internacional nas arenas de governança global (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.6-7).

Acrescenta-se que a linhagem de pensamento estruturalista foi responsável por combinar a ideia de integração regional, que buscava reverter as relações desfavoráveis de intercâmbio por meio da criação do Mercado Comum Latino-Americano, alavancando a industrialização através da produção e comércio intraregional com vistas a promover a sua transformação produtiva. Inclusive, segundo Edgar Posada, “la integración ha sido planteada desde el principio por la CEPAL como un instrumento para el desarrollo”. Soma-se a isso, o contexto favorável que a Comissão Econômica encontrou em um continente sem conflitos

religiosos ou guerras como foi no caso europeu que precisou empenhar grandes esforços de reconstrução fazendo uso entre outras estratégias da integração regional no pós-segunda guerra. Mas os países latino-americanos, é verdade, tinham “pocas interrelaciones entre ellos, si no un continente sin conflictos pero totalmente aislado, vinculado únicamente al mundo desarrollado y trabajando completamente de espaldas a nivel latinoamericano. No habia interrelación, el comercio era ridículo, el comercio entre los países era de 6 a 7%⁷⁸”. Ainda segundo o autor (idem),

la integración no es algo que sea concedido en América Latina como una cosa suelta. Tenemos que generar comercio propio con nuestra producción propia. O sea, generemos desarrollo industrial, generemos complementaciones, generemos un intercambio intrarregional para que entre nosotros vayamos rompiendo esa estructura de dependencia nada más que de commodities. Hay que romper esa relación de términos de intercambio, y para eso tenemos que borrar las fronteras y trabajar en un espacio común en toda América Latina⁷⁹.

O binômio autonomia-desenvolvimento, acrescido do eixo integração-industrialização, seria o meio pelo qual os países promoveriam o seu tão almejado “progresso” econômico, alicerçando nessa equação aspectos políticos que seriam incorporados à integração multidimensional no futuro, e tendo potencial para superar a condição periférica da região. No entanto, segundo Daniele Benzi, o arcabouço teórico que envolve a ideia de autonomia e desenvolvimento é

claramente polissêmico, multidimensional, histórico e sobretudo politicamente disputado. Neste sentido, eu também compartilho da necessidade de se apresentar uma proposta do pensamento latino-americano para a integração regional, sendo pertinente reforçar que regiões são projetos, e são projetos disputados, como a ideia de estado-nação. Mas a questão é pensar sempre em autonomia com respeito a quê, para quê e para quem; desenvolvimento para que e para quem⁸⁰.

Ainda que haja diferentes visões e interpretações entre os grupos de indivíduos, a concepção de desenvolvimento é um eixo central para pensar proximidades e distanciamentos entre as comunidades epistêmicas latino-

78 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

79 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

80 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

americanas com foco na integração regional e na ideia de autonomia, havendo, por exemplo, uma clara clivagem entre as visões desenvolvimentistas e liberais. Por outro lado, segundo Tullo Vigevani,

é muito difícil identificar uma escola desenvolvimentista da integração regional. Quando se fala em integração regional, em geral, há uma Escola Funcionalista que tem origem nos anos 1950 e que depois passa pelo Philippe C. Schmitter. Hoje tem outras pessoas mais jovens como o Andrés Malamud que trabalha nesta lógica intelectual. Mas é difícil identificar uma escola teórica de pensamento da integração regional. O que nós podemos dizer é que uma parte dos professores brasileiros – eu acredito também que argentinos e uruguaios – se definem como progressistas e desenvolvimentistas. Mas não existe uma escola teórica propriamente dita⁸¹.

Inclusive, cabe mencionar o papel de protagonismo desempenhado por economistas latino-americanos na concepção do antigo Banco Mundial (1944), que naquela época foi concebido como BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e do Desenvolvimento, e assim o foi muito pela visão desenvolvimentista e

por influência dos economistas latino-americanos. Esse banco internacional foi pensado para promover a reconstrução da Europa no contexto do pós-guerra, mas os países da América Latina e os economistas latino-americanos atuaram em conjunto para incluir esse rabicho do desenvolvimento que acabou sendo a principal característica do banco⁸².

Além disso, cabe ressaltar que o livre comércio tal qual conhecemos não fazia parte da integração econômica elaborada nos primórdios da CEPAL uma vez que prevalecia a perspectiva do regionalismo fechado. E na medida em que a CEPAL formulou um plano estruturado para superar o subdesenvolvimento nacional e regional e apresentou uma proposta de intervenção na política econômica, resta evidente que essa abordagem teve estratégias concorrendo com a visão liberal na hora de formular estratégias e soluções para os problemas regionais. Nas primeiras décadas da integração de inspiração cepalina,

81 Fonte do autor: entrevista realizada com Tullo Vigevani em 05/04/21.

82 Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

además de la propia CEPAL y de los organismos que se fueron creando, hay personajes individuales importantes que se puede encontrar en distintos países. Hay gente que se dedicó con mucha fuerza pensando y escribiendo sobre el tema, participaron en la creación y tuvieron algún cargo en el esquema. Por ejemplo, Germánico Salgado es un referente en el caso de Ecuador; Caetano Magariños en caso de Uruguay; Alfredo Guerra Borges en el caso de Guatemala y de la integración centroamericana; Bionsech aquí en México; estoy nombrando sólo algunos pero sería fácil encontrar 10 o 15 autores dentro de la CEPAL con pensamiento propio sobre el tema⁸³.

Ao considerar uma análise de longa duração, segundo Caballero (2009), é possível argumentar que algumas comunidades epistêmicas tiveram uma aparente atuação de destaque na formulação da ideia de unidade latino-americana com a consequente influência nos processos de integração regional da segunda metade do século XX, sobretudo entre os anos de 1950 e 1990 e após os anos 1990. Isto é, seja no período do segundo pós-guerra em que prevaleceram ideias nacional-desenvolvimentistas sob a liderança de Raúl Prebisch e a célebre atuação da CEPAL na mobilização de intelectuais e governantes da região, - que, inclusive, produz conhecimento para além da agenda da integração regional -; seja no período da nova hegemonia liberal do pós-guerra fria em que a imposição do receituário do Consenso de Washington e do Novo Regionalismo seria prontamente recepcionado e difundido pelo FMI, BM e BID, pode-se argumentar que se constituíram comunidades epistêmicas com ideias e estratégias antagônicas na implementação dos processos de desenvolvimento e de integração regional. Dito de outra maneira, a América Latina sempre teve espaços de reflexão

desde los cuales ha intentado construir una propuesta acerca de la integración regional, desde luego la CEPAL en los 50 y no mucho más que eso. En lo que respecta a la CEPAL, no sólo en lo que respecta a la integración, yo diría que la CEPAL de los 50 es muy distinta en lo que se refiere al desarrollo latinoamericano, digamos a la CEPAL de los 90 (*transformación productiva con equidad*) y a la CEPAL actual que el tema fuerte es la desigualdad con *la hora de la igualdad, brechas por cerrar, caminos por abrir*. En respecto al desarrollo latinoamericano, creo que la CEPAL de los 50 no se mantuvo, no mantuvo el peso que tenía ni como propuesta teórica ni como espacio de influencia hacia los gobiernos y de definición de políticas. Creo que la época de oro de la CEPAL fue

83 Fonte do autor: Entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

los 50 y parte de los 60, y ahí en adelante sigue siendo un organismo muy importante, y así mismo es difícil hacer cualquier trabajo sobre América Latina sin aterrizar en las estadísticas de la CEPAL, incluso con mayor fuerza en lo que respecta a la integración. Creo que la propuesta integradora de la CEPAL de los 50 era mucho más significativa de lo que fue los 90 llamado de regionalismo abierto. Creo que el regionalismo abierto es una concesión al patrón neoliberal. Entiendo que el principal formulador del regionalismo abierto en América Latina y en la CEPAL fue Gert Rosenthal. La verdad es que los análisis de Rosenthal tienen muy poco del pensamiento cepalino original, hay muy poco de alternativo prevaleciendo la idea de abrir, privatizar y liberalizar⁸⁴.

Considerando o caso emblemático da CEPAL no período inicial do regionalismo fechado e sua célebre capacidade de influenciar a criação de políticas nacionais e regionais na América Latina, não é possível ignorar que havia uma relativa homogeneidade ideológica na região que facilitou o protagonismo dos Estados-nação no planejamento e na indução do desenvolvimento. Tanto é assim que prevaleceram ideias que buscavam promover o protecionismo e a substituição das importações para alavancar a industrialização. Sobretudo se analisarmos a relevância da “visão de desenvolvimento econômico de Raúl Prebisch, tal como foi assumida por numerosos economistas, que teve impacto duradouro no tipo de desenvolvimento da América Latina. As ideias de Prebisch foram inculcadas na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e foram adotadas por inúmeros governos latino-americanos” (ADLER e HAAS, 1992, p.156), alicerçando a CEPAL como um pólo indispensável de reflexão e aglutinação de intelectuais latino-americanos e internacionais. Ao considerar as 5 Comissões Econômicas das Nações Unidas, a CEPAL com Raul Prebisch foi a “mais eficiente, a mais efetiva, a mais criativa, e por isso houve as tentativas políticas de união com o famoso ABC – Argentina, Brasil e Chile – com Perón e Vargas, que tinham uma certa afinidade política, mas que não foi o suficiente para fazer prosperar a integração⁸⁵”. Isso reforça que no âmbito regional,

a principal comunidade epistêmica responsável por impulsionar a integração regional sul-americana foi a Comissão Econômica para a América Latina

84 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

85 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

(CEPAL). Desde sua criação em 1948 ela teve um papel relevante com a coordenação de seu secretário Raúl Prebisch, prestigiado economista argentino, que promoveu novas políticas econômicas e prospectou ambiciosos cenários para a integração regional com vistas a formar um mercado comum mais amplo e competitivo no continente (CABALLERO, 2009, p.16).

Portanto, foi através de suas orientações, estudos, análises e recomendações que a CEPAL se tornou pioneira e responsável por promover um novo paradigma da integração regional tal como conhecemos na atualidade, haja vista que “sus reflexiones siguen siendo válidas. Pero la CEPAL no tiene la responsabilidad de hacer y manejar la integración, más si opina, hace informe anual y se propone a analizarla. Los compromisos de integración negociables por los gobiernos son los 5 procesos que acabé de mencionar⁸⁶”, isto é, são conduzidos, entre avanços e retrocessos, pela estrutura institucional do SICA, Caricom, CAN, Mercosul e Aliança do Pacífico. Por outro lado, segundo Marcus Maurer de Salles, foram os intelectuais da CEPAL que

enxergaram não só o pensamento e as estratégias da integração, mas as estratégias de negociação diplomática internacional ao dizer que nós precisávamos construir ferramentas multilaterais, estruturas multilaterais e normas internacionais que pudessem favorecer o Sul Global, que naquela época era o terceiro mundo, de tal sorte que os países latino-americanos deixassem de ser do terceiro mundo. E havia na CEPAL tanto movimentos *mainstream*, que são os mais famosos, quanto os *outsiders* do tipo do Ruy Mauro Marini, que era a referência do marxismo latino-americano que sairia do eixo institucionalista e estruturalista para buscar outro tipo de lógica, ao fazer a heterodoxia da heterodoxia do pensamento crítico latino-americano⁸⁷.

Outra característica relevante do regionalismo latino-americano foi interligar assessoramento técnico e político com investigações guiadas por método científico no campo da sociologia, história, economia e política internacional que seriam responsáveis por forjar a criação de uma instituição internacional com protagonismo intelectual e operacional do porte da CEPAL, dando centralidade a um novo conjunto de ideias consagradas que fizeram evoluir os processos regionais. Mas essa versatilidade para definir padrões e desenvolver regulações,

86 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

87 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer Salles em 06/07/21.

em parte, só foi possível devido a sua capacidade de “comunicação e socialização internacional” que ajudaram a promover “novas ideias e inovações nas políticas” evitando que estas permanecessem “confinadas a grupos de investigação, organizações internacionais ou governos nacionais individuais” (ADLER e HAAS, 1992, p.157). Assim, a principal contribuição da CEPAL e do pensamento estruturalista, mais que tudo, foi

entrar nas estruturas, permear, ocupar ministérios. Raúl Prebisch ocupou o Ministério da Economia, Celso Furtado ocupou o Ministério do Planejamento, em seguida Prebisch vai ocupar-se da secretaria-geral da Organização Internacional da UNCTAD. Depois, a Conceição Tavares vai assumir cargo na OIT. Eles constroem a ideia e depois vão ocupar os assentos, vão fazer as vezes de tomadores de decisão, vão fazer as vezes de formulação de política pública. E isso era difícil nessa época entre os anos 60 e 80. Depois se separou⁸⁸.

Acrescente-se que o estruturalismo⁸⁹ latino-americano idealizado por Raúl Prebisch “es una escuela con enfoque más heterodoxo, pero más keynesiano y más economicista⁹⁰” - que perpassam as obras de Celso Furtado⁹¹ e tantos outros intelectuais associados ao nacional-desenvolvimentismo, aos teóricos da dependência⁹² e à escola da autonomia⁹³ - e foi responsável por inspirar inúmeros movimentos, abordagens e tradições de pensamento latino-americanistas, uma vez que foi a partir da radicalização do pensamento cepalino, por exemplo, que surgiria a Teoria da Dependência com suas diferentes vertentes e interpretações

88 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer Salles em 06/07/21.

89 Inclusive, “muy tardamente el elemento social entra en la escuela estructuralista, y esas son las críticas hechas por la teoría de la dependencia, mientras que Puig y los autonomistas, incluso Jaguaribe, entran más en el elemento político, y a veces se olvidan de la Economía Política. Por eso se dice que la CEPAL ‘comercialista’ no sirve”. Entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

90 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

91 “Celso Furtado hace una análisis histórico-estructural de la realidad brasileña y latinoamericana que es maravillosa. Incluso, en el libro *Formación Económica de Brasil*, Furtado trata del tema de la autonomía como un componente necesario de autonomía tecnológica. Entonces, hay unos elementos sociales en la escuela estructuralista, que no es solamente economicista, que se preocupa por el tema de las estructuras sociales, la necesidad de la reforma agraria, la distribución del ingreso etc”. Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

92 Hablar de una teoría de la dependencia en singular es problemático, son muchas lecturas distintas de la dependencia. Pero en ninguna de esas lecturas la integración regional fue importante. El único dependentista que seriamente estudió la integración fue Rui Mauro Marini, que analizó la integración desde un punto de vista histórico, pero tampoco hay una teorización dependentista de la integración. Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

93 “¿Qué es lo que busca la escuela de la autonomía tanto con Hélio Jaguaribe como con Juan Carlos Puig? La idea de incrementar el margen de maniobra propia de los países latino-americanos en el mundo, quiere decir, que no tengamos una posición secundaria, subordinada, como la tenemos desde que somos independientes. Es unirnos para que las potencias imperiales no nos submetas, es unirnos para ser fuertes”. Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

sobre a dependência estrutural da região. Até hoje, inclusive, ainda que não haja um expressivo aporte para o debate da integração, essa abordagem segue sendo uma das contribuições latino-americanas genuínas mais difundidas internacionalmente. De forma complementar,

se os teóricos marxistas da dependência trabalhassem um pouco mais questões institucionais e culturais; se os Decoloniais trabalhassem um pouco mais questões de Economia política e não simplesmente as construções identitárias e culturais, e os estruturalistas totalmente..., eu acho que esse aporte poderia ser bem substancial para a integração. Na verdade, a gente precisa disso. A minha ideia seria precisamente como combinar, como fundir todos esses aportes num quadro que seja eclético, porém coerente e rigoroso. Acrescente-se que hoje o ecletismo ou a unidisciplinaridade são abordagens necessárias para tentar superar ao menos 3 grandes problemas nas ciências sociais da atualidade: o nacionalismo metodológico; o provincianismo disciplinário e o elitismo acadêmico⁹⁴.

Ademais, há que se destacar que “estudar os esforços dos especialistas econômicos dentro da Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas (CEPAL) pode aumentar nosso conhecimento sobre o modo como as comunidades epistêmicas encontram um lugar nas instituições internacionais dedicadas ao desenvolvimento de uma região específica” (HAAS e ADLER, 1992, p.167). E é por isso que o pioneirismo da CEPAL foi um divisor de águas no debate teórico e prático da integração tendo o mérito de sistematizar um projeto regional de desenvolvimento que viabilizasse simultaneamente a industrialização e a constituição de um mercado comum com vistas a mitigar a condição de dependência estrutural e subdesenvolvimento regional. Por isso, não resta dúvida de que a CEPAL tenha se tornado a “principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana. Mais que isso, foi o único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que manteve vigente por meio século” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.15).

94 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

4.1.2. Produção de conhecimento e institucionalização das ideias

Uma característica adicional sobre o perfil institucional da CEPAL é o fato dela ser uma organização do Sistema ONU, que “nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os *policy-makers* da América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.17). Essa questão chama bastante atenção na atualidade quando analisamos a centralidade do circuito acadêmico-universitário na produção e difusão de conhecimentos sobre a integração regional, sendo, de certa forma, modelos analíticos restritos e de menor impacto na comparação com as ideias cepalinas pioneiras formuladas nas primeiras décadas da CEPAL.

Nesse sentido, tanto a formalização institucional quanto o perfil internacional de algumas das organizações regionais latino-americanas onde o conhecimento sobre a integração foi ou tem sido produzido pode ser definido como uma espécie de segmento híbrido com natureza própria, uma vez que esses atores não são nem acadêmicos e nem governantes, ao mesmo tempo em que reúnem capacidades relevantes no processo de formulação de pensamento teórico e prático capaz de exercer influência nos tomadores de decisão da região. Ou como dito por Pia Riggirozzi, ao considerar as formulações e articulações entre os atores latino-americanos, “las comunidades epistémicas se forman con un gran entrelazamiento entre políticos y académicos, una vez que no hay una distinción tan clara entre ellos en América Latina”, o que por sua vez não ocorre na Europa, haja vista que no velho continente existe uma demarcação mais explícita entre os papéis dos distintos atores. Isto é, no caso europeu “a gente pensa em políticos e tecnocratas em separado, sendo que os tecnocratas foram fundamentais, como ocorreu no caso de Raúl Prebisch, mas eles foram ultrapassados. Depois houve grandes pensadores da dependência, mas eles não tiveram papel relevante na integração⁹⁵”.

Ao mencionar a larga trajetória do regionalismo na região, Pia reforça que “hay muchos momentos en que se identifican o con personas académicas o con personas políticas. Y una cosa muy interesante de América Latina es que, a veces, lo político y lo intelectual, la producción política y la producción intelectual es

95 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

una sola y esto tiene que ver con cómo pensamos el regionalismo⁹⁶”. Por otro lado, segundo Pia, “en Argentina hay mucha fluidez entre los dos espacios. Y lo que sí es más difícil para un cientista político que opera la comunidad científica es despegarse de la ideología que puede afectar después la credibilidad de la producción científica”. Isto é,

cuando uno mira quiénes son funcionarios y quiénes son pensadores, a veces, es uno y el mismo, no solamente Fernando Henrique Cardoso, hay mucho menos conocidos. Pero de base, no dijo los presidentes y ministros, pero debajo de eso, por ejemplo, todo lo que es la comunidad epistémica relacionada con salud, ahí tenés médico sanitarista, pensadores sanitaristas, algunos políticos, y incluso de algunas disciplinas también y todos esos trabajan movilizados por agendas regionales. Y creo que hay un gran entrelazamiento entre el círculo político y el círculo académico que es muy distintivo de América Latina. También tenemos, por supuesto, Argentina, Uruguay, Brasil, que han producido políticos, ministros, pienso en Aldo Ferrer, ministro de economía argentino, que siempre entendió el regionalismo como una herramienta estatal. La división entre estado, región y regionalismo es casi hasta no natural, porque el regionalismo es política de estado por otros medios. Entonces, personajes como Aldo Ferrer son muy importantes también en el pensamiento político del regionalismo y el pensamiento institucional⁹⁷.

Acrescenta-se também que esse perfil de institucionalização da produção de conhecimento sobre a integração latino-americana, por ter ocupado espaços estratégicos em organismos internacionais, acaba por ter melhores condições para difundir ideias, influenciar políticas e tomadores de decisão. Briceño-Ruiz cita o exemplo clássico de Raúl Prebisch, que foi professor de economia da Universidade de Buenos Aires, e reforça que foi apenas como Secretário-Executivo da CEPAL e depois como Secretário-Geral da UNCTAD que o argentino alcançaria essa expressiva projeção internacional, o que fez com que Prebisch tivesse mais influência nos processos regionais quando comparado com outros acadêmicos⁹⁸ de seu tempo. E o fator determinante para isso, em vários aspectos, pode ter sido a possibilidade de utilizar a plataforma política e o

96 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

97 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

98 “Prebisch tiene mucha más influencia que Puig, y en el mundo es más conocido que Puig. Yo diría más conocido en Sudamérica, incluso en México Puig no es muy conocido. ¿Por qué? Porque tuvo la posibilidad de utilizar la plataforma política de las organizaciones internacionales para digamos de alguna manera poder vender sus ideas”. Entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

reconhecimento dessas organizações internacionais para impulsionar suas ideias, o que reforça uma vez mais que uma posição relevante nesses organismos regionais pode garantir maior impacto para as ideias geradas por membros de tecnocracia nacional e em especial da tecnocracia internacional. Na visão de Briceño-Ruiz (idem), esse também foi o caso de Felipe Herrera, que foi acadêmico e diretor executivo do BID. Da mesma maneira, Briceño menciona os casos de Enrique Iglesias e de José Antônio Ocampo como acadêmicos de perfil híbrido com passagem de destaque por organismos internacionais. Na contemporaneidade, entretanto, o Briceño-Ruiz considera ter havido uma dificuldade de diálogo entre os membros da tecnocracia nacional e os acadêmicos, especialmente das ciências sociais, e pondera que “lamentablemente no hay un diálogo fluido entre la academia latinoamericana y los gobiernos. Y les digo que no había un diálogo fluido incluso en la época de los gobiernos de izquierda⁹⁹”, uma vez que as demandas políticas do cotidiano eram via de regra pautada pelo pragmatismo e pela urgência que normalmente regem a classe política e a tecnocracia regional, o que possivelmente reduziu o peso de pautas de viés mais ideológicos que eventualmente não tivessem utilidade prática. Por isso, até hoje, instituições como o BID e a CEPAL, tem, de certa forma, importante influência entre os governantes que, mesmo não seguindo à risca as recomendações desses organismos, exercem destacada influência nas políticas adotadas pelos países da região. De maneira geral,

la CEPAL fue la que estuvo desde el inicio con los procesos de integración, y que hay que contar permanentemente con ella para cualquier estudio. El SELA es otro que evalúa totalmente como va la integración, y también el INTAL, que es un órgano creado por el BID sólo para estudiar la integración latinoamericana. Creo que esos 3 son esenciales. Ahí obviamente está FLACSO, está CLACSO. Aquí ya no menciono la OEA, porque OEA ya no hace nada de integración¹⁰⁰.

Ademais, acrescenta-se que apesar do “nacionalismo econômico” ter tido sua origem na CEPAL desde a liderança de Raúl Prebisch, é inegável que o conceito teve sua perspectiva alargada pela passagem de Felipe Herrera na presidência do BID. Sob influência da experiência europeia, Herrera idealizou

99 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

100 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

uma arquitetura regional que combinava elementos de supranacionalidade com o compartilhamento da soberania que em muitos aspectos parecia conflitar com o ideal nacionalista, mas que na visão dele representaria a retomada do “nacionalismo continental” latino-americano, isto é, era imperativo retomar a ideia de reunificação da Pátria Grande (desfeita) por intermédio da integração regional.

Aqui, inclusive, identificamos uma problemática recorrente nos estudos que versam sobre a integração latino-americana. Isto é, a despeito da América Latina ter uma formação histórica singular, o eurocentrismo ou a visão de mundo europeia sobre o regionalismo segue sendo uma ideia fixa e influente nas análises e formulações sobre os processos regionais que atravessam o continente. Em outras palavras, segundo Briceño-Ruiz,

el eurocentrismo es el problema mayor que tienen los estudios de la integración latinoamericana que pretenden analizar los procesos regionales. En una región históricamente distinta y con una formación histórica distinta, con estructuras sociales y económicas distintas de la europea y aún así aplicar la experiencia europea de forma acrítica en América Latina. En fin, eso tiene consecuencias severas en temas como de la institucionalidad una vez que se limita a discutir si es supranacional o se es intergubernamental replicando un debate europeo¹⁰¹.

Outro aspecto interessante de mencionar no tocante ao perfil institucional da produção de conhecimento sobre a integração latino-latinoamericana é que, muitas vezes, ocorre a sobreposição, a concorrência e até pulverização dos organismos regionais responsáveis por promover análises sobre os processos de integração. Por exemplo, o professor Jaime Estay, da Universidade de Puebla, mencionou sua atuação por mais de 10 anos como consultor do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA¹⁰²), que é um organismo

101 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

102 O SELA foi criado por intermédio do convênio do Panamá e é composto por 25 países membros da América Latina e Caribe, quais sejam: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela. De maneira geral, o SELA busca apoiar o desenvolvimento regional por meio da cooperação entre governos, organismos, instituições e agências intergovernamentais da América Latina e do Caribe, bem como visa promover “un sistema de consulta y coordinación para concertar posiciones y estrategias comunes de América Latina y el Caribe, en materia económica, ante países, grupos de naciones, foros y organismos internacionales e impulsar la cooperación y la integración entre países de América Latina y el Caribe”. Informação disponível no: <http://www.sela.org/es/que-es-el-sela/>. Acessado em 07/08/2022.

intergovernamental regional criado em 1975 com sede em Caracas, na Venezuela. Nesse período ele foi responsável por analisar a arquitetura institucional e acompanhar os diferentes mecanismos de integração, quando foram publicados diversos materiais sobre o funcionamento e os problemas existentes nos processos de integração e cooperação regional. Como uma espécie de consultor para assuntos relativos à integração regional,

no diría que yo formaba parte de los funcionarios del SELA que se dedican al tema. Mi relación con ellos eran mínimas, sólo para cosas de carácter operativo. Yo actuaba desde fuera elaborando esos materiales. Pero estoy pensando no solamente en el SELA, estoy pensando en la ALADI, en el INTAL, en el BID etc. Supongo que en otros organismos como el Mercado Común Centroamericano, Caricom, Grupo Andino de repente también se generaban algunas análisis y, mismo que en algunos casos sean pequeños, tenían equipos trabajando sobre el tema de la integración¹⁰³.

Nesse sentido, a própria criação do Pacto Andino, em 1969, seria uma estratégia para fortalecer e recolocar a visão cepalina da integração no centro da governança regional, uma vez que essa experiência buscava dar centralidade ao papel do estado no planejamento e na condução dos esforços de transformação produtiva, que acabou ficando em segundo plano desde a criação da ALALC (1960). Assim, como reação às limitações da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, o Pacto Andino buscou reafirmar a estratégia de industrialização como um componente indispensável para promover a ideia de desenvolvimento até então em forte disputa nos países do bloco e em todo o continente. Mas no fim, seja pelas mudanças políticas e ideológicas na região, seja pelas pressões da conjuntura internacional, a proposta acabou sendo flexibilizada e diminuída, haja vista a ascensão da proposta de livre comércio com forte inspiração liberal.

Já a partir da década 1970, entretanto, a influência cepalina enfrentaria um gradativo declínio na capacidade de produzir e difundir ideias, tendo em vista as “circunstâncias históricas que lhe subtraíram parte da anterior capacidade de influenciar o pensamento econômico da América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.46). Esse fenômeno também seria explicado pela consolidação de

¹⁰³ Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

tecnocracias estatais na esfera nacional, muitas delas criadas por incentivo da própria CEPAL. Além disso, soma-se a esse declínio a reunião de fatores político e econômico. No tocante ao fator político, seria determinante o golpe de estado que pôs fim ao Governo Allende no Chile. Entre 1973 e 1989, “a sede da CEPAL no Chile perdia aquilo que havia sido até então um de seus principais ativos, o poder de convocatória da intelectualidade latino-americana. Economistas, sociólogos, tecnocratas e políticos da tradição democrática e progressista simplesmente pararam de poder ou de querer circular no Chile” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.46). No âmbito econômico, pesaria a emergência de uma nova ortodoxia global que se tornaria preponderante a partir da década de 1980. A abordagem neoliberal substituiria o projeto estatal de industrialização com base no mercado comum latino-americano pela abertura econômica e comercial, prevalecendo a economia de mercado, privatizações de empresas públicas e rigoroso controle fiscal. A crise da dívida e a percepção crescente da “década perdida” ajudariam a sepultar a formulação desenvolvimentista, que foi paulatinamente marginalizada do debate intelectual à medida que o receituário de austeridade fiscal regidos por bancos credores e pelo FMI assumiram a orientação das combalidas economias periféricas. Aqui, inclusive, identificamos a emergência de uma nova hegemonia política e econômica simbolicamente associada à figura de um pêndulo em permanente movimento na região, exemplo que ilustra a franca alternância de ideias e a disputa entre interesses hegemônicos (interesses estrangeiros associados aos interesses das elites regionais) frente a conveniência (ou fracasso) da agenda da integração regional. A despeito dos diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontravam os países e sub-regiões, essa crise econômica estrutural, como já dito, foi determinante para o declínio da CEPAL, colocando em xeque o aconselhamento dos seus membros que buscavam criar um mercado comum latino-americano como estratégia para alavancar a industrialização e por conseguinte o desenvolvimento. O próprio “relançamento” do projeto de integração como Comunidade Andina (CAN) em 1989 já ocorreria em um contexto regional completamente distinto da época de sua criação, uma vez que as transformações ideológicas do período promoveriam a ascensão do neoliberalismo na América Latina reorientando suas políticas para o

mercado. Dessa forma, a liberalização comercial balizaria a nova tendência de integração amparada por profundas reformas estruturais, o que não representaria nenhuma novidade para a realidade do continente. Tanto que ao analisar a história das ideias na América Latina, é possível identificar a preponderância da visão liberal em diferentes momentos cruciais da região, seja com o ápice do período primário exportador ao final do século XIX, seja a partir da proliferação de golpes militares na região – com patrocínio dos EUA – ou até mesmo com a ascensão do “novo regionalismo” e do “regionalismo aberto” no final do século XX. Em outras palavras,

el tema de la integración latinoamericana y el tema del desarrollo de América Latina se vio duramente golpeado desde los 80 en adelante. Lo que uno puede considerar como un pensamiento original de la región, disminuye notoriamente cuando aparece la crisis regional de los 80, cuando pierde relevancia la propia CEPAL, pierde relevancia el pensamiento de la dependencia y otros autores individuales o cercanos a la CEPAL. Y lo que hay es una preocupación centrada en la situación de crisis y eso vale claramente para la CEPAL. Y lo que hay posteriormente es el pensamiento neoliberal, que es un pensamiento bastante unificador y que se impone y que prácticamente cierra espacios para pensamientos alternativos con alguna fuerza.¹⁰⁴

Nesse sentido, nos embalos dos anos 1980, a ascensão da doutrina neoliberal seria decisiva para o declínio do método histórico-estruturalista e, além disso, a sua supremacia ideológica incontestada traria um conjunto de reformas liberalizantes com destaque para a abertura comercial e financeira, com foco na privatização de empresas estatais, cortes em políticas sociais e agressiva flexibilização laboral. Tanto é assim que a produção intelectual cepalina da década de 1990 – destaque para a proposta *transformação produtiva com equidade* –, romperia a tradição da CEPAL ao propor uma política de abertura comercial. Dessa forma, em 1994, a própria CEPAL reciclaria suas formulações e a sua primeira publicação seria batizada como de “regionalismo aberto”. A sua principal inovação foi alterar a maneira de desenvolver os processos de integração regional já em andamento na América Latina. Com as reformas em curso, havia a intenção de mudar o “estilo” da intervenção estatal associada a uma gradual e seletiva abertura econômica tendo em vista a inserção e a competição no mercado

¹⁰⁴ Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

globalizado. No entanto, “este no es un enfoque que se pueda describir como liberal pues, aunque apoya la idea de apertura y libre comercio, los combina con las ideas de transformación productiva y equidad que se estaban desarrollando en la CEPAL desde la década del ochenta por expertos del denominado ‘neo-estructuralismo’” (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p.25). Resta evidente que as transformações ideológicas do período, gestadas pela Nova Ordem Mundial, impactariam antigas e novas comunidades epistêmicas dentro e fora da América Latina, o que fatalmente reorientaria os processos de integração regional para as políticas de mercado. Em outros termos,

la CEPAL, en cambio, prefería proponer un regionalismo abierto al servicio de la transformación productiva con equidad. Mientras que en el BID el vínculo entre integración y reforma estructural era clara, en el caso de la CEPAL se trataba de mantener alguna línea de continuidad con las propuestas prebischianas de transformación productiva, aunque no se haya delimitado de forma tan clara. La industrialización regional, en cambio, desaparece del mapa conceptual. La integración era para el libre comercio y la inserción internacional (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p.34).

Como dito anteriormente, os espaços institucionais onde o conhecimento sobre a integração latino-americana tem sido construído tem uma dinâmica multidimensional marcadamente interdisciplinar além de adquirir um perfil híbrido a tal ponto de conseguir reunir capacidade intelectual, técnica e política para apoiar os processos de integração regional que ocorreram no transcorrer da história. E ao fazerem uso da estrutura institucional dessas organizações, suas ideias e recomendações alcançaram maior protagonismo e impacto na governança regional.

Além disso, esse processo histórico reforça que as crises e as mudanças estruturais e ideológicas em curso no sistema internacional tanto podem acelerar a difusão e a implementação de ideias consolidadas quanto podem mudar a direção das políticas existentes para encontrar novos caminhos, tendências e soluções para os ciclos e problemas em discussão. Ou dito de outra maneira, em um contexto crítico em que uma nova decisão deve ser tomada tendo em vista uma transição repleta de incertezas, é inevitável que haja uma forte contestação política, bem

como será questão de tempo para a concepção ideacional das comunidades epistêmicas consagradas serem remodeladas, integradas, inviabilizadas ou substituídas de acordo com o teor da conjuntura doméstica e internacional, sem perder de vista a manutenção de seu poder de influência e capacidade de decisão.

Para melhor compreender até que ponto a produção de conhecimento sobre a integração latino-americana configura comunidades epistêmicas é imprescindível distinguir entre os diferentes perfis de redes e instituições de caráter regional, universidades, grupos de especialistas, *think tanks*, órgãos governamentais e não governamentais que compõem o campo de ação e estudo do regionalismo latino-americano e das ciências sociais. Ainda que muitos cientistas sociais e instituições correlatas não necessariamente pesquisem ou atuem na governança regional, ainda assim alguns deles transitam de forma transversal pelo campo ao formular conhecimento que possa incidir direta ou indiretamente na agenda da integração.

Nas próximas seções será apresentado um breve mapeamento dos principais grupos de especialistas responsáveis por produzir e difundir conhecimento sobre o regionalismo latino-americano para além da CEPAL e do pensamento cepalino. Este mapeamento e a análise de suas relações, produção e difusão de conhecimento sobre a integração regional visa compreender até que ponto a diversidade de atores pode se constituir como comunidades epistêmicas latino-americanas, assim como busca compreender a contribuição de diferentes iniciativas regionais no que concerne a circulação e a incidência desse conhecimento sobre e para a integração regional.

4.1.3. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO

Em 1956, após a realização da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi declarado apoio aos países da América Latina para a criação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). É importante destacar que a Unesco teve um papel de relevo na coordenação do campo das ciências sociais, abordagem responsável por promover diversas visões do pensamento sobre o

regionalismo que com o passar do tempo viria alcançar notoriedade com o apoio à criação de pensamento crítico no âmbito latino-americano (PUNTIGLIANO, 2012, p.100).

Em 1957, por exemplo, “se celebró el Acuerdo de Río de Janeiro para la creación de FLACSO, convocado en un principio por los gobiernos de Chile y Brasil, al que posteriormente se han adherido un total de 18 países de América Latina y el Caribe”¹⁰⁵. Assim, esse organismo internacional de natureza intergovernamental, que inicialmente teria sede em Santiago do Chile, possui autonomia administrativa¹⁰⁶ e acadêmica na realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi criado como um espaço permanente de reflexão e debate com vistas a promover o desenvolvimento regional latino-americano. Inclusive, na atualidade, o Sistema FLACSO é composto por “18 Estados-membros que desenvolvem atividades acadêmicas, pesquisas e modalidades de cooperação em 13 países da América Latina e do Caribe”¹⁰⁷, como consta da ilustração abaixo.



Fonte: FLACSO Equador.

105 Informação da Flacso Equador no: https://www.flacso.edu.ec/es/somos_flacso. Acessado em 27/06/2022.

106 “El funcionamiento de FLACSO está regido tanto por su legislación interna, cuanto por las directrices que emiten sus órganos de gobierno. La coordinación del funcionamiento de la Facultad, así como su representación legal, está bajo la responsabilidad de la Secretaría General, la cual tiene sede en Costa Rica desde 1979”. Informação disponível no: https://www.flacso.edu.ec/es/somos_flacso. Acessado em 27/06/2022.

107 Informação da Flacso Brasil no: <https://flacso.org.br/sistema-flacso/>. Acessado em 27/06/2022.

Além disso, há que se valorizar a longa trajetória institucional e a distribuição continental da instituição, o que ajudou a promover a cooperação técnica latino-americana, reforçando seu compromisso em apoiar o conhecimento crítico no campo das ciências sociais. Inclusive, sua formulação cumpriu importante missão na formação de quadros acadêmicos e profissionais contribuindo tanto na perspectiva teórica como na formulação de políticas públicas para a região. Mas não somente isso, haja vista que nos anos iniciais, a FLACSO também cumpriu relevante papel humanitário ao dar abrigo aos “*intelectuales latinoamericanos expulsados por gobiernos autoritarios, convirtiéndose en uno de los pocos centros académicos de la región donde se sostuvo la investigación y la producción de conocimiento sobre democracia, autoritarismo, desarrollo y desigualdad*”¹⁰⁸.

No entanto, ao considerar a centralidade da formulação de pensamento integracionista, Daniele Benzi¹⁰⁹ pondera o papel limitado desempenhado pela FLACSO, haja vista que “ela é hoje simplesmente uma rede de graduação entre universidades sem muita relação entre si”. Apesar de existirem alguns programas que trabalham a questão do regionalismo, sobretudo a “FLACSO Argentina e a FLACSO Costa Rica, que tinha o professor Willy Soto Acosta”, e que segundo o autor, prevalece uma abordagem mais academicista sem grande influência na formulação e difusão de ideias que possam impactar os processos de integração regional. Por outro lado, Edgar Posada considera que a FLACSO reúne meios acadêmicos de ensino e pesquisa sobre a integração sobretudo nas suas unidades instaladas no México e na Argentina. Isto é, a FLACSO

es un esquema de enseñanza universitaria que también estudia la integración. Flacso-México, por ejemplo, es de un nivel tremendo, reconocidas todas por el gobierno mexicano, tiene los principales investigadores, los más cualificados que hay en México. Flacso-Argentina tiene Diana Tussie que hoy día es un referente académico en relaciones internacionales y en análisis de la orden internacional total y absoluta. Contó con su compañera Pia Riggirozzi que trabaja en una universidad británica hace años. En fin, hay órganos, pero estos no logran hacer la integración¹¹⁰.

108 Informação da Flacso Argentina no <https://www.flacso.org.ar/institucional/historia/>. Acessado em 27/06/2022.

109 Fonte do autor. Entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

110 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

Ademais, ao considerar os perfis mais teóricos ou práticos das instituições pioneiras pelos processos de produção de pensamento sobre o regionalismo, qual seria, por exemplo, a diferença da CEPAL para a FLACSO e CLACSO? Na visão de Andrés Malamud, embora a Comissão Econômica tenha diminuído bastante seu impacto na governança regional da atualidade, a principal diferença se daria pelo fato de que “a CEPAL estava diretamente vinculada com os *policy-makers*¹¹¹” enquanto que a “FLACSO e CLACSO são estritamente epistêmicas, acadêmicas”, com perfil mais teórico e reflexivo, e menos prático. Isto é, ao considerar a conjuntura política com a eventual ascensão de um governo alinhado no campo das ideias, as duas instituições latino-americanas cumpririam muito mais um papel de reflexão ao disponibilizar “alguém relevante para fazer um discurso, mas não para fazer políticas” (*idem*), uma vez que elas costumam falar

para líderes populares e representantes sociais, e com sorte falam para algum presidente. É um conhecimento menos de fazer, um conhecimento mais de pensar. E para os que estão no governo e na organização cotidiana, o fazer é mais urgente. Então o pensar pode ficar como uma usina de ideias, mas não faz políticas. Então essa é a distinção fundamental da CLACSO e FLACSO com a CEPAL, onde também inclui o INTAL. Porque no INTAL havia um pouco de tudo, bem como havia *policy-makers*¹¹².

No mais, Malamud menciona o peso político dos profissionais de direito por estes ocuparem cargos de destaque em ministérios da justiça, tribunais e cortes superiores, assumindo a responsabilidade por moderar os demais poderes. Sendo que, segundo o autor (*idem*), isso, em alguma medida, “tem a ver com a distinção entre as Ciências Sociais, a economia e o direito. Os economistas são ministros da economia e presidentes de bancos centrais”. Por outro lado, os membros da “CLACSO e FLACSO são sociólogos, politólogos, historiadores, antropólogos, e esses não têm ministérios específicos¹¹³”. Sendo assim, e por contraste, os “cientistas sociais não tem ‘*coto de caza*’”, que lhes permita assegurar uma cadeira cativa no alto escalão das tecnocracias governamentais. Assim mesmo, há que se valorizar que ao longo de sua atuação,

111 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

112 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

113 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

articulações como ALAS, CLACSO e FLACSO, somaram-se a movimentos internacionais mais amplos, voltados para uma agenda do “Sul Global”, fomentando perspectivas alternativas de formulação teórica nas Ciências Sociais a partir de processos, trajetórias regionais e nacionais, em diferenciação a visões hegemônicas ditadas pelo eixo europeu e anglo-saxão. Ao mesmo tempo, as redes estabelecidas por essas associações e suas vertentes temáticas vêm viabilizando fluxos de intercâmbios transnacionais relevantes para possíveis sínteses teóricas que engendrem novos paradigmas (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.18).

Assim, a despeito dos gargalos orçamentário e dilemas na institucionalização das ciências sociais na região, Wallerstein (2006) enaltece os feitos alcançados pelas faculdades ao mencionar “las muy exitosas estructuras de investigación y docencia de FLACSO en toda América Latina, que han operado como instituciones parauniversitarias no amarradas a las categorías de conocimiento tradicionales” (WALLERSTEIN, 2006, p.110). E ainda que muitos cientistas sociais e instituições do ramo não priorizem a análise dos processos de integração regional propriamente dito, há que se reconhecer o papel de articulação e apoio direto e indireto que essas iniciativas trouxeram para a produção de conhecimento sobre o regionalismo latino-americano de uma forma ampla, haja vista que

la aparición de instituciones de investigación independientes en África y América Latina, aun cuando en número hasta ahora limitado, han creado un camino alternativo para emprender investigaciones. Uno de los rasgos interesantes de algunas de esas instituciones es que buscan unir la experiencia de las ciencias sociales y de las naturales, mostrando poco respeto por los límites disciplinarios. Además han llegado a ser importantes como fuentes de ideas para funcionarios gubernamentales (WALLERSTEIN, 2006, p.110).

Por fim, além da longa jornada institucional que permite auferir aprendizados no campo do pensamento, instituições do porte da FLACSO alcançam projeção continental e cumprem um papel estratégico por terem uma representativa distribuição geográfica que se soma a capacidade de atuar na intersecção entre os campos de estudos das ciências sociais e do regionalismo, sendo pertinente que as redes universitárias latino-americanas desse porte se

coloquem uma vez mais na vanguarda por mais estudos interdisciplinares com rigor científico sem se deixar levar pelo elitismo acadêmico e pela indiferença com o contexto sociopolítico latino-americano.

4.1.4. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO

Criado em 1967, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição não-governamental associada a Unesco e com sede em Buenos Aires, na Argentina. Na atualidade, o conselho “reúne 836 centros de investigação e pós-graduação no campo das ciências sociais e das humanidades em 55 países da América Latina e de outros continentes¹¹⁴”, dando destaque para a colaboração, intercâmbio e cooperação acadêmica de caráter tricontinental no âmbito Sul-Sul e Norte-Sul.

Há que se destacar a diligência do segmento acadêmico e dos especialistas em promover a institucionalização da produção do conhecimento nas ciências sociais latino-americanas por meio da criação de organizações de caráter acadêmico e científico articuladas em redes regionais, notadamente a Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), criada em 1950, a FLACSO (1957), assim como a CLACSO que foi criada dez anos depois. No entanto, “um dos principais obstáculos ainda identificados desde a ALAS na construção de um pensamento social crítico e autônomo a partir da América Latina é a falta de integração acadêmico-científica entre intelectuais e cientistas sociais latino-americanos em torno de problemas comuns que afetam a região” (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.17).

No tocante aos objetivos da instituição, existe a disposição para formar atores sociais e governamentais bem como apoiar a cooperação entre redes de investigadores e instituições dentro e fora da América Latina e Caribe que busquem promover a democratização do conhecimento, seja através do incentivo à produção acadêmica amparada pelo pensamento crítico, seja por intermédio da formulação e difusão de políticas públicas que tenham impacto no desenvolvimento dos países da região. Mas também existem críticas ao novo

¹¹⁴ Informação disponível no <https://www.clacso.org/institucional/>. Acessado em 28/06/2022.

modelo acadêmico implementado pela instituição. Daniele Benzi, por exemplo, apesar de não se identificar como parte de uma comunidade epistêmica específica, uma vez que na visão dele as “chamadas comunidades epistêmicas são sobretudo grupos de interesses de poder acadêmico e político”, se vê “vinculado à tradição do pensamento crítico latino-americano de forma laica e aberta” (idem), que em muitos aspectos, poderia ser compreendido como uma ampla comunidade de ideias concebida no bojo do pensamento social da região. Inclusive, o autor (ibidem) problematiza os novos rumos traçados pela CLACSO, uma vez que ela seria na atualidade “a única grande rede capaz de garantir a sobrevivência dessa tradição de pensamento político latino-americano¹¹⁵”. Mas o autor vai além, ao ponderar a possível mercantilização do pensamento crítico latino-americano e o alinhamento automático com governos ditos progressistas, uma vez que a última gestão da CLACSO

aceitou o desafio do capitalismo acadêmico e está procurando colocar o seu selo nisso. Eu não concordo com essa estratégia, que no meu ver é muito populista. (...) Ao promover os cursos pagos, ao fazer tudo o que faz a academia neoliberal *mainstream*, no caso específico da CLACSO comercializar a ideia de um pensamento crítico latino-americano, estão apenas transformando o pensamento crítico em mais uma mercadoria. Estou muito desapontado com essa ideia até porque ela foi totalmente comprada por intelectuais como Boaventura. Mesmo o Aníbal Quijano que para mim é um intelectual de referência, e no final de sua vida quando ele já era bem velinho e não entendia muito a situação, estava a passear como promotor da CLACSO. Até o Congresso “da vergonha”, em Buenos Aires, que foi um circo, havia um espaço aberto de diálogo entre as 2 grandes famílias da esquerda latino-americana: a progressista e a movimentista. Depois disso a CLACSO se tornou uma organização totalmente partidária dos governos progressistas¹¹⁶.

No fundo, a grande divergência colocada por Daniele Benzi está na possibilidade real e concreta de grupos de acadêmicos e intelectuais, ou de comunidades epistêmicas, sobretudo no campo das ciências sociais, buscarem influenciar o mundo da política com sua produção de pensamento e com seu conhecimento. Benzi é bastante pessimista ao afirmar que “o pensamento crítico foi derrotado dentro da academia, assim como os acadêmicos críticos estão na

115 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

116 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

bancarrota total, porque não logramos articular uma oposição contra o nosso pior inimigo que é o neoliberalismo, o capitalismo acadêmico” (idem). Nesse sentido, Benzi não poupa críticas ao segmento dos acadêmicos mais engajados e que se vinculam à esquerda, por considerar que “fazer as lutas para fora” da academia, mais especificamente no campo da política institucional, seria uma espécie de desalento para o “acadêmico militante” inserido no segmento universitário, o que ofereceria consequências graves para o pensamento social latino-americano de caráter crítico e independente. Inclusive, Benzi pondera que os intelectuais perderam o papel de relevo que tiveram no século XX e que, na atualidade, estamos órfãos de intelectuais, prevalecendo o perfil acadêmico com poucas possibilidades de influenciar a política institucional fora dos muros universitários e que, segundo o autor, se assemelham cada vez mais a consultores investidos em cargos políticos. Dessa forma, é previsível que

a concentração das iniciativas institucionais dedicadas à produção e difusão de conhecimento sobre a América Latina na região no âmbito acadêmico e, em especial, nas universidades públicas, não resulta necessariamente na predominância de um conhecimento de caráter “militante” ou mais afinado com o chamado pensamento crítico latino-americano, voltado para a promoção de perspectivas contra-hegemônicas e anti-sistêmicas ou comprometido com projetos mais autônomos de integração latino-americana. Trata-se, na verdade, de uma produção variada, promovida a partir de diferentes perspectivas disciplinares (ainda que predominantemente nas áreas de ciências humanas e sociais) e ancoradas em instituições onde prevalecem os financiamentos públicos, por meio de editais abertos (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.27).

Por outro lado, ao considerar as relações institucionais da CRIES com o Conselho Latino-Americano, Andrés Serbin pondera que essa foi a única instituição dirigida por ele que não fez parte do quadro de membros da CLACSO, ocorrendo, portanto, um maior afastamento entre essas redes de pensadores da integração na região. Por outro lado, mesmo valorizando a institucionalidade da CLACSO e indicando a potencial filiação do IPEA ao quadro de membros, Pedro Silva Barros pondera que o Conselho

não preza tanto quanto deveria pela proposta original que fez a instituição ser criada, isto é, ser um espaço de discussão das Ciências Sociais. Eu acho que o

grupo acaba virando tipo uma “panelinha”, sendo algo que explica muito do momento. E muito embora tenha publicações, eu acho que a instituição poderia ser um espaço mais de articulação e usar os canais mais institucionais para fazer fluir a pesquisa e o conhecimento em Ciências Sociais na região, tendo em vista as muitas dificuldades existentes. Por exemplo, o IPEA busca ter maior rigor e uma análise baseada em evidências que valoriza em alguma medida o uso de métodos quantitativos, mas isso talvez não seja o forte no CLACSO. E acho que essa ideia de decolonialidade e o superdimensionamento das exclusões – é óbvio que o principal problema da região é a desigualdade –, da maneira como são tratadas não ajudam na superação dos problemas regionais. Acaba criando mais fissuras do que consenso. E é claro que para avançar na política tem que construir o mínimo de consenso, e não sei se o CLACSO hoje tem essa preocupação. Mas poderia ter para influenciar muito mais as políticas públicas do que só se colocar, muitas vezes, como um espaço de resistência. Depois quando eles chegam ao poder e estão no governo, o CLACSO parece mais preocupado, talvez, em reproduzir aqueles espaços que já estavam colocados, e eu acho que isso expressa um pouco a falta de agenda da região, e a extrema dificuldade de consenso, sendo que quem tem que estimular o consenso é quem está comprometido com a integração¹¹⁷.

Com respeito aos grupos de trabalho, a CLACSO os define como “redes interdisciplinares de investigação” que tem como estratégia atuar frente a temas sensíveis e no combate aos problemas sociais da região através da produção de conhecimento que envolvam a relação mútua entre pesquisadores, atores sociais, formuladores de políticas e tomadores de decisão. À vista disso, Amanda Barrenengoa valoriza o esforço político e intelectual da instituição em criar diálogos e “dejar redes con sindicatos y con organizaciones sociales”.

Ademais, no período 2019/2022, acrescenta-se que a CLACSO selecionou 90 grupos de trabalhos responsáveis por engajar inúmeros pesquisadores em mais de cinquenta países, entre os quais destaca-se os dois grupos com foco no tema de “Políticas de integración, cooperación y multilateralismo”, isto é: os grupos “Geopolítica, integración regional y Sistema mundial” coordenado por Mônica Bruckmann (UERJ) e Rebeca Peralta (UNAM) e “Integración regional y unidad latinoamericana” coordenado por Consuelo Flores (FLACSO - Chile). Amanda Barrenengoa, por exemplo, valoriza a pluralidade do grupo de investigação e reforça que o “grupo de trabajo sobre integración latinoamericana es interesante e uno se encuentra en una reunión con investigadores de todos los países en

117 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

latinoamérica e inclusive de Haití, no solo de Brasil y Argentina¹¹⁸”. Da mesma maneira, Jaime Estay participa dos 2 grupos acima mencionado

que tienen que ver con integración. Uno que coordina Monica Bruckmann, que trabaja con el tema de la integración, pero trabaja o le preocupa sobre todo, el tema de recursos naturales, la integración y el tema de la relación con China. Pero desde hace un tiempo mi participación es baja. Y en el otro grupo sobre la integración, que es coordinado por Consuelo Silva de Chile, ahí, sí, es una participación un poco más activa¹¹⁹.

Além desses dois grupos de investigação, nesse mesmo período, a CLACSO criou alguns grupos especiais entre os quais citamos o “Centro de Formación para la integración Regional (CEFIR) con apoyo de la Fundación Fricrich Ebert / Clacso”, sob coordenação de Daniela Perrotta (CEAP - UBA) e Gerardo Caetano Hargain (ICP/UDELAR). Enfim, apesar dos esforços institucionais em promover grupos de trabalho com foco nos temas da integração latino-americana, “a CLACSO, assim como a FLACSO, acaba por reunir mais estudiosos latino-americanistas do que propriamente estudiosos da integração¹²⁰”.

Assim mesmo, nos últimos anos, é possível inferir sobre a ampliação dos processos de internacionalização das atividades da instituição que, em muitos aspectos, se profissionaliza para competir no mercado acadêmico global aproximando-se de agendas de pesquisa e cooperação internacional de tipo Norte-Sul, inclusive ao promover o uso ampliado da língua inglesa em atividades de docência, publicações e cursos de sua grade e em suas publicações. Em vários aspectos, essa perspectiva não se diferencia tanto de outras abordagens eurocêntricas responsáveis por intensificar a publicação de trabalhos em língua inglesa dentro e fora das universidades, tendência que avança tanto sobre as ciências sociais quanto sobre os estudos da integração regional. Esse processo de internacionalização, ainda que tardio, é um fenômeno que começou a despontar nos anos 1980 e que responde as dinâmicas mais complexas da contemporaneidade, sendo composto pela diversidade de programas de estudos, atividades de ensino, parcerias interinstitucionais e mobilidade de acadêmicos de

118 Fonte do autor: entrevista realizada com Amanda Barrenengoa em 30/04/21.

119 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

120 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

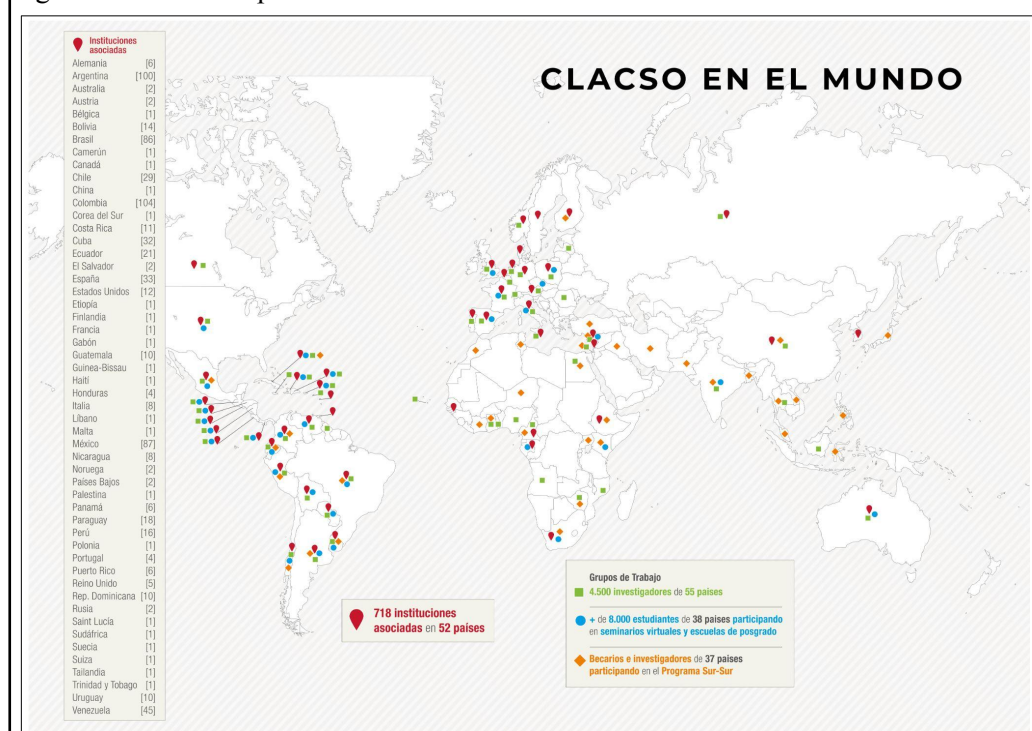
forma globalizada. Ao mencionar Gentili e Saforcada (2010), destaca-se que

o CLACSO e a FLACSO também foram criados a partir do reconhecimento de alguns expoentes intelectuais latino-americanos acerca da necessidade de propostas inovadoras com maior poder de influência sobre a formação superior dos pesquisadores sociais, por meio de um sistema de pós-graduações em concertação regional, que pudesse embasar uma nova geração de pesquisadores sociais latino-americanos e caribenhos, capazes de conceber um pensamento autônomo, para e a partir da região. Com efeito, a FLACSO consolidou sua rede de programas em parceria em vários países, atraindo outros, e o CLACSO vem apresentando um transbordamento das alianças e filiações, para além das associações latino-americanas, com o envolvimento de entidades de outras regiões, conforme registrado em sua assembleia de 2015 (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.17).

Como bem ilustra a Figura 3 – CLACSO pelo mundo, parece haver uma adaptação às novas dinâmicas da economia do conhecimento intensificada pela transição do sistema de produção fordista para o pós-fordismo, que implica em sensíveis mudanças no mundo do trabalho intelectual e na forma pela qual se produz conhecimento no capitalismo mundial. Dessa forma, a instituição parece ter implementado uma correção de rota ao promover a reestruturação na sua estratégia de atuação ao se abrir não somente às novas configurações econômicas e sociais como às relações institucionais globalizadas de tipo Norte-sul, o que tende a impactar a fruição do pensamento social e do regionalismo latino-americano. Além disso, parece evidente haver uma explícita valorização do conhecimento como fator indispensável para o desenvolvimento das novas forças produtivas (e criativas) que são responsáveis por forjar uma nova sociedade do conhecimento. Isto é, a própria ideia de “saber” diz respeito ao fato de que o “valor de uma mercadoria não resulta necessariamente do dispêndio de tempo de trabalho empregado na sua produção (trabalho abstrato), mas sim dos saberes mobilizados por aqueles que a produzem. Saberes esses que incluem a criatividade, a imaginação, a espontaneidade” (CAMARGO, 2011) entre outras capacidades individuais e coletivas que possam alavancar o desenvolvimento regional. A escassez desses recursos intelectuais é, portanto, central para explicar a dependência e o subdesenvolvimento dos países agro-exportadores da América Latina; configurando uma espécie de assimetria do saber/poder que garante a

manutenção, em vários aspectos, da hegemonia dos países desenvolvidos na economia mundial.

Figura 7 - CLACSO pelo mundo



Fonte: Clacso¹²¹.

Além disso, cumpre sublinhar algumas debilidades e efeitos colaterais da internacionalização do ensino superior na América Latina. Apesar de ainda ser considerada uma região onde o estado é o principal provedor da educação, com o advento das reformas neoliberais das últimas décadas, intensificaram-se os processos de privatização das instituições de ensino, pesquisa e extensão, acelerando a mercantilização da educação. Essa situação é agravada, muitas vezes, pelo estrangulamento orçamentário praticado por governos orientados pela doutrina neoliberal, pela falha governamental na condução do planejamento para o setor e pelos *lobbies* do setor privado da educação que, em certa medida, entra em rota de colisão com a CLACSO na competição pela mesma fatia desse mercado promissor.

121 Figura disponível no <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/02/Folleto-CLACSO-ESP-2020.pdf>. Acessado em 28/06/2022.

Ao considerar o cenário para a produção de conhecimento sobre a integração latino-americana, considera-se indispensável que as universidades, sobretudo as universidades públicas, se estabeleçam como instituições protagonistas do processo de criação e interação compartilhada do saber e da tecnologia e superem as disputas por qual modelo de educação superior seguir e quais interesses responder em meio as novas demandas das sociedades do conhecimento. E, só o fará, na medida em que se reinvente e se reorganize para enfrentar as incertezas, as assimetrias e injustiças sociais que afligem o nosso tempo. A ideia implícita é que o desenvolvimento das sociedades latino-americanas dependerá, em alguma medida, da capacidade de liderança intelectual e social das universidades.

No mais, há críticas justificadas ao restrito acesso à educação superior pela população mais vulnerável, uma vez que essas instituições de ensino continuam tendo características elitistas que em muito fragilizam a função social da universidade e a ideia da educação como um direito humano universal inalienável. É dessa forma, portanto, que a própria ideia de intelectualidade comprometida em gerar conhecimento para a transformação da sociedade latino-americana acaba sendo inviabilizada pela doutrina neoliberal que se rege pelos desígnios do mercado. Tanto é assim que nas últimas décadas,

são computados os efeitos nefastos das políticas neoliberais sobre as instituições públicas de ensino e pesquisa na América Latina, as quais haviam abrigado e gestado boa parte do pensamento crítico latino-americano, com impactos sobre suas estruturas, dinâmicas institucionais e gestão de recursos, também envolvendo restrições dos fundos da cooperação internacional, Norte-Sul e Sul-Sul. Tais tendências despontam, portanto, como grave ameaça aos processos de integração no plano político e cultural, sobretudo se considerarmos, como Borón (2006: 5), no que tange à produção do conhecimento, que a aplicação da agenda neoliberal na região implica na prevalência do “modelo de consultoria”, financiado por agências privadas, no interior da própria universidade pública, o qual impacta negativamente sobre as reais possibilidades de consolidação e poder de influência de um pensamento crítico, pautado pela formação de intelectuais orgânicos, partícipes ativos da vida pública e não exclusivamente entocados em uma “vida acadêmica” (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.16).

De certa forma, essa flexibilização mercadológica do pensamento social latino-americano não chega a surpreender, tendo em vista que esse fenômeno já

ocorre há muitos anos no campo acadêmico e universitário. O que surpreende, no entanto, é o uso comercial cada vez mais naturalizado do pensamento crítico como se fosse uma grife, o que certamente subverte a finalidade ética e social dessa tradição intelectual, reduzindo, em alguma medida, o aprimoramento acadêmico nos países latino-americanos, intensificando a “formação de pesquisadores com pouco conhecimento e efetivo interesse acerca das problemáticas regionais, além de mais suscetíveis à visão colonial predominante na formação norte-americana e europeia” (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.17). Como consequência direta e indireta, a mercantilização do pensamento social “crítico” afeta também a capacidade de potenciais comunidades epistêmicas latino-americanas formularem soluções de impacto para sua própria realidade.

4.1.5. Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe – BID-INTAL

Fundado em 1965, o Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL) tem sede em Buenos Aires, na Argentina, sendo uma agência do Banco Interamericano de Desenvolvimento¹²² (BID) que por sua vez tem sede em Washington (EUA). Essa instituição financeira de perfil internacional foi criada em 1959 com o fim de financiar e oportunizar projetos de desenvolvimento econômico e social que pudessem promover a integração comercial na região.

Consta entre os principais objetivos do INTAL promover a agenda da “integración regional e inserción internacional de los países de América Latina y el Caribe (ALC), generando información cualitativa y cuantitativa, proveyendo análisis técnico, brindando asistencia a los gobiernos, desarrollando capacitación a funcionarios públicos y a empresarios, y difundiendo los alcances, beneficios y desafíos de la integración latinoamericana¹²³”.

Assim como a CEPAL, cabe ressaltar o papel estratégico adquirido pelo

122 O BID nasceu no âmbito da Organização de Estados Americanos (OEA) e, na atualidade, é um dos maiores bancos regionais de desenvolvimento com reconhecida projeção internacional. Embora os EUA centralizem quase 30% do poder de voto, o que lhes garante influência preponderante nos processos decisórios, historicamente prevaleceu a eleição de representantes latino-americanos para o posto de presidente do banco, entre os quais citamos: o chileno Felipe Herrera (1960 - 1970), o mexicano Antonio Ortiz Mena (1971 - 1988), o uruguaio-espanhol Enrique V. Iglesias (1988 - 2005), o colombiano Luis Alberto Moreno (2005 - 2020) e, excepcionalmente, o norte-americano Mauricio Claver-Carone, empossado em 2020.

123 Informação disponível no <https://www.iadb.org/es/intal/home>. Acessado em 03/07/2022.

Instituto ao buscar apoiar e consolidar os múltiplos espaços de integração por meio de assistência técnica aos governos, bem como pela articulação da comunidade acadêmica e profissional no desenvolvimento de estudos e estratégias de ação, haja vista que o INTAL foi por muitos anos

o pilar de apoio intelectual, teórico, técnico, acadêmico e político. Os primeiros projetos não teriam prosperado sem este importante e decisivo apoio. Desta forma, o pensamento de Raúl Prebisch-CEPAL, somados a intelectuais como Celso Furtado, Aníbal Pinto e outros, conformam a origem do pensamento latinoamericano, propriamente científico, em Relações Internacionais (BERNAL-MEZA, 2005, p.78).

No mais, Andrés Malamud também destaca o papel de formulação e difusão de pensamento realizado pelo INTAL, uma vez que a revista do Instituto ainda cumpre um importante papel no debate teórico da integração regional. Em suas palavras,

o INTAL é o instituto de investigação e integração para a América Latina que tem sede em Buenos Aires e que teve, e ainda tem, uma revista que eu diria que ainda é influente na reflexão teórica, mas sem influência prática. Ressalta-se que o pensamento da integração latino-americana foi veiculado, publicado e lido na revista de publicações e relatórios do INTAL. E depois, há mais na América Central e na América Andina, mas eu conheço pouco. Eu faria injustiça se falasse disso, mas faria injustiça maior se não mencionasse. Eu conheço sobretudo centros de investigação e publicação do Cone Sul¹²⁴.

Entre outras formulações de impacto do INTAL, destaca-se a publicação do artigo, em 1986, de autoria de Juan Carlos Puig intitulado *Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX*. Derivado da Terceira Posição de Perón e influenciado pelos estruturalistas e dependentistas, Puig aposta na teoria da Autonomia Heterodoxa, isto é, “a dependência é aceita, mas submetida a uma aspiração de tirar o máximo proveito dela, seja por conveniência, condicionantes ou por estratégia para alcançar um maior grau de autonomia posteriormente”. Além disso, o autor apresenta os argumentos que justificariam a defesa e a relevância da agenda da integração e a importância de buscar uma política doméstica e internacional autônoma como

124 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

un objetivo insoslayable de la política nacional, por la muy sencilla razón de que cuanto más autónomo es un ente mayores posibilidades tiene de desarrollarse como mejor lo entiende. O sea que la autonomía otorga las posibilidades de adoptar políticas más justas y equilibradas, mientras que la subordinación, en cambio, cercena o, por lo menos, retacea dicha posibilidad por cuanto facilita al dominante imponer sus propios criterios al que le está subordinado (PUIG, 1986, p.40).

Simonoff e Lorenzini (2019, p.96) argumentam que a formulação de autonomia e integração de Hélio Jaguaribe, no Brasil, e Juan Carlos Puig, na Argentina, representa o núcleo fundamental da “teoría de las relaciones internacionales desde el sur y para el sur”, sendo que os processos de integração regional – a integração solidária alcançaria uma dinâmica multidimensional¹²⁵ com potencial de reforçar a autonomia enquanto que a integração apenas numa perspectiva econômica e comercial reforçaria as assimetrias regionais e a desigualdade – cumpririam simultaneamente um papel “instrumental” e estratégico na promoção do desenvolvimento e, por consequência, no fortalecimento da autonomia nacional e regional latino-americana para fazer frente a possíveis intervenções das potências hegemônicas e, em especial, dos EUA. Isto é, o processo de integração é um instrumento estratégico para alcançar a autonomia, uma vez que “la integración solidaria se fundamenta en alianzas, vale decir, en uniones de Estados decididos a conseguir determinados objetivos sectoriales, pero que se fundamentan en valores compartidos, entre los que descuella en de autonomía” (Puig, 1986, p.59-60; apud SIMONOFF E LORENZINI, 2019, p.103). Enfim, os autores reforçam que apesar de existir algumas experiências de corte solidário no processo histórico da região, como ocorreu com “el CECLA, el Pacto Andino y el Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA) se basaron en una ‘cooperación solidaria’ orientada a defender los ‘valores compartidos’, entre los que se encontraba la autonomía” (idem). No entanto, tais iniciativas estavam sendo paulatinamente desvalorizadas e esvaziadas ou até mesmo se distanciando da missão fundacional

125 “Uno de los problemas en contra de la integración en América Latina es que ella está estancada al dividirse entre muros, al darle prelación a lo económico comercial y otros a lo político social. Cuando la integración no es una cosa o otra, es toda ella, es económica, es comercial, es política, es social, es cultural, es decir, es multidimensional”. Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

que justificaram a sua criação.

4.2. Comunidades epistêmicas e a integração contemporânea na América Latina

Apesar de haver uma crescente diversificação da produção de conhecimento sobre a “América Latina” desde meados do século XX, foi a partir da redemocratização dos anos 1980, da reorganização do sistema internacional e da ascensão da nova ordem unipolar na transição da Guerra Fria para o Consenso de Washington que se viu avançar os processos de integração regional como nunca visto antes, seja pela criação de novos organismos regionais, seja pela reestruturação de instituições pré-existentes. Essa mudança conjuntural favoreceu a substituição dos blocos de perfil ideológicos (mudança de paradigma) por outros com foco na integração política, econômica e comercial intra e inter-regional. Em outros termos, a agenda da integração regional se adaptou à conjuntura internacional mais instável da mesma maneira que o pensamento crítico latino-americano se adequou a uma nova dinâmica de escassez de recursos que poderiam ameaçar a criação de novos conhecimentos em decorrência do contingenciamento determinado pela globalização. Ou seja, “la realidad del mundo del conocimiento en la década de 1990, especialmente en comparación con la de décadas anteriores, es la limitación de recursos impuesta por las crisis fiscales en prácticamente todos los países” (WALLERSTEIN, 2006, p.103).

A influência das ideologias políticas nos processos de integração contemporâneo é um tema relevante para a compreensão de como os Estados-nação, os governos e os processos de integração regional são pautados pelas diferentes abordagens de corte liberal e desenvolvimentista ou pelo enfoque da autonomia que frequentemente reaparece nos projetos de regionalismos; e como os governos de inclinação liberal, social-democrata ou socialista atuam na promoção de novas dinâmicas regionalistas (contra-hegemônicas, neoliberais ou anti-sistêmicas) na América Latina.

Nesse sentido, busca-se refletir de que forma as ideologias políticas têm influenciado a atuação das comunidades epistêmicas potenciais, viáveis e prováveis, assim como busca-se compreender como a instabilidade política e

econômica impacta os arranjos institucionais e a dinâmica de circulação das ideias, uma vez que na virada do século XX houve um incremento considerável na agenda integracionista favorecendo a colaboração e o livre trânsito de atores e grupos de especialistas dentro e fora da região. Esse processo aprimorou as ideias existente, possibilitando, em alguma medida, inovar tanto nos processos de produção e difusão de novos conhecimentos e saberes associado ao campo da integração regional e ao pensamento social latino-americano, quanto nos processos de tomada de decisão empreendidos na governança regional. Em outras palavras, essa nova dinâmica do regionalismo inaugurou um novo ciclo que permitiria ir além do já consolidado campo diplomático e acadêmico de tal forma a diversificar a estratégia de formulação e difusão de pensamento entre os países e sub-regiões, abrangendo, portanto, novos atores, ideias e instituições tendo em vista o amplo engajamento de partidos políticos, movimentos sociais, entidades governamentais e não governamentais, órgãos de mídia, agências internacionais, blocos regionais de caráter intergovernamental e supranacional entre outras experiências regionais de relevo. Cabe, portanto, analisar, até que ponto esses novos atores e processos constituem comunidades epistêmicas.

Na atualidade, entretanto, é importante analisar o papel remanescente dessas instituições criadas para conduzir e pensar a agenda integracionista visto que prevalece mais que uma tendência (crônica) à fragmentação, mas um processo de (des)integração subordinada, alguns dos quais sob influência de grupos de extrema-direita do Norte Global, sobretudo no atual quadro político brasileiro. Dessa forma, cabe questionar se a ascensão de uma nova onda política reunirá forças para retomar os processos iniciados anteriormente, se os atuais esquemas regionais conseguirão se reestruturar ou até mesmo se poderão coexistir com outras iniciativas integracionistas que eventualmente possam ressurgir na região. Tanto é assim que Edgar Javier Vieira Posada questiona com veemência a tendência dos novos ciclos políticos desqualificarem os organismos já existentes propondo a criação de novas estruturas institucionais para gerir os processos de integração. Isto é, o autor faz uma crítica contundente à tradição latino-americana que “no hace nada más que crear, crear y crear organismos¹²⁶”.

126 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

Ademais, é importante distinguir os organismos regionais responsáveis por conduzir os processos formais da integração latino-americana e caribenha, quais sejam, o Sistema de Integração Centro-americana (SICA), a Comunidade do Caribe, a Comunidade Andina (CAN), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Aliança Bolivariana dos Povos da Nossa América (ALBA) e a Aliança do Pacífico de outras instituições que podem contribuir indireta ou paralelamente nos processos de integração, seja através de estudos e investigações que possam subsidiar tais políticas regionais, seja através de assessorias e recomendações que possam auxiliar nos processos de tomada de decisão dos atores inter-estatais.

Como já mencionado nas seções anteriores, desde a criação da CEPAL (1948) é possível identificar ao menos três fases bem demarcadas do regionalismo latino-americano, quais sejam: o regionalismo fechado de corte cepalino com foco na integração econômica com forte inspiração no modelo desenvolvimentista de planejamento estatal, protecionismo e indução à industrialização que vigorou até a década de 1980; a ascensão do regionalismo aberto ou do novo regionalismo de viés mais neoliberal que preconiza a implementação do estado mínimo com a primazia do mercado na condução do livre comércio no bojo da integração dos anos 1990. A posteriori, em que pese a crise do novo regionalismo na América Latina, ocorreria a retomada da agenda da integração regional como instrumento político para promover autonomia e desenvolvimento, fenômeno que ajudou a reverter ligeiramente a hegemonia comercialista abrindo caminho para o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico dos anos 2000. Assim, argumenta-se que a adjetivação do conceito de regionalismo ligado às novas abordagens de Economia Política Internacional induziram o uso do termo “integração regional”, “habitualmente vinculado a la teoría clásica del comercio internacional. El resultado ha sido la utilización indistinta de uno u otro término, haciendo difícil precisar los límites de sus respectivos significados” (CALDENTEY e SANTOS, 2017, p.96).

Entre as análises dos regionalismos latino-americanos, que se assemelham muitas vezes a uma miscelânea de adjetivações e definições, apresenta-se considerações de José Antonio Sanahuja, autor responsável por inúmeras críticas ao “regionalismo aberto” na América Latina, que defende a necessidade de um

“novo regionalismo” com instituições mais fortes e instâncias decisórias e estrutura institucional melhor delimitada. A despeito dos resultados comerciais positivos na década de 1990, tanto no comércio intrarregional (aumento de mais 7,7 vezes no comércio regional) quanto nas exportações totais da América Latina e Caribe (aumento de mais 5,9 vezes no comércio exterior), Sanahuja aponta, por outro lado, o esgotamento do “regionalismo aberto” (1990 - 2005) –, seja pela limitada estrutura institucional, seja pela cultura nacionalista arraigada na região; bem como pela combinação da “diplomacia presidencial” ou interpresidencialismo como método normal nos processos decisórios, ou pela incidência de crises sucessivas entre os países da região nos anos 1990, o que facilitou a ascensão de novos governos progressistas na região (“maré rosa”). Esse cenário de crises socioeconômicas, projetou uma inusitada conjuntura regional com o regionalismo pós-liberal (2005 - 2015) – com aproximações e diferenças em relação à Aliança do Pacífico, que segundo o autor, a suposta “fratura do atlântico-pacífico” estaria mais para uma divisão “Norte-sul” – mais identificados com o nacional-desenvolvimentismo, com a implementação de políticas heterodoxas, o fortalecimento da política exterior com enfoque na cooperação Sul-Sul, integração regional e redução da pobreza e das desigualdades. Já a partir de 2003, os países da América do Sul “van a poder apoyarse en uno de los ciclos más favorables de la historia económica contemporánea de América Latina” (SANAHUJA, 2016, p.40), a despeito da desindustrialização e a reprimarização dos produtos exportados em larga escala para a Ásia, e em especial para a China .

Ademais, após a crise do “regionalismo aberto”, Sanahuja (2009) sustenta ter ocorrido um rearranjo do regionalismo latino-americano no seguinte sentido: a) “la primacía de la agenda política, y una menor atención a la agenda económica y comercial” conjugada com a ascensão dos governos de esquerda, sobressaindo agendas nacionalistas e tentativas de exercer liderança regional por países como Venezuela e Brasil; b) “el retorno de la ‘agenda de desarrollo’, en el marco de las agendas económicas del ‘post-consenso de Washington’”, com uma agenda política distanciada do regionalismo aberto e do livre-comércio; c) “un mayor papel de los actores estatales, frente ao protagonismo de los actores privados y las fuerzas del mercado”; d) “un énfasis mayor en la agenda ‘positiva’ de la

integración, centrada en la creación de instituciones y políticas comunes y en una cooperación más intensa en ámbitos no comerciales”, com destaque para a ampliação dos instrumentos de cooperação Sul-Sul e até mesmo pelo surgimento de uma revigorada agenda de paz e segurança; e) “mayor preocupación por las dimensiones sociales y las asimetrías en cuanto a niveles de desarrollo, y la vinculación entre la integración regional y la reducción de la pobreza y la desigualdad”; f) maior preocupação com os gargalos estruturais “y las carencias de la infraestructura regional, con el objeto de mejorar la articulación de los mercados regionales”; g) “más énfasis en la seguridad energética y la búsqueda de complementariedades”; h) “la búsqueda de fórmulas para promover una mayor participación y la legitimación social de los procesos de integración” (SANAHUJA, 2009, p.23). De forma complementar, Malamud reforça que

sempre houve duas interpretações do que era preciso para alavancar a região: o crescimento e o desenvolvimento. A direita costuma falar em crescimento e a esquerda em desenvolvimento. A primeira defende o liberalismo e a outra o desenvolvimentismo e o estruturalismo. Os liberais acreditam em abrir o mercado e promover o livre comércio. Os desenvolvimentistas acreditam na criação de cadeias de valor, produzindo encadeamento com outros países. A questão é essa, hoje, no mundo interdependente e globalizado, no qual os países da América do Sul, não latina, produzem praticamente a mesma coisa e não fazem comércio entre si, queira os mercados, queira as cadeias de valor estão fora da região. Vendemos e compramos dos EUA, China e Europa e as cadeias são globais, não são regionais. Hoje, nem a esquerda e nem a direita, nem liberais e nem desenvolvimentistas têm muita razão para investir na regionalização. O que não é bom, porque nós somos pequenos no mundo, seja em forma de mercado, seja em forma de cadeia regional de valor. Ficaríamos mais protegidos do mundo, mas é um tema difícil de modificar nessa situação em que já somos periféricos e dependentes¹²⁷.

Argumenta-se que apesar de alguns governos latino-americanos associarem equivocadamente os processos de integração latino-americana a uma agenda de esquerda, entre os quais inclui-se os de inspiração política liberal-conservadora em curso no Brasil, a integração regional pode ser promovida por estados para a realização de seus interesses (GRANATO, 2014), que pode ser inclusive fruto de uma decisão política compartilhada com vista a uma estratégia

127 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

mútua que permite ao estado-nação periférico incrementar sua autonomia e margem de manobra no sistema internacional hierárquico e assimétrico.

Além disso, há que se abordar o conceito de “regionalismo pós-hegemônico” utilizado por Riggiozzi y Tussie (2018), tendo em vista a centralidade dada à economia política no debate da integração regional. Assim, independentemente de qual modelo de integração tomarmos como referência, o sucesso e o fracasso dos regionalismos na América Latina foram via de regra analisado em termos institucionais e de criação de comércio. Não é mera coincidência, portanto, que essas duas dimensões (institucional e comercial) não tenham funcionado segundo o tipo ideal e, assim como ocorre com as iniciativas frustradas de implementar uma governança regional supranacional, não tenham sido espontaneamente estruturadas após um ciclo virtuoso do regionalismo latino-americano.

Nesse sentido, no início do século XXI, ao longo do período conhecido como “maré rosa” (“consenso progressista” ou “unidade de esquerda”), houve uma forte tendência de governos progressistas priorizarem a agenda da integração regional, visto que ela poderia combinar elementos autonomistas e contra-hegemônicos ao mesmo tempo em que se confrontava, na prática, com outras experiências neoliberais com foco no livre comércio extrarregional. Ao longo desse período, constata-se a incorporação de novos métodos transdisciplinares e pluriculturais com destaque para a coexistência de “outras” formas de conhecimento vinculados à geopolítica do território que surgiram para questionar tanto o conhecimento elitizado das regiões periféricas como das instituições *mainstream* dos principais centros internacionais, isto é,

a ascensão de abordagens no marco da teoria crítica latino-americana com fortes referenciais geopolíticos, de cunho comunitarista e proposições de radicalização da democracia, as quais visam a uma “virada epistemológica”, de modo a compreender “saberes” de sujeitos sociais até então desconsiderados nos campos do conhecimento, como os movimentos indígenas, de mulheres, camponeses e afro-descendentes. Este seria, por exemplo, o eixo condutor da chamada perspectiva da “decolonialidade” (do poder e do saber) que, ao criticar interpretações eurocêntricas acerca da modernidade e seus desdobramentos para a compreensão dos processos políticos, sócio-culturais e econômicos na América Latina, clama por um exercício de “desprendimento e abertura” para dar voz às

perspectivas dos povos colonizados como condição primeira de superação da colonização epistêmica (Mignolo, 2007, apud BARROS e TAVOLARO, 2017, p.15).

Nesse período, inclusive, coabitaram governos com orientação social-democrata, liberal e bolivariana, como ocorreu com o socialismo do século XXI difundido pelo ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez. Nesse ponto, ao analisar o reagrupamento do pensamento cepalino na região, Tereza Spyer argumenta que “o que une o socialismo do século XXI é o desenvolvimentismo¹²⁸”. No mais, esse novo ciclo regional começou a despontar em 1998 com a ascensão do ex-mandatário na Venezuela, fato que prenunciou uma nova mudança na conjuntura política, uma vez que o líder venezuelano era um crítico ferrenho da ideologia neoliberal, do imperialismo e do intervencionismo norte-americano nos assuntos da região. Em seguida, a “onda rosa” se consolidaria com a eleição de Lula da Silva (2002), Néstor Kirchner (2003), Tabaré Vázquez (2005), Evo Morales (2006), Michelle Bachelet (2006), Rafael Corrêa (2006), Fernando Lugo (2008) entre outros. Dessa forma, argumenta-se que “en períodos de alta convergência ideológica, se alcanzan mayores resultados en términos integracionistas; sea cual sea su orientación política” (SARAIWA e GRANJA, 2019, p.160). Dito de outra maneira, o período da maré rosa “aumenta a produção acadêmica mas depois decai, o que reforça a importância de compreender a relação entre o aparato estatal, que está pautando a agenda da política externa, e o papel que a academia cumpre nisso¹²⁹”. Nesse sentido, mesmo havendo autonomia universitária e intelectual por parte dos pesquisadores, não se pode ignorar que o aparato estatal tem o condão de pautar direta e indiretamente o financiamento público e a própria agenda de prioridades de pesquisa. Além disso, com respeito as iniciativas institucionais que produzem pensamento sobre a América Latina no Brasil,

é possível identificarmos relações de concorrência e oposição, internas a cada um e nas interfaces entre eles, o que inclusive pode resultar no não-reconhecimento (ou mesmo no desconhecimento e omissão) de pares e interlocutores potenciais mais imediatos dentre os setores, instituições e atores participantes. São também fragmentadas e descontínuas as possíveis inter-relações e redes entre os campos de produção e difusão de conhecimento e informação sobre a América Latina no

128 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

129 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

Brasil (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.20).

Enfim, a guinada ideológica dos anos 2000, reforçaria uma vez mais a notável centralidade da ideologia como uma “variável persistente no processo de integração andina” (BRICEÑO-RUIZ, 2020) que em vários aspectos se vê replicado no restante da região. Por exemplo, em 2000, quando a IIRSA foi criada na primeira reunião dos chefes de estado e de governo da América do Sul, havia a avaliação de que a integração hemisférica com a ALCA era inevitável, “e a posição brasileira de líder na América do Sul era preparar a articulação regional e infraestrutura em outras áreas, para reduzir as externalidades negativas da integração hemisférica, que tinha naquele momento um diagnóstico de inevitabilidade¹³⁰”. Em seguida houve uma janela de oportunidade que permitiu uma guinada nos termos de intercâmbio que favoreceu as economias da região, sendo que “os EUA não deram muita atenção para a América do Sul” (idem). Foi nesse contexto que, em 2005, durante a Cumbre das Américas de Mar del Plata, ocorreria o engavetamento da proposta da ALCA, representando um marco simbólico do regionalismo pós-hegemônico. Desde então,

os EUA partem para uma estratégia de estreitar os laços bilaterais, de promover os TLCs com a América Central e também com o Chile, com a Colômbia e isso ajudou a fragmentar evidentemente a região – que eu acho que foi um grande erro, mas ela não é absoluta. Porque houve alguns momentos em que os Estados Unidos também simpatizaram com a ideia da UNASUL. Mas os EUA não se beneficiaram dos acordos bilaterais como se previa, e os Estados Unidos não ganharam em ‘market share’ em nenhum dos dois países em que ele fez acordo TLC. Na minha avaliação quem se beneficiou dessa fragmentação foi principalmente a China¹³¹.

A derrocada da ALCA impulsionou outros esquemas de cooperação e integração regional, tal qual ocorreu com a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), haja vista que a UNASUL buscou substituir “a Organização dos Estados Americanos (OEA) da América do Sul ao criar uma região, vamos dizer, influenciada pelo Brasil, diferenciando-a da região que é influenciada pelos EUA. Seria um *backer* nas

¹³⁰ Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

¹³¹ Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

costas da potência dominante que as aceita simplesmente porque convém, sendo uma espécie de troca nas relações internacionais¹³²”. E se por um lado os EUA tinham algum incômodo com o maior protagonismo brasileiro, que, sem dúvida, ocorreu, por outro,

os EUA entendiam, por exemplo, que a Venezuela dentro do Conselho de Defesa Sul-Americano poderia ser acalmada pela influência brasileira. Então os EUA viam com alguma simpatia a posição da Venezuela, e preferia ela estar na órbita brasileira do que na órbita de uma potência extrarregional, como seria a China e Rússia. Mas é claro que os EUA se incomodavam com algumas iniciativas de preparação de armamento conjunto, de desenvolvimento de tecnologia própria em algumas áreas.

Assim, apesar dos avanços regionalistas alcançado pela capacidade interna dos países engajados em sua experiência regionalista, “no se le puede pedir a la integración más de lo que estos escenarios están dispuestos a hacer, a otorgar, a concretar. Son los escenarios internos los que determinan las características, los contenidos, los objetivos, los problemas, los límites y los eventuales logros de la integración¹³³”. Mas tampouco se pode ignorar os interesses externos e a pressão dos EUA nos assuntos hemisféricos que tanto podem influenciar as políticas e decisões dos organismos regionais, como podem influenciar explicitamente os próprios governos nacionais participantes. Isto é,

en términos generales a Estados Unidos no le interesa una latinoamérica integrada. Es muy interesante cuando uno revisa la historia de los primeros esquemas, como Estados Unidos colocaba vetos y límites, ya he habido múltiples muestras de eso. Que en el fondo apuntaban a que la integración latinoamericana no tuviera una fuerza suficiente como parte de esta especie de conflicto permanente entre lo latinoamericano y lo panamericano. Creo que la intención panamericanista estadounidense siempre ha estado presente desde finales del 1800 hasta el Área de Libre Comercio hace 20 años. (...) ¿Para qué la integración si podemos hacerlo a nivel hemisférico? Hay un grado de influencia externa de Estados Unidos con el ALCA para hacer frente a la integración¹³⁴.

Há que se ressaltar também que uma conjuntura regional favorável à integração tende a consolidar tendências bem como justificar a predisposição

132 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

133 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

134 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

desses períodos históricos em criar diferentes arranjos institucionais vocacionados a operar e a produzir novas ideias com potencial de influenciar a política exterior e os processos de tomada de decisão no âmbito regional. Por outro lado, períodos históricos desfavoráveis explicam em alguma medida a tendência de desarticulação, fragmentação e/ou desintegração regional, que tanto podem impactar o desempenho dos atores inter-estatais como das comunidades epistêmicas comprometidas com o desenvolvimento latino-americano. Isto é, os períodos de baixa convergência ideológica “pueden generarse procesos que autorreproduzcan regionalización: patrones de reproducción de prácticas en niveles múltiples que demanden la continuidad, construcción o reproducción de (algún grado de) gobernanza regional” (SARAIVA e GRANJA, 2019, p.160). Além das decisões dos governos, portanto, há um processo que remete aos fluxos de ideias provenientes das comunidades de especialistas e das instituições da sociedade civil que estão em permanente movimento, muitas delas inclusive identificadas com o campo acadêmico e de assessoramento político, mas que muitas vezes não têm a devida ressonância na política exterior de nível governamental, mas que são essenciais para construir a governança regional. E nesse sentido, mais que criticar a política externa “estadocêntrica” e a baixa permeabilidade à participação dos movimentos sociais para pautar a agenda de política externa, faz-se necessário investigar quem são e quais as estratégias de grupos tais como “o *lobby* conservador, o *lobby* da bancada ‘bala, boi e bíblia’, sendo fundamental questionar quem é que está pautando o estado pelo outro lado e qual é o *lobby* que está por trás disso¹³⁵” e até que ponto podem estar relacionados às comunidades epistêmicas, já que são conceitos e atores distintos. Por exemplo, “o caso da FIESP e do Agro pop¹³⁶” já citado no contexto específico do Brasil. Dito de outra maneira, é muito improvável que esses processos não partam do estado ainda que a integração regional não seja uma iniciativa exclusivamente estatal, ou seja

as outras iniciativas de integração regional também foram “estadocêntricas”. Não que aqui tenha que ser assim, mas na Europa foi fundamentalmente “estadocêntrica”. Na América do Norte, o Nafta que nunca se preocupou com os temas de participação cidadã também é completamente “estadocêntrica”. Na

135 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

136 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

União Africana também são as cúpulas presidenciais que dão a linha, ainda que lá a existência da burocracia ajude a permear e estruturar programas específicos e ações que partem via de regra do Estado¹³⁷.

Além disso, percebe-se que em certos momentos históricos os atores, grupos e potenciais comunidades epistêmicas confluem de forma mais assertiva no estabelecimento de uma agenda da integração forte e com o potencial de criar instituições, gerar e difundir ideias, implementar agendas, movimentar recursos, gerando projetos, interações e engajamento de pessoas em torno de projetos integracionistas que em outros momentos não alcançam a mesma relevância e impacto nos processos regionais latino-americanos.

A relativa homogeneidade de ocasião não deve ser associada à ideia de unanimidade, uma vez que existem diferenças políticas no mesmo campo ideológico e a diversidade de pensamento é inerente a qualquer processo que envolva o regionalismo latino-americano. Por exemplo, ao analisar o caso brasileiro, Celso Amorim argumenta que “a política externa começou a mudar sobretudo ao final do Governo Dilma, mas manteve, digamos, os princípios constitucionais brasileiros. Houve uma mudança na visão e até algumas posições equivocadas, e outras até se mantiveram, talvez, com menos entusiasmo, mas sem mudanças radicais¹³⁸”. Assim,

en períodos anteriores había una cierta homogeneidad, por ejemplo, en término del proyecto industrializador, digamos de los 50, 60, 70 y una relativa homogeneidad en torno a el patrón neoliberal en los 90. Desde el 2000 en adelante lo que hay es un escenario claramente heterogéneo donde coexisten proyectos notoriamente distintos. Por un lado proyectos de desarrollo nacional, por otro lado proyectos y estrategias de inserción internacional en la economía mundial y también vinculado con eso propuestas, actitudes y decisiones distintas respecto de la relación entre los países de la región. Está notoria heterogeneidad estaría explicando buena parte de lo que ha ocurrido a lo largo de este siglo y, en particular, de lo que ha venido ocurriendo en los últimos años con todos aquellos proyectos integradores en cuyo interior había gobiernos notoriamente distinto desde el punto de vista ideológico y de propuesta de desarrollo¹³⁹.

Pondera-se, todavia, que, apesar da relativa pluralidade política e

137 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

138 Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

139 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

ideológica no subcontinente sul-americano, o período identificado como de regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico conseguiu imprimir consensos mínimos nos esquemas de integração e cooperação que guiaram o concerto regional, o que não é pouco ao considerar o contexto volátil e complexo da América Latina. Inclusive, ao mencionar o esvaziamento mais recente da UNASUL, Jaime Estay pondera que a instituição tinha um cenário extremamente heterogêneo ao ter em seu quadro os governos da Colômbia e Venezuela, para apenas citar um exemplo dos seus extremos, mas que não chegou a ser um empecilho em si ao seu funcionamento apesar das tensões já conhecidas. Essa capacidade inicial de negociação, inclusive, fez com que a UNASUL incorporasse as “iniciativas que já existiam como, por exemplo, a IIRSA, dando a adequada orientação política e institucional por meio dos conselhos. Essa era a arquitetura do negócio. Só que nos últimos anos aumentou a polarização política e a fragmentação¹⁴⁰” que trouxe como consequência uma desintegração econômica, que afetou profundamente o Mercosul. Isto é,

a crise industrial e a expansão acentuada das exportações primárias no Brasil acompanham a tendência de reprimarização na região, mas mesmo com essa agenda primário-exportadora, a região teria muito a ganhar atuando em conjunto e sob a liderança do Brasil. Mas o Brasil não tem conseguido construir esses consensos, e claro, a crise da Venezuela tem um peso grande nisso sendo um grande divisor de águas. Diferente do que ocorria anteriormente, talvez a crise na Venezuela tenha sido a principal justificativa para associar negativamente o projeto da UNASUL e de integração sul-americana ao bolivarianismo, o que não existia antes. Então nesse momento de fragmentação a ideia de integração deixa de ser hegemônica, ao ponto de reverter a participação integral dos países-membros que anteriormente participaram porque o custo de não participar era muito maior do que o de participar. E os ganhos eram muito menores não participando do que participando¹⁴¹.

Dessa forma, como ocorre em qualquer processo de integração em que haja uma maior heterogeneidade ideológica, em que o regionalismo e sua dinâmica decisória são ligeiramente dificultadas, os esforços foram insuficientes para evitar os retrocessos subsequentes que culminariam na paralisia dos organismos regionais pré-existentes. Nesse sentido, Briceño-Ruiz pondera que a

140 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

141 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

heterogeneidade ideológica ocorre quando

algunos de los actores comparten las premisas y valores de la ideología liberal y otros los del nacionalismo económico. Estas visiones encontradas pueden afectar el desarrollo de un grupo, en particular en lo que se refiere al proceso de toma de decisiones. En el caso de los procesos regionales esto puede ser aún más complejo, pues normalmente se requiere unanimidad o consenso. Sin embargo, la heterogeneidad ideológica no bloquea el funcionamiento de un bloque regional, pues se puede alcanzar un mínimo común denominador. La heterogeneidad en cambio puede ser más problemática para iniciar un proceso regional, especialmente si se refiere a temas sustanciales. No obstante, tampoco lo impide forzosamente, pues se pueden dar concesiones iniciales que satisfagan las demandas de socios potenciales renuentes (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p.28).

Em 2011, por sua vez, Colômbia, Chile, Peru e México criaram um bloco – Aliança do Pacífico – guiado pelo Regionalismo Aberto com capacidade de trazer novos ventos para a América do sul, o que implicaria no início de uma mudança gradual nos princípios da integração regional em um momento de franco domínio da ideia de um Regionalismo Pós-liberal (ou pós-hegemônico) na América Latina. Assim, “la Alianza del Pacífico significó para Colombia y sus socios un reimpulso a la integración comercial en la región, que había sido puesta en un segundo plano en propuestas como la Unasur y el ALBA” (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p.39). Em 2012, a partir do aprofundamento da crise político-institucional no Paraguai, ocorreria a destituição de Fernando Lugo da presidência e o isolamento político com impacto duradouro nas relações regionais. Em 2013, a partir do aprofundamento da crise venezuelana e da morte prematura de Hugo Chávez, somado ao gradativo aumento da crise política e econômica no Brasil, que culminaria no impeachment de Dilma Rousseff da presidência do Brasil (2016), ocorreria a deterioração gradativa de organismos sub-regionais do quilate da CAN, Mercosul e Unasul sem que uma nova arquitetura e política regional fosse pensada para suprir as necessidades da região. Por fim, em 2019, após o “convite” das Forças Armadas bolivianas, Evo Morales foi forçado a renunciar à presidência de seu país. Essa rápida decomposição do concerto regional interrompeu a governança existente e abriu um hiato pela falta de formulação de uma política de integração entre os governos de direita, o que reforça um vazio institucional e a inexistência de comunidades epistêmicas identificadas com tal

ideologia para pensar e orquestrar os processos de integração latino-americana. Em outras palavras, “los últimos 20 años son casi una cosa esquizofrénica por lo decir de alguna manera. Desde el compromiso integracionista de la mayoría de los gobiernos de izquierda y luego ese ciclo completo en dirección completamente contraria de Bolsonaro, de Macri, de el mismo Lacalle Pou en Uruguay¹⁴²”.

De certa forma, os organismos criados a partir da “maré rosa” – sobretudo a UNASUL, ALBA e CELAC – foram quase extintos ou perderam sua relevância, restando um vácuo na memória institucional dos arranjos regionais da região. Tanto é assim que, ao citar os casos da ALBA e UNASUL, Daniele Benzi acrescenta que os processos de cooperação e integração regional já davam mostras de esgotamento antes mesmo da ascensão dos governos de direita. Curiosamente, no primeiro refluxo conjuntural os mecanismos de integração – uns mais e outros menos – deixaram de funcionar muito pelo baixo nível de institucionalização e pela falta de vontade política que impediram a agenda de avançar, seja pelo desfalecimento das iniciativas intergovernamentais, seja pelo impacto nos atores, instituições e comunidades epistêmicas responsáveis por promover estudos, assessoria e difusão de conhecimento entre o nível governamental e intersocietal. No tocante a falta de projeto para a memória e para os processos de integração regional, ressalta-se que

o site do Mercosul e do Instituto Mercosul é um desastre, está tudo perdido, as informações estão perdidas, você manda e-mail para o Instituto Mercosul solicitando acesso a tal conteúdo e simplesmente não é possível acessar a informação. E uma vez que os governos se comprometeram a fazer parte, é importante organizar essa memória. Mas tem outro problema mais grave nisso: a memória sobre a integração é uma memória fragilizada, apagada, existe um descuido e um desinteresse com a memória institucional. Não houve investimento, não houve a contratação de historiadores, arquivistas e bibliotecários nos moldes do que fez a comunidade europeia. Agora na pandemia está se discutindo muito isso: memória pública e memória institucional. O problema principal é a falta de projeto para a memória, e a consequência direta é o esvaziamento da luta pela memória e a falta de batalha em torno de qual memória deve prevalecer dentro do Mercosul. Por exemplo, prevalece a memória do Sarney ou a memória do Lula?¹⁴³

142 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

143 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

4.2.1. Limites da integração ideológica: fragmentação e desintegração?

Apesar do giro político e ideológico que periodicamente afetam os processos de integração regional, e ainda que haja diferenças de forma e conteúdo entre os governos de esquerda, de centro ou de direita, é incorreto afirmar que apenas governos progressistas incorrem no “erro” de politizar a agenda da integração, haja vista que a ideologia é um fenômeno dinâmico presente no tecido social e político das sociedades. Nahuel Oddone pondera que as comunidades epistêmicas da América Latina e particularmente da América do Sul vinculadas à integração regional têm uma visão excessivamente ideológica e não recepcionam tão bem a pluralidade de ideias e a diversidade política. Ao mencionar a politização exacerbada da integração, Edgar Posada pondera que a “polarización política y la falta de un grado mínimo de institucionalidad son 2 de los elementos mayores de falta de funcionamiento de la integración latinoamericana”. Nesse sentido, Posada pondera que esse

grado de ideologización que ha llevado a una polarización política que divide, que hace que se vea de un grupo de integración a otro como enemigos. Usted allá que no si no es integración comercial. Usted que no si no que ha politizado la integración político-social. Lo que necesitamos es quitar la ideología, la integración no debe tener ideología. La integración, conceptualmente, cualquier proceso de integración creado en el mundo tiene como objetivo central siempre su artículo primero una razón muy sencilla: buscar lograr el mayor bienestar de la población. No hay porqué politizar la integración, pero hay que revalidar que la integración es de alcance multidimensional, que tiene que ser económica, que tiene que ser comercial, que tiene que ser política, que tiene que ser social, que tiene que ser cultural. Y ahí complementada por un segundo punto: con algún grado de supranacionalidad¹⁴⁴.

Por outro lado, existem estudiosos que defendem os processos de integração regional como uma política de Estado independente de quem esteja nos governos nacionais e de qual seja a sua linha ideológica. Isto é, os processos de integração latino-americana precisam superar a partidarização ou o sectarismo ideológico que dificultam a unidade para fazer valer a posição estratégica da região, sobretudo ao considerar a posição geopolítica da América do Sul e a

144 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

dimensão estratégica do Brasil nesta sub-região como condição recíproca para consolidar esse bloco de poder no sistema internacional. Dito de outra forma,

o tema da integração tem que unir da esquerda à direita, tornar-se hegemônico mesmo. Mas a gente não conseguiu consolidar isso nas últimas décadas porque sempre foi um processo partidarizado em vez de ser conduzido como uma política de estado, não só por parte do Brasil, mas principalmente aqui isso é central, haja vista que sem o Brasil não tem integração. O Brasil sozinho não faz a integração mas o Brasil é aquela variável necessária, não é o suficiente mas é essencial para promover a integração da América do Sul¹⁴⁵.

Por sua vez, segundo Jaime Estay, os processos de integração regional têm um histórico de promover tentativas frustradas de tal forma “que en América Latina casi tenemos la costumbre de no desaparecer con ningún organismo regional una vez que lo creamos. Pero es evidente que los distintos organismos y esquemas de integración han tenido etapas verdaderamente improductivas¹⁴⁶”. Em outras palavras,

ya llega a tener creado organismos que no fueran como la OEA o el SELA. El SELA en Caracas, el Sistema Económico Latinoamericano, donde están todos los países del continente menos Estados Unidos y Canadá. Pero no, no era suficiente, hay que crear otro, ahí está también la CELAC. Pero como le dan un contenido político, entonces hay una pelea entre los gobiernos, ahí está un Bolsonaro que ya se retiró. Brasil en ese momento no forma parte de la CELAC. Entonces es una CELAC sin Brasil, una potencia latinoamericana, ¿que alcanza? Muy complicado, el fenómeno de la politización de América Latina ha permeado y afectado la integración, y es causante de buena parte de la parálisis de la integración. Por qué entonces de los noventa a la primera década de este siglo, lo que pasamos fue hacer bloques descalificando hace uno y otro. Aquí no hacemos si no dividimos, dividimos y dividimos, y crear, y crear, y crear organismos pensando que eso arregla las cosas¹⁴⁷.

Ao comparar o processo latino-americano com o europeu, Malamud argumenta que apesar de haver origem similar, a América Latina teve uma “evolução inversa”, haja vista que “a origem institucional remete a 1960 quando simultaneamente se cria a ALALC em Montevideo e o Mercado Comum Centro-

145 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

146 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

147 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

Americano (MCCA), havendo duas Américas Latinas, como na Europa. Há duas regiões: uma que quer ser autônoma e inclui Cuba – mesmo que não faça parte desde o início –, que estará dentro da ALALC e depois na ALADI, e o Mercado Comum Centro-americano que era uma federação produzida pelos Estados Unidos, sendo os EUA o fiador externo”¹⁴⁸. Além disso, Malamud pondera que na América Latina prevalece a tendência à fragmentação e menciona o caso primeiro do Pacto Andino que

é composto por países pequenos da ALALC que dizem: nós fundamos uma organização comum para nos defender dos grandes, mas os grandes dessa organização estão a nos comer. Brasil, México e Argentina estão a abusar, então agora Chile, Peru, Equador, Bolívia e Colômbia fazem um grupo à parte, sem sair da ALALC. E assim vão se constituindo subgrupos de subgrupos. O Mercosul na prática é um acordo de complementação econômica ao abrigo da ALADI. A ALADI é a ALALC transformada em 1980, também em Montevidéu. Então o que vemos é uma origem parecida com a Europa, mas uma evolução oposta: várias iniciativas sendo criadas em vez de diminuir e afunilar¹⁴⁹.

Dessa forma, o problema da fragmentação que desestrutura os processos de integração regional se repetem em outros segmentos da governança regional, descontinuando experiências, ideias e instituições regionais anteriormente constituídas, sendo que essa “fragmentación también existe a nivel de los institutos, de la academia, de las universidades e inclusive en los movimientos sociales¹⁵⁰”. Na prática, os processos de integração regional estão retrocedendo após o forte impulso adquirido com o regionalismo pós-hegemônico no início deste século que, em alguma medida, estava associado a uma agenda política que não se concretizou, seja pelo vácuo na liderança regional e pelo impulso insuficiente para institucionalizar os novos processos e fluxos de ideias, seja pela dificuldade de priorizar as questões econômicas e materiais, que são essenciais para consolidar qualquer processo de integração em regiões periféricas como a América Latina, ou seja

na atualidade a região enfrenta a ausência de lideranças regionais com pensamento integracionista, algo que é incomparável com o período entre 2000 e

148 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

149 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

150 Fonte do autor: entrevista realizada com Amanda Barrenengoa em 30/04/21.

2010. Neste aspecto, o Hugo Chávez, o próprio Fernando Henrique Cardoso, o Ricardo Lagos, o Alejandro Toledo, o Lula, o Tabaré Vázquez, o Kirchner, a Michelle Bachelet, o Evo Morales foram presidentes que tiveram liderança regional para a construção de uma agenda de integração em um nível possivelmente superior dos que estão hoje no poder¹⁵¹.

Segundo Pedro Barros, o Brasil é um dos poucos *players* regionais que pode mobilizar as diferentes dimensões da integração latino-americana, haja vista que o país tentou promover uma agenda ampla e inclusiva desde a redemocratização dos anos 1980 com destaque para o período entre os anos 2000 e 2015. O autor pondera que a América do Sul não se tornou uma área geoestratégica de relevo e diferentemente de outras iniciativas como “a ALBA, Aliança do Pacífico e Grupo de Lima, que são fracionadas, até 2017 o Brasil não participava dessas iniciativas sequer como observador, uma vez que buscava promover espaços que incluíssem todos os países, independentes da orientação político-partidário¹⁵²”. Além disso, há também uma preocupação pelo processo de institucionalização das iniciativas na região tendo em vista que desde 2017 a integração regional sofre um processo de desinstitucionalização que afeta a garantia de consenso para a tomada de decisão. Tanto que nem o PROSUL e o Grupo de Lima foram discutidos nos parlamentos.

Por outro lado, inspirado pela experiência africana de criar vários blocos econômicos menores e que se sobrepõe entre os diferentes países e sub-regiões, Lucas Kerr chama atenção para a metodologia utilizada pela União Africana de promover a integração dos múltiplos blocos autônomos do continente. Isto é, na visão dele, uma eventual crise em um dos pilares de integração continental, que inclusive podem surgir pela dificuldade de alcançar consenso em certos temas, pode ser amparado pelos demais arranjos institucionais existentes no seio da comunidade africana. Ou seja,

estou cada vez mais convencido de que era melhor ter uma instituição para cada tema, o que daria mais trabalho para desconstruir. E se um país quer sair, ele sai de uma instituição e não implode a UNASUL. Se a UNASUL tivesse sido transformada em 5 instituições, sendo uma para cuidar de questões econômicas, outra de questões políticas e diplomáticas, outra para cuidar de segurança e

151 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

152 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

defesa, outra para pensar em infraestrutura e outra para pensar a integração sociocultural separadamente provavelmente seria mais difícil de um país sair de todas, entende? Acho que a UNASUL foi um caso desse tipo e talvez a gente tenha apostado muito alto. O prêmio era muito grande, o sonho também, criamos um mecanismo supranacional e tudo tinha que ter votação por consenso. Não deu. Ou o negócio funciona por maioria simples em algumas coisas ou então não funciona. Mas não vai ter maioria simples em tudo, então é melhor separar em instituições diferentes. É melhor ter várias organizações regionais que produzam e colaborem para o regionalismo do que você ter uma instituição única e centralizada que pode ser implodida com tanta facilidade como foi a UNASUL¹⁵³.

Com a deflagração da pandemia de Covid-19, o conselho de saúde da UNASUL foi amplamente lembrado tanto pelo sucesso na gestão de políticas públicas regionais como pela atuação setorial, definição de estratégias e articulação de especialistas e instituições locais e regionais dos países sul-americanos. Nesse sentido, Nahuel Oddone argumenta que “probablemente si persistiese la UNASUR salud no habría pasado lo que hemos pasado en el contexto de la pandemia, una vez que es un eje sectorial clave y podría haber avanzado mucho”¹⁵⁴. Por outro lado, Pedro Silva Barros menciona um texto do boletim de Economia Política Internacional do IPEA, de 2020, em que

a gente analisa de forma comparada as respostas à pandemia da América do Sul, do SICA e da União Africana e resta evidente que a institucionalidade é fundamental. Por exemplo, o orçamento de \$11 milhões de dólares da UNASUL era ridículo e mesmo assim o seu recurso nunca era executado em sua totalidade, porque sempre tinha um ou outro país atrasado. Veja, \$11 milhões de dólares é muito menor que o orçamento da UNILA e é incomparável com as demais instituições. Por exemplo, a UNASUL tinha uns 40 e poucos funcionários, enquanto que a Comissão Europeia tem 30.000 empregados. Apesar do orçamento do Mercosul também ser enxuto, mesmo assim, o bloco tinha uma estrutura maior. Além disso, tinha alguns instrumentos como o FOCEM, que era muito superior ao que a gente tinha de fundo na UNASUL¹⁵⁵.

Além disso, Oddone acrescenta que no contexto de pós-pandemia, não há possibilidade de recuperar as taxas de crescimento do passado sem retomar a integração regional, ou seja, não será possível retomar a atividade econômica com agilidade sem promover o comércio intraregional, haja vista que “la postpandemia

153 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

154 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

155 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

terá uma economia mais regionalizada”. Isto é, “dinamitar nuestros procesos de integración regional en el contexto de la post pandemia es justamente extender nuestra curva de recuperación y riesgo del aumento de la pobreza en nuestra región”¹⁵⁶. Ademais, Nahuel argumenta que o processo da UNASUL está provavelmente encerrado uma vez que o seu desmantelamento é consequência direta das limitações da “diplomacia presidencial” que envolvem a própria integração ideológica. Isto é,

la integración ideológica tiene limitaciones temporales importantes, y eso se dio especialmente materializado en el ámbito de la UNASUR a través de la diplomacia presidencial. La diplomacia presidencial ayudó mucho, tiene una serie de defectos y virtudes, ayudó mucho en UNASUR, ayudó mucho en Mercosur con consonancia ideológicas pero con diferencias ideológicas muestra sus limitaciones y esa es la cuestión específica a analizar. Yo creo que hoy la diplomacia presidencial no nos está sirviendo. Entonces, la diplomacia más vinculada al ámbito de las cancillerías cerca a alguna oportunidad en ese contexto suele cierta bien difícil. Otras diplomáticas que puedan ayudar, la diplomacia parlamentaria, que tampoco está en su mejor momento, la diplomacia ciudadana, que podría llegar a tener cierto valor en ese contexto¹⁵⁷.

Soma-se a isso, a experiência multidisciplinar e multissetorial da “IIRSA que está como una rueda suelta pero va pasar a ser manejado también por la comisión respectiva dentro de UNASUR que acaba de tomar fuerza”¹⁵⁸. Após a sua criação em 2000, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) conseguiu fortalecer a cultura regional de planejamento em infraestrutura e logística que envolve governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado, reconhecendo, dessa forma, que não é o suficiente apenas reduzir barreiras aduaneiras para promover a integração da região. Ou seja, para cultivar a cooperação e a integração regional é indispensável planejar a construção da estrutura física que possibilite o aprimoramento tanto da livre circulação de pessoas, produtos e serviços, quanto do fluxo de conhecimento que possa qualificar a governança regional. Dessa forma, diferentemente do enfraquecimento imposto aos outros arranjos regionais, a IIRSA manteve sua atuação à margem da crise regional muito pelo financiamento e suporte

156 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

157 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

158 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

dispensado pelos organismos de fomento do porte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), bem como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse caso específico da IIRSA, contudo, faz necessário ponderar os interesses financeiros envolvidos e analisar eficiência do *lobby* constituído para viabilizar os

projetos de infraestrutura que tiveram enorme apoio da iniciativa privada, dos bancos e do capital. E que esses mesmos projetos tiveram resistência gigantesca dos movimentos sociais. Inclusive, uma das maiores fragilidades do governo Lula se deu com os povos indígenas, porque era um projeto desenvolvimentista e extrativista¹⁵⁹.

Enfim, as evidências empíricas do campo da integração parecem reforçar que há uma certa tendência de avanço dos processos de integração regional em períodos de convergência ideológica. Por outro lado, nos períodos em que ocorrem divergências ideológicas bem marcadas existe uma dificuldade em alcançar acordo nas negociações de interesse da governança regional. Apesar disso, é preciso tomar um certo cuidado e evitar generalizar toda e qualquer

relación de causa-efecto entre convergencia ideológica y crisis/retroceso/avance. La evidencia demuestra que existe cierto grado de correlación, pero la comprensión cabal del éxito, progreso, estancamiento o crisis de un proceso regional debe considerar otras variables como el consenso sobre el modelo de integración (que se vincula a la estrategia de desarrollo de los países miembros), la fortaleza institucional, el liderazgo regional, la participación de actores sociales y productivos y una dosis de pragmatismo (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p.51).

Com relação a CELAC, acrescenta-se que o governo de Calderón, no México, cumpriu papel central na criação dessa instituição de perfil mais político, sendo que “hubo una apuesta por crear una instancia latinoamericana que tiene características que no son del agrado de los Estados Unidos. Yo efectivamente ubicó a la CELAC compitiendo con la OEA, organismo que se opone, que se coloca al frente de la OEA, como espacio aglutinador que deja fuera Estados Unidos y Canadá. Y por lo tanto claramente latinoamericana, y no hemisférica¹⁶⁰”.

159 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

160 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

No entanto, ao considerar a dependência histórica que a economia mexicana tem dos EUA e que essa dependência era vista como algo desejável e até positiva por parte da sociedade daquele país, não havia outra estratégia possível que não a CELAC para diversificar suas relações exteriores com a vizinhança e até mesmo com a China.

No mais, o próprio Mercosul já recebeu vários obituários, e mesmo o pêndulo político tendo regredido a tal ponto de transformar a integração regional em um instrumento supostamente defasado, o organismo intergovernamental permanece existindo em meio à crise regional da atualidade. Embora, na prática, o Mercado Comum do Sul tenha passado à margem do que aspiravam os pensadores estruturalistas, que era a ideia pioneira de reposicionar a região na geopolítica internacional, “acredito que a integração é um caminho sem volta e que não existe a possibilidade da região virar as costas para esse patrimônio. Eu duvido que a gente vá mudar a política de ingresso e acho difícil voltar para aquela estrutura fechada de estado-nação. Depois da pandemia essas interconexões continuarão existindo¹⁶¹”. Marcus Maurer menciona sua passagem pela secretaria do Mercosul entre 2015 e 2020 e pondera que pouco se discute sobre temas sensíveis para o desenvolvimento latino-americano no bloco, e que apesar de terem incluído temas relevantes de cunho social ainda tem pouco impacto na estrutura institucional e decisória. Em outros termos,

eu virei consultor jurídico da Secretaria do Mercosul e cheguei achando que eu ia ocupar um cargo que agregasse no desenvolvimento. Mas ninguém toca nesse tema. A intelectualidade latino-americana não está presente nos andares, não está nas bibliotecas, não está nas atas, não está nas agendas de negociação. Você passa 5 anos dentro da estrutura do Mercosul e não ouve falar em desenvolvimento, não se ouve a palavra América Latina, e isso ocorreu no período de 2015 a 2020 em que eu fiquei no Mercosul. Mas me atrevo a dizer que ocorria o mesmo anteriormente. Incluíram o debate de igualdade de gênero, de inclusão social, incluíram tudo que não está nos documentos, mas esses temas não reverberam na estrutura das organizações internacionais¹⁶².

Por sua vez, a representante sindical Maria Silvia Portela (CUT) pondera que “é preciso definir qual será a prioridade sindical no processo de recuperação

161 Fonte do autor: entrevista realizada com Karine de Souza Silva em 20/04/21.

162 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

do Mercosul¹⁶³ tendo como preferência a conformação de um projeto de integração de perfil popular que busque abranger os anseios da classe trabalhadora e que possa ir além dos interesses comerciais das grandes corporações, sendo essencial transcender a ideia de um bloco primário exportador de *commodities* gerido única e exclusivamente por tecnocracias especializadas. Maria Silvia pondera que é insuficiente transpor um discurso genérico e abstrato da agenda política-ideológica nacional para o âmbito regional sem focalizar na luta por mais empregos, combate a desigualdade e melhores condições de trabalho a serem encampadas pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Mercosul (composta pela PIT CNT, CTA e CUT). Ademais, Larisgoitia reforça que na atualidade “el Mercosur ha pasado o está pasando sus peores etapas de integración. UNASUR está destruída y hay que reconstruirla y no sé si con el mismo nombre o con otro, pero hay que volver a esa idea¹⁶⁴”.

Enfim, acrescenta-se que é imprescindível abrir as chancelarias para a participação social e o debate da política exterior de interesse público, mas é crucial que esse debate público supere o voluntarismo e o assembleísmo de algumas cúpulas sociais – uma vez que costumam ser espaços consultivos de baixo impacto nos processos decisórios e na própria forma tradicional de implementação das políticas e decisões regionais –, que muitas vezes envolvem a participação de representantes da sociedade civil e consiga efetivar a institucionalização de canais de diálogo e formulação, sendo necessário que os movimentos sociais, os acadêmicos e especialistas organizem simultaneamente uma pressão nacional e regional nos atores e órgãos inter-estatais, tendo em vista que

os diplomatas da região não querem que a secretaria do Mercosul seja ocupada por intelectuais, e essa estratégia de impedir a relação com os intelectuais existe desde sempre. Faltou aprimorar a estratégia para superar a interdição da relação entre o segmento acadêmico, técnico e político. Nesses 5 anos na secretaria do Mercosul, eu precisava pedir autorização para participar de congressos. Eu não podia escrever artigos, publicar livros e ministrar palestras. A estratégia para evitar que a secretaria do bloco seja oxigenada existe há muito tempo. Mas isso falando apenas da Secretaria que é a mais antiga, porque no caso do Instituto Social do Mercosul tem um pouco mais de autonomia, o ISM é um pouco mais

163 Fonte do autor: entrevista com Maria Silvia Portela em 15/04/21.

164 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

oxigenado por conta do perfil, mas também porque tem menos interferência no processo decisório. Então, se vai ficar na perfumaria da integração, pode oxigenar. Mas se estará no processo decisório, então não¹⁶⁵.

Outra estratégia muito recorrente entre partidos políticos e sindicatos de esquerda, foi criar secretaria de relações internacionais para atuar nos processos regionais e assim organizar uma agenda política e articular com outras organizações dos países vizinhos, isto é

o PT, assim como a frente ampla e o peronismo na Argentina entre outros, tinham e têm uma Secretaria de Relações Internacionais [a CUT também tem]. Desde a fundação do PT, o Marco Aurélio Garcia foi a principal figura da Secretaria de Relações Internacionais do PT. E ele foi assessor do Lula durante a presidência da república. E ele era professor da UNICAMP. O governo escutava a academia, os acadêmicos estavam em todas as atividades, mas o PT tinha um projeto político com relação à integração que é anterior a isso, que data da década de 1980. E o Marco Aurélio tinha muito peso. Mas mesmo que você reclame, enfim, eles eram convidados, e estavam lá, estavam jogando o jogo, o que hoje em dia já não tem, mas que atualmente precisaria ressignificar este espaço. Mas eu concordo que tem, por exemplo, muitas similitudes entre Celso Lafer e Celso Amorim que as pessoas não identificam, e deveriam identificar¹⁶⁶.

4.3. Comunidades epistêmicas sul-americanas da integração?

Ao discutir os processos de integração contemporâneos na América Latina, é importante distinguir entre os diferentes projetos existentes nas sub-regiões, haja vista que “el regionalismo sudamericano no debe ser comparable en su todo o no debe ser la representación única del regionalismo latinoamericano¹⁶⁷”. Dito de outra forma, “las Américas Latinas son muchas, son distintas, hay diversidad y noto mucha diferencia entre Centroamérica y América del Sur¹⁶⁸”. Na mesma linha de raciocínio, Ernesto Vivares distingue “latinoamérica de suramérica porque históricamente son procesos distintos y que la heterogeneidad que tiene debe manejarse analíticamente desde otro punto de vista¹⁶⁹”. O autor reforça essas diferenças crescentes entre os países latino-

165 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

166 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

167 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

168 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

169 Fonte do autor: entrevista realizada com Ernesto Vivares em 03/03/21.

americanos a despeito de serem da mesma região geográfica e descenderem historicamente da colonização ibérica e terem a mesma referência étnica, cultural e religiosa. Por exemplo, ao considerar a relação econômica, comercial e financeira decrescente dos últimos cinquenta anos entre o México e a América do Sul, pondera-se que a conexão nunca foi grande, a tal ponto que, segundo Ernesto Vivares, “en el 60 llegaba al 17% y en el 2010 llega al 1,6%. ¿Y por qué? Porque el 98% de la economía mexicana está vinculada a Estados Unidos y Canadá”. Em outras palavras, “hay una Suramérica, una América Central que es un despelote, y México no tiene nada que ver. (...) Yo planteé que para entender el Sur vos tenés que entender la reformulación de las Américas como hemisferio dentro del orden mundial” (idem). Além disso, Vivares é taxativo ao elencar a desigualdade, a instabilidade e a informalidade como elementos constitutivos da América do Sul frente as demais regiões do globo.

Ao considerar as diferentes dinâmicas existentes na América Latina e no Caribe e, especialmente ao estabelecer contrastes com os processos de integração existentes nos países andinos e na América Central, Pia Riggirozzi reforça a necessidade de pensar os processos regionais através de diferentes blocos e projetos de regionalismos que vão muito além da hegemonia da América do Sul e do Mercosul, isto é

hay que pensar la idea de la hegemonía también en el pensamiento latinoamericano. Y pensar que por mucho tiempo hubo también una súper hegemonía en el pensamiento donde América Latina era en realidad lo que en Brasil, Argentina, Uruguay y Chile construyen, ¿no? No hablan de América Latina, y en realidad, una de las cosas interesantes que nos permitió comenzar a pensar es la deconstrucción de la idea de América Latina como si fuera un todo y pensar al regionalismo como muchos regionalismos. Entonces tenemos el regionalismo del Mercosur, el regionalismo de la Unasur, los países andinos que siempre fueron muy poco observados por qué el pensamiento del regionalismo, incluso todos los escritos que se hacen desde Europa siempre son sobre el Mercosur. No hay mucha referencia al pensamiento andino, no hay mucha referencia a la construcción política andina o el sistema institucional andino y mucho menos sobre América Central. Y ahí hay una oportunidad perdida por qué en América Central hay una construcción regional identitaria, político y institucional qué es impresionante. Creo que es una tentación ideológica y una construcción hegemónica hablar de cada espacio regional en sus marcos normativos, sus dinámicas y hasta de la formación identitaria del regionalismo latinoamericano solamente para referirse a América del Sur. Nosotros hablamos

de regionalismo como si fuera Mercosur y nada más. Hay mucho más por observar y no solamente por la región andina o de Centroamérica. Cuando volvemos a la idea de bordes y de construcciones transfronterizas, hay ahí mucho más para desagregar y problematizar de la construcción latinoamericana¹⁷⁰.

Também deve-se destacar que a análise da existência e atuação das comunidades epistêmicas da integração não pode ser confundida com o sucesso ou fracasso dos distintos esquemas criados na região. Até mesmo quando projetos e organizações regionais específicos são considerados fracassados, existe um importante aprendizado sobre como e para quê se promove a produção de conhecimento que, inclusive impacta na razão de ser dessas comunidades epistêmicas, haja vista que, “los fracasos no son de suma cero y si no son de suma cero, lo que resta, lo que queda tal vez son las comunidades epistémicas¹⁷¹”. Riggiozzi sustenta que o regionalismo se faz necessário não apenas pelos problemas comuns que afetam a região, “sino también por la existencia de esas comunidades epistémicas que, en su mejor momento se manifestaron a través de UNASUR y eso fue la ventana de oportunidad en otros temas que no comercio y seguridad sobre todo”. De maneira complementar, segundo a autora, ao considerar a dinâmica própria de atuação das comunidades epistêmicas na constituição do Mercado Comum do Sul, sendo que essas não possuíam posição hegemônica ou estrutura cristalizada dentro dos governos e da institucionalidade do Mercosul, ainda assim, essas comunidades auferiram algum sucesso ao dar centralidade aos temas de saúde e educação que se tornariam “pilares fortes” e razão precípua do Mercosul. De outra maneira, “la credibilidad de esas comunidades epistémicas se ve afectada por la falta de apoyo político de los gobiernos, pero existe. Es como si fueran dinámicas paralelas y, si, hay un hiperpresidencialismo que siempre afectó el regionalismo, pero nunca afectó la construcción de comunidades epistémicas regionales¹⁷²”. Dito de outra forma,

o que se chama de Comunidades Epistêmicas é muito forte na América Latina, sendo independente das organizações regionais. De fato, existem comunidades epistêmicas muito fortes entre Argentina, Brasil e Uruguai. Se o Mercosul não existisse elas continuariam existindo, por haver esse sentimento de cooperação,

170 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggiozzi em 29/03/21.

171 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggiozzi em 29/03/21.

172 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggiozzi em 29/03/21.

porque há algum financiamento comum, porque há uma ideologia. Nós, os acadêmicos, somos muito mais integracionistas do que os políticos. Os políticos são os zelosos guardiões da soberania nacional, os acadêmicos menos. Somos mais cosmopolitas, internacionalistas¹⁷³.

Sobre a institucionalidade das comunidades epistêmicas, Malamud argumenta que tanto podem ser formal como informais, mas que é central nutrir uma relação de confiança pautada pela confluência do conhecimento produzido, isto é

tu preguntavas no início se uma comunidade epistêmica é formal ou informal e podem ser as 2 coisas, e habitualmente são as 2 coisas. Informal com certeza. Tem trabalhos da Isabella Alcañez, e tem um artigo comigo na RBPI, ela trabalha com redes transgovernamentais. São funcionários de diferentes governos e de diferentes países que cooperam entre si independentemente das altas hierarquias dos governos. E o Matías Hector também trabalha sobre isso a nível nuclear, que é o mais relevante, a Isabela também trabalha em nível nuclear. E eles falam em cientistas com matrimônio mistos, brasileiros e argentinos, os engenheiros nucleares que se casam entre si. Isto cria confiança. Comunidades epistêmicas são grupos de pessoas unidas pelo conhecimento mas também pela confiança. Muitas vezes isso é muito mais profundo do que acontece a nível dos líderes, até porque os líderes são renovados periodicamente e os matrimônios menos¹⁷⁴.

Outro exemplo mencionado foi a ideia de comunidades epistêmicas latino-americanas na área de paradiplomacia e paradiplomacia transfronteiriça que materializa a busca por interferir positivamente na formulação das políticas públicas em regiões de fronteira, que segundo Nahuel Oddone

lo he utilizado mucho para la creación de la comunidad epistémica latinoamericana de paradiplomacia. De alguna manera simboliza el avance o la búsqueda, no necesariamente el avance, de la academia por diseño de políticas públicas sobre paradiplomacia en general y paradiplomacia transfronteriza en particular. Yo creo mucho en el papel de las comunidades epistémicas, me gusta mucho la aproximación de Haas y Adler y la leo y la uso. Creo que las comunidades epistémicas en materia de integración regional son demasiado ideológicas. A mi me parece que las comunidades epistémicas de América Latina y particularmente de América del Sur vinculadas a la integración regional tiene una mirada ideológica muy clara, ¿no? Y no ha aceptado tanto la diversidad¹⁷⁵.

Por fim, Celso Amorim argumenta que existe uma tendência de

173 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

174 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

175 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

crescimento das comunidades epistêmicas ao longo do tempo, mas que seria preciso garantir maior suporte e apoio oficial para tais instituições transcenderem as fronteiras nacionais e atuarem mais na esfera regional, a saber:

depois você me diz em que comunidade epistêmica eu me incluo. Eu acho que as Comunidades Epistêmicas têm crescido muito se for pegar um período histórico amplo. No Brasil é um pouco mais difícil pelas circunstâncias que existem porque de uma forma ou de outra muitas dessas instituições, mesmo quando privadas, elas precisam de algum apoio oficial, sobretudo as mais sérias que são sem fins lucrativos etc. Mas eu vejo isso crescer embora mais com base nacional. Na Argentina, por exemplo, tem o Observatorio del Sur Global, que é dirigido por Mariana Vázquez, que é ótimo, isso já é uma visão de integração embora de base nacional e várias outras. A UNILA é um exemplo também, são iniciativas nacionais mas que tem uma repercussão mais ampla. Uma que eu participo de uma maneira mais formal é uma que se chama Escola Latino-Americana de Governo ou de Governança – ELAG [Escuela de Estudios Latinoamericanos y Globales] que é organizada também por um argentino. É curioso como os argentinos são muito ativos nisso¹⁷⁶.

4.3.1. Fluxo de ideias e a capacidade de influência

Ademais, ao considerar que o campo da integração regional tem uma multiplicidade de abordagens, atores e grupos engajados nos diferentes projetos de regionalismo, faz-se necessário reconhecer a dificuldade que é investigar a circulação e a influência das suas ideias na constituição de políticas, tratados, discursos, decisões, projetos de lei, publicações científicas, programas de cooperação, entre outros. E ainda que seja desafiador fazer um mapa pormenorizado do fluxo de ideias e da própria configuração dos processos de influência inter e intra-regionais, mesmo assim, é interessante identificar seus traços e tendências, mas sem qualquer pretensão de enclausurar seus membros em estruturas canônicas e institucionais estanques. Na visão de Celso Amorim, por exemplo, é muito difícil de delimitar a real capacidade de instituições, *think tanks* e demais grupos de especialistas de praticarem alguma influência política e decisória, ou seja

sem dúvida eu acho que os sindicatos influíram até na forma de negociar. Mas quando você está falando de sindicato não é bem *think tank*, né? É difícil de dizer os *think tanks* que tiveram uma influência mais intelectual, “*olha, eu tomei essa decisão porque foi um think tank que me falou ou então eu não tomaria essa*

176 Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

decisão(...)”. É difícil porque as coisas vão ocorrendo. Eu mesmo fui professor da universidade. O Marco Aurélio Garcia obviamente era uma pessoa muito ligada a área intelectual, o Samuel Pinheiro Guimarães também. Aliás, não é só falar da esquerda, mesmo da direita, centro-direita ou centro, eu não gosto de classificar os outros. Por exemplo, o próprio Ministro Luiz Felipe Lampreia quando saiu do cargo criou o CEBRI, e que até hoje é atuante. Até que ponto isso influi? Eu não sei, eu acho que é o conhecimento, aquilo amplia o conhecimento, e não é que tem que ser assim, mas ele amplia o conhecimento, e ao ampliar o conhecimento ele influi, influi dessa maneira, sobretudo mais do que propriamente porque decidiu por tal política. (...) É uma coisa curiosa, porque eu acho que os acadêmicos, as pessoas que se dedicam a vida acadêmica querem o melhor dos 2 mundos. Eles querem a liberdade do livre pensar, o que é ótimo evidentemente, mas querem também influir nas decisões do governo. Só que as coisas não são assim, entendeu? Elas são mas não dessa forma direta¹⁷⁷.

Por outro lado, ao analisar os países-membros do Mercosul, Marcus Maurer faz alusão a algumas personalidades, muitos deles ex-ministros de relações exteriores de seus países, mas que seguem influentes e ativos nos assuntos do bloco e da região, sendo associado a uma espécie de memória institucional que o próprio Mercosul tem dificuldade de manter e organizar, isto é

na Argentina, o cara que é o guru é o Felix Peña. Ele fala sobre o Mercosul independente de quem seja o governo na Argentina. Acho que ele foi ministro da economia lá nos anos 1990. Quando ele fala sobre o Mercosul todo mundo escuta. No Brasil, tem o Celso Lafer que todo mundo quer ler o que ele está falando, mas a maioria não concorda. No Uruguai, tem o Enrique Iglesias e o Didier Opertti Badán, que foi chanceler. Eles são figurinhas carimbadas em qualquer evento onde se queira saber o pensamento *mainstream* sobre o Mercosul independente do governo. São os caras que mantêm uma linha contínua de pensamento sobre o Mercosul. São a memória institucional, e inclusive o futuro institucional¹⁷⁸.

Dito isto, é essencial reconhecer que existem diferentes perfis e interações que tanto podem contribuir pontualmente nos processos de formulação e assessoramento, não sendo obrigatória a filiação institucional ou atuação orgânica em um grupo específico de maior abrangência e reflexão formal e padronizada; como também podem atuar de forma mais sistemática e estratégica no recrutamento de membros e formulação de ideias que permitam incidir de forma efetiva no assessoramento e na participação em um ou mais grupos e comunidades

¹⁷⁷ Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

¹⁷⁸ Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

epistêmicas.

De forma complementar, na próxima seção apresentaremos um breve mapeamento das iniciativas regionais que, de alguma maneira, contribuíram com a articulação do processo de integração latino-americana, abrindo espaço para atores e instituições – não apenas comunidades epistêmicas – que tiveram um papel de relevância na articulação, reflexão, formulação e implementação de uma agenda da integração regional.

4.3.2. Centro de Formação para a Integração Regional – CEFIR

O Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), sediado em Montevidéu, foi fundado em 1993 e se constitui como uma instituição da sociedade civil dedicada à pesquisa, à formação e a capacitação no campo da integração regional na América latina e, em especial, no Mercado Comum do Sul. Sua criação instituiu um fórum perene de intercâmbio de ideias ao fornecer cursos e aperfeiçoamentos aos atores da sociedade civil e representantes governamentais.

Diferentemente dos norte-americanos que foram muito resistentes à criação do Mercosul, por exemplo, a União Europeia teve uma postura não só receptiva como incentivou abertamente a constituição do bloco através do CEFIR. Segundo Tullo Vigevani, “a Europa foi uma grande incentivadora, inclusive com financiamento, uma vez que o CEFIR é todo financiado pela União Européia¹⁷⁹”, tendo o objetivo de aprofundar o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre a América Latina e Europa no que concerne a formulação, difusão e implementação de políticas públicas relativas à integração regional.

Dessa forma, ao ser criado como uma instância de investigação e formação no âmbito do Cone Sul, o CEFIR inaugurou um novo espaço de diálogo institucional entre os blocos inter-regionais com vistas a fortalecer novas perspectivas nos processos de integração regional. Ou seja, “desde su sede propicia el intercambio creativo de ideas y prácticas de integración, facilita el desarrollo de experiencias y la participación social y refuerza la capacidad de negociación y toma de decisiones a través de la formación permanente de actores

¹⁷⁹ Fonte do autor: entrevista realizada com Tullo Vigevani em 05/04/21.

clave en el proceso¹⁸⁰”. Dando prosseguimento a análise das iniciativas regionais, na próxima seção abordaremos a experiência do Instituto Social do Mercosul.

4.3.3. Instituto Social do Mercosul – ISM

O contexto de criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) remete ao aprofundamento do ciclo neoliberal da década 1990, em que sucederam-se crises econômicas e políticas a tal ponto de sensibilizar os países-membros para a “necessidade de estabelecer uma estrutura de convergência entre essas questões – desenvolvimento econômico, justiça social e melhoria da qualidade de vida¹⁸¹”, isto é,

a intenção se materializou em junho de 2000, quando os presidentes dos Estados Partes do Mercosul, além da Bolívia e do Chile, assinaram a Carta de Compromisso Social de Buenos Aires, instruindo as autoridades nacionais a “fortalecer o trabalho conjunto entre os seis países, bem como o intercâmbio dos problemas sociais mais graves que os afetam e a definição dos temas ou áreas em que é viável uma ação coordenada ou complementar tendendo à sua solução¹⁸²”.

Para alcançar tal finalidade, portanto, além de criar o ISM, o bloco idealizou o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), o Parlamento do MERCOSUL (Parlasul) entre outros órgãos que pudessem mobilizar áreas da saúde, educação, cultura, direitos humanos, juventude, segurança alimentar, populações indígenas e afrodescendentes, trabalho e emprego etc. Dessa forma, com os avanços e retrocessos do processo de integração econômica e comercial, buscou-se consolidar outras dimensões estratégicas para fortalecer a integração plena e garantir um legado na governança regional que pudesse mitigar as assimetrias, bem como proporcionar maior participação social e desenvolvimento humano. Dessa forma, o ISM foi criado em 2007 para promover a integração social do Mercosul, através da Decisão 03/07, no contexto da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS) e do Conselho do Mercado Comum (CMC). Assim, o

180 Informação disponível no <http://www.cefir.org.uy/site/>. Acessado em 03/07/2022.

181 Informação disponível no <http://www.ismercosur.org/pt/institucional-2/conselho/historico/>. Acessado em 18/07/2022.

182 Informação disponível no <http://www.ismercosur.org/pt/institucional-2/conselho/historico/>. Acessado em 18/07/2022.

Instituto Social é uma “instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais do Mercosul¹⁸³”, tendo em vista que os textos fundacionais¹⁸⁴ do bloco tinham foco apenas na integração econômica e comercial, não versando sobre outras dimensões que envolviam a cidadania e o desenvolvimento social. Consta como missão do ISM transformar e levar a dimensão social da integração para cada cidadão do Mercosul, “promovendo e gerando ações que façam desta região um espaço mais inclusivo, com equidade e igualdade¹⁸⁵”. É nesse contexto de possibilidades que Pia Riggirozzi chama atenção para as atividades desenvolvidas pelo ISM e IPPDH:

fijate en lo que están haciendo en el Instituto Social del Mercosur y en el Instituto de Políticas Públicas del Mercosur que es otro centro que está trabajando obviamente a nivel del Mercosur, pero con aspectos de integración que son mucho menos conocidos, con cosas que motorizan otros temas como, por ejemplo, la migración¹⁸⁶.

Por outro lado, segundo Marcus Maurer, apesar de o instituto gozar de maior autonomia funcional dentro do bloco, uma vez que o ISM é potencializado pelo perfil inter e multidisciplinar de caráter reflexivo, na prática isso ocorreu meramente porque o órgão tem menor capacidade de influenciar politicamente o processo decisório do Mercosul. Isto é, “se vai ficar na perfumaria da integração, pode oxigenar. Mas se estará no processo decisório, então não¹⁸⁷”. Andrés Larisgoitia, contudo, pondera que

el Instituto Social que hoy está institucionalizado en Paraguay, una iniciativa que charlamos con el Chacho Álvarez y que en realidad era una iniciativa sindical, y creamos un espacio social para llevar las preocupaciones sociales más importantes, para ser un espacio de debate. Y eso fue llevado por el Chacho Álvarez ya un poco apropiándose y después fue transformado en lo que hoy es ese Instituto que no sirve para nada, es un espacio que logró concentrar las agendas de todo lo social, pero que no funciona. Y en realidad, resume en un un espacio que no anda, que no discute la política y que en realidad eso fue tomar las agendas dos distintos espacios. El Mercosur Social no genera ningún debate. Y así funcionó

183 Informação disponível no <http://www.ismercosur.org/pt/institucional-2/sobre-o-ism/>. Acessado em 18/07/2022.

184 Tratado de Assunção (1991), Protocolo de Ouro Preto (1994), Protocolo de Ushuaia (1998), Protocolo de Olivos (2002), Protocolo de Assunção (2005) e o Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul (2005).

185 Informação disponível no <http://www.ismercosur.org/pt/institucional-2/sobre-o-ism/>. Acessado em 18/07/2022.

186 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

187 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

mucha cosa en el Mercosur. Buenas ideas pero que se institucionaliza y se queda muerta, no puede oír. ¿Quién conoce el instituto? ¿Qué hace el Instituto Social? ¿Le ponen plata en el Instituto Social? ¿Generan discusión sobre la realidad social? O, por ejemplo, se debería ser el espacio del Mercosur para discutir la pandemia. ¿Hay un espacio en el Mercosur para discutir la pandemia? ¿Cual es el espacio de salud? Debería ser ese¹⁸⁸.

Além disso, cabe ressaltar que desde o início o campo da educação era bem articulado e funcionava antes mesmo da fundação do Mercosul e do regionalismo pós-liberal que atravessaria a região na década seguinte, cumprindo um papel importante de formulação política dentro do sistema público de educação e na consolidação da participação social, isto é

o Instituto Mercosul Educacional sempre foi muito propagandeado porque era para ser a nossa versão do *Erasmus* na Europa, mas teve pouco empenho dos países em desenvolvê-lo. O Programa *Erasmus* foi a principal vitrine da Comunidade Europeia, mas se trata de um projeto ultra neoliberal que fez com que os países tivessem que revisar todos os seus programas, e os seus conteúdos, seus cursos, diminuindo os anos dos cursos¹⁸⁹.

Por fim, é importante destacar a articulação que o ISM vem promovendo ao estreitar laços com novas universidades públicas, periféricas e de fronteira para atuar em temas como a integração regional, paradiplomacia e juventude, dando especial destaque para as universidades temáticas e de fronteira como a UNILA, UFFS, UniPampa, Unijuí, UFMS, UFGD, UEMS e UDELAR, entre outras “que no son centrales, que tiene posición y programas periféricos con foco en los pequeños casos y en el trabajo empírico¹⁹⁰”. No caso específico da UNILA, Nahuel Oddone reforça que a universidade “tiene una vocación y una voluntad integradora latinoamericana muy fuerte y también una mirada de la integración social muy fuerte. Y en ese sentido hay desde hace muchos años diálogo y acuerdos entre el Instituto Social del Mercosur y la UNILA a nivel del rectorado¹⁹¹”. Acrescenta-se que essas instituições de ensino, pesquisa e extensão apresentam maior sensibilidade e recepção aos temas locais, bem como um potencial maior para debater uma agenda de pesquisa inovadora e mais vinculada

188 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

189 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

190 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

191 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

ao território, a saber:

el trabajo con universidades de fronteras es muy importante. Mi diálogo con la gente de la UNILA, por ejemplo, viene sobre todo de aquellos que trabajan el tema de la integración regional, aquellos que trabajan los temas de fronteras y paradiplomacia y aquellos que trabajan el tema de juventud. Nosotros como Instituto Social del Mercosur tenemos un convenio con la UNILA y estamos viendo de qué manera nosotros podemos involucrar en la implementación de este proyecto de Ciudad del Este – Foz do Iguaçu. Estamos trabajando también con otras universidades de frontera en este proyecto, por ejemplo, con la UDELAR, Universidad de la República de Uruguay desde Rivera y Santana de Livramento, donde tenemos algún diálogo iniciado con la UniPampa y te digo que tomamos contacto con la Universidad de la Frontera Sur (UFFS) cuando diseñamos en el marco de la Escuela de Gobierno del Instituto Social del Mercosur un diplomado en “Integración Ciudadana, Fronteras y Mercosur” que hicimos con distintas universidades de Argentina, de Paraguay y de Brasil, y por Brasil participó la Unijui¹⁹².

Segundo José de Souza Martins (2012, p.10) “é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem” e seria também esse o espaço social onde “o homem não se encontra, mas se desencontra”. O autor chama atenção para o problema pois, “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. O autor prossegue dizendo que “a história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais” (2012, p.132). Percebe-se uma linha tênue capaz de manter os conflitos em permanente ebulição e que só deixa de existir

quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade (MARTINS, 2012, p.134).

Por fim, essa intensificação das relações entre a universidade e as regiões transfronteiriças reforçam uma importante tendência de inovação e horizontalização das agendas de pesquisa, o que tende a estreitar laços entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil estabelecida nessas regiões complexas

192 Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

e fluídas, reforçando o papel de destaque para os novos atores das zonas de fronteira na produção e difusão de conhecimento sobre a integração latino-americana haja vista que “más de abajo hacia arriba es horizontal y transfronterizo. Las fronteras se están convirtiendo en lugares integracionistas muy fuertes. Y esos proyectos se dan porque hay identidad, porque hay una construcción histórica integracionista y porque hay comunidades epistémicas que continúan trabajando a pesar del hiperpresidencialismo que tampoco es un fenómeno solamente latinoamericano¹⁹³”. Ademais, considerando outras experiências na região do prata responsável por pensar a integração regional, abordaremos a seguir o caso da CRIES.

4.3.4. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas e Sociales – CRIES

Criada em 1982 em Manágua, na Nicarágua, a Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas e Sociales (CRIES) é uma organização sem fins lucrativos com sede em Buenos Aires, na Argentina, e busca trabalhar com base em projetos financiados por fundações, agências multilaterais do porte das Nações Unidas, bem como por organizações não governamentais. Coordenada na atualidade pelo professor aposentado da Universidade Central da Venezuela (UCV), Andrés Serbin, a Coordinadora Regional consolidou uma rede de “centros de investigación, organizaciones no-gubernamentales, asociaciones profesionales y fundaciones, que promueven la investigación económica y social en América Latina y el Gran Caribe”¹⁹⁴. De acordo com sua missão institucional, a rede busca incentivar “la profundización de la participación de la sociedad civil en los procesos de integración regional y en la formulación e implementación de políticas públicas, así como en la promoción de un agenda para la integración comercial, social, política y cultural de América Latina y el Gran Caribe¹⁹⁵”. Para tal, ao buscar inovar na criação de um processo de integração regional inclusivo e plural, a CRIES conta com mais de

193 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

194 Informação disponível no http://www.cries.org/?page_id=12. Acessado em 13/07/2022.

195 Informação disponível no http://www.cries.org/?page_id=12. Acessado em 13/07/2022.

80 instituciones nacionales y regionales, y más de 150 investigadores y *practitioners*, que participan en diversos programas de investigación e incidencia a nivel subregional y regional, orientados a fomentar la creación de un modelo regional de desarrollo social equitativo, participativo y sostenible de cara al nuevo milenio, en base a un seguimiento y análisis de la agenda regional y global¹⁹⁶.

Ao se organizar como um “*think tank* regional”, desde 2016, a Coordenadora busca ampliar a participação da sociedade civil nos processos de integração regional alargando o debate público e a difusão do conhecimento no âmbito nacional, sub-regional e internacional. Ao promover o fluxo de ideias entre as sociedades, universidades, redes e governos da região, a instituição contribui direta e indiretamente na elaboração de políticas públicas e nos processos de tomada de decisão. Além disso, o coordenador da instituição, Andrés Serbin¹⁹⁷, pondera que a carreira acadêmica, com suas amarras canônicas e muitas vezes burocratizadas, também pode restringir o debate de certos temas impedindo a criatividade e a reformulação do pensamento tido como hegemônico dentro e fora do ambiente universitário. Tanto é assim que na visão do seu coordenador, os membros da CRIES tem confiança na superação dos obstáculos que envolvem a constituição de relações perenes e duradouras, sobretudo no espaço de negociação e disputa que envolve a dinâmica intergovernamental da região. O autor reforça que a atuação qualificada de um *think tank* responsável por produzir conhecimento com base em uma agenda regional pactuada com a sociedade civil tem melhores condições de responder às mudanças estruturais e conjunturais que estão ocorrendo no sistema internacional, não se restringindo apenas ao continente latino-americano.

Por outro lado, segundo Serbin, a despeito da indiferença de muitos governantes com a constituição de comunidades epistêmicas latino-americanas, existe uma interação orgânica entre atores, redes, comunidades de especialistas e organizações intergovernamentais e são muito mais fluidas do que os governos imaginam. Entre os exemplos, Serbin menciona o intercâmbio regional fluído entre os especialistas no campo das relações internacionais e ciência política, chamando atenção para o projeto promissor organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com financiamento da Fundação *Konrad*

¹⁹⁶ Informação disponível no http://www.cries.org/?page_id=12. Acessado em 13/07/2022.

¹⁹⁷ Fonte do autor: conversa realizada com Andrés Serbin em 19/07/21.

Adenauer (KAS), que inclui a realização de eventos, “Conversas Estruturadas” ou entrevistas com profissionais que visam incidir na política internacional e nas relações exteriores do Brasil; ele também enaltece a rede de contatos continental que funciona de norte a sul destacando o intercâmbio ativo que vai do Colégio do México à Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Brasil, passando pelo Instituto de Relações Internacionais do Chile entre outros. Como consequência dessa interação, ressalta-se que os atores e instituições têm melhores possibilidades de organizar eventos e publicações articuladamente. No entanto, o que faltaria na visão de Serbin é potencializar essa dinâmica empoderando essa construção coletiva mediante apoio e respaldo por dentro das próprias estruturas intergovernamentais. Apenas assim seria possível estimular uma dinâmica regional mais favorável à gestação de comunidades epistêmicas comprometidas com o fortalecimento dos processos de integração regional na América Latina.

Ao se referir à CRIES, o professor Jaime Estay da Universidade de Puebla, valoriza o esforço da instituição e de seus autores em publicar por muitos anos o “Anuário da Integração Regional”, que, segundo informação da própria Coordenadoria Regional “desde 1997 a 2018 publicó el Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe y regularmente organiza talleres, seminarios y webinars sobre temas relevantes de la región con reputados especialistas y activistas de la región¹⁹⁸”. Ao mencionar a participação na “Red de Integración de América Latina y el Caribe” (REDIALC), que tinha sede na Universidade de Guadalajara e estava sob a coordenação de Jaime Preciado¹⁹⁹, o professor Estay reforça que segue tendo uma participação ativa na “Red” e que durante “todo el tiempo estuve a cargo del grupo que estudiaba el componente económico de la integración”²⁰⁰, onde “también publicamos el anuario de la integración latinoamericana y caribeña. Y del anuario debemos haber publicado unos 15. Creo que el primero fue el de 2001 y el último en el 2014 o 2015” (idem). Ademais, acrescenta-se que a CRIES publica periodicamente o jornal “trilingüe Pensamiento Propio, una serie de libros vinculados a las temáticas y

198 Informação disponível no http://www.cries.org/?page_id=12. Acessado em 13/07/2022.

199 “Ahí hay otro grupo de gente debatiendo el tema de integración, aunque en un sentido bastante amplio. Pero sí, la idea básica era reflexionar, escribir, hacer propuestas al respecto de la integración”. Entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

200 Fonte do autor: entrevista realizada com Jaime Estay em 18/06/21.

líneas de investigación de CRIES, reportes y relatorías sobre asuntos regionales y globales y diversos *Policy Briefs* y *Policy Memos* orientados a gobiernos y sociedad civil en torno a diversas temáticas prioritarias de América Latina y el Gran Caribe”.

Por fim, Andrés Serbin reforça que a CRIES tem um grupo de pesquisadores associados pertencentes a universidades e *think tanks* da América Latina, da América Central e Caribe, o que também inclui o Brasil. Acrescenta-se que a instituição como tal, não está apenas vinculada a centros e redes latino-americanos, pois a instituição tem um amplo intercâmbio com *think tanks* fora do continente, tendo em vista o princípio de que é preciso “aprender a aprender” com múltiplos atores e comparar conhecimentos e regiões para gerar reflexão e método próprio para abordar os problemas endógenos da região. Assim, sem qualquer tipo de subordinação intelectual ou política, a instituição e os seus membros buscam investir numa visão mais autônoma não se alinhando tanto no campo dos estudos internacionais quanto com o que está acontecendo e sendo produzido nos grandes centros da Europa, Estados Unidos, China, Rússia, Índia entre outros. Ou seja, ainda que o conhecimento gerado não seja neutro, ele tampouco deverá ser instrumentalizado política e partidariamente.

Em outras palavras, essa é a deixa para que as comunidades epistêmicas da região possam iniciar a autocrítica sobre o elevado grau de ideologização e condicionamento político e partidário que impactou diretamente na fragmentação da agenda da integração regional, sendo que esse fenômeno atingiu de forma quase fatal alguns organismos intergovernamentais da região. O argumento central de alguns especialistas é que a politização exacerbada dos esquemas regionais intensificou a polarização política aumentando a divisão da região. Isto é, após o impulso inicial adquirido com o que se chamou de regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico no início do século, a agenda da integração entrou em rota de declínio, uma vez que estava associada a uma agenda político-ideológica. Isto é, com o declínio da Maré Rosa e a guinada ideológica à direita entre os governos latino-americanos, o mapa político da América Latina foi reconfigurado e permanece em constante mudança, o que inviabilizou as experiências de integração anteriores – aqui exemplificado pelo esvaziamento da UNASUL –, sem

que fosse possível consensuar uma visão coletiva unificada de integração regional. Diante desse impasse político, a governança regional não conseguiu consolidar a estruturação institucional, econômica e de infraestrutura que são essenciais para fazer avançar a integração regional, o que uma vez mais abriu caminho para a radicalização política e a escalada de uma anti-agenda marcada pela desintegração regional. Por fim, considerando experiências sub-regionais para a produção e difusão de conhecimento sobre a integração andina e latino-americana, abordaremos a seguir o caso da Universidade Andina Simón Bolívar (UASB).

4.3.5. Universidade Andina Simón Bolívar – UASB

A Universidade Andina Simón Bolívar (UASB) foi criada em 1985 e é uma instituição universitária de caráter internacional que faz parte do Sistema Andino de Integração (SAI) com campus em diferentes países da sub-região, tendo cursos e programas de pós-graduação nacionais e regionais nas áreas de ciências econômicas, sociais, humanidades e jurídicas, sendo que prevaleceu no período de vigência do Pacto Andino “el estudio de la integración desde la perspectiva del comercio y de la integración económica, con foco en programas de economía, en que se estudiaba la integración como un fenómeno económico²⁰¹”. Michel Levi acrescenta que com a criação da Comunidade Andina, a partir da década de 1990, houve a ampliação e melhoria do relacionamento entre os países andinos, e sobretudo com o interesse da Venezuela em fortalecer o arranjo regional, antes da chegada de Chávez ao governo, que se “permitió que la dinámica económica cruzara un poco las fronteras disciplinarias y vayas al derecho. Incluso, en el Ecuador no había grandes programas de relaciones internacionales y de ciencia política, y estos programas fueron creados en la segunda mitad de la década de 1990²⁰²”.

É importante reconhecer o esforço pioneiro da universidade na construção de um centro universitário com forte intercâmbio cultural, visando fortalecer a produção e difusão de conhecimento sobre a integração andina e latino-americana, haja vista que a UASB é uma Universidade pensada, inclusive na sua arquitetura,

201 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

202 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

para mesclar sua estrutura moderna com uma memória histórica dos processos de emancipação e união experimentados no século XIX, bem como busca garantir suporte aos acadêmicos de diferentes nacionalidades ao promover estratégica cooperação internacional no âmbito científico. Em outras palavras, o eixo principal da instituição “es la reflexión sobre América Andina, su cultura, desarrollo científico y tecnológico, y su proceso de integración. Otro de sus objetivos es estudiar la experiencia andina en el pasado y el presente, y el papel de la Subregión en América Latina y el mundo²⁰³”.

Com perfil transnacional, o projeto de criação desta universidade é resultado do Acordo de Cartagena (1969) e do Protocolo de Trujillo (1996), “que dieron paso a su incorporación en el Sistema Andino de Integración (SAI), determinando que la Sede Central se establezca en la ciudad de Sucre-Bolivia y sedes nacionales en otros países de la Comunidad Andina (CAN), es el caso de la Sede Nacional Ecuador, las Sub-Sedes Académicas en La Paz y Santa Cruz (Bolivia); además de las oficinas en Lima y Bogotá²⁰⁴”.

De maneira geral, e a despeito da agenda da integração não ser um tema central no campo acadêmico, Michel Levi Coral argumenta que a sede equatoriana da “Universidad Andina Simón Bolívar, en que soy parte, es una universidad que tiene su fundamento en la integración regional porque es parte del Sistema Andino de Integración de la Comunidad Andina²⁰⁵”, o que reforça que sua estrutura institucional pró integração pode gerar, em vários aspectos, novos vínculos institucionais e fluxos de pensamento. Nesse sentido, Coral defende que a agenda da integração deva ser dividida em várias dimensões, tendo em vista poder alcançar

una agenda práctica con los actores que son los estados y los actores políticos por así decirlo, y una agenda más técnica, tecnológica, académica que implica actores que no son, que no pertenecen a esta estructura de estado y de actores no estatales vinculados con los Estados. Porque ahí te podría vincular también actores como los gremios de la producción, los gremios del comercio, los gremios políticos, militares, de los temas que abarque la agenda de la integración²⁰⁶.

203 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.ec/nosotros/>. Acessado em 13/10/2022.

204 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.bo/antecedentes/>. Acessado em 10/10/2022.

205 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

206 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

Dessa forma, a universidade defende que a integração regional deve partir do “modelo comunitario que siempre estuvo presente en las culturas del continente y que debemos rescatar de nuestras más profundas raíces, teniendo la capacidad de adecuarlo a las necesidades y contextos actuales²⁰⁷”. Por exemplo, em matéria de propriedade intelectual, “la normativa que se determina hasta ahora en régimen de propiedad intelectual es comunitaria, es una norma comunitaria, creo que la 298, que abarca los cuatro países miembros de la Comunidad Andina²⁰⁸”. Dessa forma, quando se analisa essas questões de propriedade intelectual, é preciso ir ao encontro do que estava acontecendo na Comunidade Andina, sendo claramente uma questão pragmática baseada no interesse dos estados em proteger as suas marcas, sobretudo porque “el apaciguamiento del régimen de propiedad intelectual era favorable para las empresas trasnacionales, que registraban una marca en un país y automáticamente esa marca estaba registrada a los 4 estados miembros y por lo tanto era una gran ventaja, un ahorro también en dinero y Administración²⁰⁹”. Isto é,

dicha integración debe ser entendida desde una perspectiva multidimensional y clara de objetivos de paz, entendimiento, cooperación mutua, desarrollo socioeconómico, potenciación geopolítica, revalorización de saberes, producción de conocimiento y realización plena de los Estados Constitucionales. Cabe destacar que esta concepción no contempla únicamente a los países, sino también a los Pueblos, pues la integración real no podrá alcanzarse sin pluralismo, sin el conocimiento profundo de “el otro”, de sus culturas y cosmovisiones²¹⁰.

Ademais, consta entre os objetivos da Universidade, através do fomento da educação científica, técnica e profissional, promover a integração andina pela via acadêmica e tecnológica tendo em vista a valorização de ações e serviços regionais, reforçando a diversidade cultural, valores e tradições dos povos andinos que permita aos estados-membros aprimorar as capacidades para superar obstáculos através do conhecimento e da definição de estratégias comuns que contribuam efetivamente para o bem-estar de seus habitantes. Desde a sua criação,

207 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.bo/la-uasb-hacia-la-integracion/>. Acessado em 10/10/2022.

208 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

209 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

210 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.bo/la-uasb-hacia-la-integracion/>. Acessado em 10/10/2022.

a Universidade desfruta de autonomia e imunidade institucional, sendo guiada por um estatuto comum entre a Sede Central em Sucre, na Bolívia, a Sede Nacional em Quito, no Equador (desde 1992) e escritórios regionais em Caracas, na Venezuela; em Bogotá, na Colômbia (desde 2005) e La Paz. Inclusive, cabe ressaltar que “en 1993 la Universidad inició sus cursos de posgrado. En 1995 se graduaron las primeras promociones. En 1996 se inauguró el primer edificio del campus en Quito. En 2000 inició los programas de doctorado²¹¹”, sendo que um desses programas tem a participação ativa do professor Michel Levi Coral desde a área de estudos sociais e globais que busca mobilizar diferentes abordagens sobre o regionalismo latino-americano e que perpassam tanto o pensamento latino-americanista mais crítico quanto aqueles de referência mais eurocêntrica, sendo que

por el lado de los tomadores de decisiones, de los políticos, de los que definen posiciones y demás de la agenda, yo creo que está muy vinculada a un pensamiento eurocéntrico. Incluso, podemos hablar de una hegemonía de la visión eurocentrista de la integración, la visión eurocéntrica de la integración que determina las capacidades de gestión o qué sirve como un modelo para establecer variables o indicadores que van a permitir entender los objetivos y la orientación de los bloques. Desde lo académico, yo creo que ha sido más variado. Porque como tú señalas el tema que se determina o que se crea a través de la filosofía cepalina es más original. Tiene una referencia en el desarrollo europeo, pero la evolución del pensamiento es mucho más orientado a una lógica local de la región²¹².

Além disso, há que se mencionar a relação institucional entre a Universidade Andina e a Universidade das Nações Unidas, entre outras parcerias latino-americanas, que resultou na cooperação técnica com o Instituto de Estudos Comparados de Integração Regional (CRIS) dirigido pelo professor Philippe De Lombaerde (UNU-CRIS), sendo um importante espaço de conexão de redes e de comunidades epistêmicas sul-americanas e especialmente na região andina. Além disso, a UASB

ha coordinado el mejoramiento de la enseñanza posgradual con universidades y otros centros de educación del continente y en particular de la subregión andina, poniendo en práctica estrategias para el desarrollo de conocimientos científicos,

211 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.ec/nosotros/>. Acessado em 13/10/2022.

212 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

tecnológicos, económicos, políticos y socioculturales que le han permitido consolidarse como referente internacional de formación en posgrado²¹³.

Além disso, acrescenta-se que a UASB, com sede no Equador, possui quatro cátedras dentre as quais citamos a Cátedra Brasil – Comunidade Andina, uma iniciativa acadêmica que visa estreitar os laços e a relação da região com o Brasil para aprimorar a realização de projetos, a produção de conhecimento e a integração regional na América do Sul; a Cátedra de Estudos Afro-Andinos que busca promover a visibilidade e a maior incidência da agenda afrodescendente na região; a Cátedra sobre os povos indígenas da América Latina que busca valorizar a posição política, a diversidade cultural e a luta pela autodeterminação e reconhecimento dos povos indígenas. E, por fim, a Cátedra Germánico Salgado de Integração que “es un espacio académico para la producción y difusión de conocimiento sobre los procesos de integración, cooperación, regionalismo y gobernanza regional en América Latina²¹⁴”. Inclusive, a Cátedra é parte da Coordenadora Regional de Investigações Econômicas e Sociais (CRIES), atualmente identificado como um *think tank* regional composto por centros, redes, instituições e acadêmicos da América Latina. Entre os objetivos da cátedra constam a busca por identificar tendências e possibilidades para a integração e governança regional, haja vista que a integração regional não consiste apenas em prover a união econômica e política dos países da região, mas engloba também assuntos estratégicos como

la integración física, la cooperación energética, la preservación y el aprovechamiento sustentable de la biodiversidad y los recursos hídricos, la cooperación para superar la pobreza y la desigualdad social, el desarrollo de las zonas fronterizas, la seguridad y la soberanía alimentaria, y la progresiva configuración de una política exterior común que contribuya a la paz y a la gobernanza democrática internacional²¹⁵.

A Cátedra Germánico Salgado de Integração, ao compreender que a região atravessa um período de incertezas e dispersão de iniciativas intra e

213 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.bo/antecedentes/>. Acessado em 10/10/2022.

214 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.ec/catedras/integracion-germanico-salgado/>. Acessado em 13/10/2022.

215 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.ec/catedras/integracion-germanico-salgado/>. Acessado em 13/10/2022.

extrarregionais, confere prioridade a “la investigación académica para contribuir a esclarecer el panorama de la integración y gobernanza regional, sistematizando la información y proveyendo los análisis que apoyen la formulación de políticas públicas y sustenten una activa participación de los actores sociales en la gran tarea de la integración²¹⁶”. Ou seja, as investigações da Cátedra de Integração buscam produzir conhecimento que valorize a articulação e convergência de ação dos arranjos regionais existentes na América do Sul; promoção de uma agenda multidimensional de integração e desenvolvimento do mundo andino; bem como o aprofundamento sobre o pensamento formulado por Germánico Salgado Peñaherrera (1925 – 1999) sobre a integração regional, tendo em vista que ele foi um dos mais importantes economistas equatoriano do século XX e ocupou cargos de relevo como ministro de estado e gerente do Banco Central do Equador, fazendo assessoria econômica na Organização dos Estados Americanos, Organização das Nações Unidas, além do papel de protagonismo na concepção do Pacto Andino.

Além disso, ressalta-se que Germánico Salgado foi um proeminente pensador do estruturalismo latino-americano desde a perspectiva do mundo andino que alcançou projeção internacional e reconhecimento entre os seus pares – foi contemporâneo de Raul Prebisch, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Juan Carlos Puig entre tantos outros – ao discutir alternativas para a industrialização e desenvolvimento dos países de menor porte que compuseram o processo de integração comercial, a partir de 1960, na esteira da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Inclusive, foi nesse cenário que surgiu o Pacto Andino, em 1969, como uma espécie de contraposição aos países mais industrializados da ALALC – do porte de Argentina, Brasil e México. Em outras palavras,

en el Ecuador está Germánico Salgado que es de la escuela cepalina y que nosotros tenemos organizado una cátedra de integración en la UASB con su nombre. Puedes ver los libros de Germánico Salgado sobre la integración, siendo que él es uno de los padres fundadores de la Comunidad Andina. Entonces, en esa estructura de pensadores se puede hablar como que ahí la corriente que se genera de forma autónoma, una dinámica regional propia, y una corriente que

216 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.ec/catedras/integracion-germanico-salgado/>. Acessado em 13/10/2022.

obviamente refleja el pensamiento que tiene influencia de la integración europea. Pero también hay una dinámica interesante ya en función de otros parámetros que no son europeos y que están vinculados con los objetivos de integración a nivel regional, a nivel de América Latina, que tienen que ver con las ideas propias de para que se quiere la integración andina²¹⁷.

Nesse contexto subregional, a UASB “se ha posicionado en la región como importante actor para el proceso de desarrollo e integración andino, aportando a este cometido a través de planes, programas y políticas institucionales que responden a las necesidades formativas, reflexivas y académicas de este tiempo²¹⁸”. Assim, desde a sua fundação, a Universidade busca valorizar um processo de integração regional que reúna espaços de reflexão, produção e difusão de conhecimento, que permitam “la toma de decisiones adecuadas a los Estados, para ello, desde este organismo académico de la Comunidad Andina se realizan esfuerzos que contribuyen a los grandes propósitos de la integración y la complementariedad de los pueblos²¹⁹”.

Nesse sentido, ao considerar as diversas iniciativas regionais existentes no campo de conhecimento da integração regional, e considerando que a CEPAL é de longe a instituição que melhor cumpriu os requisitos básicos de uma comunidade epistêmica e que não foi possível revigorar a sua atuação ou mesmo criar uma nova instituição nos moldes do que foi a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – tendo em vista que ela formulou conhecimento teórico e prático próprio, cumprindo importante papel na promoção dos diferentes processos de integração regional na América Latina até então –, ainda assim há que se destacar a contribuição da Universidade Andina nos processos de produção e difusão de pensamento sobre a integração regional. Nesse sentido, apesar da instabilidade política e das constantes mudanças nos governos que se somaram aos retrocessos democráticos na região, além da dispersão e contingenciamento de recursos em diferentes momentos, não é possível ignorar que a Universidade Andina se tornou uma importante referência sul-americana representando um esforço relevante de se consolidar como uma comunidade epistêmica da

217 Fonte do autor: conversa realizada com Michel Levi Coral em 06/05/21.

218 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.bo/antecedentes/>. Acessado em 10/10/2022.

219 Informação disponível no <https://www.uasb.edu.bo/la-uasb-hacia-la-integracion/>. Acessado em 10/10/2022.

integração. No mais, considerando outra experiência acadêmica no contexto brasileiro para pensar a integração, apresentaremos a seguir o PROLAM / USP.

4.3.6. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP

Fundado em 1989, o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM / USP) buscou auxiliar na compreensão da conjuntura internacional cambiante e na realização de estudos estratégicos que viabilizassem o enfrentamento pela região dos efeitos colaterais amplificados pela globalização. Assim, o PROLAM tornou-se um centro de referência de formação e formulação latino-americanista com abordagem inter e transdisciplinar fortalecendo sua capacidade de articular múltiplas áreas do saber, fato que corrobora a sua posição pioneira entre as pós-graduações com foco tanto nos estudos latino-americanos quanto nos estudos de integração regional no Brasil.

O programa é composto por docentes e pós-graduandos da Universidade de São Paulo (USP) envolvidos em ações de ensino, pesquisa e extensão responsáveis por mobilizar conhecimentos teóricos e práticos com o intuito de compreender as dinâmicas multidimensionais com potencial de afetar a realidade da América Latina.

Consta que a missão do PROLAM é “produzir conhecimento sobre a realidade latino-americana sob as dimensões social, econômica, política, educacional e cultural por meio de metodologia comparada aplicada a, pelo menos, dois países da América Latina ou sobre uma temática comum aos países da região²²⁰”.

No tocante às origens latino-americanistas do PROLAM, Pedro Silva Barros faz um paralelo entre a trajetória política do ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, e o processo constituinte que culminou na Constituição cidadã do Brasil em 1988, isto é

a nossa Constituição é latino-americanista, e quem influenciou isso foi um político democrata-cristão brasileiro muito articulado com a democracia-cristã chilena, que tinha essa visão latino-americana muito clara, que foi o Franco

220 Informação disponível no <http://www.prolam.usp.br/institucional/oprolam/>. Acessado em 09/07/2022.

Montoro, ex-governador de São Paulo com uma trajetória política anterior ao MDB, que foi o grande redator e articulador de sua aprovação. Existem inúmeros relatos de que sua visão influenciou a criação do PROLAM. O PROLAM nasce das ideias do Franco Montoro, como governador de São Paulo, no momento que se passa a distensionar a relação Brasil-Argentina nos anos 1990. A própria ideia do Memorial da América Latina, em São Paulo, embora construído pelo Quéricia, e que teve a visão e influência do Darcy Ribeiro e do Oscar Niemeyer, foi muito importante para o PROLAM. E depois na gestão do professor Jacques Marcovitch, que é professor da Administração, que é ligado ao Montoro e aos tucanos em São Paulo, e eles tinham muito forte essa ideia latino-americana que se perde tempos depois, o que explica o porquê de figuras públicas como Geraldo Alckmin provavelmente nunca terem demonstrado essa preocupação latino-americana²²¹.

Contudo, com o passar dos anos, com a gangorra política e conjuntural, com a frustração das expectativas institucionais e com a redução na euforia em torno da agenda da integração regional, eis que também houve uma tendência por parte do Sistema de Avaliação da Capes de enfraquecer ou aniquilar programas interdisciplinares com enfoque na integração regional e na América Latina. Não demorou para que os cortes nos investimentos comprometessem as linhas de pesquisa desestimulando cursos de pós-graduação que mobilizavam as áreas de ciências sociais, política e direito internacional, geopolítica, história diplomática e relações internacionais que tivessem o intuito de estudar as diferentes perspectivas da integração regional. Nesse sentido, Marcus Maurer de Salles faz um paralelo entre o dilema vivido pelo extinto Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o PROLAM/USP, uma vez que

a briga que tem no PROLAM é a mesma que matou o MILA. O credenciamento como programa de pós-graduação interdisciplinar tem um conjunto de parâmetros de avaliação diferentes. A área de ciência política e RI limitam-se ao universo de professores da ciência política e RI, não permitindo ter professores que produzam em direito, em cultura, em arte, e não era isso que o PROLAM queria, não era isso que o MILA queria. Só que o Sistema de Avaliação que recai sobre o Programa Interdisciplinar não capta de fato o que é interdisciplinaridade. Ele vai perguntar: tu tá publicando em revista interdisciplinar? Não. Publiquei, por exemplo, em uma revista de Direito. Isso tornou inviável a vida do MILA. E torna muito difícil a vida do PROLAM. Então a crise é uma crise endógena, mas é exógena também. O Sistema de Avaliação de Pesquisa e de avaliação de Sistemas de Instituição de Ensino de Pós-Graduação complica muito a vida de programas de integração. Então o caminho foi começar a se centrar dentro de áreas de

221 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

Relações Internacionais. RI impregna olhares em Ciência Política, e o pesquisador das relações internacionais não consegue se enxergar como da Ciência Política internacional. Pouquíssimos conhecem direito, história e economia²²².

Por conta desses problemas relatados, Pedro Barros acredita que o PROLAM “continuou mais pelo nome da Universidade de São Paulo que pela própria expressão do programa em si”. Apesar da tradição do programa e do amplo capital simbólico construído nas últimas décadas, Silva pondera que “uma das falhas do PROLAM é não ter corpo docente próprio e que faz tempo que os professores são emprestados das outras universidades. Por exemplo, nunca houve um concurso para professor do PROLAM. O programa não é um instituto, não é uma unidade de pesquisa, tem comissão de pós-graduação mas não tem comissão de pesquisa²²³”. Dito isso, existem tentativas de reestruturação do núcleo de pesquisa que existia, “que se chamava NESP, que está desativado, e será refundado com um novo nome para incluir a integração até porque o Prolam/Usp nasce com essa preocupação de integração regional²²⁴”. No mais, na próxima seção apresentaremos de forma sintética experiências universitárias na Argentina constituídas para produzir pensamento sobre e para a integração latino-americana.

4.3.7. Experiências universitárias na Argentina: Programas de Integração Latino-americana na UNLP e UNTREF

Ao considerar o contexto universitário argentino, cabe reforçar que o país tem duas pós-graduações, assim como o Brasil, em integração latino-americana na Universidade Nacional de La Plata (UNLP) e na Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) que se somam à tradicional Universidade de Buenos Aires (UBA) e a mais nova, a Universidade Nacional de Lanús (UNLa), no processo de formulação e difusão de conhecimento sobre e para a integração regional. Vinculado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, por sua vez, o Instituto da Integração Latino-Americana foi criado originalmente em 1970 pela Universidade Nacional de La Plata. Sua fundação precoce corrobora a trajetória institucional

222 Fonte do autor: entrevista realizada com Marcus Maurer de Salles em 06/07/21.

223 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

224 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

pioneira no país e na América Latina tendo como foco os estudos da integração,

ya que en su seno se creó la primera carrera de postgrado titulada “Licenciatura Especializada en Derecho de la Integración Económica”. A mediados de esa década fue cerrado por una decisión política de las autoridades de entonces “...afectando necesidades básicas de la enseñanza universitaria y malográndose un brillante esfuerzo que venía cumpliéndose con beneplácito de la comunidad universitaria²²⁵”.

Quase uma década depois, em 1985, o Instituto seria retomado na Universidade de La Plata com a criação de seus programas de mestrado e especialização em Integração Latino-Americana. Consta entre os seus objetivos o propósito de desenvolver “espacio académico y científico para el tratamiento de las problemáticas que plantea la integración regional y el desarrollo socioeconómico de América Latina, procurando facilitar la vinculación entre el sector privado y público con los hallazgos de especialistas, investigadores y alumnos de sus postgrados²²⁶”. Ao promover a articulação de ações de ensino, pesquisa e extensão, o Programa busca “impulsar la investigación para contribuir al avance del conocimiento científico en materia de integración y del desarrollo latinoamericano” (idem). Enfim, “la Universidad de La Plata tiene mucho prestigio, pero no es tan conocida, depende en donde y para qué temáticas²²⁷”.

Com respeito ao outro mestrado em Integração Latino-Americana localizado na Argentina, vale ressaltar que também é uma pós-graduação com abordagem interdisciplinar e está sediada na Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Esse programa de mestrado como tal se propõe a investigar os processos de integração regional por meio de uma abordagem multidimensional com vistas a analisar o aspecto histórico e estrutural que compõem a complexidade da região. Isto é,

el escenario internacional muestra profundas transformaciones en sus dimensiones política, económica, social y cultural. Una de las grandes tendencias es la conformación de múltiples procesos de integración regional y subregional que en su conjunto afectan la acción estatal, del mundo empresarial y de las organizaciones de la sociedad civil. Los enfoques tradicionales resultan hoy insuficientes para comprender la complejidad de este fenómeno, haciéndose

225 Informação disponível no <https://www.iil.jursoc.unlp.edu.ar/>. Acessado em 10/07/2022.

226 Informação disponível no <https://www.iil.jursoc.unlp.edu.ar/sitio/>. Acessado em 10/07/2022.

227 Fonte do autor: entrevista realizada com Amanda Barranengoa em 30/04/21.

necesario un conocimiento especializado que permita comprender su naturaleza y dinámica.²²⁸

Se formos considerar o impacto social e acadêmico para os estudos da integração regional desde a criação do Mercosul, e a despeito da União Europeia ter desempenhado o papel de principal financiador externo das iniciativas de formação do Mercosul, um dos maiores desafios colocados é compreender como ocorre a influência sobre o “volume de publicações, a quantidade de colóquios e o número de projetos de cooperação entre universidades e outras instituições da sociedade que marcam as relações entre Brasil e Argentina, indicando aumento exponencial desde o Tratado de Assunção, em 1991, que criou o Mercosul” (CERVO, 2008, p.156). Dito de outra maneira,

há um predomínio enorme do SciELO na América Latina por conta da Scielo Argentina, Scielo México e as demais versões locais. Então, quando se configura a produção acadêmica em Relações Internacionais, da história sobre a integração, vai ocorrer um maior controle do discurso do Brasil e da Argentina. No Paraguai falam que nem há curso de Relações Internacionais, só comércio exterior. O Chile esteve afastado por muito tempo; a Colômbia produz um pouco sobre integração mas com outro marco referencial; a Venezuela passou a produzir depois do chavismo; Bolívia e Equador passaram a produzir depois das novas constituições, mas são processos recentes²²⁹.

Ademais, ao considerar as duas principais “escolas” constituídas no eixo universitário Argentina-Brasil, a saber, as relações de mais de 4 décadas entre a escola de Brasília e a escola de Buenos Aires, existe um desafio enorme de como superar a hegemonia política e acadêmica dessas instituições, sobretudo entre as universidades novas, de fronteira, temáticas, interdisciplinares ou fora dos grandes centros e das principais capitais localizados no eixo universitário central da Argentina e Brasil. A propósito, Pia Riggirozzi reforça que “las fronteras se están convirtiendo en lugares integracionistas muy fuertes. Y esos proyectos se dan porque hay una identidad, porque hay una construcción histórica integracionista y porque hay comunidades epitémicas que continuán trabajando a pesar del hiperpresidencialismo²³⁰”. Ademais, Lucas Kerr pondera que “uma grande parte

228 Informação disponível no <https://www.untref.edu.ar/posgrado/maestria-en-integracion-latinoamericana>. Acessado em 11/07/2022.

229 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

230 Fonte do autor: entrevista realizada com Pia Riggirozzi em 29/03/21.

do conhecimento sobre a integração é produzido nos centros acadêmicos tradicionais, tipo a USP e UBA”. Além dessas instituições de ensino superior, vale mencionar a outra parte da produção e difusão de conhecimento que está nos

novos centros acadêmicos, universidades novas e inovadoras tipo a UNILA e a Federal do ABC no Brasil. Na Argentina tem o Centro Ugarte e a UNLA – Universidade de Lanús – que tem um pessoal muito bom produzindo. A UNLA é muito parecida com a Universidade Federal do ABC. A UNLA é uma universidade nova criada na Era Kirchner, localizada na região metropolitana na periferia de Buenos Aires, e é uma área onde não tinham grandes universidades públicas e também tem a maioria do corpo docente nova ou mais nova do que a média da UBA. Isso acaba ajudando a diversificar a produção de conhecimento que, em vários aspectos, ainda prevalece a centralidade das universidades tradicionais. E eu acho que sempre será assim. Eu acho muito difícil essa ideia de “deselitizar” a universidade. A universidade tradicionalmente é uma coisa de elite no Brasil e na América Latina. O único país que conseguiu universalizar na prática o acesso e “deselitizar” a universidade foi Cuba, não tem como “deselitizar” somente no plano das ideias²³¹.

No que concerne ao mercado acadêmico argentino, por sua vez, Amanda Barrenengoa reforça que “hay una mirada muy porteñocéntrica, muy de la capital federal y todo lo que sale de la Universidad de Buenos Aires y lo que llega a otros lugares²³²”. Em outras palavras,

ao perceber um campo aberto para pensar a integração regional, foi criada dentro da UnB a Escola de Integração Regional de Brasília. E eles escolheram os acadêmicos argentinos como parceiros para a produção intelectual. Existe uma relação muito próxima, uma parceria intelectual entre a Escola de Brasília e a Escola de Buenos Aires para pensar a Integração Regional, para organizar eventos e difundir publicações conjuntas periodicamente, o que justifica o controle hegemônico de Brasil e Argentina no campo acadêmico da região. (...) E depois foram aparecendo outros grupos, como por exemplo o grupo do Rio Grande do Sul com o Vicentini, que tem uma localização estratégica e promove um fluxo importante entre Porto Alegre e Buenos Aires e Porto Alegre e Montevidéu. E há a Escola de São Paulo, que é composta por USP, UNESP e PUC – Campinas²³³.

Dando continuidade a análise de experiências acadêmicas para a

231 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

232 Fonte do autor: entrevista realizada com Amanda Barrenengoa em 30/04/21.

233 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

integração latino-americana, a seguir apresentaremos brevemente o processo de criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

4.3.8. A UNILA e as novas universidades de fronteira com vocação integracionista

A Constituição Federal do Brasil de 1988 recebeu importante influência da tradição diplomática brasileira e dos preceitos cepalinos ao cristalizar em seu artigo 4º os dez princípios balizadores da nova república, a saber: “I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e X – concessão de asilo político²³⁴”. Mas foi no seu parágrafo único que a concepção multidimensional da integração latino-americana apareceu, isto é, “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Vale ressaltar, no entanto, que foi apenas com a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo decreto 6.096 em abril de 2007, que se propunha a criar e interiorizar novas universidades e expandir e reestruturar as universidades federais, que a produção e difusão de conhecimento sobre a integração regional ganharia estrutura institucional própria favorecendo sua operacionalização e projeção dentro e fora do Brasil. Segundo Andrés Malamud,

a prova de que o Brasil tentou fazer um investimento na região nos últimos anos é a universidade onde você está. Mesmo que o seu desenvolvimento não tenha sido aquele que se havia planejado, a UNILA tem na cabeça atrair professores e estudantes de diferentes países da região, este é o objetivo desta universidade e o Brasil colocou dinheiro nisso. Mas o dinheiro do Brasil para integração, as ideias do Brasil para integração foram habitualmente da elite, porque os brasileiros historicamente consideravam a América Latina como uma região que circundava o Brasil, não como uma região a qual o Brasil pertencia. Por conta dessa história

234 Informação disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 06/07/2022.

diferenciada entre as repúblicas e o império, entre ordem e turbulência, entre português e espanhol e entre escravidão e abolicionismo no século XIX, que foi se dissipando ao longo do século XX²³⁵.

Inclusive, ao analisar o contexto universitário brasileiro, há que se considerar a abrangência territorial e temática e a relevância dos institutos de pesquisa do circuito acadêmico no que concerne a promoção de agendas de pesquisa e até assessoramento sobre o tema da integração latino-americana,

posto que a maioria das iniciativas institucionais selecionadas é abrigada por instituições públicas de ensino superior (em grande parte federais), cujas missões caracterizam-se por conjugar atividades de formação (docência), pesquisa e extensão, sendo uma dessas iniciativas, aliás, ela própria, uma universidade voltada para a integração latino-americana – a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.27).

Foi nesse contexto, que seria instituída a Comissão de Implantação que conceberia a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), cujos os estudos avançados sobre a integração seriam inaugurados como núcleo universitário especializado e com aparato institucional próprio. Esse processo se concretizaria com a promulgação da lei 12.189, em 12 de janeiro de 2010, fato este que materializaria a criação da UNILA em uma região de fronteira estratégica e densamente povoada no extremo oeste do Paraná. Ressalta-se que foi a partir do convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Itaipu Binacional que o seu projeto foi efetivado em 16 de agosto de 2010. É importante compreender o processo amplo e complexo pelo qual passou a comissão de criação da UNILA, haja vista que

o presidente da comissão que a instituiu em 2008, Héglio Trindade, “marca um tríplice movimento estratégico: primeiro, retoma a vocação histórica da educação superior pública no Brasil, com a expansão do sistema federal e a diversificação de seu espaço territorial. Segundo, simboliza um avanço decisivo na interiorização da educação superior que, com novas universidades (Unipampa e Fronteira Sul) tangencia as fronteiras com os demais países da América do Sul. Terceiro, volta-se para a integração da América Latina através de um novo elo substantivo: a integração pelo conhecimento e a cooperação solidária entre os países do continente mais do que nunca em uma cultura de paz” (Trindade, 2008: 2; apud BARROS e TAVOLARO, 2017, p.27).

235 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

Dessa forma, essa lei instituiu uma universidade federal brasileira de caráter público e gratuito, bilíngue, multicultural, autônoma, interdisciplinar e com vocação integracionista e latino-americana. Entre seus objetivos está a promoção do desenvolvimento, da cooperação e da redução de assimetrias regionais pela via da educação superior. Ou seja, a UNILA foi criada com vistas a ampliar a formação de capital intelectual, formulação e qualificação de políticas públicas nacionais, regionais e transfronteiriças, bem como para fomentar a cooperação entre os atores inter-estatais e a sociedade civil aprimorando os processos de participação social, formulação de políticas e tomadas de decisão. Acrescenta-se que sua missão institucional busca “formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul²³⁶”. Na atualidade, a UNILA oferece 29 cursos de graduação, 12 programas de mestrado, 1 doutorado e 8 cursos de especialização em múltiplas áreas do saber e suas atividades são desenvolvidas na cidade de Foz do Iguaçu/PR no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), no Campus Integração, entre outros campi. É interessante frisar a narrativa oficial da universidade sobre a sua própria vocação internacional e latino-americana:

a UNILA está comprometida com o destino das sociedades latino-americanas, cujas raízes estão referenciadas na herança da Reforma Universitária de Córdoba (1918), mas com uma perspectiva futura voltada para a construção de sociedades sustentáveis no século XXI, fundadas na identidade latino-americana, na sua diversidade cultural e orientada para o desenvolvimento econômico, à justiça social e à sustentabilidade ambiental²³⁷.

Por sua vez, levando em consideração os mais de cem anos da Reforma Universitária de Córdoba (1918), movimento histórico de renovação das universidades latino-americanas, e avaliando a atualidade e relevância das pautas políticas apresentadas na época – gestão democrática e autonomia universitária, gratuidade, o acesso universal com a inclusão da classe trabalhadora, pluralismo político, concepção latino-americana e anti-imperialista –, é inegável que suas

236 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/institucional>. Acessado em 04/07/2022.

237 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/institucional>. Acessado em 04/07/2022.

diretrizes inspiraram a criação e a atuação da UNILA, o que também pode explicar em alguma medida o porquê de setores conservadores resistirem à implementação de sua agenda de integração e cooperação no âmbito da educação regional. Isso apenas corrobora o que Roberto Leher (2008, p.54) formulou sobre o movimento de 1918,

até os dias de hoje, os conservadores reagem indignados à particularidade das universidades latino-americanas, consideradas desviantes do modelo europeu e, mais recentemente, das instituições estadunidenses. Diante das resistências ao projeto de conversão das universidades brasileiras ao modelo dos *community colleges* estadunidenses mitigadas com o Acordo de Bolonha.

No entanto, ao analisar as idas e vindas que levaram a fundação da UNILA, e a despeito da missão institucional delimitar sua atuação junto aos países vizinhos e, em especial, na circunscrição do Mercosul, na prática, faltou interesse político por parte dos demais países-membros do bloco para viabilizar essa iniciativa como uma universidade genuína do Mercosul. Em outros termos, “não está dito em nenhum documento, mas o que aconteceu é que os outros países não quiseram fazer uma universidade do Mercosul, mas ela saiu do papel porque era um sonho do Lula²³⁸”, e é por isso que o projeto UNILA foi gestado e concebido com virtudes e defeitos desde a cultura política universitária do Brasil, faltando em vários momentos uma visão regionalista mais ampla e plural para enfrentar as contradições e disputas que envolvem um projeto inovador dessa magnitude. Apesar dos avanços institucionais, temáticos e pedagógicos inquestionáveis, o fato do projeto ter sido dirigido exclusivamente pelo Brasil e majoritariamente por brasileiros também impõe limitações frequentemente associada à cultura organizacional excessivamente burocratizada e a todo tipo de contingência – política, orçamentária e ideológica – proveniente da conjuntura brasileira. Ou seja,

el proyecto de la UNILA fue gestado desde Brasil con una concepción muy interesante pero que quedó como una articulación dirigida por Brasil. En realidad era una universidad del Mercosur en donde todos deberíamos participar, donde todos deberíamos aportar y me parece que quedó como una universidad de integración de Brasil, con algunas participaciones, pero que no pensamos en una concepción regional donde esto sea la universidad de todos. Me pareció un

238 Fonte do autor: entrevista realizada com Ingrid Sarti em 05/07/21.

interesante intento de Brasil, financiado por Brasil. Pero como te digo, después de la institucionalización y como no hubo una cabeza regional, ni siquiera los funcionarios con cuestiones nacionales a discutir regionalmente. (...) Me parece que lo que pasa con UNILA es en cierta medida lo que pasa con el proceso de integración. Yo creo y te digo, hay que resistir, no hay que perder los espacios, eso es una semilla²³⁹.

Outro debate frequente nos espaços da universidade, é sobre como evitar o esvaziamento sutil e gradual do projeto de fundação da UNILA tendo em vista que ela nasce para promover a integração regional, mas, paradoxalmente, a instituição desenvolve poucos projetos de pesquisa e extensão ancorados em sua missão institucional. Essa contradição (ou desvio de finalidade) justifica, em alguma medida, o temor de que a instituição possa se transformar numa cópia nada autêntica de qualquer outra instituição universitária já estabelecida nos grandes centros urbanos do país.

Por outro lado, a proposta de criação de universidades da integração com a perspectiva de promover a cooperação Sul-Sul explicita uma importante tentativa de enfrentar os efeitos nefastos da globalização, que intensifica as assimetrias entre as nações, ao aprofundar a migração de pessoas das regiões periféricas para os grandes centros hegemônicos. Assim, o projeto da UNILA buscava mitigar mesmo que de forma indireta a “fuga de cérebros” da região ao propor romper o colonialismo epistemológico que ainda se impõe aos países emergentes, buscando soluções conjuntas amparadas pelo contexto social em questão e a partir da atração de estudantes e professores de países vizinhos – que teria maior sensibilidade para influenciar a escolha dos cursos de graduação, pós-graduação, ações de extensão e agenda de pesquisa correspondentes à necessidade da região.

Nesse sentido, Tullo Vigevani correlaciona a criação da UNILA a uma janela de oportunidade política e conjuntural que visava associar cooperação científica, educacional e tecnológica à materialização de um novo paradigma na política externa através da formação de novos atores e especialistas para os processos de integração durante as gestões de Lula da Silva, reforçando a interdependência regional e a tradição brasileira de empreender ações multilaterais que reforcem seus interesses nacionais e estratégicos, isto é

239 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

eu não chamaria isso de modismo, eu chamaria de influência e de possibilidades. Os próprios cursos de relações internacionais, o próprio surgimento da UNILA ocorreu pela necessidade, digamos política, cultural e científica de promover a integração – no governo do presidente Lula. Quando foram buscar professores em outros países, que poderiam contribuir para a UNILA, foram procurar professores que trabalhavam com temas da integração, o que poderia amarrar a vinda desses professores. Lembro do Gerónimo de Sierra, vice-reitor, e do Hégio Trindade, reitor na fundação da UNILA. O próprio Hégio não era um professor especializado na integração regional – para você ver a carência de uma identidade na área –, ele era um grande professor de ciência política com estudos sobre ideologias políticas no Brasil. O Gerónimo era um professor de sociologia e tinha bastante conhecimento sobre a integração. Quando foi criada a UNILA eu pensei que a Universidade viria a ser o ímã de atração dos pesquisadores de integração Regional da América Latina, da América do Sul ou, pelo menos, da Bacia do Prata²⁴⁰.

No mais, é importante ressaltar a proposta – inovadora – que perpassa o Ciclo Comum de Estudos da UNILA. Em meio aos avanços e retrocessos que ocorreram ao longo da última década de experimentação, o Ciclo Comum, que é composto por três eixos²⁴¹ básicos de ensino, tem abordagem interdisciplinar e engloba todos os cursos de graduação. O projeto político pedagógico dos 29 cursos reúne disciplinas obrigatórias para os estudantes brasileiros e estrangeiros logo no início da graduação que “versam sobre América Latina e Caribe, Filosofia e Línguas – Português e Espanhol, visando à formação de profissionais comprometidos com a transformação da nossa região. Um importante objetivo da proposta acadêmica da Universidade é a oferta de cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regional²⁴²”. Assim, o eixo de estudo de América Latina e Caribe desenvolve “debates e análise de materiais historiográficos, sociológicos, culturais, econômicos, ambientais, tecnológicos, entre outros, a fim de promover o conhecimento e a sensibilização às complexas realidades da nossa região²⁴³”. Todavia, apesar de ser mencionado a região do caribe, cabe ressaltar que a UNILA não incorporou a região ao seu nome de forma

240 Fonte do autor: entrevista realizada com Tullo Vigevani em 05/04/21.

241 O Ciclo Comum de Estudos da Unila é composto por 3 eixos, a saber: 1. Eixo de estudo compreensivo de América Latina e o Caribe; 2. Eixo de línguas – Português e Espanhol; 3. Eixo de epistemologia e metodologia.

242 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/prograd/daciclo/ciclo-comum-de-estudos>. Acessado em 05/07/2022.

243 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/prograd/daciclo/ciclo-comum-de-estudos>. Acessado em 05/07/2022.

explícita repetindo o mesmo erro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, isto é, a “CEPAL foi criada em 1948 e só incorporou o caribe em seu nome em 1986, demorando quase 4 décadas para reconhecer o caribe como uma região autônoma”²⁴⁴. Celso Amorim se soma a crítica ao ponderar que apesar da “UNILA ter recebido estudantes haitianos recentemente, foi um erro criar a universidade para a integração latino-americana sem explicitar em sua missão a região do Caribe. Talvez a universidade deve-se chamar UNILAC, Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Caribenha. Indo na mesma linha, eu poderia fazer um paralelo com a UNILAB²⁴⁵ que em vez de ter o enfoque na integração da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP²⁴⁶), em vez de ter esse caráter lusófono, deveria ser, talvez, a universidade para integração com a África” (idem). Nessa mesma linha, ao considerar o levantamento de experiências brasileiras responsáveis por produzir e difundir conhecimento sobre a América Latina e especificamente sobre o Caribe no país,

são poucas as iniciativas que levam “Caribe” ou país caribenho como termos no nome (apenas 6 das 146 iniciativas institucionais mapeadas). Em princípio, isso não significa que o Caribe não esteja contemplado na produção do conhecimento e informação daquelas iniciativas por falta de menção expressa nos seus nomes, o que, de todo modo, pode ser indicativo da relativa marginalidade dessa região e respectivos países nos campos constituídos (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.24).

Isso exemplifica, de forma prática, a centralidade de cursos como o de relações internacionais para a missão integracionista da UNILA, uma vez que “quem faz o TCC em história inevitavelmente terá que passar pelo tema da integração que está contido em RI²⁴⁷”. Contudo, Tereza Spyer pondera o fato dos acadêmicos de relações internacionais, sob forte influência da ciência política, serem imediatistas, faltando uma visão crítica e de longa duração, além de terem dificuldade de lidar com a criação e difusão de novas fontes de pesquisa, isto é

244 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

245 UNILAB é a sigla de Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – localizada nas cidades de Redenção/CE e São Francisco do Conde/BA, na região Nordeste –, voltada ao continente africano com foco na CPLP. Assim como a UNILA, a UNILAB é fruto do contexto de expansão universitária através do Reuni.

246 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional composta por países lusófonos e tem como objetivo aprofundar a amizade e cooperação entre os seus membros. O organismo foi criado por Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, em 1996, em Cabo Verde e a sua sede é em Lisboa, em Portugal.

247 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

os acadêmicos de RI são muito presentistas. Nem é a história do tempo presente, é a história do hoje. Talvez, as 2 grandes dificuldades metodológicas do campo seja esse presentismo e a dificuldade de lidar com fontes – ou fontes que já existem, ou produzir fontes. Ou seja, os internacionalistas não fazem trabalho de campo, não fazem entrevistas. Eles têm muita dificuldade de estudar, criar e produzir novas fontes. É a grande fragilidade metodológica da área.

Nesse sentido, Tereza Spyer pondera que a falta de preocupação com a memória reflete, em última instância, a própria falta de um projeto regional, o que também reforça o desprestígio da área da história diplomática nas relações internacionais. Assim, preservar a memória individual e institucional é uma tarefa essencial para o campo de estudos da integração regional, uma vez que a preservação da memória tem relação direta com o legado a ser deixado para as futuras gerações. Isto é, prospectar o futuro (da América Latina) é cada vez mais imprescindível para um estudioso da integração regional. A historiadora usa o exemplo do Ciclo Comum para reforçar que as dificuldades de ministrar a disciplina de Fundamentos da América Latina (FAL) está diretamente ligado à “dificuldade de não ter memória institucional organizada sobre a integração²⁴⁸”, sendo que “fazemos isso de forma fragmentada assim como você está fazendo, quando em cada aula é apresentado um autor” (idem). Por outro lado, ao comparar com as aulas ministradas sobre a comunidade europeia, a autora pondera que é possível iniciar as “primeiras aulas pelos seus documentos oficiais, sendo muito mais fácil construir a crítica depois” (idem).

No que concerne à diversidade e os índices internacionais da UNILA, podemos identificar pontos fortes e fracos. Entre as vantagens percebidas indica-se o aumento de acadêmicos estrangeiros entre estudantes e docentes, haja vista que esse critério de internacionalização é ainda muito reduzido nas universidades brasileiras, havendo bastante espaço para recepcionar novos grupos de acadêmicos latino-americanos e caribenhos e de outras regiões. Inclusive, essa propositura no campo educacional valoriza a política externa do Brasil com os países ditos emergentes, buscando soluções conjuntas a partir da atração de estudantes e professores de países vizinhos. Essa nova orientação dos governos de Lula da Silva reposicionou a política exterior com foco na interdependência

248 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

regional reforçando a tradição brasileira para ações multilaterais e de integração sem deixar os interesses nacionais de lado.

Ademais, é importante destacar que a “comunidade unileira” é “diversa em nacionalidades, etnias e identidades, conformando um cenário altamente plurilíngue. Há diversas iniciativas de valorização e troca entre as diferentes línguas presentes neste espaço (aimará, árabe, *creole*, espanhol, guarani, francês, inglês, português, quíchua, entre outras)²⁴⁹”. Acrescente-se que nesse ambiente plurilíngue e intercultural,

os/as estudantes têm a oportunidade de uma formação bilíngue em português e em espanhol, por meio desses componentes de línguas adicionais obrigatórios para todas as áreas e cursos. A formação em língua adicional (espanhol para estudantes brasileiros/as e português para estudantes de outros países da América Latina e Caribe) busca contribuir para a competência linguística, acadêmica e intercultural dos/das estudantes²⁵⁰.

Além disso, podemos delimitar a questão da fronteira trinacional e a temática latino-americana para os projetos de extensão e pesquisa como ponto promissor para a atuação internacional da universidade – assim como o perfil jovem, a titulação e o reconhecimento do corpo docente pela comunidade local. Entre os aspectos negativos, sob a perspectiva dos rankings internacionais *mainstream* (*Shanghai*, *The Times* e QS), consta a reduzida capacidade de publicar pesquisas em revistas internacionais estabelecidas e em língua inglesa, uma vez que tanto a língua portuguesa como a espanhola são desvalorizadas no cenário internacional. Soma-se a isso, a fragilidade dos índices de impacto no entorno social e produtividade das pesquisas sobre a integração regional e fronteira, a dificuldade de recrutar, reter e formar mais estudantes – especialmente não-brasileiros –, sobretudo no contexto pós-pandêmico.

Essa intensificação das relações entre a universidade e as regiões transfronteiriças reforçam uma importante tendência de inovação e horizontalização das agendas de pesquisa, o que tende a estreitar laços entre as novas universidades de fronteira e a sociedade civil estabelecida nessas regiões

249 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/prograd/daciclo/ciclo-comum-de-estudos>. Acessado em 05/07/2022.

250 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/prograd/daciclo/ciclo-comum-de-estudos>. Acessado em 05/07/2022.

complexas e fluidas, reforçando o papel de destaque para as novas universidades e para os novos atores dessas zonas transfronteiriças que são diretamente implicadas na produção e difusão de conhecimento sobre e para a integração latino-americana. Ou seja,

yo creo que las universidades de frontera y sobre todo las universidades nuevas de frontera, ¿no? Pienso en el caso de Mato Grosso do Sul, donde tenemos a la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, la Universidad Estadual de Mato Grosso do Sul y la Universidad Federal de la Gran Dourados dentro del mismo estado. A mi me parece que las universidades con que tienen más años y que tienen una trayectoria construida de investigación y el análisis de integración regional se centran obviamente en el análisis de la integración regional en los temas clásicos y los actores clásicos. Entonces reflexionan sobre el rol del estado dentro de la integración regional y piensa la integración regional en sus dimensiones jurídicas y económicas etc. A mi me parece que las nuevas universidades que están, primero, más vinculadas al territorio, más arraigadas en ese contexto territorial específico se han permitido una agenda de investigación un poco más amplia, ¿no? En donde se empiezan a entrar, por ejemplo, los nuevos actores de las relaciones internacionales y por tanto también los nuevos actores en la integración regional. Y se ve materializado en el tipo de tesis, ¿no? Cuando he evaluado tesis en universidades más centrales, tipo Brasília, São Paulo, Buenos Aires, Montevideo, bueno, se busca el aporte a la integración regional visto desde esa estructura de macro reflexión. Cuando me ha tocado trabajar en la evaluación de tesis que se vinculan más a la construcción de la integración regional en escala local²⁵¹.

Enfim, seja pela natureza inovadora, seja pela localização estratégica, a UNILA representa um marco acadêmico e científico nos processos de produção e difusão de conhecimento sobre e para a integração regional no curto, médio e longo prazo. Por sua vocação internacional, latino-americana e integracionista, a instituição cumpre um papel central na articulação e fomento de comunidades epistêmicas potenciais, viáveis e prováveis. Nesse sentido, na próxima seção apresentaremos de forma sintética o Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina criado no âmbito da UNILA.

4.3.8.1. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPG-ICAL

²⁵¹ Fonte do autor: entrevista realizada com Nahuel Oddone em 21/04/21.

O Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) foi criado em 2014 com vistas a reforçar a missão institucional da UNILA²⁵², que tem como seu principal objetivo “formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul²⁵³”.

O PPG-ICAL tem natureza interdisciplinar e dessa forma busca mobilizar diferentes áreas do conhecimento para corresponder aos inúmeros desafios envolvidos no campo de estudo da integração e da cooperação solidária que justificaram a própria fundação da UNILA, isto é, “caracteriza sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina²⁵⁴”. Segundo Lucas Kerr Oliveira, o ICAL tem pesquisadores integracionistas e latino-americanistas e tem professor que estuda a América Latina independente do tema da integração. Ou seja, “eu diria que nós temos as 2 coisas no ICAL, integracionistas e latino-americanistas, que no meu ver se complementam. Nesse sentido, a gente é muito parecido com o PROLAM²⁵⁵”.

Entre outras iniciativas existentes no âmbito do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), que atua complementarmente e de forma transversal ao PPG-ICAL, encontra-se o Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI / UNILA), coordenado pelo professor Lucas Kerr Oliveira, foi criado em 2014 e é certificado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), tendo uma importante atuação no desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão dentro e fora da UNILA responsáveis por reunir observatórios que pudessem abordar temas importantes sobre “Integração Regional na América do Sul; Geopolítica Energética e Transição Tecnológica; e Estratégia dos países Emergentes, especialmente dos países dos BRICS²⁵⁶”. Segundo Lucas Kerr, existem muitos pesquisadores dispersos e muitas vezes desconhecidos que estão

252 Informação disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm. Acessado em 03/07/2022.

253 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/mestrado/ical>. Acessado em 03/07/2022.

254 Informação disponível no <https://portal.unila.edu.br/mestrado/ical>. Acessado em 03/07/2022.

255 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

256 Informação disponível no <https://neegi.wordpress.com/>. Acessado em 02/07/2022.

desenvolvendo suas investigações sobre a integração regional, sendo necessário construir um mapeamento completo desse campo de estudos que articule a produção e difusão das pesquisas entre os grupos de especialistas e instituições que sejam referência no tema. Inclusive, o Observatório da Integração foi uma das estratégias utilizadas para tentar “mapear a produção acadêmica da área de integração, sejam elas notícias, artigos, teses, dissertações e TCCs. Geralmente é 1 ou 2 por universidade²⁵⁷”.

A estruturação do núcleo com bolsistas extensionistas auxiliou na sistematização dos conteúdos produzidos sobre a temática integracionista e latino-americanista nos últimos anos, aglutinando quase uma “centena de teses, dissertações, TCCs e bastante artigos” nesse banco de dados que tem potencial para apontar “onde é que está a produção acadêmica, quanto tem em cada lugar, quem são as pessoas, as instituições²⁵⁸” que estão produzindo e difundindo esses conhecimentos na região”. Com relação ao mapeamento de redes de especialistas, eventos e instituições, Kerr Oliveira recomenda cruzar os eventos direcionados para a integração realizados pelo

NEEGI, o SIEEGI – Seminário Internacional de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional: Desenvolvimento e Soberania na América do Sul²⁵⁹, os encontros do FoMerco, assim como os de redes do tipo do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), instituição localizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a REDAPPE, que é mais tradicional e tem sede na UBA, em Buenos Aires. Os estudiosos de integração que não estão na UBA estão na REDAPPE. Enfim, tem uma grande quantidade de pessoas com massa crítica e com capacidade crítica para avançar no debate. Mas eu não sei dizer se essa massa crítica trabalharia em rede. Eu acho que o mais próximo de uma rede para essas pessoas trabalharem é o FoMerco.

Curiosamente, foi a partir do mapeamento dos projetos de pesquisa e extensão diretamente ligados à área da integração no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, e da constatação (em 2016) de que havia poucos projetos sobre o tema no âmbito institucional da UNILA, que motivou a criação dos Observatórios da Integração, visto que

257 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

258 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

259 Informação disponível no <https://neegi.wordpress.com/sieegi/>. Acessado em 03/07/2022.

a maioria dos professores do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA não estudam a integração. (...) Dos 100 projetos de pesquisa que tinha naquela época, apenas 6 versavam sobre a integração. Ou seja, apenas 6% dos projetos registrados há 5 anos eram sobre a integração regional. Tinha 1 projeto na geografia, 2 na economia sendo que 1 projeto era do Luciano Wexell e os outros 2 eram meus, no curso de RI. Eu sozinho respondia por $\frac{1}{3}$ dos projetos de pesquisa relacionado aos estudos de integração da UNILA. (...) E com os projetos de extensão ocorria a mesma proporção, havia 5 projetos que abordavam efetivamente a questão da integração sendo que 1 deles era meu, só que havia mais projetos de extensão em comparação com os existentes na pesquisa²⁶⁰.

Dando sequência a análise das iniciativas regionais para a integração regional, na próxima seção abordaremos de forma breve o Fórum Universitário Mercosul (FoMerco).

4.3.9. Fórum Universitário Mercosul – FoMerco

Fundado no ano 2000, o Fórum Universitário Mercosul (FoMerco) é uma rede de pesquisadores e acadêmicos de diferentes países da América Latina que visam “discutir e analisar as implicações, as trajetórias, os problemas e os avanços relativos ao processo de integração latino-americana²⁶¹”. Desde sua criação, o FoMerco tem incentivado o intercâmbio institucional e de acadêmicos latino-americanos tendo em vista aprimorar a cooperação, a reflexão e a circulação de conhecimentos relacionados aos temas que perpassam a agenda da integração regional. Em outras palavras, a missão do Fórum é “produzir, articular e divulgar conhecimento para aperfeiçoar a agenda das políticas públicas de integração no continente americano” (idem).

Além disso, acrescenta-se que o FoMerco tem a preocupação de incidir sobre a “continuidade, a correção de rota e os ajustes das políticas públicas que promovam e consolidem a agenda da integração como instrumento efetivo de autonomia e desenvolvimento da região”. Ao mencionar os membros das últimas gestões,

aqui na UNILA incluiria o José Renato Vieira Martins que é um dos fundadores do FoMerco. Na UFF tem o Edison Rodrigues Barreto Júnior que estuda esse

260 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

261 Informação disponível no https://www.fomerco.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=273. Acessado em 30/06/2022.

tema. Dá uma conferida no site do FoMerco e na lista dos membros da gestão que fizeram parte da diretoria do FoMerco. Tem ótimas pessoas que estudam integração inclusive de outros países. Tem a professora Ingrid Sarti, que é uma pesquisadora da integração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; tem o Filipe Reis Melo, que era da Universidade Estadual da Paraíba e também estuda a integração. Tem o Marcos Costa Lima (UFPE) e o Tullo Vigevani (UNESP), dois nomes interessantes das relações internacionais, que em algum momento se especializaram, digamos assim, no tema da integração²⁶².

Apesar do perfil mais acadêmico, os membros do FoMerco buscam promover uma integração multidimensional em torno de temas econômicos e comerciais, combinado com uma abordagem social, política e cultural em diferentes organismos regionais, com destaque para o Mercosul, a CELAC e a UNASUL. Assim,

eu incluiria o FoMerco nessa discussão uma vez que se aproxima da ideia do Mercosul Social. Mais do ponto de vista acadêmico, mas não é tão popular. A gente criou muita expectativa com a CELAC, a própria ALBA gerou muita expectativa, e efetivamente a ALBA avançou pouquíssimo e a CELAC menos ainda. O Foro de São Paulo por um bom tempo teve um papel interessante na articulação de governos e partidos de esquerda²⁶³.

Enfim, isso reforça, em vários aspectos, o objetivo do grupo em compreender os impactos da agenda da integração e da política externa autônoma promovido pelos governos eleitos no século XXI que pudessem emancipar os povos sul-americanos. No mais, a seguir apresentaremos brevemente o Grupo de Reflexão sobre Integração e Desenvolvimento na América Latina e Europa.

4.3.10. Grupo de Reflexão sobre Integração e Desenvolvimento na América Latina e Europa – GRIDALE

O Grupo de Reflexão sobre Integração e Desenvolvimento na América Latina e Europa (Gridale) foi fundado em 2016, em Bogotá na Colômbia, e se constitui como um novo espaço de investigação, produção e difusão de conhecimento teórico e prático com a finalidade de incidir na formulação política com vistas a balizar os processos de integração latino-americana e caribenha.

²⁶² Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

²⁶³ Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

Nesse sentido, Edgar Posada defende que a América Latina deve recuperar a sua capacidade de produzir pensamento próprio

o sea, el grupo 1 de Gridale tiene el propósito de ir discutiendo ideas conceptuales sobre la integración. Pero no somos pretenciosos, no debemos inventar ahora una nueva teoría de la integración. Pero si, habiendo perdido la CEPAL la fundamentación propia y teórica que manejó por tantos años es necesario volver a darle un mayor piso de conceptualización teórica a la integración²⁶⁴.

A razão de ser da instituição está intimamente ligada aos desafios estruturais e à condição de crise que afetam os processos regionais que culminaram na “desintegração” da região, muitas vezes prejudicados por obstáculos sistêmicos diretamente associados à governança global, como também por problemas domésticos e incertezas relacionadas com o funcionamento das instituições regionais. Nesse sentido, a Gridale se propõe a articular um grupo plural de pesquisadores da América Latina e da Europa com vistas a reorganizar os processos de integração alinhando os distintos projetos de desenvolvimento nacional e regional existentes na região. Acrescenta-se que após inúmeras experiências e formulações teóricas e práticas com impacto na agenda regional,

os processos de integração na América Latina, como a Comunidade Andina (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e em menor medida o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), estão em situação grave de estagnação e descumprimento dos objetivos para os quais foram criados, afetados por concepções divergentes sobre o modelo de desenvolvimento em que devem ser implementados. Além disso, há uma falta de conceituação teórica que dificulta a especificação da integração que deve ser realizada, o que tem causado o desmantelamento de princípios essenciais como a construção da soberania compartilhada sobre as soberanias nacionais²⁶⁵.

Em suma, a Gridale busca recuperar uma dinâmica ativa de formulação sobre os processos de cooperação e integração regional que possam fortalecer os desígnios da união entre os diversos países e atores da região. Assim, a instituição entende que suas reflexões podem contribuir com o desenvolvimento regional permitindo que “governos, grupos políticos e organizações intergovernamentais superem a distorção e estagnação dos processos de integração devido ao

264 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

265 Informação disponível no <https://gridale.org/razon-de-ser/>. Acessado em 01/07/2022.

ressurgimento de nacionalismos que distorcem a formação de uma soberania compartilhada”. Acrescente-se que a Gridale busca projetar a integração como

um instrumento eficaz de desenvolvimento; restaurar o escopo de uma integração multidimensional; ajustar a integração regional aos mandatos globais (meio ambiente, direitos humanos) e desenvolvimento tecnológico imparável; trabalhar na conectividade geopolítica e geográfica global com as reformas institucionais apropriadas; e, articular o trabalho das tecnocracias com a sociedade civil para torná-la coparticipante e comprometida com os objetivos da integração²⁶⁶.

No mais, ao avaliar a curta trajetória da Gridale até a atualidade, Daniele Benzi pondera que é difícil compreender o papel real da instituição na região, sendo que seu “projeto de rede é algo ainda frouxo e que a expressão política só pode ser manifestada ‘debaixo da mesa’, o que configura uma clara dominância de parte dos professores membros²⁶⁷”. Por outro lado, segundo Javier Posada, não importa a orientação política dos acadêmicos que fazem parte da instituição, uma vez que o importante é a integração regional e a sua própria natureza multidimensional. Em sendo uma integração multidimensional, portanto, “no vamos a quedar sólo en lo político, ni vamos a quedar solo en lo comercial. Es que hay que haber todos los ángulos y variantes de la integración. Si sigue América Latina en esa división ideológica y en esa falta de instituciones entregando el manejo únicamente al personalismo hiper presidencial esto va a seguir congelado²⁶⁸”.

Por seu turno, na visão de José Briceño-Ruiz, que na época era professor da Universidade Cooperativa de Bogotá, e membro fundador da Gridale desde o momento inicial de sua criação, o ponto alto do grupo é que ele vem conseguindo aglutinar especialistas de diferentes áreas e países com foco nos processos da integração e desenvolvimento da região, sendo um esforço relevante neste momento de crise na governança regional, isto é

participé directamente de la creación de Gridale, que es un proyecto muy interesante, muy valioso, pero todavía joven, un proyecto en formación, es un proyecto que la influencia que puede tener en los debates regionales todavía está por verse. Ahora, lo rescate de Gridale es que primero fue reunir todos los que

266 Informação disponível no <https://gridale.org/objetivos/>. Acessado em 01/07/2022.

267 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

268 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

trabajamos integración en un espacio nuestro. ¿Por qué? Porque los que participan en LASA (*Latin American Studies Association*), los que participan en ISA (*International Studies Association*), los que participan en la ALACIP (Asociación Latinoamericana de Ciencia Política), siempre versan sobre integración, pero no tratan solamente de la integración, una vez que se habla de política exterior, se habla de economía política internacional y temas de seguridad²⁶⁹.

No tocante aos dois Congressos organizados pela Gridale, destaca-se que o primeiro foi realizado em Bogotá, na Colômbia, em 2018, e o segundo por conta da pandemia da covid-19 foi realizado no modo virtual em 2021. A propósito o terceiro congresso já está agendado para junho de 2023 em São Paulo, no Brasil, sob a coordenação das professoras Karina Pasquariello Mariano (UNESP) e Janina Onuki (USP). Ao avaliar os dois primeiros congressos e projetar o que está por vir no próximo ano, Javier Posada argumenta que “el primer congreso fue únicamente de académicos. El segundo fue ya con organismos de integración y organismos internacionales. El tercero buscará trabajar la presencia de la sociedad civil, invitando a distintos actores de la integración: ONGs, empresarios, grupos sociales etc²⁷⁰”. A estratégia declarada é fortalecer a participação social e reunir uma grande gama de atores e instituições da sociedade civil organizada de tal maneira que a agenda da integração possa ser fortalecida e revitalizada.

Com relação ao II Congresso em 2021, Javier Posada explica que no primeiro dia foi realizado um debate apenas com os membros e representantes dos organismos responsáveis por pensar, estudar e avaliar os processos de integração regional entre os quais citamos a CEPAL, o INTAL, o SELA, a CAF, isto é

en el primer día no estaban los organismos responsables de la integración. Pero sí organismos internacionales que se ocupan de la integración, que la estudian, que la evalúan. ¿Quién estaba? Estaba la CEPAL, estaba el INTAL. El INTAL es el instituto para la integración latinoamericana con sede en Buenos Aires y es un organismo creado exclusivamente para analizar la marcha y desarrollo de la integración latinoamericana. Estaba el SELA, el Sistema Económico Latinoamericano, que tiene sede en Caracas. El SELA, hace muchos años, viene haciendo encuentros de los organismos de integración para evaluarlos. Entonces SELA hace evaluaciones y seguimiento a cómo va la integración latinoamericana. Un poquito la CAF aunque la CAF es básicamente el brazo financiero, pero también tiene sus estudios sobre la integración. Hay una serie de órganos que

269 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 28/06/21.

270 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

estudian la integración.

E no último dia, a mesa redonda reuniu os representantes dos blocos e organismos regionais responsáveis por operar e gerenciar a integração no dia-a-dia, a saber:

en el último día, el foro que hicimos fue con los responsables de la integración, con el secretario de la ALADI, con el director de la secretaría del Mercosur, con el secretario general de la CAN. La Alianza del Pacífico como no tiene ninguna institucionalidad si no que cada semestre la preside un país, entonces invitamos a un negociador del Ministerio de Comercio en Colombia; sólo organismos responsables de ejecutar la integración, es mucho más la parte práctica, la praxis, la acción, el llevar a cabo y ahí no hay tanto estudio²⁷¹.

A despeito das adversidades conjunturais que se colocam como obstáculo na retomada de uma agenda da integração regional assertiva, a instituição parece ter traçado um plano de ação que compreende a atuação conjunta de acadêmicos, representantes de organismos internacionais e da sociedade civil para repensar a institucionalidade dos esquemas regionais existentes, isto é

vamos a conformar una comisión interinstitucional con académicos en una parte, y con voceros de los órganos de integración y de los organismos internacionales. Con calma, evitando polémicas y disputas, los queremos ir llevando al terreno de discutir qué correcciones se le hace a la institucionalidad de la integración latinoamericana. ¿Cuáles organismos vale la pena reforzar? Cuales organismos en el mediano plazo deberían inclusive desaparecer, fusionarse, evitar que repitan las funciones de otros. Es decir, los objetivos de la Alianza del Pacífico o los objetivos de la CAN; países del ALBA que sean miembros de Mercosur etc. (...) CELAC puede ser muy bueno para entenderse con China, para entenderse con la Unión Europea, entendiendo con otros factores de poder en el escenario mundial. América Latina en resumen va a tener que ir reduciendo, analizando, qué reducimos, qué funcionamos, que eliminamos, pero no podemos seguir en esa dispersión²⁷².

Enfim, embora a integração latino-americana não seja algo inevitável, haja vista a história de avanços e retrocessos que se sucedem ao longo do tempo, não resta dúvida que as diretrizes da Gridale são no mínimo promissoras ao propor resgatar a estratégia da integração e do desenvolvimento regional para enfrentar a conjuntura global complexa e os gargalos estruturais que se impõe à região. Ademais, na próxima seção abordaremos as iniciativas do Observatório do

271 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

272 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

Regionalismo (ODR/REPRI).

4.3.11. Observatório do Regionalismo – ODR / REPRI

O Observatório do Regionalismo (ODR) foi criado em 2015 a partir da articulação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – San Tiago Dantas, que envolve o consórcio universitário composto pela UNESP, UNICAMP e PUC-SP, sendo um espaço plural e participativo de “investigação e diálogo entre alunos, professores e especialistas sobre o regionalismo contemporâneo com o objetivo de fomentar o debate, estudos e atividades de extensão sobre iniciativas regionais de integração e cooperação²⁷³”. Apesar de o Observatório dar maior ênfase aos processos regionais que ocorrem nas Américas, suas investigações se utilizam do método do regionalismo comparado ao analisar a América Latina em contraste com as demais regiões do mundo, como Europa, África e Ásia.

Desde 2016, sua atuação está ligada à Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e tem o objetivo de promover discussões sobre os processos regionais de integração e cooperação. O grupo é composto por pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação de importantes instituições de ensino e pesquisa, “como a UFU, UNIFESP, UNESP, UNB, UFGD, IPEA; e cujos estudos e pesquisas buscam, a partir de objetos e perspectivas teóricas e metodológicas diversas, compreender as motivações e os determinantes da política externa dos Estados e dos processos de regionalismo e multilateralismo” (idem). Inclusive, o professor Briceño-Ruiz menciona a parceria com pesquisadores da UNESP, ao citar a participação em um projeto internacional financiado pela Capes e coordenado pela professora Karina Mariano, a saber,

se no me falle la memoria se llama Red Política Internacional y Democracia, es una red financiada por CAPES, en la que participan académicos brasileños, pero también uruguayos, argentinos, chilenos, alemanes, esa red está muy vinculada con el Observatorio de Regionalismo y el grupo es más joven. Yo estoy siempre participando y colaborando con ellos, con esa Red, tengo un vieja relación con Karina Mariano, con Roberto Goulart, hay la Vania en Brasília²⁷⁴.

273 Informação disponível no <http://observatorio.repri.org/sobre-o-odr/>. Acessado em 01/07/2022.

274 Fonte do autor: entrevista realizada com José Briceño-Ruiz em 26/05/21.

Por outro lado, ao considerar o campo de estudos internacionais é preciso problematizar o fato concreto de que “mais de 80% da produção em relações internacionais vem dos EUA, a produção é anglo-saxônica e feita em língua inglesa, sendo que as publicações nas revistas científicas são extremamente conservadoras. Enfim, eles fazem a teoria que a gente consome²⁷⁵”. Além disso, Tereza Spyer acrescenta que a “produção no campo das RI e da integração é majoritariamente ‘norte-cêntrica’, sendo especialmente produzida nos EUA”(idem). Por outra perspectiva, até a criação do San Tiago Dantas e da própria universidade da integração latino-americana, a UNILA,

o Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio era considerado o melhor curso e a melhor formação da área, e tinha uma abordagem mais cultural e com uma perspectiva de política externa mais crítica, tanto que a Revista Contexto Internacional do IRI-PUC-Rio é uma contraposição à Revista da UnB, que é a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. Então tem trabalhos bons no Rio, e você vai encontrar trabalhos de críticos sobre integração Regional²⁷⁶.

Apesar da trajetória bem-sucedida de grupos como o Observatório do Regionalismo no Brasil, o campo de estudos ainda tem um número pequeno de pesquisadores, sendo ainda menor os que trabalham com a integração. Ao mencionar o perfil dos projetos de pesquisa do San Tiago Dantas, por exemplo, Tullo Vigevani argumenta que na atualidade

difícilmente aparece um projeto sobre integração regional. Isso dá razão ao argumento de que é difícil criar uma escola brasileira de integração regional, sendo que nem mesmo no San Tiago Dantas há uma escola de integração regional. Há alguns professores que trabalham com esse tema, mas não é uma escola. Os professores brasileiros de Relações Internacionais estão muito preocupados com a relação entre pesquisa e intervenção no campo da política. (...) Eu diria que não se pode dizer que há uma escola brasileira ou sul-americana, ou mesmo latino-americana de Integração Regional. Há algumas experiências importantes mas falar em escola é algo complicado²⁷⁷.

No tocante às relações interinstitucionais com outras universidades e instituições de investigação e formulação, “o grupo se insere em redes nacionais e

275 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

276 Fonte do autor: entrevista realizada com Tereza Spyer em 16/04/21.

277 Fonte do autor: entrevista realizada com Tullo Vigevani em 05/04/21.

internacionais de pesquisa, como a REDE DIPP (Brasil), Projeto *Jean Monnet* e UNU-CRIS (Bélgica), Projeto EU-LAC (União Europeia), GRIDALE (Colômbia), CRIES (Argentina) e FOMERCO (Brasil)²⁷⁸, fato que reforça a sua atuação em rede e ampla articulação no Brasil e na América Latina.

Por fim, na próxima seção apresentaremos o Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).

4.3.12. Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia – ISAPE

O Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) foi criado em 2010, na cidade de Porto Alegre (RS), e é uma associação sem fins lucrativos de direito privado orientada para o desenvolvimento de atividades de investigação, análises e recomendações no ramo de “Estudos Estratégicos e Relações Internacionais” com vistas a contribuir na formulação de “políticas públicas no Brasil e no exterior orientada para a promoção de três princípios centrais: soberania, integração e desenvolvimento²⁷⁹”.

O ISAPE é composto por 65 pesquisadores associados em diferentes áreas do conhecimento, o que faz com que a instituição aspire atuar e contribuir na produção de pensamento em diferentes áreas do saber. Por exemplo, consta entre os princípios do instituto promover a “integração política, socioeconômica, cultural, de infraestrutura, defesa e segurança da América do Sul” (idem), dando um papel de destaque para a atuação do Brasil no enfrentamento dos gargalos do desenvolvimento e da integração latino-americana e caribenha. Muito embora seja denominado como um instituto sul-americano, a instituição tem 3 linhas de pesquisas principais:

uma delas é a linha de América do Sul, uma de estudos de Ásia e outra de África. Nem todo mundo do grupo conhece realmente a América do Sul, mas eles têm uma vertente de estudos de América do Sul. Eles tem uma parceria interessante com o pessoal da Argentina, a Rede Argentina de Profissionais de Política Exterior – REDAPPE, que reúne algumas pessoas que estudam integração, o Instituto Universitário Sul-americano (Argentina) que teve presença aqui, e o

278 Informação disponível no <https://www.santiagodantas-ppgri.org/nucleos-de-pesquisa>. Acessado em 01/07/2022.

279 Informação disponível no <https://isape.org.br/>. Acessado em 02/07/2022.

Miguel Ángel Barrios também é um nome importante²⁸⁰.

Por outro lado, figura entre as instituições parceiras do instituto, o Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI / UNILA), coordenado pelo professor Lucas Kerr Oliveira, que também é membro fundador do ISAPE e realizou sua formação acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na esteira do “boom dos estudos de integração regional que atravessou a região na virada dos anos 1990. Na época discutia-se a possibilidade do Rio Grande do Sul tornar-se um eixo da integração entre São Paulo e Buenos Aires²⁸¹” pela sua posição estratégica na fronteira com a Argentina e Uruguai. Mas não somente pela relação de fronteira no extremo sul, haja vista que a “UFRGS tem muito trabalho sobre a integração tanto na RI como na ciência política. Além disso, a UFRGS tem uma coisa interessante que é promover estudos de fronteira e integração na área de geografia” (idem), o que ajuda a expandir a perspectiva teórica do campo de estudos na região. Enfim, Kerr Oliveira argumenta que “do ponto de vista teórico, eu diria que me aproxime muito do pensamento dos professores Cepik, Zé Miguel e Vicentini, uma vez que minha formação foi na UFRGS²⁸²”. Ou seja,

eu sou sócio filiado e estive na fundação do ISAPE. O ISAPE foi pensado originalmente para ser um *think tank* da integração reunindo pessoas dispostas a estudar a integração, não só no Brasil, não só na América do Sul, mas a ideia era que funcionasse como uma instituição privada, uma ONG, com capacidade de fomentar o tema da integração. A gente acabou pulverizando esses esforços justamente pelo quadro plural de membros. Muitas pessoas do ISAPE são especialistas em um país. O ISAPE existe até hoje e segue atuando há mais de 10 anos. Seguem trabalhando com uma linha interessante e continuam com um grupo que estuda especificamente a América do Sul, não estuda só a integração²⁸³.

Acrescente-se que a atuação do ISAPE como *think tank* contribui com a promoção e difusão de conhecimento numa sociedade cada vez mais complexa e influenciada pela circulação truncada de informações, garantindo, que os formuladores de políticas públicas tenham melhores condições de atuação e incidência nos processos de tomada de decisões. Além disso, destaca-se que esses

280 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

281 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

282 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

283 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

organismos, notabilizados por atuar, mobilizar e articular atores no âmbito regional, nacional ou global, cumprem uma importante missão de combater falhas, omissões e ausências que envolvem a circulação de ideias entre as sociedades, universidades, partidos políticos, governos e até mesmo entre o setor privado e empresarial. Ademais, por ser organizado como um *think tank*, o Instituto “busca ampliar a inovação no estudo do cenário internacional mediante a integração de temas correlatos, tais como Política e Segurança Internacional, Estudo da Guerra, Integração Regional, Economia, Direito, Filosofia e Tecnologia²⁸⁴”.

Por fim, na próxima seção analisaremos a conjuntura latino-americana que propiciou a criação de experiências regionais do tipo do Foro de São Paulo, o Fórum Social Mundial (FSM), até chegar na recente criação do Grupo de Puebla.

4.4. Do Foro de São Paulo ao Grupo de Puebla

Em 1990, um amplo conjunto de partidos, movimentos e organizações políticas da América Latina e Caribe se reuniram na cidade de São Paulo para criar aquilo que viria a ser denominado Foro (ou Fórum) de São Paulo. A fundação do Foro teve como pano de fundo a queda do Muro de Berlim ocorrida no ano anterior. Esse fato marcou o fim da Guerra Fria, impactando sensivelmente no processo de reunificação das Alemanhas e na derrocada do bloco socialista. Em vários aspectos, esse período de transição teve grande impacto nas transformações do sistema internacional, sendo responsável por consolidar a globalização desde uma perspectiva neoliberal e, simbolicamente, representou a vitória do capitalismo sobre o socialismo no final do século XX. Com essa guinada na conjuntura internacional, as organizações de esquerda latino-americanas e caribenhas se viram obrigadas a repensar as estratégias de atuação no continente, tendo sido eleito o Foro de São Paulo como um instrumento de reflexão e articulação de “caminhos alternativos e autônomos” para a região a tal ponto que na atualidade, o Fórum é composto por “123 partidos membros em 27 países que se reúnem anualmente²⁸⁵”.

Dessa forma, a declaração fundacional do encontro em São Paulo teve um

284 Informação disponível no <https://isape.org.br/>. Acessado em 02/07/2022.

285 Informação disponível no <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acessado em 29/06/2022.

papel de relevância ao atualizar as diretrizes que serviriam de parâmetro na reorganização e articulação de seus membros no enfrentamento dos gargalos estruturais que abalam a região. Ressalta-se que alguns dos objetivos tirados ao final do encontro foram

avançar com propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. (...) Promover[emos também] intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. [...] em contraposição com a proposta de integração sob o domínio imperialista, [definir] as bases de um novo conceito de unidade e integração continental²⁸⁶.

Isto é, o Foro de São Paulo buscou contribuir com o processo de integração regional com vistas a promover simultaneamente o desenvolvimento soberano da região e a sua inserção internacional autônoma em um contexto de aprofundamento da globalização e das assimetrias estruturais na América Latina. Assim, o mercado comum latino-americano seria uma estratégia guiada pelos Estados nacionais planejadores tendo em vista o desenvolvimento econômico com potencial para fortalecer o mercado interno e alavancar o valor agregado da pauta de exportação da região. Além disso, ainda que seja um desafio expressivo, a operacionalização de um projeto regional alinhado com os direitos trabalhistas e em equilíbrio com a legislação ambiental teria grande impacto no desenvolvimento social e sustentável do continente.

Por outro lado, a data de nascimento da articulação sindical na região, segundo Andrés Larisgoitia, remete ao ano de 1986, “o sea, previa ao proprio lanzamiento del Mecosur. Y en realidad va generar una articulación sindical con el nacimiento de las nuevas democracias²⁸⁷”, sendo uma espécie de preparação do terreno para o que viria a ser a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) que lograria qualificar a participação social mobilizando amplos setores populares para os processos de integração vindouros, a saber, “el PIT CNT (Uruguay), la CUT (Brasil) y la CTA (Argentina), lo que se llamó la ‘troika’, eramos 3 centrales que llevamos la cabeza delante y ponemos de impulso a pensar las ideas que después se tornaram las más dinamizadoras del Mercosur²⁸⁸”,

286 Informação disponível no <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acessado em 29/06/2022.

287 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

288 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

alcançando na atualidade em torno de 12 centrais sindicais. Inclusive, nesse processo de articulação sindical “hay un par de actores muy importantes que empiezan a generar la reconversión de esta coordinadora y ya lucha para que se integren más. En ese proceso Maria Silvia (CUT), Álvaro Padrón [uruguayo] y algunos otros jugaron un rol fundamental²⁸⁹”, mas a “questão da integração viria a fazer parte da agenda interna a partir de 1988. Inclusive, eu considero que a questão da integração não é um tema de agenda internacional, mas tem que fazer parte da agenda nacional²⁹⁰”, isto é, nesse processo

foi criada a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, em 1988 e 89. A Coordenadora começou por uma iniciativa da CSA com apoio dos italianos. O objetivo dela era ajudar a democratizar o Chile e o Paraguai, portanto o objetivo da Coordenadora era a democracia. E aí começaram reuniões, cursos etc, que ajudaram a articular os sindicatos. (...) E trabalhando na CUT, em articulação com a Fundação Friedrich Ebert, foi criado um programa de debates. Isso serviu para articular as centrais e articular mais o movimento sindical de esquerda, até porque no Brasil e no Uruguai era fácil, mas na Argentina a coisa era mais complicada por conta da CGT. Então eles convidaram sindicatos na Argentina, e não a central. Esse núcleo foi evoluindo bastante até que ascendeu o tema da integração. Em 1990, houve uma reunião da Coordenadora no Uruguai que definiu o tema da integração como prioridade das centrais sindicais na região uma vez que nesse momento ainda prevaleciam acordos bilaterais. Daí em diante foi fácil criar o Mercosul²⁹¹.

Dessa forma, o Foro de São Paulo foi ganhando protagonismo gradativo no suporte aos partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e governos latino-americanos e caribenhos que se articulavam para fazer o contraponto aos interesses hegemônicos dos países centrais e à própria doutrina neoliberal. Dessa forma, independente do Foro ter ou não se tornado um fórum secundário de articulação dos partidos, sindicatos e governos progressistas, assim mesmo ele “teve um papel muito importante até por volta de 2010, mais precisamente na fase ascendente da ‘onda rosa’ e da luta contra a ALCA²⁹²” – via de regra entendida como anexação política e econômica da América Latina pelos EUA. Acrescenta-se que devido à persistência da condição de dependência dos países periféricos, a

289 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

290 Fonte do autor: entrevista realizada com Maria Silvia Portela de Castro em 15/04/21.

291 Fonte do autor: entrevista realizada com Maria Silvia Portela de Castro em 15/04/21.

292 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

agenda da integração regional permaneceria com um papel de destaque no reforço da soberania nacional e na autodeterminação dos povos da região, merecendo destaque na agenda de luta dos movimentos políticos e sociais de esquerda que culminaria na articulação do Fórum Social Mundial (FSM).

Assim, o FSM foi criado como uma organização multilateral de resistência e articulação dos movimentos da sociedade civil que se contrapunham à globalização e ao neoliberalismo, sob a liderança de oito entidades que compõem o Coletivo do FSM: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Ao se reunir pela primeira vez no começo de 2001, em Porto Alegre, no extremo sul do Brasil, o FSM tinha como objetivo se “contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo²⁹³”. Em vários aspectos, os fóruns realizados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tornaram-se um grande símbolo da luta por “um outro mundo possível” ao articular líderes sociais e políticos, estudantes, intelectuais, especialistas por uma nova agenda política latino-americana com projeção internacional, tanto que depois ocorreram fóruns itinerantes em outras regiões periféricas do mundo. E com relação à luta contra a ALCA,

creo que hay un no reconocimiento histórico de lo que hizo el movimiento sindical durante muchos años de resistencia, de articulación y demás porque el fenómeno movilizó a todos y la participación del chavismo y de Chavez concretamente en Mar del Plata, y de los movimientos sociales de Argentina, digamos, que esta es la foto del proceso histórico. Empecemos por lo que fue la idea de la CUT de lanzamiento del Foro Social Mundial y fue un hecho sindical, una iniciativa sindical muy importante de trascendencia global con articulación de muchos sindicatos europeos, pero también dándole espacio a la incorporación a esta discusión contra lo que era el neoliberalismo y la globalización por un conjunto de sectores diversos y demás sin pretensión de que eso redunde en una organización sindical sino que simplemente sea un espacio de expresión de las distintas y diversas expresiones de organizaciones y manifestaciones de resistencia y visiones del mundo sendo para mí un hecho revolucionario (...) una transformación muy importante y creo que fue el punto más elevado, global, del intento de discusión de lo que era la globalización²⁹⁴.

293 Informação disponível no <http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>. Acessado em 29/06/2022.

294 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

Ao mencionar a idealização do fórum social e sindical em 2004, que viria a se transformar nas Cúpulas Sociais do Mercosul implementadas à época pelos governos progressistas, Maria Silvia pondera que apesar do avanço, esse novo espaço acabou esvaziando um importante fórum de formulação de estratégias do movimento sindical reduzindo a capacidade política de pressionar os governos nacionais e incidir efetivamente na governança regional. No caso específico do Mercado Comum do Sul, Maria Silvia pondera que o movimento sindical taxou o “Mercosul como esfera de atuação exclusiva dos governos, instância de Estado, e que supostamente não era conveniente ao movimento se preocupar com isso. E na prática foi isso que aconteceu. Nós saímos do Mercosul e o bloco se transformou em uma instância exclusiva de funcionários²⁹⁵”.

Quanto aos processos inaugurados pelas “Cumbres Sociales”, apesar de sua capacidade de gerar catarses coletivas entre os participantes, na prática, transformou-se mais numa disputa de quem receberia o financiamento governamental para viajar para as reuniões e menos numa instância de discussão e deliberação política que pudesse pautar as decisões intergovernamentais. Larisgoitia pondera que

los gobiernos progresistas se dedicaron más a eso, a darle más espacio a las Cumbres Sociales, que en mi modo de ver era muy linda, todo mundo hacia una catarsis de cuestiones, yo participe de todas cumbres sociales, la catarsis, expertos y todo mundo hablaba pero al final, en efectivo, no pasaba más nada. Entonces 90% de la discusión de esa participación social se daba en cómo íbamos a discutir la financiación que el gobierno daba para viajar y quiénes iban a viajar. Entonces nadie discutía que política iba a llevar el gobierno²⁹⁶.

Paradoxalmente, Andrés Larisgoitia identifica a desarticulação ou cooptação do movimento sindical a partir da ascensão dos governos progressistas na esteira da “Maré Rosa”, sobretudo com a ascensão de Lula da Silva no Brasil tendo em vista a capacidade de articulação e formulação do seu assessor para políticas internacionais, Marco Aurélio García. Isto é,

por la asunción de los gobiernos progresistas y fundamentalmente con Lula yo

295 Fonte do autor: entrevista realizada com Maria Silvia Portela de Castro em 15/04/21.

296 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

creo que ese espacio perdió relevancia. Y como te digo las agendas nacionales ganaron a todo lo que era agenda internacional. Creo que ahí mi justificación es que el error fue delegar a los gobiernos. Le delegaron al gobierno de Lula la política internacional sindical. Porque Marco Aurelio García era quién pensaba la política internacional y era nuestro amigo, y en general los hombres políticos que manejaban la política de Brasil fundamentalmente, en la mayoría de los casos en Argentina, eran compañeros nuestros. Entonces, delegamos, no imponemos²⁹⁷.

A partir das articulações do Foro de São Paulo foram consolidadas diretrizes para uma agenda da integração regional que impulsionariam inúmeras agremiações de esquerda em torno de uma convergência progressista ampla na região, o que forneceria as “condições ao Foro de São Paulo para coordenar o respaldo político regional e internacional aos governos progressistas latino-americanos e caribenhos²⁹⁸”.

E ao considerar as múltiplas dinâmicas regionais, é essencial compreender as diferenças de funcionamentos e compará-las entre si, uma vez que essas experiências tiveram o protagonismo de distintos atores nacionais e regionais, a saber, o “Mercosul social foi uma estratégia de implementação do Mercosul. A CELAC é uma instituição criada por Estados. O Foro de São Paulo é uma organização criada por partidos. E o Grupo de Puebla é uma iniciativa impulsionada por personalidades²⁹⁹” do campo progressista e da esquerda latino-americana que “tem mais valor que o Foro de São Paulo, haja vista que o Foro focava sua intervenção na discussão ideológica³⁰⁰”.

Relativamente ao Grupo de Puebla, que foi fundado em 2019 no México, é um fórum político composto por aproximadamente 65 personalidades da esquerda latino-americana responsáveis por ocupar posições de prestígio como no caso de presidentes, ex-presidentes e ex-candidatos a presidente, ministros de Estado, representantes sociais e parlamentares e acadêmicos com viés progressista de 16 países latino-americanos e da Espanha. E segundo a posição de seus membros, o objetivo do grupo é promover e difundir ideias, políticas públicas e projetos de desenvolvimento de forma articulada e em consonância com o ideal progressista na e para a região. Celso Amorim acrescenta que essa iniciativa é “mais um grupo

297 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Larisgoitia em 14/05/21.

298 Informação disponível no <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acessado em 29/06/2022.

299 Fonte do autor: entrevista realizada com Valter Pomar em 22/03/21.

300 Fonte do autor: entrevista realizada com Maria Silvia Portela de Castro em 15/04/21.

de líderes e ativistas políticos do que propriamente um *think tank*, embora não deixe de pensar, não é³⁰¹?” No mais, é na esteira dessa articulação, que surge a “possibilidade de uma segunda vida para o progressismo. O Grupo de Puebla pode articular uma novidade relevante a partir da atuação de AMLO no México³⁰²”.

Por fim, ao considerar as especificidades que diferenciam cada país e sub-região da América Latina, seria importante compreender os elementos convergentes responsáveis por pautar a política doméstica e regional elaborada em comum acordo entre os governantes da “maré rosa” que

conseguiram reduzir as desigualdades históricas presentes em nosso continente por meio de uma série de políticas públicas de caráter inclusivo e aplicaram diretrizes autônomas de política externa e de integração regional, que se manifestaram, por exemplo, na reorientação política do Mercado Comum do Sul (Mercosul), na criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)³⁰³.

No entanto, desde a morte de Hugo Chávez, em 2013, vimos aflorar uma contraofensiva neoliberal ao mesmo tempo em que ocorreu um sensível declínio da ALBA, sendo que esta nova conjuntura foi interpretada pelo “Consenso de Nossa América” como decorrência de transformações na “correlações de forças regionais”, o que exigiriam novas estratégias de enfrentamento por parte dos movimentos políticos da esquerda latino-americana na articulação dos processos de integração regional. Em outras palavras, a ideia central é que “as transformações necessárias para mudar e desenvolver a América Latina e o Caribe ultrapassam um projeto nacional e requerem o desenvolvimento de uma comunidade regional com objetivos e princípios gerais e comuns, assumidos solidariamente, com atenção às particularidades nacionais³⁰⁴”.

4.5. A extrema direita e a desintegração latino-americana

Com o declínio da “maré rosa” e a sucessão de crises econômicas e

301 Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

302 Fonte do autor: entrevista realizada com Daniele Benzi em 19/03/21.

303 Informação disponível no <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acessado em 29/06/2022.

304 Informação disponível no <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acessado em 29/06/2022.

políticas a partir da segunda década dos anos 2000 e, sobretudo após ascensão de governantes liberais-conservadores e/ou de extrema direita que culminou no esvaziamento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), houve a intensificação do cenário de incertezas que desembocaria em uma nova fase do regionalismo latino-americano que aqui denominamos de regionalismo “líquido” (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021). Isto é, a instabilidade política e econômica e a mudança ideológica entre os governos e a falta de confiança entre os atores políticos regionais, em alguma medida, marca uma nova tendência de esvaziar os arranjos regionais pré-existentes, sejam eles organismos para a integração (CAN, Mercosul, ALBA, Aliança do Pacífico), sejam eles destinados a promover a cooperação regional (UNASUL, CELAC, PROSUL), com a justificativa de que a flexibilização das normas e das estruturas institucionais reduziria a burocracia de seu funcionamento emprestando maior agilidade na condução dos interesses sul-americanos. Isto é,

a crise de grande parte dos governos progressistas e de esquerda, e o avanço de forças conservadoras e neoliberais na região e entre os países centrais no sistema mundial, vêm conformando limites aos impulsos pós-neoliberais contra-hegemônicos que marcaram a constituição de projetos de cooperação e integração regional na década de 2000, e, principalmente, inviabilizando seus vetores de caráter anti-sistêmico (BARROS e TAVOLARO, 2017, p.15).

Sob influência das novas direitas anti-globalistas desde o hemisfério norte, a tal onda liberal-conservadora que atravessou o continente latino-americano, em vários aspectos, está imbricada às adversidades históricas e estruturais enfrentada pela hegemonia capitalista na condução da globalização ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir da crise financeira mundial de 2008. Esse movimento, ainda que esteja em aparente refluxo na região, projetou novos líderes, agendas e retóricas – muito identificado por visões autoritárias com forte apelo nacional-patriótico e afeito a esquemas morais e religiosos de viés conservador e até reacionário –, ajudando a enfraquecer os processos de integração regional pré-existentes na América Latina ao apegar-se a

posibilidad disgregadora desde “el afuera”, apoyada por las “élites antinacionales” abona una construcción identitaria basada en una defensa de la tradición frente a

las normas, valores e instituciones de la globalización cosmopolita. De esta forma, las derechas neopatriotas reaccionan y contestan el orden internacional liberal. Cuestionando, en su dimensión nacional, a su contenido democrático y pluralista, oponiéndose a los procesos de integración regional o al multilateralismo global, por entender que socavan la soberanía nacional (SANAHUJA e BURIAN, 2022, p.10).

Enfim, com a ascensão das novas direitas, a conjuntura política da América Latina foi reconfigurada e o seu impacto na governança regional alcançou uma desarticulação inédita. Portanto, neste período recente prevaleceu a promoção de uma agenda de esvaziamento e destruição dos processos regionais que culminaria na inexistência de articulação entre os governos de direita, sobrando fragmentos isolados nos respectivos planos nacionais, o que acabou por favorecer o restabelecimento das relações subordinadas com os EUA. Nesse sentido, Valter Pomar é taxativo ao afirmar que o “ciclo (o iniciado em 1998) terminou, mas outros virão³⁰⁵”. E ao depender do contexto geopolítico latino-americano, o sucesso ou fracasso do processo de integração “depende da correlação de forças entre os aliados e os inimigos do imperialismo estadunidense” (idem), isto é, “sob hegemonia da direita, a integração será com os Estados Unidos” (idem), seguindo o “padrão ALCA”, que na prática representa a anexação econômica e política dos países latino-americanos.

Apesar da crítica frequente ao viés político e ideológico da UNASUL, não surpreende que os líderes liberais conservadores que se retiraram da UNASUL tenham sido os mesmos a criar o Fórum para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) que, além de permanecer como um instrumento ideológico de agrupamentos de direita, na prática, não se institucionalizou, não formulou políticas nem conhecimentos teórico e aplicado para o processo regional. Além da atuação reativa, salienta-se que os atores aglutinados no entorno dessas ideologias de (extrema) direita não possuem centros organizados e que tampouco estão articulados em torno de uma comunidade epistêmica com potencial de formulação e difusão de ideias sobre a integração regional que possa orientar tanto os processos de formulação política quanto de tomada de decisão da governança regional. Assim, uma das hipóteses aventadas pela investigação é que esses

305 Fonte do autor: entrevista realizada com Valter Pomar em 22/03/21.

grupos conservadores do Brasil e da região estão importando estratégias políticas da extrema direita europeia³⁰⁶ e estadunidense fato que leva a crer que não há uma comunidade epistêmica e uma proposta conservadora para pensar a integração da região. Em outras palavras, não existem intelectuais ou centros de referência formal e aparente pensando a integração regional desde o viés conservador e de extrema direita no continente, seja com orientação anti-comunista e anti-globalista, seja com orientação nacional e patriótica na implementação de um projeto regional autônomo. Esses grupos políticos de direita não aparentam ter capacidade ou interesse em aglutinar intelectuais que reflitam sobre a região e formulem novas perspectivas e projetos de integração, não havendo tampouco a construção de coalizões ou mesmo uma articulação regional que extrapole apoios de caráter pontual e isolado.

Acrescenta-se que, apesar da projeção nacional e internacional alcançada pelo falecido ideólogo brasileiro – Olavo de Carvalho –, cuja a narrativa influenciou a narrativa bolsonarista, não existem intelectuais importantes na extrema-direita do Brasil – nem mesmo o ex-chanceler Ernesto Araújo – pensando e apoiando uma agenda para a integração da América Latina. E mesmo quando se encontra uma personalidade com esse perfil costuma ser um caso isolado e marginal, seja pela negação ou desconstrução de espaços tradicionais como ocorre no âmbito universitário, seja pela falta de interesse em criar um centro intelectual de produção e difusão de conhecimento. Esse cenário faz crer que a prioridade desses grupos ideológicos seja direcionada para a propaganda política nas mídias digitais e para os processos eleitorais que possam angariar votos, apoio econômico e engajamento do segmento conservador. Além disso, apesar da ampla criação e difusão de discurso de ódio e *fake news* nas mídias digitais, parecem carecer de estratégias para pautar os meios de comunicação e centros de produção de pensamento tradicional para difusão de suas ideias, o que também reforça o perfil mais agitador e propagandista com foco nos valores morais e processos eleitorais.

306 A título de comparação, a extrema-direita europeia tem idealizado um bloco conservador guiado pelos valores nacionalista, cristão, anti-imigração, sendo muitos deles inspirados pelas ideias nazi-fascistas. Inclusive, existe uma tentativa de governos e candidatos de extrema-direita (Viktor Orban, Marine Le Pen, Santiago Abascal etc) criarem uma agenda paralela de integração dentro da UE.

4.6. Do Grupo de Lima ao Prosul: ruptura e desarticulação regional?

O Grupo de Lima diz respeito a uma articulação de chanceleres de países americanos e foi criado em 2017, na cidade de Lima, no Peru, com o propósito de buscar uma solução pacífica para a crise venezuelana. Naquele momento, inclusive, estava em curso uma reconfiguração da conjuntura política na região que culminaria na Declaração de Lima, o que acabou configurando uma aliança conservadora do tipo “os fins justificam os meios” entre aqueles que, com o intuito de alcançar a pacificação do país, aceitariam tomar “qualquer atitude” para resolver o conflito. Essa articulação também se justificaria pela ascensão de governantes de centro-direita entre os 12 países signatários (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru). Inclusive, no começo de 2018, Guiana e Santa Lúcia se juntaram ao grupo; no ano seguinte, com a renúncia de Evo Morales, a Bolívia de Jeanine Añez também teve carta-branca para se associar à organização.

Mesmo não fazendo parte de forma oficial, os EUA, na figura de seu ex vice-presidente Mike Pence, participaram ativamente das reuniões, o que reforça que a crise venezuelana ganhava importância crescente na administração de Donald Trump, cuja as ações de litígio foram levadas à Organização dos Estados Americanos (OEA). Diferentemente do período do “consenso progressista”, a eleição de Donald Trump para o comando da Casa Branca potencializou em vários aspectos a ascensão de governos protofascistas de extrema-direita na região (nos moldes de Bolsonaro no Brasil) de viés neoliberal, autoritário e anti-globalista marcando uma clara reação aos projetos de integração regional e cooperação latino-americana.

Ademais, a difusão da agenda – de fora para dentro – do “medo de transformar a América Latina numa Venezuela” cumpriu um papel relevante que não pode ser ignorado, uma vez que essa estratégia respaldava os interesses norte-americanos sobre a região, bem como garantia a articulação destrutiva de governos ditos de extrema direita contra os esquemas de integração existentes, postura que reforçava uma antiga posição de subordinação aos interesses hemisféricos dos EUA. Mas de certa forma, essa subserviência aos ditames

estadunidenses, que na época era liderado pelo governo de Trump³⁰⁷, cobrou um preço elevado do Grupo de Lima e do que viria a ser o PROSUL, sendo que essas iniciativas morreram na casca na medida em que se guiaram única e exclusivamente pelo enfrentamento com o governo chavista na Venezuela, colocando os interesses externos à frente dos interesses estratégicos da própria região. Isto é,

começou com o “risco de transformar o Equador na Venezuela” e passou a ser usado nos outros países de forma ampla e irrestrita. Aconteceu na Argentina, no Brasil, o que acabou virando um traço comum na região. Inclusive o fracasso do Grupo de Lima é muito a expressão disso, porque os atores do grupo que se opuseram a Maduro tinham uma preocupação discursiva direcionada claramente para os seus respectivos públicos domésticos³⁰⁸.

Contudo, o que aparentava ser uma solução pacífica, uma vez que a tradição diplomática latino-americana buscava desde o século XIX dissolver animosidades que pudessem impulsionar a escalada de conflitos bélicos entre os Estados-membros ficou sob forte ameaça. Isto é, em 2019, o Grupo de Lima abandonou a estratégia de mediação ao se tornar um dos princípios articuladores da implementação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) contra a Venezuela, por considerar o país vizinho uma ameaça real à região.

Pouco tempo depois, haveria uma mudança de rumo por parte de alguns dos seus membros que levariam Peru, Argentina, Bolívia e México a se retirarem do grupo, por considerar que as estratégias adotadas estavam promovendo o isolamento desmedido do governo venezuelano, o que impedia o diálogo entre um segmento amplo da sociedade civil de forma equânime, fato que impactou diretamente no fracasso das negociações. Além disso, existia o entendimento de que as sanções e os bloqueios impostos à Venezuela no contexto de pandemia de Covid-19, combinada com as sucessivas tentativas de desestabilização, pioraram sensivelmente a vida da população. E foi o que de fato ocorreu. Na atualidade,

307 Diferentemente do período anterior de concertação regional (maré rosa), a eleição de Donald Trump para o comando da Casa Branca potencializou em vários aspectos a ascensão de governos protofascistas de direita na América Latina (nos moldes de Bolsonaro no Brasil) de viés neoliberal, autoritário e anti-globalista marcando uma clara reação aos projetos de integração e cooperação latino-americana e caribenha. Portanto, neste período recente prevaleceu a promoção de uma agenda de esvaziamento e destruição dos processos regionais potencializada pela baixa capacidade (ou inexistência) de articulação entre os governos de direita, sobrando fragmentos isolados nos respectivos planos nacionais, o que acabou por favorecer o restabelecimento das relações subordinadas com os EUA.

308 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

entretanto, o Grupo de Lima não tem se reunido e o seu espaço esvaziado corre sérios riscos de extinção.

Acrescenta-se que os líderes da extrema-direita latino-americana, como aconteceu com José Antonio Kast no Chile, Luis Fernando Camacho na Bolívia e vem sendo com o governo de Bolsonaro no Brasil, defenderam uma plataforma ideológica nacional patriótica sem apresentar nenhuma formulação para os processos de cooperação e integração regional. Com relação ao governo Bolsonaro, prevaleceu uma agenda antiglobalização, com forte conservadorismo nos costumes, com uma condução negacionista no combate à pandemia de covid-19 e às políticas de preservação ambiental, que se somariam a posição de desconstrução dos processos de integração existentes sem apresentar uma proposta alternativa para substituir a arquitetura regional. Inclusive, o primeiro chanceler da gestão Bolsonaro, Ernesto Araújo, foi uma das autoridades públicas do Brasil, depois do próprio presidente da república, que mais defendeu o slogan *American First* fora dos EUA. E nesse sentido, foi uma versão caricata e atualizada do embaixador do regime civil-militar, Juracy Magalhães (1966), que disse naquele momento que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. No entanto, a história vem dizendo o contrário, uma vez que a “diplomacia da submissão” pouco tem de patriótico quando falamos de autonomia e desenvolvimento regional.

Segundo Pedro Barros, inclusive, essa falta de liderança brasileira fragilizou profundamente os processos de integração nos últimos anos, sendo que a omissão brasileira gerou instabilidade política e outras tentativas (fracassadas) de articular a região. Por exemplo, “como ocorreu com a saída da Colômbia da UNASUL, com a saída do Peru que culminou na criação do Grupo de Lima, com o Chile e o PROSUL, ou com o Uruguai nessa agenda de maior flexibilização do Mercosul, sendo que nenhuma dessas iniciativas foi adiante e em geral se mantêm fracionadas³⁰⁹”.

Assim, o incipiente Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) foi criado em 2019 como contraponto à UNASUL e se propôs a ser uma articulação de governos liberais conservadores entre os principais países sul-

309 Fonte do autor: entrevista realizada com Pedro Silva Barros em 12/04/21.

americanos com vistas a promover relações econômicas e comerciais pautadas a priori pelo regionalismo aberto e pelo livre-comércio, consolidando inclusive a tendência de fragmentação e desestruturação da governança regional remanescente. No entanto, o PROSUL foi um intento reduzido a diálogos pontuais que não alcançou sucesso na criação tanto de uma nova arquitetura política e institucional quanto de novos processos de cooperação e integração na América do Sul, de tal maneira que o novo bloco parece seguir o mesmo destino da UNASUL, “desvinculando-se da agenda comercial e priorizando temas como energia, saúde, defesa e infraestrutura. Basicamente o que vinha sendo proposto nos Conselhos da UNASUL³¹⁰”.

Na prática, segundo Cairo Junqueira (2019), para melhor compreender as oscilações do regionalismo sul-americano é necessário analisar os fatores “estruturais e conjunturais” que atravessam o panorama histórico da região. Em outras palavras, isso implica em

examinar variáveis de longo prazo e históricas, mas também pontuais e contemporâneas que explicam os movimentos em torno do PROSUL. Para o primeiro grupo de variáveis destacamos: I) ondas de regionalismo; II) aproximação política entre os presidentes; e III) multiplicidade de arranjos regionais. Já para o segundo, pontuamos: IV) desarticulação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); V) discurso em prol de articulações políticas consideradas mais flexíveis; e VI) fortalecimento da integração voltada ao Pacífico³¹¹.

Numa linha similar de raciocínio, Lucas Kerr defende que a criação do Mercosul foi a iniciativa mais importante da região na contemporaneidade, uma vez que a articulação estreitou uma relação de parceria histórica entre “os dois maiores rivais do continente, tornando-os aliados. E isso os EUA sempre quiseram sabotar³¹²”. A criação e a própria retomada do Mercosul, entre outras iniciativas intra e inter-regionais, é o primeiro de muitos desafios necessários para

transformar a América do Sul em um bloco bioceânico integrado com o acesso ao Atlântico e Pacífico. Mas tem uma esquerda limitada que é contra a infraestrutura. E os nossos neoliberais também são contra a infraestrutura porque o estado não

310 Informação disponível no <http://observatorio.repri.org/2019/05/27/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>. Acessado em 08/08/2022.

311 Informação disponível no <http://observatorio.repri.org/2019/05/27/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>. Acessado em 08/08/2022.

312 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

pode intervir na realidade e se for construir infraestrutura tem que ser privada, o que nunca acontece na América Latina³¹³.

Por sua vez, a criação do Foro reforça o que o campo da integração regional denomina de *spaghetti-bowl*, uma vez que ocorre a dispersão ou sobreposição desordenada de iniciativas regionais de cooperação e integração que se desdobra na atual desarticulação da América do Sul. Junqueira (2019) argumenta que a questão sul-americana é muito influenciada pela alternância política, haja vista que “mudam-se os governos, trocam-se os blocos regionais”. Ou seja,

novos governos chegam ao poder, dizem que os arranjos regionais criados anteriormente são complexos e engessados. Logo, só resta a alternativa de criar outro bloco, desta vez com “estrutura flexível, leve, que não seja custosa, com regras de funcionamento claras e com mecanismo ágil de tomada de decisões [...]”, conforme estabelecido na Declaração (V) de Santiago³¹⁴.

É necessário reforçar que essa nova articulação de integração regional, claramente de orientação conservadora, despontou como causa e efeito da paralisia da UNASUL, que nitidamente foi abandonada pelos novos governos que chegaram ao poder nos países sul-americanos, considerando-a um esquema excessivamente ideológico. Por outro lado, o PROSUL nasceu com o mesmo espírito da Aliança do Pacífico, ou seja, sob a promessa de pouca burocracia, uma estrutura simples, sem secretaria e com baixo custo.

Contudo, ao contrário do que foi dito em sua criação, isto é, de que a prioridade do bloco seria promover o diálogo amigável entre as nações sul-americanas “livre de ideologia política”, o PROSUL foi uma “farsa midiática e nunca será outra coisa³¹⁵”, haja vista que

esta nueva iniciativa de integración regional, de orientación conservadora, nació sobre las cenizas de UNASUR, la cual fue abandonada por los nuevos gobiernos que llegaron al poder en los países sudamericanos, considerándola un esquema en exceso ideologizado. Prosur nació con el mismo espíritu que la Alianza del Pacífico, es decir, bajo la promesa de poca burocracia, una estructura simple, sin secretariado y a bajo costo (Vadell; Giaccaglia, 2020, p. 1056 apud, VIÉGAS e

313 Fonte do autor: entrevista realizada com Lucas Kerr Oliveira em 06 e 07/01/21.

314 Informação disponível no <http://observatorio.repri.org/2019/05/27/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>. Acessado em 08/08/2022.

315 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

RODRIGUES).

Dessa forma, os governantes dos 8 países³¹⁶ buscaram se guiar por afinidades ideológicas de cunho conservador e liberal que, em alguma medida, se assemelhava a contra-ofensiva ao modelo anterior de integração autônoma pautado pela estratégia de desenvolvimento regional. Ou seja,

los que se retiran de UNASUR crean el PROSUR. Y PROSUR está totalmente ideologizado también. No hay nadie en ningún lado, es únicamente una corriente de gobierno de centro derecha como reacción. Y entonces cuando pierden los de izquierda, ex-gobernantes de izquierda, crean el Grupo de Puebla. Yo lo veo como una continuación de ese fraccionamiento y creación de grupos, organismos, entidades de todo estilo respondiendo únicamente a ciertos intereses de ciertas tendencias ideológicas en un momento político complicado. Eso no sirve para la integración. Eso ha acabado con la integración latinoamericana³¹⁷.

Acrescente-se que a ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil impactou de forma imediata a governança regional da América do Sul. Além de romper com a tradição de visitas à Argentina – na posse do peronista Alberto Fernández – por parte dos presidentes recém-eleitos, Bolsonaro elegeu o Chile como o seu primeiro destino após a posse, tendo em vista que foi durante essa visita que se consolidou a criação do PROSUL como instrumento alternativo de promoção da integração sul-americana. Segundo consta, o bloco seria liderado de forma rotativa por diferentes países, sendo o primeiro mandato conduzido pelo presidente chileno Sebastián Piñera e posteriormente pelo líder paraguaio Mário Abdo. Tanto é assim que hoje no Brasil

há uma política de destruição por parte do governo Bolsonaro. Há um processo de destruição das políticas e de destruição das instituições que sustentam essa política. Ele não destruiu fisicamente o Itamaraty, não chegou a isso, mas institucionalmente o Itamaraty está muito sofrido, muito mordido e claro que haverá a reconstrução mas não será fácil³¹⁸.

De certa forma, é possível afirmar que esses dois blocos tiveram trajetórias totalmente opostas em meio à oscilação política do início do século XXI na

316 O acordo de criação do PROSUL foi assinado pelos seguintes líderes políticos: Mauricio Macri pela Argentina, Jair Bolsonaro pelo Brasil, Sebastián Piñera pelo Chile, Iván Duque pela Colômbia, Lenín Moreno pelo Equador, Mário Abdo Benítez pelo Paraguai, Martín Vizcarra pelo Peru e o embaixador George Talbot pela Guiana.

317 Fonte do autor: entrevista realizada com Edgar Javier Vieira Posada em 26/03/21.

318 Fonte do autor: entrevista realizada com Celso Amorim em 16/08/21.

América do Sul. Também é possível distinguir o PROSUL da UNASUL tendo em vista as diferentes nuances no nível estrutural, de governança, e de perfil de liderança e pela capacidade de engajamento de nações, temas e representantes da sociedade civil. Por exemplo, ainda que esteja em paralisia, a UNASUL, que tem sede administrativa em Quito, no Equador, era composta por 12 países³¹⁹ fomentando um maior engajamento na América do Sul, além de ter consagrado uma estrutura institucional mais flexível e organizada no tocante a formulação de políticas, previu atribuições a conselhos de forma inédita na região.

Por seu turno, o PROSUL, passados três anos desde sua fundação, segue sem criar órgãos e estruturas organizacionais, subsistindo informalmente apenas como um fórum de diálogo sem grande capacidade de formular e difundir políticas e influenciar os tomadores de decisão.

Considerando que todos os líderes da América do Sul que apoiaram a criação do PROSUL foram sucessivamente derrotados nas eleições em seus países, com exceção de Abdo Benítez no Paraguai, o bloco perdeu o pouco que tinha de força na região, correndo sério risco de ser extinto sobretudo pela mudança de rumo com a vitória de Lula na disputa presidencial do Brasil (2022). No entanto, ainda que ocorra um aparente refluxo da onda conservadora na região, é inegável que seu movimento projetou novos líderes, agendas, retóricas e discursos – muito identificados com a pauta anti-globalista e dos regimes militares autoritários com forte inspiração nacional-moralista – e ajudou a enfraquecer os processos de integração regional pré-existent na América Latina.

Em alguma medida, essa nova mudança do pêndulo político reforça que iniciativas do tipo do PROSUL e do Grupo de Lima, via de regra associada aos projetos hegemônicos, pautada pela integração hemisférica e/ou pelo regionalismo aberto, tem dificuldade de prosperar a longo prazo na região muito por conta da falta de formulação própria ou por se tratar de governos negligentes ou despreocupados com a própria região. Diante dessa experiência histórica recente, é possível constatar que a política externa dos governos de direita não somente não contempla os processos de integração regional como atuam contra toda e

319 Idealizada pelo ex-presidente Lula (Brasil) e pelo falecido ex-presidente Hugo Chávez (Venezuela), a UNASUL entrou em vigor em 2011 com o apoio da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

qualquer iniciativa que busque fortalecer o debate de proposta para a governança regional, restando, talvez, como exceção para a abordagem conservadora defender a integração amparada pela Doutrina da Segurança Nacional inspirada no Plano Condor. E mesmo havendo oscilações ideológicas e diferenças no discurso político,

os governos de esquerda tendem a ser mais integracionistas, digo tendem porque no México tem um governo de esquerda e não é muito integracionista. E os governos de direita tendem a ser menos integracionistas. Mas houve uma experiência trágica com o Plano Condor que quicá tenha sido um dos processos mais bem-sucedidos de cooperação intergovernamental da América do Sul. Era um plano de cooperação entre ditaduras de direita para eliminar os opositores. Apesar dos potenciais conflitos, eles conseguiram cooperar e fizeram vários acordos para eliminar opositores. Então o que oscila é o discurso ou a ideologia, mas a prática depende mais de condições materiais³²⁰.

Por fim, antes mesmo da mudança do pêndulo político ideológico entre os governos recentes da região, a articulação do PROSUL já deu inúmeras demonstrações de que tal iniciativa não buscará se consolidar como mais um bloco regional sul-americano, haja vista tratar-se de uma euforia ideológica passageira sem pretensão, concepção e institucionalização de um modelo de integração para a região. Dito de outra maneira, ao considerar a falta de formulação e até mesmo a inexistência de intelectuais, grupos de especialistas e comunidades epistêmicas potenciais, viáveis e prováveis comprometidos em formular conhecimento que possam subsidiar politicamente os processos decisórios tanto no âmbito intergovernamental como da sociedade civil latino-americana, isto é:

talvez suas lideranças, baseadas no discurso de uma integração flexível, também não desejem que ele seja um arranjo de longo prazo. Seria, assim, um fórum de diálogo sem mais pretensões. Criar instituições novas demandam tempo, diálogo político e dinheiro. Seu maior erro é desconsiderar arranjos passados e pretender começar tudo da estaca zero. Os blocos são processos, têm altos e baixos, erros e acertos. O regionalismo da América do Sul é muito recente e se cada vez mais forem desconsiderados tanto os acertos quanto os erros do passado, dificilmente haverá progresso nesse sentido. Se, para algumas análises a UNASUL fracassou desde os primórdios, podemos afirmar, com base nas variáveis expostas, que o PROSUL acaba sendo uma iniciativa natimorta, sem perspectiva de perenidade³²¹.

320 Fonte do autor: entrevista realizada com Andrés Malamud em 07/03/21.

321 Figura disponível no <http://observatorio.repri.org/2019/05/27/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>.

Para concluir, esse crescente movimento das novas direitas latino-americanas, em alguma medida, pode ser contrabalançado pelas últimas vitórias de lideranças da esquerda progressista na região. Ao considerar o histórico recente dos pleitos eleitorais latino-americanos, inaugurada inicialmente pela vitória do primeiro presidente de esquerda do México, Andrés Manuel López Obrador, e, mais recentemente, na Colômbia, com Gustavo Petro e seu programa de reformas estruturais denominado de “Pacto Histórico”. Além disso, em 2020, após o golpe de Estado contra Evo Morales na Bolívia, Luis Arce venceu as eleições, o que reforçou a tendência de colocar o país no eixo da normalidade democrática e reorientar a política exterior com forte apelo à integração regional. No final de 2021, no Chile, houve uma vitória do jovem líder, Gabriel Boric, fruto do *estallido social* que culminou no processo constituinte que visava reexaminar a constituição herdada do regime militar. Por fim, após as eleições presidenciais no Brasil em outubro de 2022 que culminou na vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma nova janela de oportunidade se abrirá para a governança regional – é verdade que mais inclinada para o centro, o que ameniza sobremaneira a agenda de esquerda inaugurada pela “onda rosa” do início do século XXI –, possibilitando maior protagonismo para as comunidades epistêmicas sul-americanas na reorientação dos processos de articulação, produção e difusão de conhecimentos sobre a integração regional latino-americana, em que pese o contraste entre a expansão de novos presidentes progressistas e o fortalecimento da extrema direita na América Latina. Dessa forma, apesar da predisposição integracionista do novo concerto regional, o contexto de crise política-econômica do sistema internacional tende a gerar mais inseguranças e incertezas, muito em função dos efeitos colaterais recessivos da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia que tampouco tem data certa para acabar. No entanto, esse cenário polarizado e incerto também materializa uma janela de oportunidade para as comunidades epistêmicas latino-americanas e caribenhas ajudarem a retomar uma agenda de integração e desenvolvimento da região.

5. Considerações finais

A América Latina tem uma longa tradição no debate do regionalismo, impulsionando, entre avanços e retrocessos, ideias originais e experiências inovadoras no campo da integração regional. Ao considerar a complexidade e abrangência do acervo latino-americano há que se considerar, portanto, os conhecimentos e saberes elaborados antes e depois da fundação da CEPAL, sendo a criação desta instituição um importante divisor de águas no campo de estudos da América Latina e da integração regional. Ou como já dito, apesar de não ter ocorrido a formulação de uma teoria genuinamente latino-americana sobre a integração no século XIX, existem inúmeras evidências de uma ampla produção de pensamento sobre os preceitos unionistas em torno da “*Pátria Grande*” e de “*Nuestra América*” entre outros, tendo forte presença no imaginário regional inclusive com lastro prático, que serviria de inspiração para a formulação de marcos teóricos originais a partir da célebre criação da CEPAL em 1948. Nesse sentido, entre as décadas de 1950 e 1980 haviam poucas mas influentes instituições e, inclusive comunidades epistêmicas que se constituíram ao redor da CEPAL, que produziram e difundiram conhecimentos que influenciaram os projetos de integração bem como os processos decisórios da região.

Considerando que o conceito de comunidade epistêmica teve origem com a perspectiva construtivista das relações internacionais e consolidou-se no início dos anos 1990 em meio ao aprofundamento das incertezas concernentes a intensificação da globalização; isto é, essa conjuntura instável e cambiante, entre outras coisas, ajudou a alavancar a ascensão de novos atores e de novas instituições favorecendo a diversificação e dispersão do campo de estudos internacionais, que culminaria na atuação estratégica de comunidades de especialistas envolvidas na coordenação internacional de políticas regionais, tendo em vista a resolução de problemas complexos com destacada demanda técnica e aplicada às políticas exteriores.

Assim, uma das motivações para a realização desta investigação foi à dificuldade de encontrar trabalhos que se proponham a debater a produção e a

circulação de conhecimentos e saberes sobre e para a integração regional a partir de uma contextualização histórica ampla e a partir de um levantamento empírico de especialistas, instituições e suas relações com a implementação de políticas públicas para a integração. A partir deste questionamento a pesquisa foi desenvolvida desde a perspectiva analítica das comunidades epistêmicas, que não foram até o presente momento utilizadas para analisar a produção de conhecimento sobre a integração regional latino-americana. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que ao longo da investigação surgiram inúmeras reflexões sobre o campo de estudos do regionalismo latino-americano que se aproximam do marco analítico das comunidades epistêmicas – formal ou informalmente – potenciais, viáveis e prováveis, o que reforça a pertinência do conceito para o desenvolvimento da pesquisa. Isto é, essas comunidades de ideias e práticas cumprem um importante papel de articulação de atores (intelectuais, acadêmicos, técnicos, atores sociais e políticos) e instituições (universidades, *think tanks*, órgãos governamentais e regionais) potencializando a formulação e a difusão de conhecimentos e saberes – teórico e prático – com capacidade de influenciar as políticas exteriores e os tomadores de decisão nos países e blocos da região.

No que tange à relevância do conceito para o campo de estudos da integração, e a despeito do uso restritivo do termo em sua origem, acrescenta-se que o mesmo demonstrou ter um importante potencial analítico ao auxiliar na sistematização do debate e tendências sobre os fluxos que envolvem o processo de produção, circulação e difusão de ideias sobre a integração. De acordo com essa abordagem, portanto, ao considerar os diversos níveis de institucionalização dos grupos de especialistas organizados no campo da integração regional, percebe-se que existem diferentes capacidades de difusão de ideias e influência nas decisões intergovernamentais, sendo que esse movimento pode tanto ser realizado pela via institucional como pelo prestígio individual das personalidades envolvidas, sobretudo se esses atores têm articulação política e afinidade ideológica com os governos de ocasião. Por isso mesmo, faz-se necessário reconhecer a dificuldade que é investigar a circulação e a influência das suas ideias na constituição de políticas, tratados, discursos, decisões, projetos de lei, publicações científicas, entre outros. E ainda que seja desafiador fazer um mapa detalhado com o fluxo de

ideias e com a própria configuração dos processos de influência inter e intra-regionais, mesmo assim, é interessante identificar seus traços e tendências, visto que o marco conceitual pode evoluir para esse mapeamento em futuras pesquisas.

Além disso, acrescenta-se que intelectuais, pesquisadores e técnicos podem assessorar e desenvolver estudos e recomendações para os governos e organismos regionais, o que os habilita a coordenar o fluxo de ideias e cumprir um papel estratégico de mediadores do conhecimento entre os atores da sociedade civil e os entes interestatais. Inclusive, historicamente, as instituições regionais de porte da CEPAL, da FLACSO, e da CLACSO e mais recentemente a CRIES, o CEFIR no âmbito do Mercosul, experiências do porte do PROLAM, da UNILA e do Observatório do Regionalismo, o ISAPE, assim como a GRIDALE no campo acadêmico, entre outras iniciativas, têm ou tiveram, em alguma medida, maior ou menor grau de interlocução – institucional ou por meio de seus membros – e influência sobre os organismos regionais do porte da UNASUL e Mercosul, por exemplo. No entanto, nos moldes do que foi a CEPAL, que em seu auge de atuação foi um divisor de águas no debate de um projeto próprio para a região, tendo o mérito de mobilizar intelectuais e governantes, bem como sistematizar uma abordagem original desde e para a América Latina, além de conseguir operacionalizar planos e programas para a integração e desenvolvimento dos países e blocos da região, é difícil de vislumbrar uma nova iniciativa ou janela de oportunidade que se aproxime das primeiras décadas da CEPAL; haja vista que na atualidade temos um cenário bem diferente na América Latina e Caribe, sendo improvável encontrar outra instituição, rede ou grupo de especialistas com a mesma capacidade de influenciar e coordenar as políticas para a integração, desenvolvimento e autonomia regional. Nesse sentido, ao analisar a aparição (ou não) dos quatro elementos constitutivos do tipo ideal de uma comunidade epistêmica (HAAS, 1992), em contraste com o próprio auge de atuação da CEPAL, dificilmente as iniciativas regionais contemporâneas conseguirão alcançar todos os requisitos tendo, portanto, em vários aspectos, menor capacidade de influência, o que reforça uma vez mais que o campo da integração regional na contemporaneidade é mais complexo, plural e difuso.

Enfim, ainda que seja difícil fazer uso integral do conceito de

comunidades epistêmicas em uma área tão ampla como é a da integração regional, sendo custoso demonstrar a circulação de crenças, ideias e metas compartilhadas (HAAS, 1992) que se somam às assimetrias e complexidade regional, permeada pela diversidade étnica e cultural e amplitude territorial e populacional do continente, assim mesmo cabe ressaltar que as comunidades epistêmicas baseadas no conhecimento cumprem um papel estratégico no debate da governança regional e que nos faz refletir sobre a relevância do conhecimento e a centralidade do fluxo das ideias na explicação dos diferentes projetos de regionalismo. Isto é, existe uma espécie de consenso no campo acadêmico que corrobora uma visão positiva da integração regional, seja através de lideranças de centro-esquerda, seja com lideranças de centro-direita. Em outros termos, com exceção da extrema direita, claro, e ainda que haja diferenças de projetos (por exemplo, desenvolvimentismo versus livre comércio), de visões políticas (social-democracia, liberal ou socialista), estratégias e táticas de ação, existe um denominador comum que mescla crenças, ideias e metas partilhadas sobre a importância de construir e fortalecer a região fazendo uso dos processos de integração para promover o desenvolvimento da América Latina. Ou seja, não existe resistência na maior parte dos países, centros e grupos de especialistas à ideia de construir processos autônomos de integração para desenvolver a região.

No mais, é importante reconhecer que existem diferentes perfis e interações entre os grupos de especialistas que tanto podem contribuir pontualmente nos processos de formulação e assessoramento, não sendo obrigatória a filiação institucional ou atuação orgânica em um grupo específico de maior abrangência e reflexão formal ou padronizada; como também podem atuar de forma mais sistemática e estratégica no recrutamento de membros e formulação de ideias que permitam incidir de forma efetiva na governança regional.

Por outro lado, após analisar o conteúdo da pesquisa de campo, chega-se à conclusão que as formulações de ideias e os processos de tomada de decisões políticas, em sua maioria das vezes, são centralizadas ou condicionadas pelas instituições intergovernamentais, havendo elevado destaque para o protagonismo presidencial (hiper-presidencialismo), para as chancelarias, ministros de estado e demais funcionários do primeiro e segundo escalão de organismos estatais e

regionais. Ainda que haja exceções, contudo, pondera-se que os intelectuais, acadêmicos e atores sociais, que estão fora dos altos cargos públicos de assessoramento e poder decisório – cargos políticos com perfil mais de “fazer” –, quando muito, participam dos processos decisórios mais com um papel simbólico e figurativo – posição predominantemente de “pensar” e “refletir” – havendo impacto restrito nos processos de formulação e decisão que envolvem a agenda da integração regional aplicada aos órgãos intergovernamentais da região.

Nesses casos específicos, portanto, as evidências empíricas indicam que as comunidades epistêmicas estão localizadas nas cúpulas políticas e intergovernamentais, mas que normalmente existem atores de renome com capacidade de influência, com exceção, evidentemente, dos recentes governos de extrema direita que além de precarizar os centros de produção de pensamento e desconstruir os arranjos regionais pré-existentes, tampouco priorizaram a conformação de comunidades epistêmicas para conduzir e subsidiar a governança regional. Ademais, acrescenta-se que essas comunidades de especialistas, quando já institucionalizadas, podem ocupar posições estratégicas dentro e fora dos governos e organismos multilaterais que lhes permitam difundir melhor seu conhecimento impactando com mais efetividade a governança regional.

Considerando que o cenário exposto nesta tese é sustentado, em vários aspectos, pelas análises das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, fato que nos faz retornar ao problema de pesquisa estipulado no início dessa investigação, é necessário apresentar algumas conclusões, a saber: de modo geral, até pela natureza do campo de estudos sobre a integração regional, houve a prevalência de entrevistas com atores de perfil acadêmico com vínculos e relações com universidades públicas latino-americanas, sendo que a grande maioria dos atores de instituições de caráter governamental e não governamental com abrangência regional, também possuem trajetória ou vínculos com o circuito acadêmico universitário. No entanto, assentado nos dados até aqui analisados, não é possível assegurar que os grupos de perfil acadêmico sejam articulados em uma rede de abrangência regional de articulação, produção e difusão de conhecimento, não havendo nenhuma garantia de que essas iniciativas queiram, busquem ou logrem influenciar a agenda política e acadêmica da integração regional, o que por hora

impede a apresentação de um argumento mais conclusivo sobre a real capacidade desse segmento influenciar os destinos do regionalismo latino-americano. Assim mesmo, seja no contexto acadêmico brasileiro, seja no contexto acadêmico latino-americano, conclui-se que o segmento universitário é um dos principais responsáveis por produzir e difundir conhecimento sobre a América Latina e a integração regional na atualidade, reafirmando, uma vez mais, a preponderância da produção acadêmica nos processos que envolvem a governança regional.

Com relação ao recorte geográfico dos estudos da integração latino-americana e caribenha, existe uma maior demarcação e prevalência da produção e difusão de conhecimento sobre a América do Sul desde o final do século XX, havendo maior destaque para os especialistas e instituições integracionistas localizadas no Mercosul, tendo por consequência maior presença da Argentina e Brasil nessas discussões. Inclusive, esse ápice do interesse pelo processo de integração regional nas universidades e em *think tanks* da região incentivou o surgimento de novas comunidades epistêmicas sobre a integração latino-americana, levando a agenda da integração para além do espaço acadêmico. Além disso, apesar do uso corriqueiro do termo comunidades epistêmicas da integração para tratar da região “América Latina”, seria mais adequado separar os atores, instituições e potenciais comunidades latino-americanas das sul-americanas. E para ser mais fidedigno com o contexto plural e diverso do continente, seria necessário distinguir as potenciais comunidades epistêmicas por países como Argentina, Brasil e México, e sub-regiões tais como o cone sul, a região andina, a América Central e o Caribe.

Ademais, apesar do campo da integração regional ter uma multiplicidade de abordagens, atores e grupos engajados nos diferentes projetos de regionalismo, fato que inclui a coexistência entre os diversos tipos de instituições acadêmicas, governamentais e não governamentais, é público e notório que ocorre a prevalência de acadêmicos e instituições universitárias no Brasil e na América Latina, sendo que a maioria dessas iniciativas tem natureza pública sem fins lucrativos.

Assim, no bojo da “maré rosa”, registra-se uma vez mais que o início do século XXI propiciou novas experiências institucionais que permitiriam ampliar

os estudos e investigações que viriam subsidiar um novo ciclo nas relações da região. Isto é, a guinada na conjuntura latino-americana permitiu a ascensão de novos arranjos institucionais, cujas as ideias políticas visavam impactar o processo de tomada de decisão, tendo em vista superar gargalos estruturais que atravessaram a história do continente. Contudo, apesar da heterogeneidade, complexidade e níveis variados de institucionalidade, a distribuição geográfica dessas instituições vocacionadas para produzir e difundir conhecimento sobre a integração latino-americana, excetuando-se em alguma medida as experiências universitárias, foram concentradas nas grandes cidades e capitais latino-americanas, sendo que no Brasil essa concentração ocorreu mais especificamente na região centro-sul, fato que reforça a concentração dessas instituições de ensino e pesquisa na região do prata ao analisar o contexto específico dos países do Mercosul.

Por outro lado, pondera-se que essa flagrante centralidade das instituições de ensino superior público é um indício de que eventuais cortes orçamentários – super-recorrentes na América Latina e Caribe – no sistema universitário possam representar um retrocesso irreparável nos processos de produção de conhecimento sobre a integração regional. Conforme se pode depreender da discussão desenvolvida ao longo dessa pesquisa, há uma notável coincidência entre uma conjuntura política favorável à integração regional, uma vez que ela incentiva novas tendências no campo de produção de conhecimento ao demandar maior criação de instituições que retroalimentam os diferentes projetos de regionalismo, o que tende a institucionalizar ideias, políticas e processos decisórios na região.

Por exemplo, ao analisar o contexto específico no início dos anos 2000 na América do Sul, é possível identificar um crescimento exponencial de iniciativas com enfoque na América Latina e na integração regional, período esse marcado, inclusive, pelo protagonismo brasileiro com forte impacto tanto nos processos regionais quanto no campo de produção de conhecimento cuja a finalidade seria subsidiar a governança regional. Ainda no tocante ao caso brasileiro, vale lembrar que foi exatamente nesse período que ocorreu a expansão dos investimentos nas universidades públicas, através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), fato reforçado pela criação das universidades de

fronteira e da integração como foi o caso da UNILA e da UNILAB. Esse contexto reforça novamente a primazia política nacional na agenda da integração regional, haja vista que a maioria das iniciativas responsáveis por promover a integração regional são compostas por universidades públicas da região, e que os investimentos públicos têm consequência direta no processo de produção e difusão de conhecimento para tal fim.

Dessa forma, o campo da integração regional na América Latina e, em especial na América do Sul, é muito suscetível às mudanças políticas, ocorrendo frequentemente a dispersão, o esvaziamento ou a sobreposição desordenada de iniciativas regionais de cooperação e integração que se desdobra na atual desarticulação da América do Sul, muito influenciada pela alternância da conjuntura política, que gera grande impacto no desenvolvimento do campo de investigação, produção e difusão de conhecimentos para os processos de integração regional.

Ademais, a nova mudança na conjuntura política latino-americana (nova maré rosa *light*) apresenta uma nova janela de oportunidade para se analisar o impacto na agenda integracionista e o modo pelo qual o fluxo de ideias e os processos decisórios incidirão nos assuntos de interesse regional, sendo relevante compreender o papel desempenhado pelos diferentes grupos de especialistas de perfil acadêmico, governamental e não governamental.

Nesse sentido, a partir da recente eleição no Brasil e da nova guinada na onda progressista é possível vislumbrar uma nova perspectiva para os processos de integração regional em que tudo indica poderão aglutinar novas agendas e atores regionais engajados na produção de pensamento sobre a integração latino-americana. Isto é, com essa nova onda progressista na América Latina, resta saber o que será de articulações como a da UNASUL: se será retomada com o mesmo nome, se refundada com nome diferente ou se será extinta em definitivo para criar uma nova instituição regional com novas atribuições.

Por fim, considerando que o presente projeto foi pautado por um processo intenso e sistemático de coleta e produção de dados, cabe ressaltar a importância de continuar analisando o conteúdo dessas entrevistas tendo o claro intuito de sistematizar novas pesquisas e publicações no curto e médio prazo.

6. Referências bibliográficas

ADLER, Emanuel. **The Emergence of Cooperation: National Epistemic Communities and the International.** International Organization, v. 46, n. 1, p. 101–145, 1992.

ADLER, Emanuel y HAAS, Peter. Conclusión “**Las Comunidades Epistémicas, el orden mundial y la creación de un programa de investigación reflectivo**”. Revista International Organization, vol. 46, p. 367-390, 1992, traducido por la editorial MIT Press.

ALBERDI, Juan Bautista. **Memoria sobre la conveniencia y objetos de un Congreso General Americano.** Santiago: Imprenta del Siglo, 1844.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Júlia. **Geopolíticas e descolonização do conhecimento.** In: v. 1 n. 1: Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, 2011.

ALTAMIRO, Carlos (dir.). **Historia de los intelectuales de América Latina.** Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

AMORIM, Celso. **La integración Suramericana.** Rio de Janeiro: Conferência de abertura do VI Curso para Diplomatas Suramericanos, 2009.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTONIADES, Andreas. **Epistemic Communities, Epistemes and the Construction of (World) Politics.** Global Society, v.17, n.1, p.21–38, 2003.

ARDAO, Arturo. **La inteligencia latinoamericana** (2a ed). Montevideo: Universidad de la República, Departamento de Publicaciones, 1996.

_____. **Nuestra América Latina.** Temas latinoamericanos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986;

_____. **Estudios latinoamericano de historia de las ideas.** Monte Ávila: Editores, 1978.

ARSLANIAN, Regis Percy. **O Mercosul, do Tratado de Assunção até hoje.** In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (orgs). A América do Sul e a Integração Regional. Brasília: FUNAG, 2012.

BARRIOS, Miguel Ángel. **El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte.** Buenos Aires: Editorial Biblos, 2012.

BARROS, F. L. de, TAVOLARO, L. G. **Latino-Americanismos, Campos de Produção e Difusão de Conhecimento e Informação sobre a “América Latina”, e Mapeamento preliminar do caso brasileiro.** Realis, v.7, n. 01, Jan-Jun. ISSN 2179-7501, 2017.

BENZI, Daniele; NAREA, Marco. **El regionalismo latinoamericano, más allá de los**

“pos” - el fin de ciclos y los fantasmas globales. Revista Nueva Sociedad nº 275, 2018.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina en el mundo.** El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales. Buenos Aires, Nuevohacer Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**, volume I / organização Leslie Bethell; tradução Maria Clara Cescato. – 2. ed. 3a reimpr. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **50 anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. In: PREBISCH, Raúl; introdução Adolfo Gurrieri (org); prefácio Ricardo Bielschowsky. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios.** Rio de Janeiro: contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

BILBAO, Francisco. **La América en peligro.** Buenos Aires: Imprenta y litografía a vapor de Bernheim y Boneo, 1862.

BOERSNER, Demetrio. **Relaciones Internacionales de América Latina** (5a ed.). Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica** (6 de septiembre de 1815). In: Simón Bolívar, Escritos políticos y Sociales. Buenos Aires: Fundación Marco M. Avellaneda, 2001.

BOLÍVAR, Simón. **Simon Bolívar: independência e unidade latino-americana** – Escritos políticos; tradução coletiva. Editora Consequência, Rio de Janeiro: 2015.

BRICEÑO-RUIZ, José. **Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina.** Universidad de Chile, Estudios Internacionales, 175. pp. 9-39, 2013.

_____. **Hegemonía, poshegemonía, neoliberalismo y posliberalismo en los debates sobre el regionalismo en América Latina;** In: Martha Ardila (ed.): ¿Nuevo multilateralismo en América Latina? Concepciones y actores en pugna, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, pp. 23-66, 2016.

BRICEÑO-RUIZ, José. **Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista Latinoamericano.** In: RUIZ, José Briceño; PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; GRAGEA, Ángel M. Casas (Ed.). INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía. Madrid: Fondo de Cultura Económica, p. 27-58, 2012.

BRICEÑO-RUIZ, José e LOMBAERDE, Philippe de. **Regionalismo latino-americano: Produção de saber e criação e importação de teoria.** Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p.262-284, maio-ago. 2018.

BRICEÑO-RUIZ, José e RIBEIRO HOFFMANN, Andrea. **Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South American.** Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes, 40:1, 48-62, 2015.

BRICEÑO-RUIZ, José; PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; GRAGEA, Ángel M. C. Introducción. In: **Integración Latinoamericana y Caribeña: Política y economía.**

Madrid: Fondo de Cultura Económica, p. 17-26, 2012.

BUENO, Clodoaldo. **O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-Americana**. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (orgs). *A América do Sul e a Integração Regional*. Brasília: FUNAG, 2012.

BUNGE, Alejandro [1940]. **La Unión Aduanera del Sud**. En Bunge, Alejandro E. *Una Nueva Argentina*. Buenos Aires: Hyspamérica, pp. 297-324, 1987.

CABALLERO, Sergio. **Comunidades epistémicas en el proceso de integración regional sudamericana**. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo / vol. 4, n. 8, 2009.

CAIRO, Heriberto y DE SIERRA, Gerónimo (compiladores). **América Latina, Una y Diversa**: Teorías y Métodos para su Análisis. 1ª edición – San José, Costa Rica, 2008.

CAIRO, H., BRINGEL, B., y RÍOS, J. **Geopolítica externa del regionalismo latinoamericano**: nuevas configuraciones en el orden mundial contemporáneo. *Controversias y concurrencias latinoamericanas*, 11(19), 77-99, 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** – Estratégias para entrar e sair da modernidade. Edusp, 4ª ed., São Paulo, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Satiago. **Decolonizar la Universidad**: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (Orgs). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, 2007.

CASTRO, Moacir Werneck de. **O libertador**: a Vida de Simón Bolívar. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CEPAL. **Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1952.

_____. **Problemas y perspectivas de desarrollo industrial latinoamericano**. Buenos Aires: Hachette, 1964.

_____. **América Latina**: integración económica y sustitución de importaciones. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1974.

_____. **Transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile, 1990.

_____. **El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe**. La Integración Económica al Servicio de la Transformación Productiva con Equidad. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Política exterior e relações internacionais do Brasil**: enfoque paradigmático. *Revista brasileira de política internacional*, [S.l.], v. 46, n. 2, p. 5–25, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Traduzido por Anísio Garcez Homem, 2010. Livrarias Livros, 2020.

CHOMSKY, Noam. Disponível em <https://br.domiplay.net/video/palestra-online-e-gratuita-lanamento-23-09-21-dcm-i6lkt0>. Entrevista concedida em 17/09/2021.

DAVIS CROSS, Mai'a K. **Rethinking epistemic communities twenty years later**. Review of International Studies, v.39, n.1, p.137–160, 2013.

DOSMAN, Edgard y David H. POLLOCK. **El legado de Raúl Prebisch**. In: Iglesias, Enrique (comp.). El legado de Raúl Prebisch. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 1993.

DUSSEL, E. **1492 – o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

EAGLETON, Terry. **Capitalismo, modernismo e pós-modernismo**. Traduzido de New Left Review, n. 2152, July-August 1985, por João Roberto Martins Filho. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995.

_____. **Ideologia: uma introdução**. Traduzido de Ideology: An Introduction, Luiz Carlos Borges e Silvana Vieira, 1991. São Paulo: Universidade Estadual Paulista e Boitempo, 1997.

_____. **Teoria da literatura: Uma introdução; tradução Waltensir Dutra;- 6a ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.**

FERRER, Aldo. Prólogo. In: Ruiz, J. B.; Puntagliano, A. R.; Gragea, Á. M. C. (Ed.). **Integración Latinoamericana y Caribeña: Política y economía**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, p. 13-16, 2012.

FERRER, Aldo. “Globalización, desarrollo y densidad nacional”, en Vidal, Gregorio y Arturo Guillén Romo, (comp). **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización**. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: CLACSO, pp. 432-437, 2007.

_____. **Transformaciones de Nuestra América**. El Correo, 27 de enero de 2013. Disponible en: <http://www.elcorreo.eu.org/Transformaciones-de-Nuestra-América-Aldo-Ferrer?lang=fr>

FOMBONA, Rufino Blanco. **El pensamiento vivo de Bolívar**. Buenos Aires: Losada, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: 26 ed., Graal, 2013.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799 – 1830)**. Editora Unesp, São Paulo, 2010.

FRIEDMAN, George. **A próxima década; tradução Celso Roberto Paschoa**. Ribeirão Preto – SP: Novo Conceito Editora, 2012.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A perspectiva brasileira da integração Sul-Americana**. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (orgs). A América do Sul e a Integração Regional. Brasília: FUNAG, 2012.

GRANATO, Leonardo. **A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003 – 2010)**. Rio de Janeiro, 2014.

GURRIERI, Adolfo (org.). **Introdução**. In: Raúl Prebisch; prefácio Ricardo

Bielschowsky. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

HAAS, Peter M. **Introduction**: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, v. 46, n.1, p.1–35, 1992.

HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Traduzido de *The scientific revolution and the origins of modern science* por Maria Luiza Borges, 1997. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

JAGUARIBE, Helio. **Autonomía periférica y hegemonía céntrica**. Ponencia presentada al Seminario “América Latina y el Nuevo Orden Económico Internacional”, organizado en Viña del Mar, 1979.

_____. **Brasil, mundo e homem na atualidade**: estudos diversos. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos [1938]; tradução Afonso Teixeira Filho, - 1.ed. rev. - São Paulo: Boitempo, 2010.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo e Sociedade de Consumo**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo n. 12, pp. 16-26, jun. 1985.

LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 1a edição, CLACSO, 2005.

_____. **¿Modelos alternativos de integración?** *Proyectos neoliberales y resistencias populares*; em *Revista OSAL*, año V, nº 15, Buenos Aires, 2004.

LABOURDETTE, Sergio. **Estrategia y política hacia una teoría sociopolítica** (1a ed.). Buenos Aires: Universidad de la Plata, 1999.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 3 ed., Editora 34, 2013.

LEHER, R. **Reforma universitária de Córdoba, noventa anos**. Um acontecimento fundacional para a Universidade Latino-americanista. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

LUNA, Félix. **Breve história dos argentinos**. Tradução: Andrea Cecilia Ramal. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina, 1995.

MAGALHÃES, Gildo. **Ciência e ideologia**: uma excursão à história em torno da ideia de progresso. São Paulo: Intermeios USP-PPG em História Social, 2017.

MALAMUD, Andrés. **Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional**. Paper presentado en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), Buenos Aires, 2010.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Traduzido da edição inglesa de 1960, *Ideology and utopia – an introduction to the sociology of knowledge* por Sérgio Magalhães Santeiro, original em alemão de 1929. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a ed., 1986.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul**: Um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MARIANO, K.; BRESSAN, R.; LUCIANO, B. **Liquid regionalism**: a typology for regionalism in the Americas. Rev. bras. polít. int. vol.64 no.2. Brasília, 2021.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **O general em seu labirinto**. Tradução Moacir Werneck de Castro. Editora Record, Rio de Janeiro, 1989.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Editora UnB, Brasília, 2011.

MARX, K., ENGEL, F. **A ideologia alemã**, 1º capítulo: seguido das Teses sobre Feuerbach (tradução Silvio Donizete Chagas). São Paulo, Centauro, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª ed., 1ª impressão, São Paulo, 2012. Editora Contexto.

METHOL FERRÉ, Alberto. **Perón y la alianza argentino-brasilera**. Córdoba: Ediciones del Corredor Austral, 2000.

_____. **América del Sur**: De los estados-ciudad al Estado Continental Industrial. Conferencia organizada por el Foro San Martín para la Integración de Nuestra América, Centro Cultural Hernández Arregui, Buenos Aires, 2002.

_____. **Los Estados Continentales y el Mercosur**. Ed. Instituto Superior Dr. Arturo Jauretche, Buenos Aires, 2012.

METHOL FERRÉ, A. y A. METALLI. **La América Latina del siglo XXI**. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. Editora UNESP-1ªed., São Paulo, 1992.

PERÓN, Juan Domingo. **Tercera Posición y Unidad Latinoamericana**. Selección e introducción de Fermín Chávez. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 30.ed., 1976.

_____. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Editora brasiliense, 21.ed., 2007.

PREBISCH, Raúl [1996]. **El desarrollo latinoamericano y sus principales problemas**. En El Trimestre Económico, vol. LXIII-1, n. 249, enero-marzo, pp. 175-245, 1949.

_____. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios** – Raúl Prebisch; organização e introdução Adolfo Gurrieri; prefácio Ricardo Bielschowsky. Rio de Janeiro: contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

PUIG, Juan Carlos. **Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX**. Versión corregida y ampliada de la conferencia pronunciada en la Cátedra INTAL, 1986.

PUNTIGLIANO, A. R. **Tres vertientes del pensamiento regionalista en Latinoamérica**. In: Ruiz, J.B.; Puntigliano, A.; Gragea, Á. M. Casas (Ed.). INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía. Madrid: Fondo de Cultura Económica, p. 79-105, 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A

colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Clacso, Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a Pátria Grande**. Editora Global, 3ªed., São Paulo, 2017.

RIGGIROZZI, Pía y TUSSIE, Diana. **Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el Estado, regulando el mercado, gestionando la autonomía**. Perspectivas Revista de Ciencias Sociales, nº 5, Rosário, 2018.

RODRÍGUEZ, S. **Inventamos ou erramos**. Tradução Cinthia Fernandes; apresentação e notas Maximiliano Durán, Walter Kohan. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANAHUJA, J. A.; BURIAN, C. L. **Hispanidad e iberosfera: antiglobalismo, internacionalismo reaccionario y ultraderecha neopatriota en Iberoamérica**. Fundación Carolina, documento de trabajo nº 69, 2022.

SANAHUJA, José Antonio. **Regionalismo e integración en América Latina: de la fractura Atlántico-Pacífico a los retos de una globalización en crisis**. Pensamiento propio, 21 (44). pp. 29-76, 2016.

_____. **Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”**. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina y el Caribe. In: Anuario de la integración de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), pp. 11-54, 2009.

_____. **Regionalismo e integración en América Latina: balance y perspectivas**. Pensamiento iberoamericano. pp. 75-106, 2007.

SAN MARTÍN, José [1818]. Proclama a los habitantes del Perú, 13 de noviembre de 1818, publicado en Calvo, Carlos. **Anales históricos de la revolución de la América Latina**. Desde el año 1808 hasta el reconocimiento de la independencia de ese extenso continente, tomo cuarto. París: Durand, Garnier Hermanos, Mme. Denné Schmidt, pp. 247-252, 1865.

_____. [1816]. **Carta a Tomás Godoy Cruz**. En de Titto, Ricardo, El pensamiento de los hombres de mayo. Buenos Aires: Editorial el Ateneo, 2009.

_____. **Carta a Guido**, del 20/10/1845. En Galasso, Norberto, Seamos libres y lo demás no importa nada. Vida de San Martín. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2000.

SANTA CRUZ, Hermán. **La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL**. En Revista de la CEPAL, n. 57, Diciembre, pp. 17-23, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. **Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition**. New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: 2 ed., Almedina, 2010.

SILVA, Karine de Souza. **Beyond the Border Between the North and the South: Towards a Decolonization of Epistemologies and Fields of Research on Mercosur**. Revista de Direito Internacional, v. 14, p. 412-428, 2017.

SIMONOFF, A y LORENZINI, ME. **Autonomía e Integración en las Teorías del Sur: Desentrañando el Pensamiento de Hélio Jaguaribe y Juan Carlos Puig**. Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies, 48(1), pp. 96-106, 2019.

SOARES, Samuel Alves; VITELLI, Marina Gisela. **Comunidades epistêmicas e de**

prática em defesa na Argentina e no Brasil: entre a organicidade e a plasticidade. Carta Internacional, v. 11, n. 3, p. 99-123, 2016.

SÖDERBAUM, Fredrik. **Old, new, and comparative regionalism:** The history and scholarly development of the field. KFG working paper n° 64, 2015.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania:** Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Nilson Araújo de. **América Latina:** as ondas da integração. Rio de Janeiro: Revista Oikos, 2012.

STELLA MARIS, Scatena. **San Martín.** São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, Fundação Memorial da América Latina, 2008.

Tratado de Unión, Liga y Confederación Perpetua, versión publicada en De la Reza, Germán. **El Congreso de Panamá de 1826 y otros ensayos de integración latinoamericana en el siglo XIX.** Estudios y fuentes documentales anotadas. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006.

UGARTE, Manuel. **El porvenir de la América Española.** Valencia: Prometeo, 1910.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **A integração Sul-Americana como um projeto brasileiro:** de Uruguiana às Malvinas. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (orgs). **A América do Sul e a Integração Regional.** Brasília: FUNAG, 2012.

VIÉGAS, W. A.; RODRIGUES, B. S. **O projeto de desintegração do Foro para o progresso e integração da América do Sul (PROSUL):** um bloco de regressividade autônoma. Mural internacional, Rio de Janeiro, Vol.12, 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira:** a busca da autonomia, de Sarney a Lula. [s.l.]: SciELO-Editora UNESP, 2018.

VISCARDO, Juan Pablo. **Carta a los españoles americanos.** En Buela, Alberto, Pensadores Nacionales Iberoamericanos. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, Tomo II, pp. 121-129, 1792.

VITELLI, Marina. **Argentina, Brasil y la defensa en América del Sur.** Las identidades estratégicas y la seguridad regional. Cuadernos de Política Exterior Argentina (CERIR), n.121, p.1-44, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel (Coord). **Abrir las ciencias sociales.** Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales. Siglo XXI Editores, 2a Ed., UNAM, 2006.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão** [1944]; tradução Denise Bottmann, - 1.ed. - São Paulo: Cia das Letras, 2012.

Anexos

Anexo 1: Questionário de Pesquisa

1. Por que a agenda da integração latino-americana e caribenha não se tornou hegemônica? Qual a relevância de se pensar a integração regional na atualidade?
2. Considerando os conhecimentos teóricos e práticos produzidos sobre a integração latino-americana e caribenha nos últimos 200 anos, quais projetos, conhecimentos e experiências regionais de integração devem ser fortalecidos? Quais personagens e instituições merecem destaque na produção de conhecimento autônomo e original sobre a integração regional?
3. Você se identifica como parte de uma comunidade epistêmica? Você é vinculado a alguma corrente de pensamento latino-americanista ou integracionista? Você é associado a alguma instituição, grupo político e/ou rede de pesquisa sobre a integração? Quais as principais estratégias para influenciar governos e políticas que busquem promover a integração regional?
4. É possível afirmar que existem comunidades epistêmicas (formal ou informalmente) constituídas para produzir e difundir conhecimentos sobre e para a integração regional? Qual o papel dos intelectuais latino-americanos fixados em instituições do Norte global?
5. Os pensadores ditos cepalinos (estruturalistas e neo-estruturalistas), teóricos da dependência (marxistas e weberianos), “pós-coloniais” e/ou “decoloniais” poderiam ser enquadrados como membros de uma ou mais comunidades epistêmicas latino-americanas?
6. Quais as principais inspirações teóricas, metodológicas e epistemológicas na produção de conhecimento sobre a integração / regionalismo na América Latina? Quais problemas de pesquisa ainda não foram respondidos e/ou elaborados?
7. Qual o papel de instituições regionais como a CEPAL, FLACSO, CLACSO, CEFIR, FOMERCO, GRIDALE entre outras na agenda da integração regional? Que outras instituições e experiências estão emergindo?
8. No tocante à integração regional desde uma perspectiva popular (desde “abaixo”), qual foi (ou qual é) o papel da ALBA, CAN, CELAC, Grupo de Puebla

e Mercosul?

9. Por que as dinâmicas regionais são pouco receptivas à atuação dos movimentos populares? Qual o papel dos povos latino-americanos na promoção da agenda da integração regional? Existe uma “identidade latino-americana” com potencial para aglutinar a diversidade cultural dos povos do continente e com capacidade para transcender as fronteiras e paradigmas dos Estados-nação?

10. Como é possível equilibrar a abordagem comercialista com a dimensão sociocultural e política da integração?

11. Considerando a ascensão recente de governos conservadores de direita na América Latina, é possível determinar o encerramento de um ciclo integracionista? É possível promover a Cooperação Sul-Sul e a integração regional neste cenário de ascensão das “novas direitas”?

12. Há muitos autores que sustentam que o imperialismo estadunidense é um dos principais obstáculos à integração e ao desenvolvimento latino-americano; qual a centralidade dessa formulação na atualidade?

13. É possível falar em imperialismo chinês ou a crescente presença chinesa na região fortalece a agenda da integração? Qual o papel do BRICS na agenda da cooperação / integração?

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **comunidades epistêmicas da integração e a produção de conhecimento sobre o regionalismo latino-americano**, sob responsabilidade do pesquisador Érico Massoli Ticianel Pereira (ericomassoli@gmail.com, +55 41 996021110), doutorando no Programa Interinstitucional em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Unila sob orientação da professora Andrea Ribeiro Hoffmann (a_ribeiro_hoffmann@puc-rio.br, +55 21 35271560).

A pesquisa busca analisar a existência de potenciais comunidades epistêmicas responsáveis por aglutinar intelectuais, pesquisadores, técnicos, atores sociais e políticos, instituições, redes nacionais e regionais entre outras responsáveis por produzirem conhecimentos teórico e prático que possam influenciar nos processos regionais de tomada de decisão e de formulação de políticas referentes à integração regional / regionalismo na América Latina.

Sua participação se dará pela resposta às perguntas do questionário semi-estruturado – uma videoconferência que pode durar aproximadamente 1h30 minutos – sobre o histórico da integração regional, cenário atual e futuro da agenda regional, com o fornecimento de dados, produções científicas e informações sobre vínculos e parcerias com instituições, grupos de pesquisa, redes entre outros. As entrevistas serão gravadas em formato de áudio e posteriormente transcritas para o formato de texto, sendo relevante declarar que o material criado subsidiará a elaboração da tese de doutoramento, futuros artigos acadêmicos entre outras publicações correlatas. Seguem os esclarecimentos do TCLE:

- Recebi a explicação completa sobre o projeto e tive a oportunidade de fazer perguntas.
- Eu entendo que a participação é voluntária e posso desistir a qualquer momento sem penalidade. A retirada da participação também incluirá a retirada de qualquer informação que eu tenha fornecido, não havendo previsão de recompensas financeiras nem gastos pela participação.
- Eu entendo que quaisquer informações ou opiniões que eu fornecer serão mantidas em sigilo pelo pesquisador e que quaisquer resultados publicados ou relatados não identificarão os participantes caso esta seja a preferência do(a) entrevistado(a) (favor indicar a opção abaixo):
 - Peço que as informações e opiniões sejam mantidas em sigilo.
 - Não necessito que as informações e opiniões sejam mantidas em sigilo.
- Compreendo os riscos associados à participação e como serão geridos.
- Eu sei que posso entrar em contato com o pesquisador para mais informações. Se eu tiver alguma reclamação, posso entrar em contato com a Câmara de Ética em

Pesquisa da PUC-Rio: rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy, 2º andar. Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22453-900. Telefone: (21) 3527-1618.

- Este termo de consentimento terá duas vias e após assinatura uma via será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra fornecida ao entrevistado(a).
- Conforme previsto na Resolução CNS nº. 466, de 12 de dezembro de 2012, e na Resolução 510, de 7 de abril de 2016, os dados obtidos para a pesquisa serão armazenados por 5 (cinco) anos, período após o qual poderão ser destruídos.

Data:

Nome do participante:

Assinatura do(a) participante:

Data:

Érico Massoli T. Pereira

Assinatura: